

# **A construção da agenda noticiosa sobre saúde na televisão em países de língua oficial portuguesa**

**Tâmela Medeiros Grafolin Giacomelli**

Tese para obtenção do Grau de Doutor em  
**Ciências da Comunicação**  
(3<sup>o</sup> ciclo de estudos)

Orientador: Prof. Doutor Joaquim Mateus Paulo Serra

**Maio, 2025**

**Júri:**

Prof<sup>a</sup>. Doutora Felisbela Maria Carvalho Lopes  
Prof<sup>a</sup>. Doutora Rita Maria Espanha Pires Chaves Torrado da Silva  
Prof. Doutor José Carlos Costa dos Santos Camponez  
Prof<sup>a</sup>. Doutora Anabela Maria Gradim Alves  
Prof<sup>a</sup>. Doutora Sónia Manuela Martins de Sá


Provas públicas realizadas em 29 de Abril de 2025

## **Declaração de Integridade**

Eu, Tâmeda Medeiros Grafolin Giacomelli, que abaixo assino, estudante com número de inscrição D1916 do curso de Ciências da Comunicação da Faculdade de Artes e Letras, declaro ter desenvolvido o presente trabalho e elaborado o presente texto em total consonância com o Código de Integridade da Universidade da Beira Interior.

Mais concretamente afirmo não ter incorrido em qualquer das variedades de Fraude Académica, e que aqui declaro conhecer, e que em particular atendi à exigida referência de frases, extratos, imagens e outras formas de trabalho intelectual, e assim assumo na íntegra as responsabilidades da autoria.

Universidade da Beira Interior, Covilhã, 29/10/2024

 Documento assinado digitalmente  
TAMELA MEDEIROS GRAFOLIN GIACOMELLI  
Data: 29/10/2024 19:26:20-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Este estudo foi financiado no âmbito de uma bolsa de doutoramento com a referência [2021.05603.BD](#), concedida pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) e cofinanciada pelo Fundo Social Europeu (FSE) da União Europeia (UE) através do Programa Operacional Regional Centro (Centro 2020).



# **Dedicatória**

Aos meus avós, Neusa Fagundes Medeiros e Ironi Beloto Medeiros, Terezinha Pessano Grafolin e Edi Amaro Grafolin (*in memoriam*) que tanto contribuíram para minha formação pessoal e profissional.



# Agradecimentos

Ao meu marido, Fábio, uma das pessoas com o maior e mais gentil coração que já conheci. Agradeço por ter sido, desde o princípio, um grande incentivador e parceiro nessa caminhada.

Ao professor Joaquim Paulo Serra, meu orientador, que com toda a experiência, e paciência, soube me guiar sem tirar a minha liberdade para caminhar. Sem dúvidas não poderia ter tido melhor orientador. Suas palavras e seus ensinamentos permanecerão comigo para sempre.

À minha família, pelo apoio em todos os momentos, cada um à sua maneira. À minha mãe, Adriana, que sempre será meu maior exemplo de força, superação, inteligência e dedicação. Ao meu pai, Edi, pelos momentos de partilha e pelas lições de vida.

Aos meus sogros, pelo acolhimento, carinho e apoio nos momentos bons e ruins, Lucia e Erny Giacomelli. São exemplos de dedicação, amor e perseverança.

Aos meus irmãos, Mariano e Filipi, que alegram os meus dias e são os primeiros amigos que a vida me deu.

Aos meus cunhados, os irmãos de coração, Felipe e Enrico. Pessoas com quem aprendi e aprendo muito. Que tiveram participação importante nessa jornada e com quem sei que posso contar sempre.

Ao professor João Canavilhas, pela forma como nos recebeu e acarinhou num momento de adaptação. Por ser nosso mestre e quem consideramos como parte da família. Obrigada! À Glória, por ter nos estendido os braços e acolhido de maneira tão calorosa. Obrigada!

Aos professores da Universidade Federal do Pampa, campus São Borja, no Brasil, onde comecei a moldar o meu sonho. Muito do que aprendi com vocês está nesta tese. Em especial, professora Mara Ribeiro (*in memoriam*), professora Joseline Pippi, professora Roberta Roos, professor Marco Bonito, professora Cárilda Emerin, professora Michele Negrini, professor Alexandre Augusti, professor Marcelo Rocha, professor Geder Parzianello, professor Gonzalo Prudkin, professor Leandro Comasseto, e tantos outros que estarão para sempre na minha memória.

Aos professores da Universidade da Beira Interior, que me ensinaram muito sobre os “jornalistas” da língua portuguesa. Professora Anabela Gradim, professora Ana Leonor dos Santos, professor Francisco Merino, professor João Correia, professor José Ricardo Carvalheiro, professor Nuno Francisco, professor Ricardo Morais, professora Sónia de Sá, professor Valeriano Piñeiro-Naval.

Um agradecimento especial ao professor Marcos Palacios por ter sido o primeiro a sinalizar o caminho a ser percorrido.

À minha melhor amiga, Núbia, que me ensinou o verdadeiro significado de amizade. Sem julgamentos, sem cobranças, apenas carinho e cuidado.

Aos meus amigos, minha família na Covilhã, Lisi, Nando e Lauren, por serem os irmãos que encontramos. Pessoas carinhosas, generosas e com quem aprendemos a

compartilhar os desafios e as alegrias sem medo (e com medo também, mas vamos a isso!). Ana, Louri, Jeje e JP, pela consideração, afeto, apoio e por sempre podermos contar nas mais loucas aventuras e nos momentos mais difíceis também. Carol e Léo, pelo amor, compreensão, amizade honesta e palavras que sempre deram força. Bianca, pelo coração generoso e compreensivo em tempos não tão fáceis, e Tobias e Tonica pelo carinho e alegria que compartilharam comigo.

Às minhas afilhadas, que são a luz e a valentia que a minha vida precisava, Maria Clara e Valentina. Meus amores!

Aos amigos queridos que chegaram, ou voltaram, e fizeram parte dessa trajetória, com apoio, carinho, orientação e muita alegria, Nuno, Joel, Paula, Ricardo, Renan, Carla, Paulo, Alexandra, Juliana, Maíra, César, Gabi, Davi, Titim, Anderson, Gi, João, Clécia, Honda, Júlia, Pércles, Camila, Thaís, Igor, Octávio. Obrigada a todos! Merecem um capítulo de agradecimento!

Ao grupo de pesquisa Cultura, Mídia e Política (UnB), no nome da professora Liziane Guazina, que tão bem me recebeu e contribuiu para este estudo.

# Resumo

Nos anos 1980, a epidemia de uma estranha doença que se espalhou pelo mundo, sem considerar contextos culturais, econômicos e sociais, começou a alimentar um campo de estudo até então limitado: o da comunicação em saúde. A velocidade e a forma como o vírus HIV/SIDA/AIDS era transmitido trouxe destaque para o papel dos meios de comunicação social não apenas na gestão de crises sanitárias, como também observamos recentemente com a pandemia do vírus Sars-CoV-2 (Covid-19), mas também na preparação, na literacia do público em cuidados diários com a saúde. Nesses contextos, vimos a capacidade da televisão de alcançar o público de forma mais abrangente, unindo imagem e som.

A presente pesquisa tem como ponto de partida a percepção de algumas lacunas no estudo da comunicação em saúde voltado para as realidades dos países de língua oficial portuguesa. Nesse sentido, debruçamo-nos, especificamente, sobre o jornalismo, na área da comunicação em saúde, praticado em Angola, Brasil, Cabo Verde, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, visando compreender como acontece a construção da agenda noticiosa nesses territórios. Para tal tivemos em conta a avaliação dos critérios de noticiabilidade mais utilizados, com foco nos valores-notícia de seleção. Como objeto de pesquisa, selecionamos os jornais televisivos do chamado “horário nobre” das emissoras públicas de televisão dos seis países de expressão oficial portuguesa, justamente por a televisão se tratar de um dos meios de maior alcance considerando a realidade de oferta e consumo dos meios de comunicação social de cada local.

Para respondermos às questões propostas pela pesquisa, optamos pela utilização de dois métodos complementares, o da Análise de Conteúdo (AC) e da entrevista em profundidade semiestruturada. Através do método do mês construído, recolhemos 173 peças jornalísticas televisivas, entre os meses de maio e agosto de 2023, sobre as quais aplicamos o método da análise de conteúdo categorial para avaliar os temas abordados, formatos utilizados, enquadramento, fontes de informação, valores-notícia e o que chamamos de materiais de apoio (vídeos, áudios, entrevistas, fotografias, etc). Para complementar as informações recolhidas dessa forma, entrevistamos jornalistas de quatro, dos seis países investigados, procurando relacionar os dados obtidos com a aplicação dos dois métodos.

A partir dos dados analisados, observamos que, embora os valores-notícia de “Relevância”, “Novidade/Atualidade” e “Amplitude/Impacto” tenham se destacado de forma consistente em todas as emissoras analisadas, existem variações importantes de acordo com o contexto político, social e econômico de cada país. Também observamos o predomínio do uso das fontes oficiais, da reportagem como formato mais utilizado, assim como o das imagens profissionais dentre os materiais de apoio. Compreender as características das peças como um todo, assim como as informações obtidas com as entrevistas, auxiliou-nos a perceber não apenas as semelhanças transnacionais no uso dos valores-notícia, mas também as especificidades de cada país em termos de prioridades editoriais, contextos políticos e pressões institucionais. O estudo mostrou ainda que, embora as emissoras públicas desempenhem um papel crucial na mediatização dos temas de saúde, elas enfrentam desafios significativos em termos de autonomia editorial, pluralidade de fontes e adaptação às novas dinâmicas midiáticas.

## **Palavras-chave**

Crítérios de noticiabilidade; valores-notícia; jornalismo em língua portuguesa; jornalismo televisivo; comunicação em saúde.

# Abstract

In the 1980s, the epidemic of a strange disease that spread worldwide, regardless of cultural, economic, and social contexts, began to fuel a hitherto limited field of study: health communication. The speed and form of HIV/AIDS transmission highlighted the role of the media not only in the management of health crises, as we also observed recently with the Sars-CoV-2 (Covid-19) pandemic, but also in preparation, in public literacy in daily health care. In these contexts, we have seen the ability of television to reach the public more comprehensively, uniting image and sound.

This research has as its starting point the perception of some gaps in the study of health communication focused on the realities of Portuguese-speaking countries. In this sense, we focus specifically on journalism, in health communication, practiced in Angola, Brazil, Cape Verde, Mozambique, Portugal, and São Tomé e Príncipe, aiming to understand how the news agenda is built in these territories. To this end, we took into account the evaluation of the most used newsworthiness criteria, with a focus on the news values of selection. As a research object, we selected the television news programs of the so-called "prime time" of public television stations in the six Portuguese-speaking countries, precisely because television is one of the means with the greatest reach, considering the reality of supply and consumption of media in each location.

To answer the questions proposed by the research, we opted for using two complementary methods, Content Analysis (CA) and semi-structured in-depth interviews. Through the constructed month method, we collected 173 television news pieces, between the months of May and August 2023, on which we applied the categorical content analysis method to evaluate the topics covered, formats used, framing, sources of information, news values and what we call supporting materials (videos, audios, interviews, photographs, etc.). To complement the information gathered in this way, we interviewed journalists from four of the six countries investigated, seeking to relate the data obtained with the application of the two methods.

From the analyzed data, we observed that, although the news values of "Relevance", "Novelty/Topicality" and "Range/Impact" have stood out consistently in all the stations analyzed, there are important variations in how these values are applied, suggesting the existence of different journalistic cultures in the countries studied. We also observed the predominance of the use of official sources, reporting as the most used format, as well as professional images among the supporting materials. Understanding the characteristics

of the pieces as a whole, as well as the information obtained from the interviews, helped us to perceive not only the transnational similarities in the use of news values but also the specificities of each country in terms of editorial priorities, political contexts, and institutional pressures.

The study further showed that, although public broadcasters play a crucial role in the mediatization of health issues, they face significant challenges in terms of editorial autonomy, plurality of sources, and adaptation to new media dynamics.

## **Keywords**

Newsworthiness, news values, journalism in the Portuguese language, television journalism, health communication.

# Índice

Introdução.....	p.1
Parte I. Enquadramento Teórico.....	p. 5
Capítulo 1. Comunicação em Saúde.....	p. 7
1.1 O campo de estudo da comunicação em saúde.....	p. 7
1.2 Perspectiva de saúde da mídia.....	p. 19
Conclusão do Capítulo.....	p.28
Capítulo 2. A Quarta Fase dos Estudos de <i>Agenda-Setting</i> : Quem constrói a agenda midiática?.....	p. 31
2.1 A construção da agenda noticiosa ( <i>agenda-building</i> ).....	p. 31
2.2 Elementos construtores da agenda noticiosa.....	p. 37
2.3 Noticiabilidade.....	p. 41
Conclusão do Capítulo.....	p. 47
Capítulo 3. Particularidades da Produção Televisiva.....	p. 49
3.1 Televisão: ainda um dos meios de maior alcance.....	p. 49
3.1.1 A gramática própria da televisão.....	p. 52
3.1.2 A televisão pública em língua portuguesa.....	p. 56
3.2 O noticiário televisivo.....	p. 59
3.2.1 Apropriações e características do jornalismo televisivo.....	p. 62
3.2.1.1 Transmissão direta.....	p. 64
3.2.1.2 Oralidade.....	p. 64
3.2.1.3 Articulação entre imagem e som.....	p. 65
3.3 Critérios de noticiabilidade no jornalismo televisivo.....	p. 66
Conclusão do Capítulo.....	p. 69
Capítulo 4. A Língua Portuguesa Como Ponto de Partida.....	p. 71
4.1 Luso-afonias.....	p. 71
4.2 História do jornalismo nos países de língua oficial portuguesa.....	p. 75
4.2.1 Portugal e o início do jornalismo nos países de língua portuguesa.....	p. 76
4.2.1.1 A televisão em Portugal: da ditadura à democratização...p.	79
4.2.1.2 O projeto de implantação da televisão nas colônias.....p.	81
4.2.2 Brasil.....	p. 83
4.2.2.1 A ascensão da televisão e o atraso da unificação do modelo público de comunicação.....p.	85

4.2.2.2 A TV Brasil e a tentativa de unidade na comunicação pública.....	p. 87
4.2.3 Cabo Verde .....	p. 89
4.2.3.1 A televisão experimental de Cabo Verde.....	p. 90
4.2.4 Angola.....	p. 91
4.2.4.1 A tentativa angolana de enfrentar o monopólio português de televisão.....	p. 94
4.2.5 Moçambique.....	p. 95
4.2.5.1 A radiodifusão como meio de inclusão.....	p. 96
4.2.6 São Tomé e Príncipe.....	p. 98
4.2.6.1 Televisão Santomense.....	p. 101
Conclusão do Capítulo.....	p. 102
Parte II. Estudo Empírico.....	p. 103
Capítulo 5. Metodologia e Desenho da Investigação.....	p. 105
5.1 Tema e problema de pesquisa.....	p. 105
5.2 Objetivos e hipóteses.....	p. 106
5.3 Metodologia.....	p. 107
5.4 Apresentação dos objetos de análise.....	p. 109
5.4.1 O Telejornal de Portugal.....	p. 110
5.4.2 O Repórter Brasil.....	p. 110
5.4.3 O Telejornal de Angola.....	p. 111
5.4.4 O Jornal da Noite de Cabo Verde.....	p. 111
5.4.5 O Telejornal de Moçambique.....	p. 112
5.4.6 O Telejornal de São Tomé e Príncipe.....	p. 112
5.5 Definição da unidade de análise.....	p. 112
5.6 Percurso da análise.....	p. 113
5.6.1 Criação do livro de códigos.....	p. 114
5.6.2 Confiabilidade e codificação.....	p. 120
5.7 Entrevista como método.....	p. 121
Capítulo 6. Apresentação e Discussão dos Resultados.....	p. 123
6.1 Características das notícias televisivas sobre saúde.....	p. 124
6.1.1 Temas mais abordado.....	p. 124
6.1.2 Formatos jornalísticos utilizados.....	p. 132
6.1.3 Enquadramento.....	p. 133
6.1.4 Território.....	p. 135
6.1.5 Fontes.....	p. 136
6.1.6 Critérios de noticiabilidade: valor-notícia.....	p. 139

6.1.7	Material de apoio utilizado na produção das notícias.....	p. 144
6.1.8	Relação entre os temas e os valores-notícia.....	p. 146
6.2	Entrevistas.....	p. 151
6.2.1	Processo de seleção da notícia: as reuniões de pauta/alinhamento.....	p. 152
6.2.2	Critérios de noticiabilidade: os valores-notícia nas redações.....	p. 156
6.2.3	Materialidade dos eventos e particularidades do audiovisual.....	p. 159
6.2.4	Noticiabilidade na comunicação me saúde.....	p. 162
6.3	Discussão dos resultados.....	p. 165
6.3.1	Temáticas nas produções noticiosas sobre saúde em língua oficial portuguesa.....	p. 168
6.3.2	Os valores-notícia de seleção nas produções sobre saúde.....	p. 172
6.3.3	O diferencial da comunicação pública.....	p. 174
	Conclusão.....	p. 179
	Bibliografia.....	p. 185
	Anexos I: Entrevistas.....	p. 209
	Anexos II: Notícias Analisadas.....	p. 241



# Lista de Figuras

- Figura 1 – Níveis de influência sobre a agenda
- Figura 2 – Governo da Província de Luanda faz entrega de ambulância
- Figura 3 – Ao vivo/Direto sobre ampliação cobertura vacinal contra a Gripe
- Figura 4 – Reportagem feira da saúde promovida pela Igreja Adventista
- Figura 5 – Reportagem sobre campanha de vacinação
- Figura 6 – Reportagem sobre decisão da DGS para partos de baixo
- Figura 7 – Reportagem sobre marcha para conscientização da doação de sangue
- Figura 8 – Valores-notícia citados pelos entrevistados



# Lista de Tabelas

- Tabela 1– Objetos de estudo e objetivos de pesquisa da Comunicação em Saúde
- Tabela 2– Categoria “doença” e suas divisões
- Tabela 3 – Subcategorias e temas da categoria Tratamentos
- Tabela 4 – Subcategorias e temas da categoria Prevenção
- Tabela 5 – Valores-notícia ao longo dos anos
- Tabela 6 –Período de coleta do material para análise
- Tabela 7 –Livro de Códigos utilizado na análise das notícias
- Tabela 8 – Países onde a notícia foi veiculada
- Tabela 9 – Relação entre o Tema Principal da notícia com o País de origem
- Tabela 10 – Formato
- Tabela 11 – Relação entre o Formato da notícia com o País
- Tabela 12 – Relação entre o Enquadramento da notícia com o País
- Tabela 13 – Relação território do acontecimento e país
- Tabela 14 – Relação entre as fontes utilizadas nas notícias com o País
- Tabela 15 – Relação entre os valores-notícia com cada país
- Tabela 16 – Relação entre o material de apoio às notícias com o país
- Tabelas 17.1 –Relação entre o Tema Principal da notícia com as Características
- Tabelas 17.2 – Relação entre o Tema Principal da notícia com as Características
- Tabelas 17.3 – Relação entre o Tema Principal da notícia com as Características
- Tabela 18 – Perfil dos entrevistados



# Lista de Gráficos

- Gráfico 1 – Temas abordados
- Gráfico 2 – Temas abordados em Angola
- Gráfico 3 – Temas abordados no Brasil
- Gráfico 4 – Temas abordados em Cabo Verde
- Gráfico 5 – Temas abordados em Moçambique
- Gráfico 6 – Temas abordados em Portugal
- Gráfico 7 – Temas abordados em São Tomé e Príncipe
- Gráfico 8 – Enquadramento
- Gráfico 9 – Relação entre o Enquadramento da notícia com o País
- Gráfico 10 – Território
- Gráfico 11 – Fontes
- Gráfico 12.1 – Relação entre as fontes utilizadas nas notícias com o País
- Gráfico 12.2 – Relação entre as fontes utilizadas nas notícias com o País
- Gráfico 13 – Valores-notícia
- Gráfico 14 – Valores-notícia em Angola
- Gráfico 15 – Valores-notícia no Brasil
- Gráfico 16 – Valores-notícia em Cabo Verde
- Gráfico 17 – Valores-notícia em Moçambique
- Gráfico 18 – Valores-notícia em Portugal
- Gráfico 19 – Valores-notícia em São Tomé e Príncipe
- Gráfico 20 – Materiais de apoio usados nas notícias
- Gráfico 21.1 – Relação entre o material de apoio às notícias com o país
- Gráfico 21.2 – Relação entre o material de apoio às notícias com o país



# Lista de Acrónimos

BBC	British Broadcasting Corporation
CPLP	Comunidade de Países de Língua Portuguesa
DGS	Direção-Geral da Saúde
EBC	Empresa Brasil de Comunicação
FACIM	Feira Internacional de Maputo
FNLA	Frente Nacional para a Libertação de Angola
GC	Gerador de Caracteres (televisivo)
ICA	Internacional Communication Association
INE	Instituto Nacional de Estatísticas de Moçambique
ISPRA	Instituto Superior Privado de Angola
MISA	Instituto de Comunicação da África Austral
MLSTP	Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
RCM	Rádio Clube de Moçambique
RCSTP	Rádio Clube de São Tomé e Príncipe
RPTV	Rede Pública de Televisão
RNCP	Rede Nacional de Comunicação Pública
RNSTP	Rádio Nacional de São Tomé e Príncipe
Radiobrás	Empresa Brasileira de Radiodifusão
RTC	Radiotelevisão Caboverdiana
RTP	Rádio e Televisão de Portugal
RTPA	Radiotelevisão Portuguesa de Angola
RTK	Rádio e Televisão Klink
SADC	Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral
SIDA/AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
SIC	Sociedade Independente de Comunicação
SPSS	Statistical Package for the Social Sciences
STV	Soico Televisão
TBS	Teoria Bioestatística da Saúde
TCV	Televisão de Cabo Verde
TIM	Televisão Independente de Moçambique
Tevec	Televisão Experimental de Cabo Verde

Tiver	Televisão Independente de Cabo Verde
TNCV	Televisão Nacional de Cabo Verde
TPA	Televisão Pública de Angola
TVA	Televisão de Angola
TVE	Televisão Experimental de Moçambique
TVI	Televisão Independente
TVM	Televisão de Moçambique
TVS	Televisão São-tomense
UBI	Universidade da Beira Interior
UNB	Universidade de Brasília
UNITA	União Nacional para a Independência Total de Angola
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UPRA	Universidade Privada de Angola





# Introdução

Quarto idioma mais utilizado no mundo com mais de 260 milhões de falantes, o português teve como referências de pesquisa em jornalismo, por muitos anos, as teorias e práticas de países do hemisfério norte, especificamente dos Estados Unidos da América, da Inglaterra, Alemanha e França. A ideia de estudar o jornalismo praticado em países de expressão oficial portuguesa, e suas formas de “jornalisms”, surgiu dessa lacuna acadêmica, que ganhou fôlego com pesquisas inovadoras nos anos 2000. A pesquisa prévia acerca das condições de produção e consumo nesses territórios, levou-nos a considerar partir de um questionamento básico sobre a construção da agenda noticiosa nos países de expressão oficial portuguesa, ou a quarta fase da teoria do agendamento. Considerando as diferentes realidades de produção e consumo de notícias, a televisão ainda pode ser considerada um dos meios de maior abrangência, especialmente, em seis contextos distintos e diversos, nos quais as emissoras públicas são as mais antigas, na maioria dos casos, e até o único canal de televisão existente. As notícias com a temática saúde já ocupavam lugar de destaque na agenda midiática, mas são durante períodos de crise sanitária, como o da pandemia de Covid-19, que voltamos a refletir acerca “do que” e “como” noticiamos a saúde. Dessa forma, o estudo procura responder ao seguinte problema: quais são os critérios de noticiabilidade que orientam a seleção dos acontecimentos que são transformados em notícias sobre a temática saúde nas emissoras públicas de televisão dos países de língua oficial portuguesa.

A tese está organizada em duas partes principais. A primeira parte, teórica, é composta por quatro capítulos que discutem os principais conceitos que fundamentam o estudo: comunicação em saúde, as teorias de *agenda-setting* e *agenda-building*, as particularidades da produção televisiva e a história do jornalismo em língua portuguesa. A segunda parte, empírica, apresenta um estudo exploratório comparativo da cobertura televisiva sobre saúde em seis países de expressão oficial portuguesa: Angola, Brasil, Cabo Verde, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe. Este estudo permite identificar as semelhanças e divergências nas estratégias editoriais e na abordagem dos temas de saúde, considerando as especificidades culturais, políticas e sociais de cada contexto.

O primeiro capítulo concentra-se na comunicação em saúde, uma área interdisciplinar que envolve a promoção de comportamentos saudáveis, a disseminação de informações sobre saúde pública e a interpretação crítica de como essas mensagens são recebidas e processadas pelo público. Seguindo Teixeira (2004) e Sabroza (2001) discute-se o papel central que a comunicação desempenha na mobilização da sociedade para a prevenção de doenças e a melhoria da qualidade de vida. Este capítulo também analisa como a literacia em saúde se tornou um conceito fundamental na saúde pública

moderna, dado que o conhecimento da população sobre questões de saúde tem impacto direto sobre o comportamento individual e coletivo. Nesse sentido, a comunicação jornalística sobre saúde precisa ser precisa e acessível, de modo a evitar a desinformação e promover decisões informadas. Além disso, o capítulo apresenta um levantamento histórico sobre a evolução do conceito de saúde. Tradicionalmente definida como a ausência de doença, a saúde passou a ser compreendida de maneira mais ampla, englobando o bem-estar físico, mental e social, conforme delimitado pela Organização Mundial da Saúde (1946) e aprofundado por Canguilhem (2005). Este capítulo explora também a forma como o jornalismo contribui para a promoção dessa visão ampliada da saúde, atuando como mediador entre as instituições de saúde e a população (Teixeira, 2004; Sabroza, 2001; Canguilhem, 2005).

No segundo capítulo, o foco recai sobre as teorias de a quarta fase do *agenda-setting*, formada pelos estudos da construção da agenda (*agenda-building*) que fornecem a base teórica para a compreensão de como os meios de comunicação, particularmente a televisão, selecionam os acontecimentos que são noticiados. McCombs e Shaw (1972), com a teoria da *agenda-setting*, demonstraram que os meios de comunicação têm um papel determinante ao priorizar certos temas em detrimento de outros, influenciando a forma como o público define o que é importante. E avançam ao apontar os estudos da construção da agenda como uma das fases do *agenda-setting*. Além disso, este capítulo explora os valores-notícia propostos por Galtung e Ruge (1965), que continuam a ser critérios-chave na seleção dos eventos noticiáveis utilizados na construção da agenda. No jornalismo de saúde, esses valores, como a proximidade, a relevância social e o impacto emocional, desempenham um papel crucial na determinação de quais eventos de saúde merecem destaque e qual a forma de apresentação mais eficaz (McCombs & Shaw, 1972; Entman, 1993; Galtung & Ruge, 1965).

O terceiro capítulo traz as particularidades da produção televisiva, destacando a gramática própria da televisão, que combina imagem, som e narrativa para criar conteúdos de forte impacto emocional e visual. A televisão tem a capacidade de dramatizar os eventos e transmitir uma sensação de urgência e proximidade, especialmente em temas como saúde, onde crises, como epidemias e catástrofes hospitalares, são frequentemente tratadas de forma visualmente intensa. Segundo Jost (2017), a televisão tem o poder de intensificar o impacto das narrativas ao combinar elementos visuais com trilhas sonoras, o que gera uma experiência completa para o espectador. Além disso, o capítulo explora como a televisão consolidou-se como o meio de comunicação de maior alcance em diversos contextos, e aborda como suas características — como as imagens em movimento e a transmissão ao vivo — moldam os

critérios de noticiabilidade. Este capítulo também explora o conceito de telejornalismo público, que se distingue do telejornalismo comercial pela sua missão de educar e informar a população com base em princípios de interesse público, em vez de ser guiado por pressões comerciais e índices de audiência. Os critérios de noticiabilidade, fundamentais na produção televisiva, são abordados com base em autores como Wolf (2003) e Traquina (2005), que discutem como esses critérios são aplicados e ajustados no contexto televisivo. Os estudos de Brighton e Foy (2007) também são citados para reforçar como esses valores são adaptados ao meio televisivo, especialmente em relação à cobertura de saúde (Jost, 2017; Wolf, 2003; Traquina, 2005; Brighton & Foy, 2007).

O quarto capítulo oferece uma análise histórica e cultural sobre a evolução do jornalismo em língua portuguesa, com ênfase nos mais de quatrocentos anos de tradição jornalística que une países que, situados em diferentes continentes, compartilham uma herança linguística comum. A língua portuguesa desempenha um papel fundamental na criação de uma identidade midiática compartilhada, especialmente no campo do jornalismo, onde a troca de informações entre esses países é facilitada pela unidade linguística. Sousa (2008) e Brito (2019) discutem como o jornalismo em língua portuguesa evoluiu em diferentes contextos, enfrentando desafios políticos, sociais e econômicos específicos, mas mantendo uma identidade. Jacques et al. (2015) exploram o papel das gerações no consumo midiático e como a história dos meios de comunicação social em Portugal e nos países de expressão portuguesa está intimamente ligada ao desenvolvimento das tecnologias de comunicação. Pereira (2014) argumenta que a televisão, enquanto veículo de comunicação em massa, teve um papel central na formação de uma esfera pública, especialmente no que diz respeito à disseminação de informações de saúde. Este capítulo explora ainda a forma como a televisão se consolidou como o principal meio de comunicação de massa em muitos desses países e como ela desempenha um papel central na disseminação de informações sobre saúde pública (Brito, 2019; Jacques et al., 2015; Pereira, 2014).

A segunda parte da tese apresenta o estudo empírico, que teve como objeto as notícias sobre saúde transmitidas pelos jornais televisivos do horário nobre das emissoras públicas de televisão nos seis países de expressão oficial portuguesa estudados: Telejornal (TPA, de Angola), Brasil (TV Brasil), Cabo Verde (TCV), Moçambique (TVM), Portugal (RTP1) e São Tomé e Príncipe (TVS).

O objetivo principal desta pesquisa era verificar quais são os critérios de noticiabilidade mais utilizados pelas emissoras públicas de televisão ao selecionar e priorizar os temas de saúde, bem como identificar as temáticas mais frequentemente abordadas. Além disso, buscou-se analisar o impacto da liberdade editorial nas escolhas editoriais dessas emissoras, especialmente considerando que, por não estarem

diretamente atreladas à busca por audiência, teoricamente, possuem maior autonomia para selecionar temas de relevância social.

As hipóteses centrais desta investigação sugeriam que as emissoras públicas dos países de expressão oficial portuguesa compartilham semelhanças nos temas de saúde, mas que, ao mesmo tempo, as especificidades culturais e políticas de cada país influenciavam diretamente a seleção dos eventos noticiados e por se tratar de jornais televisivos de emissoras públicas, haveria maior independência na seleção dos acontecimentos.

A metodologia utilizada baseou-se em uma combinação de pesquisa quantitativa (análise de conteúdo) e qualitativa (entrevista) buscando compreender as temáticas predominantes, os critérios de noticiabilidade aplicados, os formatos utilizados, o enquadramento dado aos temas, as fontes de informação utilizadas e os materiais de apoio usados na produção jornalística televisiva sobre saúde nesses diferentes contextos nacionais.

A análise de conteúdo, realizada a partir da produção televisiva nos principais telejornais dos países escolhidos, categorizou as temáticas abordadas e examinou como os valores-notícia, tais como proximidade, relevância social e impacto emocional, são aplicados na escolha dos temas noticiados. Além da análise de conteúdo, foram realizadas entrevistas em profundidade semiestruturadas com jornalistas e editores das emissoras públicas dos seis países, oferecendo uma visão qualitativa sobre os processos editoriais que influenciam a seleção das notícias de saúde. Essas entrevistas possibilitaram compreender as dinâmicas internas das redações, as influências institucionais e políticas, e os desafios enfrentados pelas emissoras públicas no cumprimento de sua missão de informar e educar. A combinação da análise de conteúdo com as entrevistas em profundidade permitiu uma compreensão mais completa dos fatores que moldam a cobertura jornalística de saúde nos países língua oficial portuguesa, fornecendo informações sobre as semelhanças e diferenças entre as emissoras em termos de critérios editoriais, liberdade de escolha de temas e pressões institucionais.

O resultado da pesquisa sobre os critérios de noticiabilidade aplicados às notícias de saúde nas emissoras públicas de televisão dos países de língua oficial portuguesa revelou não apenas as semelhanças transnacionais no uso dos valores-notícia, mas também as especificidades de cada país em termos de prioridades editoriais, contextos políticos e pressões institucionais. O estudo mostrou ainda que, embora as emissoras públicas desempenhem um papel crucial na midiaticização dos temas de saúde, elas ainda enfrentam desafios significativos em termos de autonomia editorial, pluralidade de fontes e adaptação às novas dinâmicas midiáticas.

**Parte I**  
**Enquadramento Teórico**



# Capítulo 1. Comunicação em Saúde

Definir o que é considerado uma produção jornalística com a temática saúde pode ser simplificado para facilitar o trabalho do profissional da comunicação, mas não é verdadeiramente simples. Podemos observar esse fato no presente capítulo, intitulado Comunicação em Saúde, no qual nos debruçamos, em uma primeira etapa, na gênese do campo como uma área de estudo, na composição do conceito norteador através da etimologia dos termos “saúde” e “comunicação” e suas implicações em contextos históricos e sociais.

Ainda neste capítulo, apresentamos um levantamento sobre a perspectiva de saúde na mídia e dos fatores que contribuem para a abordagem do tema com um determinado viés. Um desses fatores é a busca por audiência que leva à espetacularização das produções com a temática saúde, em uma espécie de embate entre o bem e o mal, entre saúde e doença, em uma compreensão negativa da saúde. Outro desses fatores é a apropriação das inseguranças do próprio público consumidor. Por fim, salientamos o papel do jornalismo, como subárea de pesquisa da comunicação e saúde, na interpretação das informações e como um dos principais colaboradores no desenvolvimento da literacia em saúde das pessoas.

## 1.1 O campo de comunicação em saúde

O campo da comunicação em saúde, como área de estudo, é transversal (Teixeira, 2004), porque a saúde é um objeto de estudo que transpassa diversos campos. Além disso, comunicar saúde não significa apenas promover a saúde, mas discutir e compreender o papel da comunicação no desenvolvimento da percepção de saúde do público. Dessa forma, a área da comunicação em saúde possui relevância em contextos diferentes, conforme Teixeira (2004), que envolvem a disponibilização e o uso da informação sobre saúde, o tratamento dos temas de saúde nos meios de comunicação social, a comunicação interna das organizações de saúde e até a qualidade do atendimento aos usuários dos serviços de saúde. Para compreender a abrangência do campo de estudo, é necessário compreender que o termo *saúde* não corresponde a um conceito concreto e fixo. A palavra em si tem sua origem no vocábulo latino *salus*, que significa o atributo principal dos inteiros, intactos e íntegros. No entanto, a maior parte dos pesquisadores na área aponta para um conceito em constante transformação (Lerner, 2015). Em transformação porque é histórico e socialmente construído, possui marcas do tempo e reflete a conjuntura econômica, social e cultural de uma época e lugar (Battistella, 2008; Lerner, 2015). Para Sabroza (2001), mais que um conceito em transformação, o conceito de saúde é e será sempre impreciso:

Ao contrário dos conceitos bem estabelecidos, demarcados pelos limites que explicitam as suas condições, os conceitos imprecisos são definidos a partir de questões centrais ou atratores, e de suas interações com outros conceitos com os quais se relacionam, sempre a partir de perspectivas definidas em determinado período histórico. (Sabroza, 2001, p.4)

Existe mais de uma corrente norteadora para uma definição de saúde, todas surgem em diferentes períodos históricos, mas algumas continuam a coexistir até os dias atuais. Uma das primeiras concepções do que era saúde teve origem por volta dos anos 400 a.C, quando Hipócrates de Cós - o “pai da Medicina” - postulou a existência de quatro fluidos principais no corpo: bile amarela, bile negra, fleuma e sangue. “Desta forma, a saúde era baseada no equilíbrio desses elementos. Ele via o homem como uma unidade organizada e entendia a doença como uma desorganização desse estado” (Scliar, 2007, p. 32). As teorias de Hipócrates permaneceram vigentes durante algumas centenas de anos, até que Galeno de Pérgamo (129 d.C - 199 d.C) revisitou a teoria humoral e “ressaltou a importância dos quatro temperamentos no estado de saúde. Via a causa da doença como endógena, ou seja, estaria dentro do próprio homem, em sua constituição física ou em hábitos de vida que levassem ao desequilíbrio” (Scliar, 2007, p. 33). Já na Idade Média, na Europa, o conceito de saúde sofreu uma grande influência da religião, que interpretava a doença como resultado do pecado e a cura como questão de fé (Scliar, 2007). Foi apenas no século XVIII que o médico se tornou o ator principal nos cuidados com a saúde. Nesse período, houve a fundação do paradigma biomédico (Battistella, 2008) e com ele a construção de uma visão negativa da saúde, definida como ausência de doença. É até hoje o conceito mais difundido pelo senso comum e pela medicina, no qual, ao princípio, saúde e doença eram algo que estava fora do corpo humano, algo inerente à natureza. Além disso, a igreja ainda possuía forte influência na vida das pessoas e, nesse período, os representantes de Deus eram os responsáveis por “curar” os males da alma e do corpo. O médico já existia, mas sua figura era secundária no cuidado com a saúde. Foi no século XVIII que essa configuração social começou a mudar. Com o advento da clínica moderna, há uma substituição do poder religioso pelo cuidado médico (Battistella, 2008). Foucault (1977, p. XVII) comenta que, com o desenvolvimento da clínica médica, é apresentado ao médico um “novo perfil do perceptível e do enunciável”, uma nova distribuição dos elementos do espaço corporal, uma reorganização dos elementos que constituem o fenômeno patológico, uma definição das séries lineares de acontecimentos mórbidos e a articulação da doença com o organismo. Nesse mesmo período, ocorrem avanços nos estudos de anatomia e a busca pela doença passa a estar no corpo humano e não fora dele.

Os fenômenos são explicados pela nova racionalidade a partir de estudo baseado na observação e na experiência, nas mudanças morfológicas, orgânicas e estruturais. Nessa perspectiva, a saúde passa a ser entendida como o oposto lógico da doença. (Battistella, 2008, p. 53)

Esse paradigma negativo da saúde como ausência de doença só foi enfrentado no século XX, quando em 1943 o médico e filósofo francês George Canguilhem apresentou o conceito de “normatividade biológica”. Porque até então a concepção que se tinha de normalidade, de estar/ser saudável, estava relacionada com normas fixas, quando para Canguilhem a normalidade consiste na capacidade de variação do organismo às mudanças circunstanciais do meio externo e interno, que também são variáveis (Brito, 2017). Canguilhem defende o conceito de saúde como uma norma de vida superior, que corresponde à capacidade dos seres vivos de superar a doença e as modificações do meio através da criação de suas próprias normas. Sobre esse aspecto, o patológico não é percebido como a ausência da norma, mas como uma normatividade restrita, uma norma de vida inferior. A noção de saúde, para Canguilhem, refere-se, simultaneamente, ao individual e ao meio. O autor apresenta o conceito de saúde como um estado e uma ordem que acontecem ao corpo. E o corpo, o autor compreende que é, ao mesmo tempo, um dado e um produto. O corpo é um dado “porque é efeito singular dos componentes de um patrimônio genético (genótipo), e um produto devido à sua inserção em um meio específico, seu modo de vida escolhido ou imposto, que contribui para singularizar suas capacidades” (Brito, 2017, p. 102). Foi o trabalho de Canguilhem que serviu de base para a inclusão de determinantes socioculturais e econômicos na concepção de saúde e doença.

O homem sadio que se adapta silenciosamente às suas tarefas, que vive sua verdade de existência na liberdade relativa de suas escolhas, está presente na sociedade que o ignora. A saúde não é somente a vida no silêncio dos órgãos, é também a vida na descrição das relações sociais. (Canguilhem, 2005, p. 44)

Poucos anos após a publicação de Canguilhem acima citada, com o final da Segunda Guerra Mundial, a Organização das Nações Unidas (ONU) criou uma entidade chamada Organização Mundial da Saúde (OMS). Em seu documento de constituição, do ano de 1946, a OMS define saúde como um “completo estado de bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doença ou enfermidades”<sup>1</sup>. Surge então a corrente que defende um conceito de saúde como bem-estar. Embora a definição ainda seja a mais utilizada para o conceito de saúde, pesquisadores da área fazem críticas à pouca objetividade da expressão. Autores como Lunardi (1999) apontam que um estado de completo bem-estar é algo inalcançável, para além de remeter a algo que deve ser buscado constantemente, que não leva em consideração a individualidade de cada ser humano e coloca todos na busca de um lugar-comum. Para Batistella (2008), a tentativa de definir um estado de bem-estar mental e social pode supor uma existência sem

---

<sup>1</sup> Constituição da Organização Mundial da Saúde (OMS/WHO), de 1946. Disponível em: <http://www.who.int/about/mission/en/>

angústias ou conflitos, algo que é inerente a cada ser humano. Brito (2017, p. 102) argumenta ainda que “ao não distinguir saúde e normalidade, patologia e anomalia, essa definição permite que qualquer variabilidade seja considerada como patológica e, conseqüentemente, como medicável”. Algumas teorias surgiram em contraponto à conceituação de saúde apresentada pela OMS. Em 1977, surgiu a Teoria Bioestatística da Saúde (TBS), criada por Christopher Boorse. Na TBS, a saúde volta a ser definida de forma negativa como a ausência de doença. Além disso, Boorse defendia a objetividade na distinção entre saúde e doença, relacionando a última “ao cumprimento deficiente de uma função biológica que se encontra comprometida porque um dos componentes dessa função acha-se fora da normalidade estatisticamente definida” (Almeida Filho & Jucá, 2002, p. 883). Boorse desconsiderava a individualidade dos sujeitos como condicionantes de uma teoria da saúde, para o autor a saúde deveria ser baseada exclusivamente em dados objetivos ligados a fatos biológicos de natureza, recusando todas as dimensões valorativas. Nos anos 1980, surgiram duas teorias como crítica à definição da OMS e com influência do trabalho de Canguilhem. Em 1986, Christophe Dejours apresenta uma concepção de saúde como uma sucessão de compromissos com a realidade. Já em 1987, Lennart Nordenfelt apresenta e defende a Teoria Reversa, pois inverte a concepção convencional de saúde. Nessa teoria não há fronteira entre saúde e doença, mas gradação, tendo como referência o que é aceitável para a pessoa, pois para identificar a doença se deve ter em consideração a experiência subjetiva do sujeito (Brito, 2017; Gaudenzi, 2016).

Embora a maior parte dos programas governamentais de saúde sejam baseados em um viés normativista e positivo de saúde, nota-se que a cobertura midiática sobre o tema ainda sustenta seu discurso em um paradigma negativo da saúde como ausência de doença. No entanto, é importante considerar que o conceito de saúde “reflete a conjuntura social, econômica, política e cultural” (Scliar, 2007, p. 30) de um determinado local e que para analisar os conteúdos jornalísticos sobre saúde de países diferentes, como no caso da presente pesquisa, é necessário perceber o que cada sociedade compreende como saúde e respeitar esse pensamento. Muitos outros autores corroboram esta lógica, alegando que a linha entre doença e saúde, como observamos, vem sendo traçada e retraçada ao longo dos anos e das novas abordagens multidisciplinares que se debruçam sobre a área. Pinto Coelho (2013), citando diversas pesquisas, destaca que essa linha entre saúde e doença é socialmente delineada e socialmente estruturante e adquire sentidos particulares em culturas diferentes, que embora sociais não deixam de ser experiências individuais e únicas. A autora ainda explica que, há mais de três décadas, a significância cultural da saúde tem vindo a crescer

nas sociedades - cabe aqui salientar que essa afirmação reflete um recorte específico do hemisfério norte -, onde a saúde não é algo que se tem, mas se trabalha diariamente e individualmente para “alcançar”, ou, pelo menos, “afastar” a ameaça de doenças.

Conceituar o termo comunicação também não é tarefa simples, mesmo que algumas ideias sejam comuns a mais de um pesquisador. A primeira vez que se refletiu sobre a comunicação humana foi durante o século V a.C, na Grécia, quando filósofos pré-socráticos exerceram a comunicação como prática de poder (Berlo, 1991; Hohlfeldt, 2001). Platão (427-327 a.C) teria sido o primeiro a estudar esse fenômeno, que teve continuação com Aristóteles (384 a.C - 322 a.C) e a criação da Retórica. Etimologicamente, o primeiro significado da palavra comunicação tem origem no latim *communicatio*, cuja interpretação pode ser “atividade realizada conjuntamente”. O termo *communicatio* era utilizado no vocabulário religioso do cristianismo antigo para referir o “ato de tomar a refeição da noite em comum” (Martino, 2001, p. 13), praticado nos mosteiros. Já o termo comunicar, mais próximo de como o conhecemos atualmente, deriva do latim *communicare*, que significa tornar comum a muitos, partilhar (Serra, 2007). Na França, o termo remonta ao século XIV, utilizado por Nicole Oresme - filósofo e físico que foi conselheiro do Rei Carlos V (França, 2001); já na língua inglesa, a palavra surgiu no século XV como “nome de ação” (Serra, 2007). Foi somente no século XVII que o vocábulo estendeu o seu campo semântico para os meios e vias de comunicação, e no século XX passou a designar predominantemente a mídia, como a imprensa, o rádio, etc. (Serra, 2007).

Como referido, o conceito de comunicação possui certos elementos comuns a vários pesquisadores. Ele pode ser compreendido como um processo social básico de produção e partilha de sentido através da materialização de formas simbólicas. Ou seja, a comunicação pode ser entendida como um processo porque desenvolve-se em determinado tempo e espaço que são contínuos, é um conceito em constante evolução no qual coexistem e interagem múltiplas variáveis (Berlo, 1991; França, 2001; Hohlfeldt, 2001; Martino, 2001; Sousa, 2006).

Em suma, vista como um processo social, a comunicação configura-se como uma relação social que cria vínculos e elos, sendo indispensável à sobrevivência do homem, individualmente e enquanto espécie, bem como à manutenção da sociedade ou, paradoxalmente, à mudança social. (Sousa, 2006, p. 64)

De fato, definir um conceito para a palavra comunicação envolve uma passagem pela sua composição e construção ao longo de milhares de anos. Para utilizar o termo comunicação no presente estudo, talvez o mais acessível seja compreendê-la como um processo, conforme definem os pesquisadores acima mencionados. Um processo que

pode ser desenvolvido tanto através de um código verbal quanto não-verbal (Berlo, 1991), cujas características comuns são a presença de uma consciência e a partilha de significados.

Como em outras áreas do processo comunicacional, a comunicação em saúde deve ser baseada na troca de informação bidirecional, e até multidirecional, que utiliza um sistema de sinais e comportamentos comuns aos participantes do processo (Schiavo, 2007). A delimitação da comunicação em saúde como um campo de estudo enfrenta dificuldades na sua definição básica e na delimitação de um paradigma comum. Não há um conceito ou uma definição única para a comunicação em saúde, justamente pela complicada tarefa de conceituar e definir “saúde”. O que é possível aferir são as tentativas de diferentes áreas de pesquisa em unir esforços para o desenvolvimento da comunicação em saúde como campo de pesquisa. Lopes, Araújo e Fernandes (2014, p. 28) definem o campo como “um conjunto de processos e mensagens à volta de temas de saúde”, cujo objetivo é contribuir para a diminuição dos desequilíbrios e desigualdades entre os membros de uma sociedade através da divulgação e desenvolvimento do conhecimento,

(...) testando e implementando estratégias de comunicação adequadas a este objetivo e que podem incluir campanhas nos media, programas de educação-entretenimento, esforços de *media advocacy*, soluções de novas tecnologias ou intervenções de comunicação interpessoal. (Ruão, 2014, p. 18)

Outro paradigma que orienta uma possível definição da área da comunicação em saúde é a abordagem Operacional. Pesquisadores influenciados por essa ideia levam em conta o Contexto da Comunicação e o Tema da Comunicação para determinar o que é comunicação em saúde. O paradigma do Contexto da Comunicação concentra-se nos fatores situacionais e ambientais que afetam o ato de comunicar. Como exemplo dessa linha de pensamento, temos a definição proposta por Kreps e Thornton (1992), segundo a qual a comunicação em saúde pode ser definida pela interação humana no processo de cuidado com a saúde. Já no paradigma do Tema da Comunicação, o objeto é a mensagem implícita na comunicação em qualquer nível e contexto, pois será comunicação em saúde se a mensagem abordar problemas de saúde (Ratzan & Payne, 1996). Entre os seguidores desse pensamento, temos a proposição de Ratzan *et al.* (1994, p. 352), que defende a comunicação em saúde como “a arte e técnica de informar, influenciar e motivar indivíduos, instituições e público sobre a importância das questões de saúde”.

Além dos paradigmas mencionados acima, Schiavo (2007) ainda acrescenta a tentativa de definição do campo através dos objetivos das mensagens, como: 1) informar e influenciar decisões; 2) motivar; 3) mudar comportamentos; 4) aumentar o

conhecimento e a compreensão sobre questões de saúde; 5) empoderar pessoas; 6) intercâmbio de informações. A autora explica que:

Por causa da natureza multidisciplinar da comunicação em saúde, muitas das definições podem parecer um pouco diferentes umas das outras. Mesmo assim, quando são analisadas, a maioria aponta para o papel da comunicação em saúde em influenciar e apoiar os indivíduos, comunidades, profissionais de saúde, formuladores de políticas ou grupos especiais, para adotar e sustentar uma prática comportamental, ou uma mudança política, que acabará por melhorar os resultados na saúde. (Schiavo, 2007, p. 3)

Na área das ciências da comunicação, de acordo com Lopes, Araújo & Fernandes (2014), as pesquisas no campo da comunicação em saúde podem ser divididas em duas áreas: 1) aquelas que adotam uma perspectiva baseada nos processos; 2) aquelas que adotam uma perspectiva baseada nas mensagens. Zoller & Dutta (2008) apresentam uma divisão mais específica, classificando as pesquisas da comunicação em saúde através dos seguintes paradigmas:

- a. Pós-positivista: com uma abordagem mais pragmática, estuda o *como* e não o *porquê* dos processos comunicacionais.
- b. Interpretativo: com ênfase na construção de significados relacionados com a saúde, estuda a forma como os significados se constituem através da interação.
- c. Crítico: preocupa-se em entender o papel da comunicação na construção e reiteração de relações de poder dominantes.
- d. Estudos Culturais: centra seus trabalhos na natureza cultural das interações e processos da comunicação em saúde, preocupando-se com os contextos em que os significados de saúde são constituídos.

Dentro do campo de pesquisa que estuda os processos comunicacionais, temos a proposta de análise do processo através dos Níveis de Comunicação (Ratzan & Payne, 1996). Para delimitar o objeto de estudo da área tem-se em consideração o nível intrapessoal, interpessoal, grupo pequeno, organizacional, massivo e público. Em uma busca pela definição da área da comunicação em saúde, Ratzan e Payne (1996) indicam que, dos níveis apresentados, dois são os mais abordados: interpessoal e comunicação de massa (massivo). O processo interpessoal tem como foco a comunicação face a face entre duas ou mais pessoas. As pesquisas nessa área, geralmente, referem-se ao processo comunicacional entre paciente/doente e prestadores de cuidados na saúde. Já as pesquisas da comunicação de massa têm como objetivo estudar a disseminação de mensagens para a promoção da saúde, a prevenção da doença e a transmissão de mensagens através de canais mediadores.

Há ainda pesquisadores que preferem dividir os estudos da comunicação em saúde de acordo com as linhas teóricas que seguem, que, por consequência, também refletem nos objetos de estudo e paradigma de saúde abordado. Como exemplo, Pinto Coelho (2013) argumenta que a investigação sobre os meios de comunicação social e saúde pode ser dividida em duas linhas: 1) investigação centrada em produzir teoria para reforçar a eficiência das estratégias institucionais de promoção da saúde e para apoiar as profissões da área; 2) investigação interessada em produzir teoria sobre a mídia e a saúde, através da problematização da realidade a partir de pontos de vista independentes dos institucionais. No interior dessas orientações de pesquisa encontramos, no primeiro caso, os estudos norte americanos com início na *Mass Communication Research* com o paradigma processual da comunicação (Fiske, 1990), que, mesmo ainda sendo um espaço onde a saúde é mais explorada, muitas vezes ignora a complexidade da interação com o público e interpreta a comunicação com um viés terapêutico. Ainda no contexto norte americano, Pinto Coelho (2013) explica que há uma

(...) vasta investigação enformada pelos conceitos de construção da agenda (Berkowitz, 1987), marcação da agenda (McCombs & Shaw, 1972) e de enquadramento ou *frame* (Entman, 1993; Reese et al, 2001), tem explorado o papel dos média no processo de medicalização de certas doenças, na promoção da ideologia da responsabilização do indivíduo pela saúde (Holton et al, 2012; Kim, 2007) e na legitimação das vozes oficiais em processos de decisão política relacionados com a saúde (Fowler, 2012; Tanner e Friedman, 2011). (Pinto Coelho, 2013, p. 11)

Em contraponto ao posicionamento das pesquisas realizadas nos Estados Unidos da América, que ignoram as especificidades e complexidades de saúde e doença, podemos encontrar a tradição europeia, especialmente no quadro dos estudos culturais e dos estudos discursivos, que se enquadram na segunda categoria proposta por Pinto Coelho (2013). São estudos interdisciplinares que oferecem uma perspectiva crítica do papel da mídia nos processos de construção social e cultural da doença, da saúde, do corpo, etc.

De qualquer forma, ao observar as pesquisas cuja área de atuação é apontada como comunicação em saúde, nota-se que são trabalhos cujo objetivo é estudar os processos comunicacionais que ocorrem sobre a temática da saúde, seja a relação interpessoal entre médicos e pacientes, seja o relacionamento das pessoas com as informações recebidas sobre a temática, as mensagens em si, a produção de conteúdo, etc. De acordo com Magalhães, Lopes e Costa-Pereira (2017), o campo da comunicação em saúde é formado pelos estudos da literacia em saúde, marketing social, comunicação de risco e jornalismo de saúde. De forma resumida, considerando o objetivo da área de pesquisa da comunicação em saúde, é possível defini-la como o estudo e o uso de

métodos e estratégias comunicacionais para informar e influenciar as decisões de um indivíduo, ou grupo, no que refere aos cuidados com a saúde, através de uma abordagem multifacetada e multidisciplinar com o intuito de introduzir, adotar um comportamento, prática ou política que melhorem os resultados na saúde (Ratzan, Payne & Bishop, 1996; Freimuth & Quinn, 2004; Schiavo, 2007; Espanha, 2009). Na definição acima apresentada, observa-se, como aponta Bourdieu (1989), os limites indefinidos e porosos dos campos, pois a comunicação em saúde é constituída por elementos de cada campo de forma separada, porém na sua interface (Araújo & Cardoso, 2007).

Historicamente, a comunicação em saúde como campo de estudo concreto tomou forma nos anos 1970. Porém, a criação do conceito de escola de saúde pública, no final do século XIX e início do século XX, tem um importante papel no desenvolvimento da área de pesquisa da comunicação em saúde. Embora os primeiros institutos de saúde pública tenham surgido nos anos 1880 - como o *Pasteur Institute*, criado em 1888 em Paris, e o *Koch's Institute*, criado em 1891 em Berlim -, foi somente com a criação da *Rockefeller Sanitary Commission*, em 1909, nos Estados Unidos, que o conceito de escola de saúde pública passou a ser abordado como um sistema de educação em saúde com afiliações universitárias, pesquisa intensiva e de forma separada das escolas de medicina (Gebbie, Rosenstock & Hernandez, 2003; Evans, 2009). Até os anos 1930, as escolas de saúde pública detinham linhas de pesquisa limitadas a temas biomédicos. Após a Segunda Guerra Mundial, as escolas passaram a trabalhar mais com questões sociais e econômicas da saúde. O campo da saúde pública começou a desenvolver pesquisas nas áreas da bioestatística, epidemiologia, ciências da saúde e ambiente, administração de serviços de saúde, e ciências sociais e comportamentais (Gebbie, Rosenstock & Hernandez, 2003). De acordo com Personi (2009), foi na década de 1940 que apareceram os primeiros pressupostos teóricos para a formação do campo da comunicação em saúde através do surgimento do Paradigma da Difusão de Inovações na sociologia rural. Embora alguns pesquisadores apontem o início do campo da pesquisa dos efeitos, processos e mensagens da comunicação em saúde com o projeto *The Stanford Heart Disease Prevention Program*<sup>2</sup>, nos Estados Unidos em 1971, existem artigos que analisam os efeitos dos meios de comunicação de massa e de ferramentas da educação para a saúde apresentados já nos anos 1953, como a pesquisa *A Method for Evaluating the Effectiveness of Health Education Literature*, de B. G. Greenberg, Mary Ellen Harris, Frances MacKinnon e Sidney S. Chipman, e o trabalho de 1960 *The Role of mass media in public health*, de William Griffiths e Andie Knutson. Já em 1971, como

---

<sup>2</sup> *The Stanford Heart Disease Prevention Program*, apresentado e publicado originalmente em 1976, no *Consumer Behavior in the Health Marketplace: A Symposium Proceedings*. Disponível em: <http://digitalcommons.unl.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1004&context=conhealthsymp>

referido, o professor de medicina Jack Ferquhar e o professor de comunicação Nathan Maccoby lançam o programa *The Stanford Heart Disease Prevention Program*, que tinha uma abordagem interdisciplinar, com componentes psicológicos, patológicos, bioquímicos, comportamentais e comunicacionais, com a aplicação de teorias como a Teoria do Aprendizado Social, a Teoria do Marketing Social e a já mencionada Teoria da Difusão de Inovações. De acordo com Bertol (2009), o programa utilizou a difusão de mensagens de prevenção de doenças cardíacas na mídia massiva.

Este programa não apenas mudou comportamentos de risco dos indivíduos, mas também criou normas na comunidade para promover a saúde do coração, normas que significaram uma revolução no estilo de vida daquela comunidade e levaram a números decrescentes nas taxas de mortalidade. Desde então, diversos outros programas bem-sucedidos seguiram o mesmo modelo, sedimentando um campo em franco desenvolvimento – a Comunicação da Saúde. (Bertol, 2009, p. 105)

Para Araújo *et al.* (2008), além dos pressupostos do campo da comunicação associados aos conceitos de inovação e difusão - que determina uma relação causal entre um processo comunicacional eficaz e o desenvolvimento individual e nacional -, a comunicação em saúde teve também influência das matrizes do campo da saúde que privilegiavam a narrativa biomédica e a prática de campanhas. Quatro anos após o desenvolvimento do programa *The Stanford Heart Disease Prevention*, especificamente no ano de 1975, a comunicação em saúde foi reconhecida como campo de especialidade das Ciências da Comunicação com a criação da “*Health Communication Division*” na *Internacional Communication Association* (ICA) (Lopes *et al.*, 2012). Para formal reconhecimento do campo, a revista *Health Communication* foi criada em 1989, na mesma década do aumento de exploração de temáticas de saúde nos meios de comunicação social devido à cobertura da epidemia da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (SIDA/AIDS) (Azevedo, 2012). Já em 1996 foi criada a segunda publicação sobre comunicação em saúde, *The Journal of Health Communication*, que define o campo como

(...) um campo de especialização dos estudos comunicacionais que inclui os processos de *agenda setting* para os assuntos de saúde; o envolvimento dos meios massivos com a saúde; a comunicação científica entre profissionais da biomedicina; a comunicação médico/paciente; e, particularmente, o planejamento e a avaliação de campanhas para a prevenção da saúde. (*The Journal of Health Communication*, fevereiro de 1996)

Como referido anteriormente, nas últimas quatro décadas o que se observou foi a ampliação dos objetos de estudo da comunicação em saúde, muito relacionada às evoluções das concepções de saúde, doença, ambiente, comunicação, mídia, etc., e ao próprio empenho do campo em questionar o que se compreendia, os pressupostos em vigor e o papel de cada ator social no processo da comunicação. Com o avanço das tecnologias, tanto na área da saúde quanto da comunicação, tornou-se necessária a

readequação dos objetivos da comunicação em saúde. Perante uma infinidade de tratamentos e equipamentos médicos, fórmulas de estilo de vida e informação sobre saúde, o objetivo final da comunicação em saúde é formar um indivíduo informado e capacitado para fazer escolhas inteligentes para si, sua família e comunidade, seja no cotidiano e/ou nas políticas públicas (Ratzan, 2015). Embora o presente trabalho exponha a comunicação em saúde como um campo de estudo específico, porque se acreditou ser pertinente, alguns pesquisadores criticam essa classificação com a justificativa de que a comunicação em saúde não possui rigor teórico, e precisa contar com a colaboração de outras áreas como a medicina, a saúde pública e a enfermagem (Hannawa et al., 2013).

No entanto, a comunicação em saúde é uma área de estudo e aplicação nova, com base em dois campos diferentes, mas que se complementam para alcançar um objetivo, o de promover e desenvolver a saúde. Através de uma pesquisa bibliográfica, foi possível observar que nos últimos anos o paradigma mais influente na comunicação em saúde, e o que aparenta deter a preferência da maior parte dos pesquisadores, é o que se refere ao papel da comunicação na promoção da saúde. Sobre esse novo conceito cabe explicar que o termo promoção da saúde refere-se a uma combinação de estratégias, entre ações do Estado, da comunidade, do indivíduo, do sistema de saúde e de parcerias intersetoriais, ou seja, a uma questão de responsabilização múltipla no processo saúde-doença-cuidado (Buss, 2009). O paradigma da promoção da saúde teve suas bases conceituais e políticas determinadas na Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde, realizada pela primeira vez em Ottawa (Canadá), em 1986, depois em Adelaide (Austrália), em 1988, e em Sundsvall (Suécia), em 1991. Dessa forma, surgiu como contraponto ao paradigma biomédico dominante nos cuidados com a saúde, como uma reação à acentuada medicalização das pessoas na sociedade e no interior do sistema público (Buss, 2009).

Com base na literatura existente sobre comunicação em saúde, o campo de estudo dessa área pode ser resumido da seguinte maneira (ver tabela 1):

**Tabela 1: Objetos de estudo e objetivos de pesquisa da Comunicação em Saúde**

Objetos		Objetivos
<b>Níveis de comunicação</b> (Processo)	Intrapessoal	Estudar a reflexão, pensamento do próprio indivíduo.
	Interpessoal	Analisar a relação entre dois ou mais atores sociais.
	Grupo Pequeno	Estudar a relação entre membros de um mesmo grupo, comunidade.
	Organizacional	Estudar o processo comunicacional que acontece em uma empresa, instituição.
	Massivo	Analisar os processos de comunicação dos meios de comunicação de massa.
<b>Operacional</b> (Processo/Mensagem)	Contexto	Estudar as questões situacionais que influenciam no processo de comunicação.  Analisar as questões ambientais que influenciam no processo de comunicação.
	Tema	Analisar qualquer processo comunicacional cuja temática envolva saúde.
<b>Objetivos da mensagem</b> (Mensagem)	Informar/ Influenciar	Na tomada de decisões.
	Motivar	Cuidados com a saúde.
	Mudar comportamentos	Em busca da saúde e bem-estar.
	Aumentar conhecimento	Sobre os temas de saúde.
	Empoderar/ Autonomia	Dar autonomia através da informação e conhecimento.
	Intercâmbio	Troca de informações.

Fonte: Elaboração da autora com base nas propostas de Ratzan, Payne & Bishop (1996), Schiavo (2007), e Lopes, Araújo & Fernandes (2014).

A presente pesquisa leva em consideração, para seu desenvolvimento, que o campo da comunicação em saúde é multidisciplinar e está em constante evolução. Por se tratar de um processo, varia de acordo com o contexto cultural, social, temporal e econômico, mas tem como linha de pensamento norteadora o paradigma da promoção da saúde. Os objetivos da comunicação em saúde, como campo de pesquisa, são estudar

os processos comunicacionais sobre a temática saúde - de acordo com a sua concepção para cada comunidade - nos níveis intrapessoal, interpessoal, grupo pequeno, organizacional e massivo; assim como o contexto em que ocorrem. Para auxiliar no processo de promoção, a comunicação em saúde também visa estudar a produção de mensagens cujos objetivos envolvem a informação, influência, motivação, mudança de comportamento, desenvolvimento da autonomia da pessoa e o intercâmbio de informações entre os atores sociais do processo comunicacional.

## 1.2 Perspectiva de saúde na mídia

Em uma sociedade em que os meios de comunicação de massa constroem representações da vida cotidiana e dos valores, nota-se que a abordagem sobre saúde na mídia parece envolver um círculo vicioso no qual os meios de comunicação pautam a sociedade, ao mesmo tempo que refletem o discurso e o imaginário da mesma. Hodgetts corrobora essa perspectiva ao referir que “a mídia apresenta uma grande variedade de histórias de saúde para consumo público, tanto refletindo como informando o discurso público” (Hodgetts, 2012, p. 25).<sup>3</sup> A maior parte das narrativas sobre saúde que circulam nos meios de comunicação social, e de que as pessoas se apropriam, são pautadas por “graus de diferentes incertezas e de desinformação do público” (Oliveira, 2013, p. 4). Sobre essa representação midiática da saúde e da doença, Fonsêca e Gomes (2015) alertam para o fato de que os meios de comunicação social não as representam de uma única forma, porque alguns temas detêm maior visibilidade midiática que outros. Acontecimentos com características excêntricas, inéditas, que atingem um grande número de pessoas de forma abrupta, que afetam o mundo artístico e das celebridades, assim como grandes descobertas da medicina para a revalidação de valores da sociedade contemporânea (como medicamentos para perda de peso, atitudes para retardar o envelhecimento) têm grandes chances de ser evidenciados.

Mesmo com o campo da comunicação em saúde desenvolvendo pesquisas a partir do paradigma da promoção da saúde, o que se observa na cobertura midiática sobre temas da área é o oposto. Os produtos midiáticos sobre saúde adotam uma abordagem maniqueísta de embate do bem contra o mal, ou da cura versus a doença (Bortoliero *et al.*, 2015). Os meios de comunicação de massa tendem a considerar o tema da saúde de forma negativa, como ausência de doença (modelo biomédico), e um conjunto de metas para atingir o bem-estar. O que se observa, e as pesquisas corroboram, é que as temáticas sobre saúde abordadas pelos meios de comunicação de massa podem ser divididas em três grupos que refletem a abordagem negativa sobre saúde: 1) Doença; 2) Formas de

---

<sup>3</sup> Tradução da autora do original “Media present a large array of health stories for public consumption, both reflecting and informing public discourse”.

tratamento; 3) Prevenção. Para Lerner e Ferraz (2012, p.s/n) a doença em si já possui um grande apelo “no agendamento pela atualidade, singularidade, peso social e magnitude do fato”, ou seja, possui quase todos os valores-notícia capazes de transformar um acontecimento em produto jornalístico. Dentro da categoria “doença”, ainda é possível dividi-la em subcategorias de fatos que possuem indicadores para transformarem-se em notícias. Como referido anteriormente, acontecimentos que envolvem um grande número de pessoas possuem apelo midiático, dessa forma, surtos de doenças ou epidemias são alguns dos tópicos mais abordados na cobertura dos meios de comunicação de massa, não somente através do jornalismo, mas do entretenimento por exemplo em séries de televisão e produções cinematográficas. A pandemia que aterrorizou a população nos anos 1980 e 1990, e ainda é endêmica em muitos países, transformou a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (SIDA/AIDS) na doença mais midiática da história (Tabakman, 2013), antes da pandemia de Covid-19, com início em março de 2020. A presença de uma personagem enigmática e/ou carismática também é um valor apreciado pelos produtores de conteúdos. Nesse caso, as doenças raras geralmente são narradas através da perspectiva do doente. Casos assim costumam envolver pessoas que possuem alterações genéticas que causam malformações ou outros problemas. No jornalismo, esses casos também costumam envolver descobertas de tratamentos, situações de preconceito ou dificuldades financeiras como consequência das limitações enfrentadas pelo doente ou pela família. Outra perspectiva da doença abordada pelos meios de comunicação tem relação com as descobertas científicas e avanços tecnológicos. São as doenças novas, modificadas ou ressurgidas, como os tipos de gripe, o retorno de doenças erradicadas como a poliomielite, ou enfermidades que estavam controladas como o sarampo. Dessa forma, a categoria “doenças” da cobertura midiática pode ser dividida em subcategorias, conforme a tabela 2: Surtos, epidemias e pandemias, Doenças raras, Doenças novas, modificadas ou ressurgidas.

**Tabela 2: Categoria “doença” e suas subdivisões**

<b>Categoria</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>Características</b>
<b>Doenças</b>	<b>Surto, epidemias, pandemias</b>	Atingem um grande número de pessoas em determinado local, região ou ainda a nível internacional. Ex: SIDA/AIDS
	<b>Raras</b>	Atingem poucas pessoas em relação ao contingente populacional. Geralmente os tratamentos também são raros e caros. Ex: Doença de Milroy
	<b>Novas, modificadas, ressurgidas</b>	Doenças que nunca foram catalogadas, investigadas ou até mesmo não existiam até determinado período. Agentes causadores de enfermidades que sofreram mutações e por consequência a doença causada também sofreu modificações. Doenças consideradas extintas ou controladas que retornam em determinados contextos.

Fonte: Elaboração da autora com base em Tabakman (2023), FôNSECA e GOMES (2015) e BORTOLIERO et al (2015).

Outro grupo que pode ser considerado uma categoria das temáticas sobre saúde na mídia, é o de “Formas de Tratamento”, no sentido de terapia para combate ou controle da doença. Esse grupo também pode ser dividido em subcategorias que abordam temas como: medicação, descobertas científicas, custos e investimentos e serviço público de saúde. O incentivo ao uso de medicação é um problema característico da atualidade, devido principalmente aos meios de comunicação de massa. Com o avanço da tecnologia, da indústria farmacêutica, da propaganda e do entretenimento massivo, é comum observar-se na mídia incentivos para compra e uso de medicações que não necessitam de consentimento médico ou de outros especialistas. Para Tabakman (2013), a automedicação é uma questão cultural com grande influência da mídia através de uma cobertura do tipo saúde versus doença, na qual saúde e consumo de serviços, tecnologias e produtos estão associados. A autora ainda ressalta que a mídia estimula a demanda exagerada de diagnóstico e intervenções. De acordo com Bueno (2015), a automedicação presente na sociedade reflete o modelo positivista da ciência e da mídia, que contempla uma causa orgânica objetiva como responsável por todas as doenças e difunde as vantagens incertas da medicalização, tecnificação do tratamento e cura. Lefèvre complementa que a visão mecanicista do corpo faz o indivíduo

(...) sentir-se cada vez mais ignorante e impotente em relação a seu próprio corpo (...) induz o indivíduo à automedicação, ou, mais genericamente, à apropriação indébita de instrumentos e processos técnicos, dos quais faz uso leigo, numa tentativa desesperada e irracional de recuperar o controle e a gerência do funcionamento cotidiano de seu corpo. (Lefèvre, 1999, p.89)

Na categoria “Descobertas Científicas” encaixam-se os produtos jornalísticos e de entretenimento sobre o desenvolvimento de pesquisas relativas à cura, novos métodos de tratamentos, novos fármacos, quantidade e qualidade da alimentação, prática de exercícios, etc. Nessa subcategoria as fontes especializadas, oficiais ou não, são utilizadas até a exaustão. Além disso, como salienta Tabakman (2013), outro erro que acomete os produtores de conteúdos nesse tópico é o uso de trabalhos científicos preliminares como fontes de informação. São as notícias que começam por frases como “estudos apontam”, “pesquisa publicada”, “estudo realizado”, mas que não abrangem a totalidade do assunto e o contexto da pesquisa. As principais fontes desse tipo de produto jornalísticos são as publicações especializadas e os próprios autores dos estudos. Cavaca *et al.* (2015, p. 3570) relatam que a agenda da comunicação midiática da saúde “parece definir-se, principalmente, a partir da divulgação do desenvolvimento da investigação biomédica e farmacêutica e aspectos ligados à governação da saúde ao nível nacional”. É um modelo hegemônico que tem a divulgação científica como suficiente para a compreensão pública da ciência (Bortoliero *et al.*, 2015).

Outra subcategoria observada nas produções sobre saúde é a que aborda os “Custos e Investimentos” na área. Tratam do que Epstein (2015) chama de um paradigma da *Economia da Saúde*, quando o espaço ocupado por cada tema sobre saúde nos meios de comunicação social está relacionado com os encargos médicos e sociais da doença. Em países que possuem um sistema nacional de saúde pública, como os estudados nesta pesquisa, costuma ser comum a publicação de impasses entre verbas e custos reais, administração pública da saúde, além de, porém com pouca frequência, os serviços, limitações e abusos dos planos de saúde privados. Muito dessa fiscalização sobre os serviços públicos tem origem no sentido de quarto poder adotado pelo jornalismo, enquanto no entretenimento o atendimento de saúde privado é retratado como sinônimo de eficácia e empenho. Bortoliero *et al.* (2015), destacam que a noção de notícia como mercadoria é um eixo central na forma de abordagem dos temas sobre saúde, especialmente porque há uma lógica capitalista que rege os sistemas de divulgação: “a saúde é exposta na mídia como caso de polícia, propaganda, consumo de remédios e tornando a indústria farmacêutica a maior merecedora de crédito por estarmos vivos” (Bortoliero *et al.*, 2015, p.145). Além de fazer parte da subcategoria “Custos e Investimentos”, os cuidados públicos com a saúde também podem ser creditados a uma subcategoria própria de “Serviços e Políticas Públicas”. Embora nessa classificação as produções tenham um viés mais político e econômico, não deixa de tratar-se de temas sobre saúde. O sistema de formação e aplicação de políticas públicas é complexo. O Estado é o agente promotor e também é o responsável pela criação, desenvolvimento e implantação das políticas públicas (Penteado & Fortunato, 2015). No entanto, esse

sistema é influenciado por fatores internos (agentes, burocracia, normas institucionais e interesses políticos), fatores externos (movimentos populares, grupos de interesse, mídia, entre outros) e fatores estruturais, pela cultura política e conjuntura política (Penteado & Fortunato, 2015). A influência da mídia como fator externo, de acordo com Penteado e Fortunato, está na capacidade de dar visibilidade a questões que fazem parte do processo de criação e implantação das políticas públicas, como divulgar acontecimentos que levam à pressão da opinião pública, apresentação das alternativas para solucionar o problema, visibilidade das opções apresentadas por agentes políticos, visibilidade da implantação de determinada política pública e divulgação dos resultados dessa implantação. No caso de temas sobre políticas públicas e saúde, a agenda midiática possui forte influência da agenda política e vice-versa, das fontes oficiais mais do que das especializadas. Nessa determinada subcategoria observa-se os conteúdos relacionados à legislação, estrutura de instituições públicas de saúde, serviços oferecidos (ou em falta) pelo Governo, greves, reivindicações da população, entre outros temas. Os produtos midiáticos dessa subcategoria possuem um forte sentido de denúncia, fiscalização e cobrança.

(...) a saúde é uma área de cobertura jornalística que gera muita audiência, já que o tema é sensível e está, na maioria das vezes, ligado à ausência de algum serviço ou atendimento, sendo um assunto apelativo para a população e, conseqüentemente, gerando mais audiência para os veículos de comunicação. (Menezes, Wanderley & Braga, 2012, p. 09)

A categoria “Tratamentos” inclui subcategorias que fazem referência a temas como medicação, descobertas científicas, custos e investimentos na área da saúde e serviço e políticas públicas. Nessa categoria pode-se observar a associação entre saúde e consumo que faz parte das narrativas midiáticas, uma busca da cura através do uso de medicamentos, investimento em novos meios de diagnóstico e terapia, cobrança perante as políticas públicas e a aposta na indústria farmacêutica e tecnologia. A tabela 3 apresenta a categoria e seus temas:

**Tabela 3: Subcategorias e temas da categoria Tratamentos**

<b>Categoria</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>Temas</b>
<b>Tratamentos</b>	<b>Medicação</b>	Novos fármacos, métodos de uso de medicamentos, disponibilidade de produtos em serviços públicos e meio hospitalar.
	<b>Descobertas Científicas</b>	Cura, novos métodos de tratamentos, novas práticas descobertas pela ciência para melhorar a qualidade de vida, novas tecnologias para diagnóstico, novas patologias, etc.
	<b>Custos e Investimentos</b>	Impasses entre verbas e custos reais, administração pública da saúde, serviços, limitações e abusos dos planos de saúde privados, disponibilidade de verbas, estrutura de instituições médicas, investimento em equipamentos e tecnologia.
	<b>Serviços e políticas públicas</b>	Legislação, estrutura de instituições públicas de saúde, serviços oferecidos (ou em falta) pelo Governo, greves, reivindicações da população junto ao poder público.

Fonte: Elaboração da autora com base em Lefèvre (1999), Tabakman (2013), Bortoliero et al (2015), Bueno (2015), Cavaca et al (2015), Epstein (2015) e Penteadó e Fortunato (2015)

O paradigma da promoção da saúde defende o papel da mídia na educação e conscientização do indivíduo para com o seu próprio corpo e saúde. Muitas pesquisas na área da comunicação em saúde apontam que os meios de comunicação de massa não divulgam narrativas de prevenção e cuidados constantes com a saúde. Para Zanatta, Macário e Zanatta (2017), o modelo de divulgação seguido pela mídia reproduz uma desvalorização da prevenção e reforça um modelo alicerçado na autoridade médica. No entanto, especialmente na última década, nota-se a crescente preocupação do ser humano não só com a saúde, mas também com a apresentação de uma forma física “ideal” e, por consequência, as produções midiáticas sentiram-se inclinadas a trabalhar com temáticas de prevenção. Alguns autores não compreendem a abordagem midiática de temas sobre saúde apenas como prevenção, mas também como propagação da ideia de risco. Amaral, Laguardia e Cardoso (2017, p. 4) alegam que no campo da saúde “o risco individualiza-se e está ancorado numa perspectiva epidemiológica que o define como probabilidade de ocorrência de um evento em uma dada população”. Informar sobre o risco é uma das formas mais utilizadas pela mídia para divulgar a prevenção, pois aponta mudanças de comportamento que permitem aos indivíduos ultrapassar as ameaças cotidianas à sua saúde. Essa abordagem do risco como forma de prevenção surgiu com a mudança paradigmática da medicina moderna para a medicina contemporânea e a noção de causa atrelada à enfermidade. O contexto epidemiológico da medicina moderna envolvia a compreensão de doenças infectocontagiosas, cuja

origem estava em um agente patogênico externo e que também supunha proximidade temporal entre contágio e aparição dos sintomas (Paz, 2006). Nesse contexto, a concepção de causalidade permitia duas formas de prevenção: 1) médica, através da vacinação e 2) política, através da melhoria de condições sociais e combate à desigualdade. Como se vê, o papel do indivíduo não era relevante. Já a medicina contemporânea lida com doenças crônico-degenerativas, como câncer, osteoporose, Alzheimer, etc., e dentro desse contexto epidemiológico, a noção de causa é o fator de risco (o que amplia as chances de adoecer). Além disso, o intervalo temporal entre a exposição e o aparecimento da doença deixa de ser curto e passa a ser longo. Com isso, as narrativas midiáticas passam a ser endereçadas, não aos que estão doentes, mas aos que podem adoecer (Paz, 2006) – o que Paulo Paz (2006) denomina como estado de quase-doença generalizado. “Do ponto de vista do estado inicial, a epidemiologia dos fatores de risco, as descobertas genéticas e a ampliação da distância temporal entre diagnóstico e manifestação subjetiva da doença convidam todo indivíduo a cuidar de si enquanto não sente nada” (Paz, 2006, p. 92).

Além de incentivar comportamentos individuais e estilos de vida a serem seguidos, as narrativas sobre prevenção na mídia também refletem a ideia de que, ao possuir um serviço nacional de saúde, as práticas preventivas devem partir do Governo. Por esse motivo, também é possível analisar os produtos midiáticos através da categoria “Prevenção” e de subcategorias como: 1) Estilo de vida; 2) Descobertas científicas; 3) Políticas Públicas.

Na subcategoria “Estilo de Vida” as narrativas são uma espécie de prescrição, ou orientação, de como se deve agir para evitar doenças, ter aspecto físico condizente com as expectativas da sociedade em que se habita e prolongar a vida. De acordo com Paz *et al.* (2007), nas coberturas midiáticas sobre saúde a narrativa apresentada tem o sofrendor como vítima de seus comportamentos inadequados. Os autores explicam:

(...) colesterol alto é causado por alimentação gordurosa, câncer de pulmão pelo fumo, etc. Essa forma singular de posicionamento é convite à atividade. O discurso estabelece, aqui, a possibilidade de uma distinção social: não entre agressores e vítimas, mas entre quem sabe e quem não sabe cuidar de si. (Paz *et al.*, 2007, p. s/n)

Algo que Correia (2006, p.2) define como culto à saúde sob a representação do corpo com músculos definidos e magro, a estigmatização do doente “e das práticas sociais que, por acção ou omissão, estão associadas à contracção de doenças”. Além disso, as novas concepções de saúde, como o paradigma da Promoção da Saúde, dividem a responsabilidade dos cuidados entre Estado e indivíduo. Algumas pesquisas realizadas no campo da comunicação em saúde, sobre a perspectiva adotada pelos meios de

comunicação social, apontam, em sua quase totalidade, para a participação da mídia na repercussão da “responsabilidade individual”. Essa noção de que cada pessoa é responsável pela própria saúde tem relação com o que Bortoliero (1999) chama de modelo endógeno de compreensão da doença, e que entende a doença não como entidade exterior, mas como parte do interior do sujeito. Já Espanha (2009) vê a responsabilidade individual pelos cuidados com a saúde como algo positivo devido a grande quantidade de informações disponíveis. A autora refere que essa quantidade de informação sobre saúde disponível atualmente na mídia leva ao aumento, ou desenvolvimento, da “autonomia do sujeito” (Espanha, 2009, p. 2). Sobre esse aspecto defendido pelo paradigma da Promoção da Saúde, Teresa Ruão e colaboradores acrescentam que a divulgação de informações sobre saúde na mídia passou a ser compreendida como uma forma privilegiada para “aumentar o conhecimento e a consciência das populações sobre os assuntos de saúde, bem como influenciar as suas percepções, crenças e atitudes, muito para além do clássico modelo de comunicação médico-paciente” (Ruão *et al.*, 2012, p. 277). A mudança de hábitos de vida é, quase sempre, apresentada como a primeira alternativa para reduzir as chances de adoecer, a medicalização aparece como segunda opção, necessária se a mudança no cotidiano não for suficiente (Paz, 2006). As descobertas científicas são uma das principais formadoras da agenda midiática. As narrativas de prevenção são marcadas por declarações de cientistas sobre pesquisas que relacionam causa e efeito. A divulgação de resultados de pesquisas perpassa por todas as categorias de temas relacionados à saúde, seja doença, tratamento ou prevenção, assim como o serviço e políticas públicas. Nas narrativas sobre prevenção e serviços e políticas públicas há a presença do apelo midiático às campanhas de vacinação, de conscientização e educação para a saúde promovidas pelo Governo, ou com o apoio do mesmo. Também se pode acrescentar o trabalho pela saúde pública realizado pelas entidades internacionais como a Organização Mundial da Saúde, Cruz Vermelha, Médicos Sem Fronteiras, etc. A tabela 4 apresenta, de forma resumida, as componentes da categoria Prevenção:

**Tabela 4: Subcategorias e temas da categoria Prevenção**

<b>Categoria</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>Temas</b>
<b>Prevenção</b>	<b>Estilo de Vida</b>	Indicação de mudanças de hábitos e atitudes; Representação de um exemplo a ser seguido; Medicalização preventiva.
	<b>Descobertas Científicas</b>	Descobertas de novas vacinas; Novos métodos e equipamentos para evitar doenças.
	<b>Serviço e políticas públicas</b>	Campanhas de vacinação; Responsabilização do Estado; Estruturas das instituições públicas; Entidades que trabalham pela saúde pública.

Fonte: Elaboração da autora com base em Paz (2006), Paz et al (2007) e Amaral, Laguardia e Cardoso (2017).

A cobertura midiática, por sua compreensão limitada de saúde como ausência de doença e por influência de muitos outros fatores relacionados aos meios de produção e divulgação, apresenta alguns problemas em todo o processo de transformar saúde em informação ou entretenimento:

Prevalece, portanto, um modelo positivista que contempla, recorrentemente, uma causa orgânica objetiva como responsável por todas as doenças e que proclama, sem espírito crítico, as vantagens duvidosas da medicalização, da tecnificação do processo de tratamento e cura (instrumentos de diagnóstico e remédios), inacessível, pelos seus altos custos, à maioria da população, e da hiperespecialização, que ignora a relação das partes com o todo e que prevê soluções simples e parciais para problemas complexos. (Bueno, 2015, p. 66)

Silva (2006, p.24) salienta que, para além de temáticas limitadas, o enquadramento da cobertura midiática sobre saúde enfrenta tendências como a personalização da informação, na qual há uma propensão para atribuir especial importância a atores individuais, além de ângulos de interesse humano; dramatização da notícia, ao enfatizar aspectos de crise e conflito; fragmentação da notícia, em que as informações são apresentadas de forma isolada, sem história ou contexto; e a tendência para apresentar notícias de forma normalizada, com dependência das fontes, as quais apresentam interpretações já formatadas. Além disso, o discurso dominante é o das fontes especializadas: médicos, instituições públicas ou privadas de saúde, enfermeiros, cientistas, indústria farmacêutica, entre outros. Para Malinverni e Cuenca (2017), os acontecimentos escolhidos para se tornarem produtos midiáticos sofrem grande influência dos discursos especializados e das indústrias da área, porque ao mesmo tempo que a cobertura midiática indica a possibilidade de um problema, ela apresenta uma suposta solução que geralmente envolve medicação ou terapia.

A cobertura do tema saúde ocorre sob dois grandes eixos temáticos, promoção da saúde e fatores de risco, que se entrelaçam e desdobram-se em variáveis de segurança/insegurança ontológicas assentadas sobretudo nos discursos peritos, com vistas a uma vida saudável. (Malinverni & Cuenca, 2017, p. 96)

Kucinsky (2002) credita às fontes de informação, utilizadas nas produções de notícias sobre a saúde, a incompleta formação de uma agenda de saúde nos meios de comunicação social. Para o autor, a dependência da área por fontes oficiais – como governantes – e especializadas – instituições governamentais de saúde, clínicas, laboratórios – leva a produção à um certo tipo de enquadramento, que mais tarde pode salientar características políticas, econômicas e sociais em detrimento do aspecto inicial: a saúde. Consequência do momento no qual a sociedade vive, a espetacularização da saúde é uma das características problemáticas da cobertura midiática. Seja em programas de televisão, livros, revistas, no cinema, no jornalismo, na publicidade, etc., o que se observa é a presença de aconselhamentos e exemplaridade comportamental de entidades ou indivíduos (Oliveira, 2013).

## **Conclusão do Capítulo**

Comunicação em saúde é um campo de estudo muito recente. Mesmo tendo sua base no conceito de escola de saúde pública, desenvolvido no final do século XIX, foi apenas nos anos 1970 que as pesquisas no campo aumentaram e ganharam maior notoriedade. No entanto, durante a sua evolução ao longo das décadas, teve os seus próprios conceitos definidores alterados de acordo com a compreensão histórica e social, tanto de comunicação quanto de saúde, que era adotada pela sociedade, como conceitos que nunca foram fixos e passaram – e passam – pela filosofia, religião, biologia, entre outros. Por muitos anos a crença dominante, e mais aceita na sociedade ocidental, foi a do paradigma negativo de saúde como ausência de doença. Apenas no século XX surgiu uma perspectiva mais neutra, na qual a saúde era resultado da capacidade do organismo de dar respostas às mudanças circunstanciais do meio interno e externo (Brito, 2017).

Essa interpretação de saúde como ausência de doença, conforme referimos anteriormente, facilita a definição dos valores-notícia sobre o tema para os profissionais da comunicação. Foi o que observamos quando examinamos as pesquisas realizadas até o momento sobre a percepção de saúde na mídia. Bortoliero et al (2015) destacam que os produtos midiáticos sobre saúde adotam uma abordagem maniqueísta do bem contra o mal, da cura versus a doença - uma abordagem que, ao longo do capítulo, dividimos por categorias cujos temas principais eram doença, formas de tratamento e prevenção. Mesmo que a compreensão sobre saúde nos meios de comunicação seja baseada em viés

negativo e utilize formas problemáticas de transmissão das informações, como a espetacularização e o reforço das inseguranças, a comunicação midiática ainda é um meio privilegiado para aumentar o conhecimento do público sobre os assuntos de saúde, assim como influenciar suas percepções, crenças e comportamentos mediante o seu próprio organismo (Lopes et al, 2012). Inserido nesse contexto está o jornalismo e o seu importante papel de manter os temas de campanhas de saúde visíveis através do agendamento.



## **Capítulo 2. A Quarta Fase dos Estudos de *Agenda-Setting*: Quem Constrói a Agenda da Mídia?**

No presente capítulo traçamos uma breve linha do tempo para explicar o desenvolvimento da teoria do *agenda-setting*. Partindo dos pressupostos antecessores defendidos pelo *Mass Communication Research*, estudos que buscavam avaliar como as mensagens emitidas pelos meios de comunicação de massa afetavam a audiência, a teoria do agendamento buscou uma alternativa metodológica para analisar a capacidade dos meios informativos de influenciar na relevância que os acontecimentos tomam no repertório público. Para responder à pergunta norteadora da nossa pesquisa, utilizamos a explicação de Maxwell McCombs – criador da teoria do agendamento – sobre as cinco fases dos estudos do *agenda-setting*: 1) efeitos básicos de *agenda-setting*; 2) *agenda-setting* de atributo; 3) psicologia dos efeitos de *agenda-setting*; 4) fontes da agenda midiática; 5) consequência dos efeitos de *agenda-setting*. Nosso estudo está inserido no grupo de análise das fontes da agenda, pois um de nossos objetivos é compreender como acontece a construção da agenda noticiosa de notícias com o tema saúde.

Ao longo das fases das pesquisas sobre a teoria do agendamento, hipóteses e processos complementares foram utilizados para melhor compreender os objetos de estudo. Dando seguimento aos processos complementares, discutiremos sobre a hipótese da *agenda-building* (construção da agenda), presente em muitas pesquisas da quarta fase do *agenda-setting*. A ideia de construção da agenda surgiu nos anos 1970 com o intuito de ser aplicada nas análises das interações que ocorriam entre a agenda política e a midiática. O conceito de *agenda-building*, que apresentamos no capítulo, refere-se ao processo pelo qual as organizações noticiosas selecionam, caracterizam ou enfatizam determinados eventos, questões ou fontes em detrimento de outros (Nisbet, 2008). Neste capítulo também apresentamos os fatores que influenciam na construção da agenda e que Shoemaker e Reese (1996) dividem em cinco níveis: 1) bagagem e características individuais do profissional; 2) aspectos da rotina midiática; 3) influências organizacionais; 4) fatores externos; 5) fatores ideológicos. Todos são aspectos que agem sobre os acontecimentos, fontes e jornalistas.

### **2.1 A construção da agenda noticiosa (*Agenda-Building*)**

É na quarta fase dos estudos da teoria da *agenda-setting* que se desenvolve a pesquisa utilizando o processo complementar da hipótese da *agenda-building*, ou

construção da agenda. Para Zhang e Kiouisis (2018), essa teoria de construção da agenda é uma consequência importante do *agenda-setting*, e é muitas vezes utilizada em estratégias de comunicação. Com o objetivo de estudar o tipo de interação que se dava entre a agenda política e a midiática, em 1971 os cientistas políticos Roger Cobb e Charles Elder criam o conceito de *agenda-building* também como uma perspectiva estrutural alternativa à teoria democrática moderna, a qual “pede aos formuladores de políticas públicas que promovam os interesses dos constituintes engajados em termos civis, mantidos informados por uma imprensa autônoma” (Denham, 2010, p. 306). A teoria da *agenda-building* tem como base os estudos de Walter Lippmann (1922 e 1925), Robert Dahl (1956), Elmer Schattschneider (1960), e William Gamson (1968) na ciência política, que referem a falsa, e falta de, representatividade dos cidadãos na agenda dos líderes políticos. No seu trabalho de 1971, Cobb e Elder questionam como certos temas são criados e por que alguns deles, mesmo controversos e incipientes, chamam a atenção dos políticos e outros não. Em síntese, Cobb, Ross e Ross (1976) explicam que a *agenda-building* é um processo pelo qual a demanda de vários grupos da população é traduzida em itens que competem pela atenção da agenda política.

O início da quarta fase das pesquisas sobre o *agenda-setting*, com a aplicação da teoria da *agenda-building*, só começou nos anos 1980 e, principalmente, no campo da comunicação política. O estudo sobre o Escândalo de *Watergate*<sup>4</sup> de Gladys e Kurt Lang, em 1983, intitulado *The Battle for Public Opinion: The President, the Press, and the Polls during Watergate*, foi o primeiro a adotar uma abordagem através da teoria da *agenda-building*. A pesquisa “postulou um papel central para a mídia de massa no processo de construção da agenda, observando a reciprocidade e o intercâmbio entre atores políticos, profissionais da mídia e o público” (Denham, 2010, p. 307). Weaver e Elliot (1985) salientam que, mesmo que haja uma relação entre o que a imprensa enfatiza e aquilo com que o público está preocupado, não parece adequado dizer que a imprensa define (*set*) a agenda, já que ela absorve e repassa prioridades definidas por outros autores.

No entanto, nas últimas décadas, a direção da influência entre mídia, público e políticos tem sido cada vez mais debatida, tendo em consideração a popularização da Internet, o crescente uso das mídias sociais e a quantidade de canais de notícias globais que oferecem uma ampla variedade de vozes (Bakir, 2015). Nesse sentido, Denham (2010) avalia que enquanto as primeiras fases da pesquisa do *agenda-setting* se

---

<sup>4</sup> O Escândalo de Watergate se refere ao episódio, na política dos Estados Unidos da América, no qual membros do comitê de campanha do então candidato à Presidência do país, pelo Partido Republicano, Richard Nixon, invadem os escritórios do Partido Democrata, em Washington, nos prédios Watergate. O objetivo era grampear telefones para usar informações confidenciais como chantagem política – o que só foi descoberto após muita investigação. Os fatos aconteceram em 1972 durante a campanha eleitoral, mas foi necessária uma investigação de dois anos para serem comprovados. A investigação começou pelo interesse de dois repórteres do jornal *The Washington Post*, Bob Woodward e Carl Bernstein, que acabam por descobrir que um dos invasores tinha o nome na folha de pagamentos do comitê de reeleição de Nixon.

concentram nos processos cognitivos associados à transferência de relevância, ou seja, na recepção e apropriação do público pelos temas abordados na mídia, o estudo da *agenda-building* se baseia no pragmatismo da economia política e nas estruturas relacionadas para avaliar a influência, principalmente, das fontes na construção da agenda da mídia. Nisbet (2008) acrescenta que a teoria da *agenda-building* se refere ao processo pelo qual as organizações noticiosas selecionam, caracterizam, ou enfatizam determinados eventos, questões ou fontes em detrimento de outros. Parmelee (2014) utiliza um conceito mais amplo para explicar a influência sofrida pela agenda midiática. O autor afirma que, durante o processo de construção da agenda da mídia, aqueles que desejam moldar as produções jornalísticas e a percepção do público, muitas vezes disseminam o que Gandy (1982) chamou de “subsídios de informação”, que incluem discursos, vídeos, áudios, imagens e *press releases*. Segundo Gandy (1982), esses “subsídios de informação” são uma forma de acesso controlado aos conteúdos informativos, com pouco custo ou esforço para a pessoa que recebe as informações. Muitos estudos acabam por comprovar que esses subsídios têm sucesso em afetar a cobertura midiática e a opinião pública. Parmelee também aponta que as pesquisas da *agenda-building* examinam exatamente o grau de interferência dessas forças exteriores nas produções midiáticas e na opinião pública. Nesse sentido, e como já referimos, a agenda da mídia não pode ser compreendida como uma decisão unilateral, mas como o resultado de movimentos sociais realizados entre diferentes campos e suas respectivas agendas (Carvalho, 2016).

Assim como nos estudos de *agenda-setting*, a construção da agenda também acontece em níveis: o primeiro nível se refere à persuasão imposta aos jornalistas para a cobertura de temas que de outra forma poderiam ter sido ignorados, assim como a transferência da relevância do tema da organização exterior para a mídia e, por consequência, para a agenda do público; já o segundo nível da construção da agenda se refere aos jornalistas sendo influenciados por entidades exteriores a usar certos atributos na construção da narrativa (Parmelee, 2014). Shoemaker e Reese (1996) foram alguns dos primeiros estudiosos que salientaram como a mensagem, ou o conteúdo midiático, é influenciada por uma ampla variedade de fatores que são internos e externos às organizações midiáticas.

Em outras palavras, a agenda da mídia cedeu seu papel como fator explicativo de percepção do público e se tornou uma variável dependente, influenciada por um processo complexo envolvendo restrições institucionais (Sigal, 1973), valores noticiosos (Golding, 1981), hábitos profissionais, valores associados ao papel social do jornalista que são internalizados individualmente ou coletivamente (Gans, 2004) e rotinas de trabalho (Shoemaker e Reese, 1996; Tuchman, 1972). (Aruguete, 2017, p. 39)

De acordo com o trabalho desenvolvido por Shoemaker e Reese (1996), a construção da agenda midiática, e a forma do seu conteúdo, sofre influência em cinco níveis, que para Seixas e Francisco (2004) são considerados critérios de noticiabilidade. Nesse sentido, é necessário considerar o papel dos seguintes aspectos:

**1) Bagagem e características individuais do profissional da mídia:**

Neste nível observamos as características pessoais do indivíduo, como gênero, etnia, sexualidade, religiosidade e contexto socioeconômico da família. De acordo com os autores, esses elementos moldam as atitudes pessoais, valores e crenças que direcionam o desenvolvimento profissional e, por consequência, o conteúdo midiático.

**2) Aspectos da rotina midiática:** Shoemaker e Reese (1996) salientam que as pessoas são criaturas sociais e participam de padrões de ação que elas mesmas não criaram. Pensam como o grupo pensa e, nesse sentido, as rotinas são práticas padronizadas e repetidas por um grupo, no caso a empresa, para realizar seus trabalhos. As rotinas podem ser consideradas como um conjunto de restrições imposto ao profissional, pois na empresa ele preenche um papel que serve a uma função. Essas rotinas são utilizadas para garantir que o sistema midiático responde de maneira previsível e não possa ser violado, e inclui padrões da estrutura organizacional, uso de fontes específicas e orientação para a audiência.

**3) Influências organizacionais:** Este nível possui relação com o sistema hierárquico da empresa, mas não só. Devemos olhar para as funções desempenhadas, a forma como elas são estruturadas, as políticas que circulam por essa estrutura e os métodos usados para aplicá-las. É preciso levar em consideração que o principal objetivo de uma organização midiática é obter lucro e, assim, exercer pressão econômica nas decisões jornalísticas.

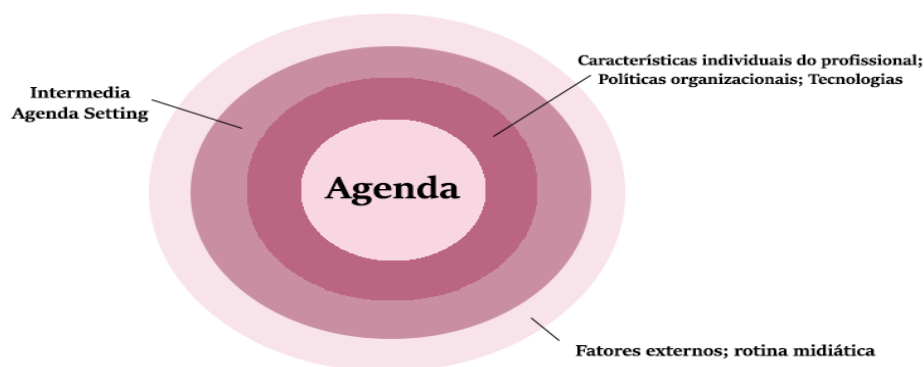
**4) Fatores externos:** Shoemaker e Reese (1996) afirmam que há uma variedade de fatores externos à organização midiática que influenciam no conteúdo produzido. As fontes, por exemplo, podem estimular ou restringir a difusão de informações de acordo com seus próprios interesses. Os grupos de interesse fazem esforços organizados para interferir no conteúdo midiático, embora os que possuem maior poder econômico sejam os que verdadeiramente atingem o objetivo. O governo pode influenciar nas decisões das empresas midiáticas, seja financeiramente ou por concessões públicas. Além disso, cada empresa midiática opera dentro de um mercado, e a natureza do mercado, às vezes, pode afetar o conteúdo.

**5) Fatores ideológicos:** Shoemaker e Reese (1996, p. 252) explicam que nesse nível, através da ideia de Gouldner (1976, p. 230) segundo a qual o ideológico possui importância como mecanismo simbólico pelo qual podem ser integrados interesses de diversos estratos sociais, Shoemaker e Reese (1996) procuram antecipar quando a mídia

e as elites políticas vão interferir nas rotinas jornalísticas normais e no profissionalismo. Para os autores é possível, através de uma perspectiva ideológica, interpretar muitas das intervenções no processo noticioso.

McCombs (1992) explica o estabelecimento da agenda midiática através da metáfora da casca de cebola. O autor foi o primeiro a comparar os estudos sobre a teoria do *agenda-setting* com o descascar de uma cebola, já que cada grupo aborda uma etapa diferente da formação e definição da agenda. Arugete (2017) utiliza essa mesma metáfora para distribuir por níveis os aspectos que podem influenciar a agenda midiática, conforme observado na Figura 1:

**Figura 1: Níveis de influência sobre a agenda**



Fonte: McCombs (1992), Shoemaker e Reese (1996), Casermeiro de Pereson (2004) e Arugete (2017).

Na figura, podemos observar que os cinco níveis propostos por McCombs (1992) e Shoemaker e Reese (1996) estão divididos em três camadas “da cebola”. Na parte mais externa das camadas temos o conjunto de recursos e fontes, geralmente mais utilizados pelos jornalistas. Também podemos enquadrar aí a rotina de produção midiática, na qual observamos o ambiente organizacional, um conjunto coeso de regras para ser integrante, uma forma de dar respostas práticas às necessidades da organização (Shoemaker & Reese, 1996). Fazem parte da rotina midiática, que constrange a produção jornalística, não apenas os aparatos tecnológicos disponíveis e as características da audiência, mas também os critérios de noticiabilidade impostos pela instituição jornalismo e pela empresa de comunicação. Dentro dos critérios de noticiabilidade recebem especial atenção os valores-notícia (que abordaremos mais à frente), que fornecem indicadores

de interesse e constituem uma rotina orientada para o público, ou seja, para prever o que a audiência achará mais atraente e importante.

Aruguete (2017) aponta que nesse nível de formação da agenda se destacam os *agenda setters*, pessoas - geralmente com influência de grande escala como presidentes, ministros, governadores, secretários, etc. - que costumam ter interferência na cobertura midiática e acessam os meios de comunicação de maneira mais estável que líderes com baixo grau de institucionalidade. Shoemaker e Reese (1996) acrescentam que, no nível externo, o primeiro que deve ser ultrapassado por um tema, temos a ingerência dos constrangimentos impostos pelas fontes de informação, dos canais de rotina como *press-releases*, conferências de imprensa, eventos não espontâneos, eventos oficiais, etc.

Na camada intermediária encontramos a influência dos meios de comunicação entre si, tanto na forma de enquadramento como de hierarquia da informação. Na falta de referências externas firmes contra as quais se possa medir a qualidade do produto, os jornalistas tomam a consistência como guia, consistência essa com outras organizações noticiosas ou até interna. Esse nível é chamado por McCombs (2006) como *intermedia agenda setting*, o qual o autor compara com o sistema de difusão de uma árvore genealógica na qual um meio chave - ou principal - serve como base de um fluxo que sai do progenitor para uma diversidade de descendentes. Inúmeras pesquisas realizadas, principalmente na ciência política, concluem que veículos de elite e de maior alcance público influenciam de forma substancial a agenda de outros meios. Até o final dos anos 1990, a maior parte das pesquisas indicava uma predominância da influência dos grandes meios de comunicação sobre os menores. Entretanto, com a popularização da Internet e a ampliação do acesso a informações por meio de *blogs* e plataformas digitais, as interações entre os veículos tradicionais e os alternativos passaram a ser mais simétricas. Nesse novo cenário, há uma troca constante de influências entre diferentes meios, o que transforma a relação de uma lógica hierárquica para uma dinâmica de interdependência e complementaridade (Serra, 2009).

Na parte interna, mais próxima ao núcleo, podemos observar o papel das práticas, valores e tradições de cada profissional da mídia, assim como a cultura ou política organizacional e suportes tecnológicos. Shoemaker e Reese (1996) explicam que esse nível de influência, com foco em aspectos individuais do profissional, é o último que um tema ultrapassa para fazer parte da agenda. Esse nível aponta características como educação, experiências pessoais, posicionamento político, crenças religiosas, gênero, etnia, sexualidade, nível socioeconômico, valores pessoais (construídos anteriormente ao longo da vida) e funções na empresa e ética profissional (construídas no exercício da profissão), que podem influenciar na seleção e formato do conteúdo midiático. Para os autores, alguns aspectos têm maior influência que outros, argumentando que inúmeras

pesquisas demonstram que as funções exercidas na empresa e a ética profissional são os que apresentam maior interferência na seleção e enquadramento de um tema. McCombs (1992) refere esse condicionante como o “núcleo profissional” ao qual o jornalista é exposto desde os seus tempos de faculdade até os dias na redação.

Embora as bases teóricas e metodológicas do *agenda-setting* e da *agenda-building* sejam semelhantes, os estudos sobre a construção da agenda expandiram as fronteiras do *agenda-setting* em termos de número de atores no processo de moldar a agenda e de direção da influência. “De um lado, a teoria questionou como a agenda midiática foi construída pela interação entre diferentes grupos de pressão e o sistema de mídia. Do outro lado, descreve a influência recíproca entre a agenda das partes interessadas, da mídia e da política” (Zhang & Kioussis, 2018, p. 5). As semelhanças entre as duas perspectivas tornam interessante para os pesquisadores considerá-las em uma atuação conjunta para formar um quadro teórico abrangente de definição (*set*) e construção (*build*) da agenda midiática.

## **2.2 Elementos construtores da agenda noticiosa**

Para autores como Morin (1969), Alsina (1993) e França (2012), a notícia - o produto do jornalismo - é a representação simbólica de um acontecimento. Um evento, um fato, por si só não é, necessariamente, um acontecimento. Guerra (2008, p. 36) define fato como a “manifestação da ordem da realidade” e acontecimento como “o modo como essa ocorrência é apreendida pelo sujeito”. Já Hernandez (2006) vê o acontecimento com sentido amplo, um evento significativo para o indivíduo e que, quando apropriado como fato, vira notícia. Pinheiro (2012) exemplifica o acontecimento em um sentido amplo como o nascer do sol, algo que tem início e fim, mas acontece todos os dias. Em um sentido restrito, e depois com valor jornalístico, um acontecimento precisa representar uma ruptura e uma novidade diante de um sistema estabelecido. Um eclipse lunar, por exemplo, é um acontecimento em sentido restrito. No entanto, uma ocorrência para ser transformada em acontecimento também depende da sua “singularização” por uma comunidade interpretativa, ou seja, “uma ocorrência pode ser um acontecimento para quem o desconhecia ou para quem com ele se surpreende, mas não para quem está habituado a tal fenômeno” (Pinheiro, 2012, p. 32). O papel do jornalismo na validação de um acontecimento, ou divulgação do mesmo, tem relação com o fato de que as pessoas consideram como importantes as ocorrências úteis para a demarcação do tempo, que se tornam referenciais para pensar o passado ou o futuro e que são compartilhadas socialmente. O acontecimento se torna jornalístico a partir de um olhar que busca mostrar e explicar o contexto da sua emergência. Porém, conforme

explica Antunes (2008), o olhar do universo da informação midiática é duplo: temos o olhar que mostra (produção da notícia) e o olhar que vê (recepção da notícia). Nesse aspecto, o jornalismo enfrenta uma demanda de informação, mas também de sentido, que o leva a compor os acontecimentos através de uma trama lógica que os explique. Tal trama faz com que os fatos sejam montados a partir do seu fim, da identificação de um resultado. Para Sodré (2005), o acontecimento e o acontecimento jornalístico se diferenciam na medida em que percebemos o primeiro como uma “ruptura” e o segundo enquadra-se mais em um “ponto rítmico”, um “fato marcado” visado pelos jornalistas através dos critérios de noticiabilidade dos quais fazem parte os valores-notícia.

O produto jornalístico, por ser resultado de um conjunto de seleções, oferece o mundo aos consumidores como uma imagem retratada que passa através de um prisma - os valores-notícia da comunidade jornalística (Traquina, 2005). Trata-se de uma série de fatores internos e externos da prática jornalística. Entre esses fatores está o poder de decisão do próprio jornalista, do seu conhecimento, enquadramento cultural, opiniões e ideologias. E, apesar dos condicionamentos impostos pelas empresas onde trabalham, do acontecimento em si e das fontes, os jornalistas contribuem fortemente, mesmo que em níveis assimétricos, para definir o que é notícia (Pinheiro, 2017). Para pensar o jornalismo e o jornalista, e analisar o trabalho realizado, é necessário ter em consideração que não existe apenas “uma forma de fazer” ou “uma forma de ser”. Ponderando os graus de diversidade entre as sociedades, autores como Zelizer (1993), Carlson e Lewis (2015), e Hanitzsch e Vos (2017) consideram mais apropriado compreender o papel e a identidade do jornalista como estruturas de significado que são discursivamente criadas, perpetuadas e contestadas. Em resumo, o papel jornalístico é uma articulação discursiva e a representação da identidade do jornalismo é uma instituição social e, por isso, “definem os parâmetros do que é uma ação apropriada ou aceitável em um determinado contexto” (Hanitzsch & Vos, 2017, p. 6). É importante perceber que a responsabilidade que o jornalista assume e compreende como membro da sua comunidade interpretativa reflete diretamente na maneira de selecionar, produzir e reportar uma informação. Nesse sentido, Hanitzsch e Vos (2017) identificaram quatro categorias analíticas do papel institucional do jornalista, que são divididas em dois níveis:

Os jornalistas constituem o seu trabalho como significativo para si próprios e para os outros, numa construção discursiva. Eles articulam e decretam papéis institucionais de jornalistas a dois níveis analiticamente distintos: orientações de papéis (papéis normativos e cognitivos) e desempenho de papéis (papéis praticados e narrados). Estas categorias de papéis jornalísticos correspondem a ideias conceptualmente distintas: o que os jornalistas pensam que devem fazer, o que os jornalistas querem fazer, o que os

jornalistas realmente fazem na prática, e o que os jornalistas dizem que fazem. (Hanitzsch & Vos, 2017, p. 16)<sup>5</sup>

Na presente pesquisa, entendemos ser de maior interesse discutir o papel normativo da instituição jornalismo, pois abrange expectativas generalizadas e agregadas que os jornalistas acreditam serem consideradas desejáveis na sociedade (Standaert, Hanitzsch & Dedonder, 2019). Essa função normativa envolve, também, regras e padrões que são intuitivamente entendidos pelos jornalistas como próprios de uma comunidade profissional, e orientam e restringem sua prática (Cialdini & Trost, 2012). Outro aspecto que nos interessa na perspectiva normativa é a natureza sensível das normas em relação ao contexto no qual estão inseridas, porque isso explica o motivo de alguns papéis do jornalismo serem mais desejados em determinadas culturas e noutras não.

Para além do acontecimento e do jornalista, outro fator que interessa averiguar na construção da agenda midiática é o papel das fontes, essenciais para o avanço do acontecimento na agenda, pois fazem parte da primeira camada que um evento precisa ultrapassar para ser transformado em notícia. Para Pinheiro (2017), um dos fatores que explicam a composição das notícias são as “interações sociais” entre os jornalistas e as fontes, assim como a influência da audiência. São o que Molotch e Lester (1974) chamaram de “promotores de notícias” - pela intenção de promover ou omitir determinados temas - e que Aruguete (2017) designou de “*agenda-setters*”. Nas teorias do jornalismo, especialmente com os estudos realizados nos anos 1960 e 1970, o papel das fontes começou a ser ressaltado com o paradigma da notícia como construção social, resultado de processos complexos de interação entre agentes sociais, jornalistas e fontes, jornalistas e sociedade, os membros da comunidade profissional, dentro e fora da sua organização (Traquina, 2020, p.141). As teorias estruturalista e interacionista, ambas seguidoras do paradigma construcionista, reconhecem as notícias como narrativas marcadas pela cultura dos membros da tribo e da sociedade onde estão inseridos. A teoria interacionista, representada por Gaye Tuchman, defende que a relação de dependência dos jornalistas com as fontes acreditadas ocorre pela necessidade da organização midiática em padronizar suas rotinas devido à corrida contra o tempo. De acordo com Traquina (2020, p.149), os acontecimentos podem surgir em qualquer parte e a qualquer momento, por isso as empresas precisam impor uma ordem no espaço e no

---

<sup>5</sup> Tradução nossa do original “Journalists constitute their work as meaningful to themselves and others in a discursive construction. They articulate and enact institutional roles of journalists on two analytically distinct levels: role orientations (normative and cognitive roles) and role performance (practiced and narrated roles). These categories of journalistic roles correspond to conceptually distinct ideas: what journalists think they ought to do, what journalists want to do, what journalists really do in practice, and what journalists say they do.”

tempo. Gomis (1991) explica que as fontes são pessoas, grupos, instituições sociais ou vestígios - falas, documentos, dados - por aqueles preparados, construídos, deixados. Um conceito mais atual sobre as fontes de notícia, mas não tão diferente dos apresentados anteriormente, é o de Schmitz (2011), no qual:

Fontes de notícias são pessoas, organizações, grupos sociais ou referências; envolvidas direta ou indiretamente a fatos e eventos; que agem de forma proativa, ativa, passiva ou reativa; sendo confiáveis, fidedignas ou duvidosas; de quem os jornalistas obtêm informações de modo explícito ou confidencial para transmitir ao público, por meio de uma mídia. (Schmitz, 2011, p. 9)

O relacionamento com as fontes é um dos fatores que mais interferem na produção noticiosa, pois fontes, jornalistas e consumidores coexistem em um sistema que acontece em um ambiente de conflito, negociação e cooperação com diversas motivações entre os envolvidos (Gomis, 1991; Santos, 1997; Correia, 2011). Como os jornalistas não podem produzir uma notícia sem o embasamento nos relatos dos envolvidos, ou o acesso aos materiais, acabam por depender do que é fornecido por fontes institucionais “regulares e credíveis que originem um volume útil de material regular que esteja disponível quando precisam dele” (Correia, 2011, p. 94). Para verificar a fiabilidade das fontes, os jornalistas utilizam alguns critérios de avaliação. São eles os seguintes, de acordo com Traquina (2020): autoridade (fontes oficiais ou que ocupam certas posições institucionais de autoridade); produtividade (fontes que fornecem materiais suficientes para fazer a notícia); e credibilidade (as fontes devem ser tão credíveis que a informação fornecida exija o mínimo possível de controle).

A essência da atividade jornalística está na pluralidade de informações que emana de diversos tipos de fontes utilizadas para reforçar ou confirmar a veracidade dos relatos acerca de uma ocorrência. Para Schmitz (2011), essa característica faz com que seja importante hierarquizar as fontes jornalísticas. Diversos autores publicaram estudos tipificando as fontes de notícias de acordo com vários critérios, que envolvem desde a natureza da fonte até o seu envolvimento com os fatos. As primeiras pesquisas sobre as fontes jornalísticas tentam tipificar as mesmas de forma simplista. Ainda nos anos 1960 e 1970, os estudos pioneiros de Gieber e Johnson, em 1961, apontam o domínio de uma fonte sobre certos temas e, ao mesmo tempo, a representatividade da mesma junto à comunidade. Temos aqui o primeiro tipo de fonte: a *oficial*. Mais de uma década depois, Sigal (1973,) acrescenta que além da fonte *oficial*, com acesso facilitado aos canais de rotina, existe a fonte *não governamental*, a qual englobaria as demais. Gans (1980), por sua vez, mesmo sem a intenção de classificar as fontes de notícia, amplia a denominação das mesmas de acordo com a influência que exercem na prática jornalística. Para o autor, as fontes podem ser: *institucionais, oficiosas, provisórias, passivas, ativas, conhecidas*

ou *desconhecidas*. Já McNair (1998) avalia que as fontes ainda podem ser classificadas: de acordo com a sua natureza; segundo o âmbito geográfico; perante o grau de envolvimento com o acontecimento; de acordo com a atitude da fonte face ao jornalista; segundo o seu estatuto de visibilidade; e, por fim, perante a estratégia de atuação. Pinto (2000) apresenta uma classificação das fontes semelhante à de McNair. Para o autor português as fontes podem ser tipificadas consoante à natureza, à origem, à duração do seu relacionamento com o jornalista, ao seu envolvimento nos fatos, consoante à atitude, à sua identificação como fonte na notícia e ainda de acordo com a sua estratégia de atuação perante o acontecimento.

Já há quase duas décadas que a rede das fontes de notícias dos jornalistas passou a contar com a captação e disseminação de informações online. Por um lado, existem pessoas dispostas a partilhar informações diretamente com o seu círculo de relacionamento social sem necessitar da mediação do jornalista. Por outro lado, os profissionais da comunicação social passaram a dispor de um número maior de informações e fontes a qualquer momento e em qualquer lugar. Como referem Kondratsch e Gobbi (2017), recorrendo a uma analogia, as fontes não cabem mais em um caderninho de telefone, pois estão distribuídas pela rede, a publicar conteúdo de forma aleatória e em diferentes níveis informacionais. No entanto, por mais impacto que tenha tido na rotina jornalística, estudos sobre o uso de fontes de notícia online concluíram que as mesmas não substituíram, mas, no máximo, complementam os tradicionais canais de informação (Van Leuven *et al.*, 2018). A resposta do jornalismo para um ciclo de notícias multimídia, com produção e disseminação 24 horas por dia e cargas de trabalho cada vez maiores, foi manter os velhos hábitos de consultar fontes de elite. Porque, por mais acesso a variadas fontes que a comunicação digital online tenha propiciado, ela não permitiu um equilíbrio na hierarquia das fontes. Para os jornalistas, a informação coletada de fontes não-elite requer mais filtro e verificação, o que se torna um desafio que depende de mais tempo dos profissionais da comunicação social (Van Leuven *et al.*, 2018)

## **2.3 Noticiabilidade**

No nosso entender, e de diversos outros autores que citaremos ao longo desta parte, os critérios de noticiabilidade – e os valores-notícia em si – são variáveis presentes nos três elementos que fazem parte da transformação da informação em notícia: no acontecimento, no jornalista e seu contexto, e nas fontes de informação. Silva (2005) corrobora esta compreensão ao relatar que os critérios de noticiabilidade atuam concomitantemente em todas as fases da produção noticiosa, e por isso podem ser definidos como todo e qualquer fator com capacidade de agir no processo de produção

da notícia. Nesse sentido, a autora aponta que os critérios envolvem as características do fato, julgamentos pessoais do jornalista, cultura profissional, condições da empresa, qualidade do material primário da informação, relação com as fontes, além de fatores éticos e circunstâncias históricas, políticas e sociais. Em pesquisa sobre o estado da arte acerca dos critérios de noticiabilidade, Seixas e Alves (2017) apontam que é reconhecido, por muitos autores como Shoemaker e Reese (1996), Wolf (2003), Silva (2005) e Traquina (2005), que os elementos de influência não se encontram apenas no “interior” do acontecimento, pessoa ou evento, mas também fora deles, e, por mais que os critérios de noticiabilidade sejam tema de estudos há mais de 60 anos,

Existe ainda muita incerteza em relação à diferenciação conceitual do que seria intrínseco e extrínseco ao objeto; e, ao mesmo tempo, é muito obscuro o discernimento quanto ao nível de influência de cada elemento, seja da ordem da rotina, da organização, da cultura ou do indivíduo. (Seixas & Alves, 2017, p. 158)

Para Wolf (2003, p. 195), um dos estudiosos mais referenciados sobre o tema, a noticiabilidade é constituída por requisitos “que se exigem para os eventos – do ponto de vista da estrutura do trabalho nos aparatos informativos e do ponto de vista do profissionalismo dos jornalistas –, para adquirir a existência pública de notícia”. O autor compreende o produto jornalístico como o resultado de uma série de negociações orientadas pragmaticamente, sendo essas negociações feitas pelos jornalistas em função de fatores com diferentes graus de importância e rigidez. Em mais de uma pesquisa, a noticiabilidade aparece como uma qualidade necessária para um acontecimento, pessoa ou evento virar materialidade num espaço ou produto que se diz informativo e/ou jornalístico e que encontra explicação na conjunção de vários fatores conformativos, entre eles, a ação pessoal, a social, a ideológica e a cultural (Sousa, 2002; Seixas & Alves, 2017). Traquina (2005) explica o conceito de noticiabilidade da seguinte forma:

Podemos definir o conceito de noticiabilidade como o conjunto de critérios e operações que fornecem aptidão de merecer um tratamento jornalístico, isto é, possuir valor como notícia. Assim, os critérios de noticiabilidade são o conjunto de valores-notícia que determinam se um acontecimento, ou assunto, é susceptível de se tornar notícia, isto é, de ser julgado como merecedor de ser transformado em matéria noticiável e, por isso, possuindo valor notícia (*newsworthiness*). (Traquina, 2005, p. 63)

Assim como Shoemaker e Reese (1996), Traquina (2005) também divide e classifica a aplicação da análise dos critérios de noticiabilidade em etapas, mas para o autor essa aplicação acontece na fase produtiva: 1) seleção e 2) construção da notícia. Para Wolf (2003, p. 200) os valores/notícia derivam de pressupostos implícitos ou de considerações relativas: a) às características substantivas das notícias, ao seu conteúdo; b) à disponibilidade do material e aos critérios relativos ao produto informativo; c) ao

público; d) à concorrência. Silva (2005) ainda separa os critérios de noticiabilidade em três grupos, que atuam em conjunto, critérios estes que estão:

1. **Na origem dos fatos:** são aplicados na seleção do evento que será transformado em notícia, considerando atributos próprios e características reconhecidas pelos profissionais da comunicação social (valores-notícia).
2. **No tratamento dos fatos:** centram-se na seleção hierárquica dos fatos e levam em consideração, além dos valores-notícia, fatores inseridos dentro da organização jornalística, como formato do produto, qualidade do material apurado, existência de texto e imagem, tecnologia, relações com as fontes, etc.
3. **Na visão dos fatos:** a partir de fundamentos éticos, filosóficos e epistemológicos do jornalismo (verdade, objetividade, imparcialidade, interesse público, etc).

A análise dos valores-notícia pode ser feita em um sentido amplo ou focando temas específicos. Como observamos, dentro da noticiabilidade, os valores-notícias são elementos centrais na cultura jornalística. E o são porque a rotina assim exige, as formas de ver e agir dos jornalistas são baseadas, principalmente, no imediatismo e orientadas pelo presente. Nesse sentido, os profissionais sentem a necessidade de seguir uma espécie de “guia” do que pode ser ou não um acontecimento noticioso. Os valores-notícias podem ser compreendidos, então, como uma referência de noticiabilidade mediante a qual os jornalistas avaliam o potencial de cada acontecimento, e são também uma ferramenta analítica utilizada por pesquisadores para identificar padrões de cobertura e representação (Harcup, 2019). No entanto, é importante destacar que os valores-notícia são partilhados socialmente, assim como qualquer significado que forma a cultura.

O primeiro pesquisador a sugerir um conjunto de atributos e convenções para a seleção das notícias foi Walter Lippmann, em 1922. No entanto, o estudo mais referenciado foi apresentado em 1965, por Johan Galtung e Mari Ruge, com o título *The structure of foreign news*, no qual os autores procuraram responder de que forma os acontecimentos se transformam em notícia e, para isso, elencaram doze valores-notícia que até hoje são utilizados. Ainda na pesquisa de 1965, Galtung e Ruge já reconheciam uma “cadeia de comunicação de notícias” que colocava os *news factors* (mais tarde compreendido como valores-notícia) em todo o processo de seleção, distorção e replicação da notícia.

A partir disso, eles hipotetizaram que quanto mais um evento atender aos critérios / fatores de notícias, mais provável será que seja registrado como notícia (seleção); uma vez selecionado, o que torna o evento interessante de acordo com os fatores será acentuado (distorção); e, finalmente, essa seleção e distorção serão repetidas em todas as etapas da cadeia do evento ao leitor (replicação). (Bednarek & Caple, 2017, p. 30).

Desde o estudo de Galtung e Ruge, muitos anos se passaram e as pesquisas sobre os valores-notícia tiveram abordagens diferentes para sua teorização, por vezes com destaque para o valor noticioso ou para quem são os “agentes/fontes” (*news actors*) de um evento para descobrir porque um acontecimento é selecionado, mas também consideraram fatores organizacionais, culturais e económicos como forma de influenciar a seleção do que é notícia (Harcup & O’Neil, 2017). Embora a pesquisa de Galtung e Ruge estivesse voltada para avaliar como os acontecimentos internacionais eram abordados na imprensa norueguesa através da análise das notícias, e se baseasse em hipóteses de critérios de seleção, estudos subsequentes acabaram por utilizar, além da proposta dos autores citados, as próprias experiências e/ou análises dos pesquisadores nas produções noticiosas para conceptualizar valores-notícia chave, como Golding e Elliot (1979) e Harcup e O’Neil (2001). Outros utilizaram uma visão geral de estudos anteriores para produzir um resumo dos principais valores-notícia, como Harrison (2008) e Caple e Bednarek (2013). Estudos mais avançados acrescentaram métodos de observação etnográfica e entrevistas para compreender os julgamentos que são feitos quando os jornalistas selecionam as notícias, descritos como valores-notícia cognitivos. Para Harcup e O’Neil (2017), é possível separar estas pesquisas sobre os valores-notícia em quatro diferentes dimensões que dependem da altura do processo noticioso em que são considerados: existe uma “perspectiva material”, centrada na análise das qualidades do evento; uma “perspectiva social”, na qual os valores-notícia são aplicados na prática social do jornalismo; uma “perspectiva cognitiva”, que considera os valores-notícia presentes na mente do jornalista; e, por último, uma “perspectiva discursiva”, com foco na forma como os jornalistas escrevem, no discurso utilizado.

Relativamente aos critérios de noticiabilidade, em especial aos valores-notícia pesquisados e debatidos ao longo de décadas, com foco principal na imprensa, televisão e rádio, é importante destacar o acréscimo de novas características que passaram a ser consideradas na seleção dos temas com o surgimento de novos meios de comunicação. Embora os interesses do público sempre tivessem sido considerados como parte do julgamento do que se tornaria notícia, com alguns veículos tendo forte inclinação para valores comerciais em busca do alcance de audiência, na Era Digital, do consumo personalizado, em mobilidade e ubíquo, o acesso que os meios de comunicação permitem ao comportamento de consumo dos indivíduos faz com que a escolha do público tenha se tornado um fator muito mais significativo do que anteriormente (Harcup, 2019). Além destas características, alguns pesquisadores também começaram a discutir mais ao pormenor o papel do mercado comercial e dos anunciantes nesta cadeia seletiva. Pesquisadores como Brighton e Foy (2007) sugeriram que os valores-notícia devem ser

analisados e utilizados de maneira diferente de acordo com a forma de consumo de cada meio (imprensa, rádio, televisão, internet, consumo em mobilidade, etc). Já Allern (2002) ainda acrescenta o “fator econômico”, através do que ele chamou “valores-notícia comerciais”. O autor propõe considerar os valores-notícia como um esforço para combinar normas jornalísticas, ambições editoriais, normas comerciais e objetivos de mercado. Para Allern (2002 p.145), além dos valores-notícia guiados pela cultura profissional, outros fatores orientados pelo mercado possuem importância decisiva na seleção e produção da notícia: 1) custo de produção (quanto mais recursos necessários, menos chances o acontecimento tem de se tornar uma notícia); 2) quanto mais jornalisticamente preparado for o material enviado por uma fonte, com menos custos para o jornalista que o receber, maior a probabilidade desse material ser veiculado; 3) quanto mais seletivamente um acontecimento for distribuído, mais provável será que se torne notícia; 4) estratégia baseada em despertar sensações para chamar a atenção do público.

Como podemos observar, novas relações de valores-notícias surgiram com o intuito de apresentar melhores atributos e definições. No entanto, Bednarek e Caple (2017) concluem que as novas listas não passam de sobreposições entre as existentes e muitas ainda têm como base o estudo de Galtung e Ruge, de 1965.

**Tabela 5: Valores-notícia ao longo dos anos**

<b>Autores</b>	<b>Valores</b>
Galtung & Ruge (1965)	1) frequência; 2) amplitude; 3) clareza; 4) relevância; 5) conformidade; 6) imprevisibilidade; 7) continuidade; 8) referência a pessoas e 9) nações de elite; 10) composição; 11) personificação; 12) negativismo
Gans (1980)	1) posição no governo; 2) impacto na nação e no interesse das pessoas; 3) significado para o passado e futura; 4) histórias de pessoas; 5) inversão de papéis; 6) histórias de interesse humano; 7) heróis
Harcup e O'Neill (2001/2016)	repensam as categorias de Galtung e Ruge: 1) pessoas ou organizações de elite; 2) celebridades; 3) entretenimento; 4) surpresa; 5) negatividade; 6) positividade; 7) magnitude; 8) relevância; 9) continuação; 10) agenda da empresa jornalística
Lage (2001)	1) proximidade; 2) atualidade; 3) identificação social; 4) intensidade; 5) ineditismo; 6) identificação humana
McGregor (2002)	acrescenta às categorias de Galtung e Ruge: 1) visualidade; 2) emoção; 3) conflito; 4) celebração do jornalista
Allern (2002)	1) custo de produção; 2) estrutura do material enviado por fonte (profissional); 3) distribuição seletiva do material; 4) despertar sensações
Silva (2005)	1) impacto; 2) conflito; 3) polêmica; 4) raridade; 5) proeminência; 6) entretenimento/curiosidade; 7) conhecimento/ cultura; 8) proximidade; 9) tragédia/ drama; 10) governo; 11) justiça
Traquina (2005)	1) Conflito; 2) Escândalo; 3) Inesperado; 4) Infração; 5) Morte; 6) Notabilidade; 7) Notoriedade; 8) Novidade; 9) Proximidade; 10) Relevância; 11) Tempo; 12) Notabilidade

Criação da autora com base nos autores Galtung e Ruge (1965), Gans (1980), Harcup e O'Neill (2001/2016), Lage (2001), McGregor (2002), Allern (2002), Silva (2005) e Traquina (2005).

Como podemos observar, novas relações de valores-notícias surgiram com o intuito de apresentar melhores atributos e definições. No entanto, Bednarek e Caple (2017) concluem que as novas listas não passam de sobreposições entre as existentes e muitas ainda têm como base o estudo de Galtung e Ruge, de 1965. Sousa e Lima (2012), assim como Traquina (2004), chegam também à conclusão de que, embora muitas décadas tenham se passado desde a primeira categorização dos valores-notícia, eles continuam praticamente os mesmos em diversos países. No entanto, quando falamos na construção da agenda noticiosa em seis países diferentes, que possam ter influências uns nos outros pelo compartilhamento do idioma e de um passado histórico do nascimento da imprensa, é necessário reconhecer que, conforme destacam Langbecker *et al.* (2019), os valores-notícias também são construídos a partir de referências sociais e culturais. Na nossa pesquisa, optamos por uma análise superficial acerca dos valores-notícias nos países de língua oficial portuguesa por avaliarmos que ainda existem muitas lacunas sobre os aspectos culturais e sociais que, no presente momento, não podemos preencher pelo objetivo da pesquisa e pela escolha da teoria norteadora do estudo.

## Conclusão do Capítulo

Neste capítulo nos propusemos a explicar as formas entendidas até o momento de construção da agenda noticiosa, a hipótese do *agenda-building*. Trata-se de um processo complementar do agendamento (*agenda-setting*), este último muito utilizado nos estudos sobre critérios de noticiabilidade, foco principal da nossa pesquisa. Como vimos, McCombs (2020) distribui os estudos do *agenda-setting* em cinco fases, sendo a quarta fase aquela em que se enquadra o estudo da construção da agenda midiática. Pudemos compreender, ao longo do capítulo, que este processo de construção da agenda se refere ao modo como as organizações noticiosas selecionam, caracterizam ou enfatizam determinado evento (Nisbet, 2008), ou seja, ajuda-nos a responder às questões como “O que afeta a agenda da mídia?”, “Como ela é construída?”. Alguns estudos explicam que esta construção acontece em níveis que podem ser considerados critérios de noticiabilidade, estes níveis são a bagagem individual do jornalista, a rotina de produção, influências organizacionais; fatores externos ou ainda fatores ideológicos (Shoemaker & Reese, 1996).

Por fim, podemos compreender os critérios de noticiabilidade como um conjunto de fatores e operações que fornecem, a um determinado acontecimento, a aptidão de merecer tratamento jornalístico. Fazem parte dos critérios de noticiabilidade os valores-notícia, que foram sugeridos pela primeira vez ainda nos anos 1920, mas somente nos anos 1960 foram elencados e categorizados. Estes estudos dos anos 1960, mesmo tendo sido feitos com base na imprensa escrita e no rádio, são referência até os dias de hoje nas salas de redação. Para além desse fato, a análise dos valores-notícia pode ser feita em um sentido amplo ou focando temas específicos, como a saúde.



# Capítulo 3. Particularidades da Produção Televisiva

Os critérios de noticiabilidade, em específico, os valores-notícia foram elencados pela primeira vez com base nas produções veiculadas na imprensa escrita e no rádio. Entretanto, e conforme defendido por autores como Brighton e Foy (2007), acreditamos que é necessário pensar que estes valores em muito são influenciados pelo meio no qual são utilizados. Por esse motivo, neste capítulo abordamos as características da televisão como um gênero midiático (McQuail, 2003), com uma breve história da sua ascensão e transformação em um meio expandido para vários tipos de telas. Utilizamos, também, o conceito de gênero televisivo (Silva, 2005; Gomes, 2007; Negrini, 2018) para introduzir uma explicação sobre o telejornalismo e o noticiário televisivo, percorrendo em dois subcapítulos diferentes sobre suas práticas discursivas, processos de produção e apropriação de características da televisão na prática jornalística, até finalizarmos nas consequências dessas práticas e processos e nos critérios de noticiabilidade específicos da produção televisiva.

## 3.1 Televisão: ainda um dos meios de maior alcance

A busca pela saúde, ou manter-se saudável, de acordo com a definição da OMS, vista no primeiro capítulo desta pesquisa, é um dos hábitos mais comuns aos seres humanos. De acordo com Belim e Lagido (2021), este hábito faz com que o tema saúde seja uma das prioridades da agenda midiática. As autoras ainda acrescentam que a televisão, por “ter um alcance amplo, tocando um grande leque de indivíduos, pode ser uma solução vantajosa para comunicar a saúde” (Belim & Lagido, 2021, p. 302). Diversos pesquisadores veem a televisão como uma das principais fontes de informação corretas e oportunas sobre temas de saúde, e com capacidade de influenciar os consumidores no que diz respeito a comportamentos de prevenção de riscos e identificação de sintomas simples (Nielsen-Bohlman, Panzer & Kindig, 2004; Burzynska, Binkowska-Bury & Januszewicz, 2015). Mesmo com a saúde sendo um tema com bastante presença na agenda midiática, e que sua importância tenha crescido desde a década de 1980, quando surgiu o campo de estudos em comunicação em saúde, Pedreira e Lopes (2020) ressaltam que o número de pesquisas nesta área ainda é pouco expressivo no contexto mundial, especialmente com o foco nas informações difundidas pela televisão. Após apontarmos a necessidade de avaliar os acontecimentos que envolvem o tema saúde com critérios de noticiabilidade próprios, entendemos ser importante agregar as particularidades da produção televisiva para compreender a construção da agenda

noticiosa sobre saúde. Algo para que Serrano (2005, p.61) já alertava, ao referir que “o ‘valor’ da imagem é um critério condicionante, o que significa que uma boa ‘estória’ sem imagens tem poucas hipóteses de se tornar notícia”.

Como observamos no capítulo anterior, os critérios de noticiabilidade e os valores-notícia têm sofrido algumas alterações ao longo das décadas de estudo sobre este tema. Embora estas mudanças sejam quase residuais, e como muitos autores relatam, sejam releituras dos primeiros valores estipulados nos anos 1960, Brighton e Foy (2007) apontam outros elementos importantes a que os jornalistas têm de atender quando precisam decidir o que é notícia: o canal de comunicação, a forma como a notícia será consumida. A televisão talvez seja um dos meios que mais implica limitações técnicas ao jornalista, pois a essência deste canal é a imagem em conjunto com o áudio, especialmente a imagem em movimento, e para tal, muitas vezes é necessária a deslocação de pessoas e equipamentos para o local onde aconteceu o fato que pode vir a se tornar notícia. Lopes e Pereira (2007, p. 19) corrobora esta perspectiva ao mencionar que a televisão apresenta complexas limitações e constrangimentos estruturais, e por isso pode não ser o meio mais permeável a todo o tipo de acontecimento, mas é aquele com mais força ao nível do agendamento.

Desenvolvida e popularizada no século XX, a televisão atingiu o seu ápice de alcance público no final do mesmo século e no início do século XXI. Com a disseminação da Internet, ainda nas primeiras décadas do século XXI, a televisão não deixou de ter papel principal como fonte de conhecimento e informação de maior impacto, enquanto o seu modelo de produção de conteúdo servia de base para as primeiras criações divulgadas pela rede mundial de computadores. Com a popularização das novas tecnologias de comunicação e informação, a televisão tem procurado se adequar e qualificar seus produtos através da incorporação e adaptação dessas tecnologias. Vivemos a época da televisão expandida (Carlón, 2014), na qual as novas tecnologias trazem uma nova relação de produção e consumo televisivo orientada pela demanda, inclusive pensada em termos das suas novas possibilidades de interação com o programa, que desafiam o jornalismo de televisão a instituir conteúdos e linguagens dinâmicas, interativas e inovadoras (Thomé, Piccinin & Reis, 2020). Isso significa que o programa de notícias da televisão conceituado e reconhecido pelo consumidor segue constituído da mesma forma: com apresentador, dividido em blocos temáticos, com ordem de hierarquia e tempo de duração determinado, mas, ao mesmo tempo, “em portais de conteúdos, redes sociais e plataformas de streaming em arquivos de vídeo e áudio, aí associados a texto, fotografia, infográficos, podcasts e hiperlinks, acessíveis em diferentes telas” (Thomé, Piccinin & Reis, 2020, p. 148-149).

No entanto, mesmo com mais dispositivos móveis ao alcance do público, novas formas de consumo (seja do meio físico quanto do meio de emissão, como os serviços de *streaming*, por exemplo), “a TV continua a ser o meio dominante de divulgação e acesso às notícias em áudio e vídeo em diferentes partes do mundo, reunindo os maiores investimentos publicitários e constituindo um grande negócio para empresários e anunciantes” (Becker, 2022, p. 11). Bem como ainda possui centralidade nos discursos midiáticos, muitas vezes pautando outros meios, e na construção da realidade social. Essa centralidade é construída pelo hábito de consumo. Inúmeros autores apontam o papel que a televisão ocupou durante décadas nos lares do mundo inteiro, um lugar “central e polarizador de atenções nas nossas casas” (Pinto, 2005, p.63), desenvolvido pela dependência que a sociedade tem das rotinas diárias, como refere Vizeu (2009). Embora nos últimos dez anos tenhamos visto a TV cair como principal fonte de acesso à informação, via resultados das últimas pesquisas do *Reuters Institute Digital News Report*<sup>6</sup> - em Portugal, o consumo de notícias pela televisão como opção principal caiu 10% entre 2015 e 2022, enquanto no Brasil a queda chegou aos 20% entre 2013 e 2022<sup>7</sup> -, a pandemia provocada pelo vírus Sars-Cov-2 (Covid-19) fez ressurgir, nas palavras de Cabrera, Martins e Cunha (2020), no contexto Europeu, a centralidade doméstica da televisão num período no qual milhões de pessoas se mantiveram confinadas em seus domicílios. Em estudo do GrupoM<sup>8</sup>, realizado pela Markttest em 2020, os noticiários transmitidos pela televisão representavam 64% dos canais de comunicação mais utilizados, com um grau de confiança de 86% sobre o tema Covid-19.

É verdade que com a popularização dos *smartphones*, a qualidade da captura de som e imagem promovida por estes equipamentos, e a velocidade da transmissão de dados permitida pela Internet, faz com que cada vez mais os jornalistas possam estar em lugares mais distantes, de forma mais rápida e sem o auxílio de uma grande equipe, mas este fato também traz novos desafios ao modo de fazer jornalismo. Emerim (2020) ressalta que muito se discute sobre a relação da televisão com as possibilidades técnicas e formas oriundas dessas novas possibilidades como a digitalização das imagens, a Internet e o compartilhamento em rede. Neste estudo, também é preciso ter em consideração que falamos sobre seis países com acesso à tecnologia em níveis diferentes, e por isso, os desafios podem se encontrar em diferentes níveis de dificuldade. Por este motivo, começamos pelas particularidades da produção televisiva na sua forma básica.

---

<sup>6</sup> Disponível em <https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/digital-news-report/2022>

<sup>7</sup> Os demais países analisados na presente pesquisa (Angola, Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe) não fazem parte dos mercados estudados pelo *Reuters Institute Digital News Report*, assim como alguns deles sequer possuem um estudo oficial sobre o consumo de notícias ou televisão.

<sup>8</sup> Estudo encomendado pelo GrupoM, realizado pela Markttest, disponível em <https://observador.pt/2020/04/16/covid-19-estudo-revela-que-portugueses-confiam-nos-media-e-desconfiam--das-redes-sociais/>

### 3.1.1 A gramática própria da televisão

Segundo Becker (2022, p. 24), com a combinação complexa de áudios e vídeos nas transmissões, a televisão desenvolveu uma gramática própria de “construção da experiência que representa, intervindo na organização social e na expressão de valores e identidades”. Para a autora, o telejornalismo é descrito como um gênero televisivo ao mesmo tempo em que é uma prática jornalística, o que Gutmann (2014) explica como os efeitos pretendidos pelo jornalismo, como instituição, articulando-se às estratégias materiais específicas da linguagem televisiva. Entendemos os gêneros como formas relativamente estáveis de expressões linguísticas que são determinadas pelas esferas específicas da comunicação e que se refletem no conteúdo temático, no estilo e na estrutura composicional (Bakhtin, 1986, p. 60). Mas é preciso acrescentar que,

(...) mesmo que essa noção de gênero (do discurso) remeta à ideia de um conjunto de organizações discursivas recorrentes em diferentes modos de expressões textuais, não se pode desconsiderar a importância dos aspectos materiais, relativos às esferas midiáticas, pelos quais se expressam os gêneros, e dos contextos culturais que envolvem meios, discursos e suas instâncias de produção e reconhecimentos. (Gutmann, 2014, p. 357)

Tanto Gomes (2011) quanto Gutmann (2014) referem que, mesmo partindo de uma percepção de gênero pela lógica do texto, o gênero não é uma estratégia de comunicabilidade relacionada apenas à produção textual, mas ligada à produção e ao consumo de textos veiculados pela esfera da mídia. Nesse sentido, adotamos, primeiramente, a noção de gênero midiático abordada por McQuail (2003) e de gênero televisivo definida por Silva (2005), Gomes (2007) e Negrini (2018).

McQuail (2003) apresenta a definição de gênero midiático para se referir às produções dos meios de comunicação de massas, a qual explica melhor as especificidades de meios como a televisão. Para o autor, o gênero midiático pode ser considerado um mecanismo prático para ajudar os meios de comunicação de massa a produzir de modo consistente e eficiente, e a relacionar a sua produção com as expectativas da audiência (McQuail, 2003, p. 336). O pesquisador ainda acrescenta que o gênero midiático pode se referir a qualquer categoria de conteúdo que tenha uma identidade coletiva reconhecida, em menor ou maior grau, pelos seus produtores e consumidores; esta identidade ainda deve ter relação com a finalidade do produto (informação, entretenimento, ou variantes), formato (duração, ritmo, estrutura, linguagem, etc.) e significado (referência à realidade); além disso, esta identidade também deve ser estabelecida através do tempo e de acordo com convenções comuns; e um dado gênero midiático seguirá uma estrutura previsível de narrativa, ou uma sequência de ação, com um fundo previsível de imagens e com um repertório de variantes de temas básicos (McQuail, 2003, p. 336). Achamos pertinente utilizar esta definição proposta por McQuail, mas também destacamos as

ressalvas do autor quanto ao uso do conceito para a análise dos produtos midiáticos, pois para ele o conceito “não é uma ferramenta muito poderosa de análise, uma vez que existem demasiadas possibilidades para a sua aplicação” (McQuail, 2003, p. 339).

No entanto, o conceito de gênero midiático pode ser utilizado para diferenciar os tipos de produtos de televisão, que são chamados de gêneros televisivos. Ao entender o gênero televisivo como uma maneira de orientar a audiência da televisão em relação aos programas, aos temas que são nele abordados e como estes programas destinam os conteúdos ao público, Gomes (2007) define o gênero televisivo como uma estratégia de comunicabilidade. Negrini (2018) complementa, ao dizer que o gênero fornece as bases necessárias para a compreensão das regularidades e especificidades dos produtos televisivos que se configuram historicamente. O gênero televisivo é entendido, então, como algo que envolve o campo da produção e da recepção, pois influencia nas expectativas criadas pela audiência quando colocada diante de um produto (Silva, 2005). O gênero televisivo, através das características compreendidas mutuamente entre produtores e receptores, vai permitir ao público escolher entre novelas, séries ou noticiários, por exemplo. Quanto aos programas jornalísticos de televisão, Gomes (2007) aponta que são um gênero de televisão específico, pois estão impregnados de regras jornalísticas e da TV ao mesmo tempo. Além do gênero midiático e gênero televisivo aqui conceituados, Marques de Melo (2009) traz uma importante contribuição quando apresenta uma explicação geral para o processo comunicacional do gênero jornalístico, que como vimos e veremos de forma mais aprofundada nos subcapítulos seguintes, mostra como o jornalismo incorpora valores dos meios nos quais é veiculado.

O campo da comunicação é constituído por *conjuntos processuais*, entre eles a comunicação *massiva*, organizada em *modalidades* significativas, inclusive a comunicação *periodística* (jornal/revista). Esta é estruturada, por sua vez, em *categorias* funcionais, como é o caso do jornalismo, cujas unidades de mensagem se agrupam em *classes*, mais conhecidas como *gêneros*, extensão que se divide em outras, denominadas *formatos*, os quais, em relação à primeira, são desdobrados em espécies, chamadas *tipos*. (Marques de Melo, 2009, p.35)

E para alguns autores a compreensão de gêneros jornalísticos e suas extensões são pertinentes se inseridos nos suportes tecnológicos e “engrenagens produtivas que permitem o fluxo das mensagens” (Marques de Melo & Assis, 2016, p. 42).

Logo, ao perceber o jornalismo televisivo como um gênero televisivo, também consideramos seus aspectos discursivos em relação à configuração da notícia como um dos elementos “que vão dialogar com diversas outras instâncias textuais e contextuais que reverberam nas suas diferentes manifestações no universo televisual” (Gutmann, 2014, p. 359). Em suma, o jornalismo televisivo, como instituição social, não é influenciado apenas por possibilidade tecnológicas, mas pela “conjunção das possibilidades tecnológicas com determinadas condições históricas, sociais, econômicas

e culturais” (Gomes, 2011, p.19). Entre as variações dentro do gênero jornalístico na televisão, existem os sub-gêneros que autores como Duarte (2007) consideram, além de atualizações do gênero, como uma forma que dá mais informações sobre determinado produto televisivo. Para Gomes (2007), os jornais televisivos (telejornais), programas de entrevistas e documentários televisivos se enquadram como subgêneros.

Os traços categoriais de gênero seriam responsáveis então por um certo tipo de relação com o mundo, colocando à disposição do telespectador um certo nível ou plano de realidade e modo de ser, mobilizadores de crenças e saberes e condicionadores das expectativas e do prazer dos telespectadores. Já os subgêneros e formatos seriam responsáveis pelos percursos de configuração dessas realidades, ou seja, pelos seus procedimentos de colocação em discurso, projetando sobre essas categorias genéricas formas que as estruturariam, permitindo sua manifestação. (Duarte, 2007, p.4)

Ao se apresentar em uma versão televisual, o jornalismo acaba por forjar valores discursivos a partir de articulações com recursos televisivos (Gutmann, 2014). O que conhecemos hoje como jornalismo televisivo é uma grande construção cultural alimentada pela apropriação

(...) da transmissão direta, da fotografia, das potencialidades sonoras e gráficas do audiovisual, do uso do corpo como dispositivo expressivo, das possibilidades interventivas do processo de edição etc. constituíram específicas práticas discursivas, determinados modos de percepção social que respondem pelas formas materiais, simbólicas e culturais do que hoje reconhecemos enquanto telejornal. (Gutmann, 2014, p. 25)

Essa construção cultural também acaba por regular, em determinados contextos, a identidade e comportamento dos seus agentes, assim como as expectativas do público, características do gênero midiático.

Vizeu (2009) utiliza, como exemplo da gramática televisiva, o Novo Manual de Telejornalismo da Rede Globo, escrito por Vera Paternostro, publicado em 2001, onde consta que toda informação deve ser precisa, cada imagem e palavra escolhidas criteriosamente, para não distorcer fatos e confundir o telespectador. Para além do texto e da captação de imagem e áudio, o autor ainda acrescenta o processo de edição nessa gramática, pois “os jornalistas procuram mobilizar vários recursos de enquadramento, planos, cortes de edição, uso de arquivo, animações gráficas, trabalhos de pós-produção para possibilitar que a reportagem seja entendida pela audiência” (Vizeu, 2009, p. 81). Nesse contexto, os formatos noticiosos são importantes para a estruturação do jornal televisivo, embora não haja um consenso, atualmente, sobre a quantidade, variedade e conceituação sobre os formatos, já que se trata das convenções narrativas de cada jornal televisivo (Mata & Coutinho, 2011; Andrade Neto, 2022). Com base na formação

acadêmica da autora, graduação em Comunicação Social – habilitação em jornalismo, realizada no Brasil, os formatos que são utilizados como referência na presente pesquisa são orientados pela literatura brasileira, na sua maioria, e portuguesa. Esclarecida a perspectiva utilizada, os formatos analisados no estudo têm como ponto de partida, a conceituação apresentada por Marques de Melo (2009), que divide os gêneros jornalísticos em informativo, opinativo, interpretativo, diversional e utilitário. No entanto, cabe ressaltar que essa categorização busca apenas “sinalizar a principal finalidade dos conteúdos jornalísticos, uma vez que as fronteiras entre informação, opinião, interpretação, diversão e serviço não são extremamente rígidas, a ponto de que um gênero possa ser considerado puro” (Assis, 2010, p.17). Como na observação prévio dos objetos de estudo não verificamos a presença dos formatos opinativos, delimitamos a categorização apenas pelo viés informativo. Por essa perspectiva, temos a seguinte conceituação:

- Nota simples: informação narrada sem recurso à elementos visuais, geralmente o texto é lido pelo apresentador do programa.

- Nota Coberta: informação narrada, habitualmente pelo apresentador, com uso de imagens de apoio.

- Notícia: informação que necessita de maior instantaneidade, com pauta no essencial que recompõe o acontecimento. Desenvolvida com fontes primárias, de forma mais rápida e objetiva.

- Reportagem: informação completa, com relato mais longo, aprofundado e apresentação de diversos lados dos envolvidos no acontecimento. Embora a principal característica da reportagem seja a narrativa (Gonçalves, E., Santos, M. & Renó, D. 2015

- Ao Vivo: informação transmitida em tempo real, no momento do acontecimento.

- Entrevista: dinâmica entre entrevistador, geralmente o apresentador do programa e o entrevistado, que costuma possuir autoridade no assunto.

À categorização proposta por Marques de Melo (2009), acrescentamos as definições apresentadas por Gonçalves, Santos e Renó, (2015) e Andrade Neto (2022). A divisão feita por José Marques de Melo é conhecida como “Classificação Marques de Melo”, muito difundida na prática brasileira, Machado e Assis (2016, p.53) reconhecem que a bibliografia internacional “indica haver outras possibilidades e demonstra que as conjunturas fazem surgir e conservam formas peculiares a certas localidades”.

Para se manter atrativo e acompanhar as mudanças nas necessidades e preferências do público, o jornalismo televisivo, antes mesmo das alterações e adaptações impostas pela Internet, é um gênero que vai além dos boletins noturnos convencionais, pois tem se tornado cada vez mais híbrido (Cushion, 2012). Isto porque o mercado assim o exige. A busca pela audiência, e em consequência por anunciantes, tem moldado a forma de fazer jornalismo televisivo. Tais fatores externos afetam não apenas as produções de entretenimento, mas também as informativas, que sofrem alterações nos valores-notícia tradicionais, conjugados para ajudar os jornalistas a construir uma imagem fidedigna do mundo, e que agora “declinam-se mais com traços do dramático, divertido, espetacular” (Lopes, 2011, p. 5). Conforme comentamos até o momento, o jornalismo como gênero televisivo incorporou características e práticas da televisão como um todo para a autenticação dos relatos noticiosos. No que se refere aos estudos sobre o jornalismo televisivo, desde a sua gênese até o momento, Gomes (2011) alerta para uma fragilidade teórica e metodológica das pesquisas, especialmente quando se trata de descrever, analisar e interpretar os modos de funcionamento, as especificidades e características dos programas. Para a pesquisadora, que utiliza uma abordagem inspirada no Estudos Culturais, a análise dos programas jornalísticos da televisão deve articular três elementos: características do jornalismo, da televisão e da recepção televisiva.

### **3.1.2 A televisão pública em língua portuguesa**

Já observamos no capítulo anterior que as questões comerciais devem ser consideradas quando falamos de noticiabilidade e, especificamente, nos valores-notícia. Não apenas o retorno financeiro, mas também os custos de produção. Entretanto, mesmo com a hibridização dos meios de comunicação públicos, em especial a televisão, é preciso considerar também os princípios basilares da comunicação pública como critérios de noticiabilidade. Quando temos como objeto de estudo seis países e, por consequência, seis contextos sociais, econômicos e midiáticos diferentes, é necessário compreendermos como essas diferenças regem as emissoras de televisão. Antes de avançarmos com o conceito de televisão pública, façamos uma reflexão sobre conceitos que, embora muitas vezes utilizados como sinônimos, são completamente diferentes: televisão pública, televisão estatal e televisão governamental. Essa diferenciação se verificará importante nos resultados desse estudo.

A confusão que pode surgir quando se fala em serviços públicos de comunicação, no que se refere a compreensão de algo do Estado ou Governo, pode ser explicada pela origem do conceito, com a criação da BBC, no Reino Unido, em 1926. De acordo com Fidalgo (2003), antes mesmo de se falar em comunicação pública como um todo, era

consensual a interpretação do serviço público de televisão (SPT), na altura “*Public Service Broadcasting*” por abranger também a rádio, como um sistema que funcionava em regime de monopólio do Estado.

Sucedia isto, convém recordar, num contexto particular, tanto em termos políticos como tecnológicos, quando parecia óbvio que se cometesse ao Estado a gestão completa de um bem público valioso e escasso – o espaço radioelétrico –, e também que se esperassem dele os avultados financiamentos necessários à promoção e aproveitamento massivo desse novo meio de comunicação que era a televisão. Seria, assim, mais uma “televisão pública” (por contraposição a “privada”) do que um “serviço público” com a significação vasta e multifacetada que hoje se lhe atribui (...). (Fidalgo, 2003, p.2)

Embora o serviço público de televisão tenha surgido com princípios definidos pela UNESCO (2001), como universalidade no acesso, diversidade de atores e conteúdos, distinção, financiamento público e independência, é, especialmente, neste último item que observamos a discrepância entre as emissoras dos países de língua oficial portuguesa. De acordo com os princípios apontados por Fidalgo (2003), julgamos necessário fazer uma diferenciação entre televisão pública e televisão estatal/governamental. Leite (2017), descreve as diferentes características dos tipos de televisão como sendo de carácter comercial/privado as que desfrutam de concessão para veicular anúncios comerciais, investimentos privados, retorno em lucros; a TV de carácter Estatal/governamental são emissoras sobre as quais o Estado possui poder completo, sem intuito lucrativo, mas com forte presença propagandística de quem está no poder; já a TV pública são emissoras cujo controle e gestão tem participação da sociedade civil. Ao longo da evolução e ampliação do conceito de comunicação pública, os estudos passaram de abordar Serviço Público de Televisão/Rádiodifusão (*Public Service Broadcasting*) para Serviço Público de Mídia (*Public Service Media*), segundo Donders (2019, p.1012) uma “prestação de serviços por organismos públicos de radiodifusão que contribuem para os objectivos democráticos, culturais e sociais da sociedade, e isto em múltiplos dispositivos e através de várias tecnologias”.

Segundo Bueno (2014), o conceito de comunicação pública passou, e passa, por uma evolução que o torna cada vez mais abrangente e mais refinado. Autores como Brandão (2012) e Monteiro (2012) referem, por exemplo, que a comunicação pública não pode ser reduzida a uma compreensão dela como modalidade ou instrumento parte da área da comunicação social, mas como parte integrante da sociedade, como resultado do poder do cidadão quando organizado e constituído. Porque pela “sua natureza e singularidade, a comunicação pública está diretamente ligada às questões públicas” (Monteiro, 2012, p. 42). Para além desse aspecto, é importante ressaltar que uma parte importante da comunicação pública acontece fora dos meios de comunicação, através de ações de comunicação de relação com o cidadão ou com intermediários (Matos, 2012). O

desafio é implementar vias materiais e imateriais de trocas de informação que sejam acessíveis, amigáveis e universais, e que não incluam “apenas os suportes tecnológicos e midiáticos, mas igualmente outros compatíveis e abertos ao ambiente da comunicação pública” (Matos, 2012, p. 52-53). Ou seja, comunicação pública é política de inclusão informacional. Os autores acima citados trazem para discussão o que tem se entendido como comunicação pública e a construção de políticas de comunicação pública que devem ser compreendidas, inclusive, dentro das instituições públicas midiáticas.

Sem desconsiderar a explicação dos autores acima sobre o conjunto de práticas e valores que guiam a comunicação pública por um viés mais amplo, nossa proposta tem como foco a televisão e o seu suporte tecnológico e midiático como parte do processo da comunicação pública. Através da perspectiva apresentada, autores como Lopes (1999) e Brandão (2010) destacam que o principal objetivo de um serviço público de mídia deve ser garantir uma programação complementar e alternativa em comparação com as empresas privadas, deve ser um meio contra a exclusão, que contribui para a integração social e cultural, e com isso potencializar a formação e o esclarecimento adequado aos cidadãos, com dinamização do espaço público e a defesa da pluralidade de opiniões. Um conceito semelhante também é defendido por Rincón (2002), que vê no caráter público da televisão uma forma de superar o enfoque comercial, ganhar densidade como cidadã e trabalhar na construção do coletivo social. Brandão (2010) complementa que, além dos conteúdos de entretenimento, o jornalismo tem o papel mais importante no incentivo à reflexão por parte do público:

A informação televisiva de serviço público deve então gerar, sobretudo, o debate e a autenticidade, em vez de promover os efeitos espetaculares e dramáticos, como manter a atenção e o interesse dos seus telespectadores como se um canal privado se tratasse. A televisão pública, pela sua natureza e características tem uma responsabilidade acrescida na informação que selecciona e destaca, principalmente para os serviços noticiosos. (...) está em causa desenvolver um “serviço padrão” de “referência” com um forte contributo para a formação dos cidadãos, para a dinamização do espaço público (...). (Brandão, 2010, p.36)

Cidadania, independência e autonomia são os três termos que mais permeiam as definições de televisão pública. São palavras que é possível observar nos conceitos de Lopes (1999), Rincón (2002), Brandão (2010), e ainda na proposta de Bucci, Chiaretti e Fiorni (2012). No que se refere à independência, uma emissora de televisão pública, do ponto de vista jurídico, não pode ser propriedade direta de grupos privados, apenas pode ser financiada por fundos abastecidos por instituições privadas, também não pode ser controlada por acionistas membros desses grupos privados. Deve ter o seu financiamento assegurado por regras e leis públicas, mas a emissora de TV não pode estar subordinada ao Governo. Como vimos, a cidadania é outro dos pilares que sustenta

a definição de TV pública, seja na abordagem da audiência, não como números, mas como cidadãos, o que por si só reflete na construção da programação. Martín-Barbero (2002, p. 57) observa que a televisão pública pode ser considerada um lugar decisivo de inscrição de novas cidadanias “onde a emancipação social e cultural adquire uma face contemporânea”.

Também é pertinente fazermos uma distinção entre televisão pública e televisão estatal, pois enquanto as emissoras públicas são orientadas pelas características acima citadas, as emissoras estatais seguem uma direção oposta. Souza (2014, p.39) refere que a televisão estatal possui propriedade e natureza jurídica relacionadas ao Estado. Ou seja, uma gestão subordinada a autoridades e uma programação condicionada, a serviço da “divulgação de correntes da lógica interna do Estado”. A autora salienta outro aspecto importante que influencia na autonomia e independência das TVs públicas: “possui uma perspectiva relacional, na qual suas principais determinantes dependem das condições intrínsecas da sociedade na qual este meio de comunicação se desenvolve (Souza, 2014, p. 40). É essencial abordarmos essas diferenças entre televisão pública e televisão estatal, pois enquanto alguns dos países que são objetos de estudo desta pesquisa procuram fazer uma autocrítica e consolidar suas emissoras públicas, outros ainda enfrentam o controle e a censura de uma estrutura fortemente estatal e ideológica. Em entrevista ao *Jornal da USP*<sup>9</sup> - Universidade de São Paulo, Brasil -, o membro do Conselho de Administração da Televisão de Moçambique, Sérgio Marcos, ressaltou que só é possível consolidar a radiodifusão pública de acordo com a maturidade democrática dos países. Afirmação que pode ser observada nos estudos de Henriques (2021) sobre o serviço público de televisão em Angola, país, que segundo o autor, só viveu momentos de liberdade de imprensa entre os anos 2017 e 2019 após séculos de colonização e décadas de guerras civis.

### **3.2 O noticiário televisivo**

Conforme vimos até aqui, o produto jornalístico televisivo possui diversas formas com características próprias, muito devido aos conceitos acima apresentados de gênero midiático, gênero televisivo, gênero jornalístico e subgênero ou formato. O noticiário televisivo é considerado, por alguns autores, um subgênero específico do gênero televisivo, um formato autônomo com suas próprias especificidades quanto às regras de seleção, hierarquização, estrutura da narrativa e mediação, entre outros (Jespers, 1998;

---

<sup>9</sup> “Universo das Emissoras Públicas: a Televisão de Moçambique (TVM) recebe recursos do governo africano e vende espaços de publicidade na programação”. Entrevista para o podcast do *Jornal da USP*, publicada em 14 de agosto de 2023. Acessado em 5 de dezembro de 2023. Disponível em <https://jornal.usp.br/podcast/universo-das-emissoras-publicas-a-televisao-de-mocambique-tvm-recebe-recursos-do-governo-africano-e-vende-espacos-de-publicidade-na-programacao/>

Gomes, 2007; Fernandes, 2020). Já para outros autores, como Brandão (2010), as características referidas acima fazem do jornalismo televisivo um gênero em si. Além disso, os telejornais - noticiários televisivos - são o formato informativo mais conhecido na televisão, pois sua origem está fortemente vinculada à popularização da própria TV (Tourinho, 2014; Fernandes, 2020), e ambos tem sua história relacionada com a criação da primeira emissora de televisão do mundo, a BBC (*British Broadcasting Corporation*), criada em 1936, em Londres – Inglaterra. A BBC é um serviço público de televisão que também foi pioneiro na transmissão do primeiro noticiário televisivo. Um boletim com 22 minutos de duração, ainda com a forma interpretativa do rádio, ilustrado com fotos, foi gravado no dia 5 de julho de 1954, mas as imagens dos apresentadores Richard Baker e John Snagge só foram ao ar um ano depois<sup>10</sup>.

Com a percepção do potencial da televisão por parte de empresários e profissionais, os investimentos para a evolução técnica e “uma série de experimentações em sua dinâmica e linguagem, os telejornais logo se tornaram um dos formatos de programas televisivos de maior sucesso de audiência e, conseqüentemente, de retorno comercial e institucional para a emissora” (Tourinho, 2014, p. 89). Para muitos autores, o telejornal é o principal marco da informação televisiva, um dos pilares da audiência e principal ponto de encontro das *hard news* (Bandrés *et al.*, 2002; Marcondes Filho, 2009; Mariño e Monclús, 2009). De forma resumida, Aronchi de Souza (2015) explica que o programa noticiário televisivo apresenta características próprias e evidentes, com a presença de um ou mais apresentadores em um estúdio, chamando notícias e reportagens sobre os fatos mais recentes. Esta é a forma básica do programa e continua desta forma em algumas emissoras. Com o avanço, não só das tecnologias, mas das formas de narrativas e interações com o público, podemos tomar como exemplo de noticiário televisivo o programa transmitido ao vivo/em direto, de um estúdio, com elemento cenográficos como a presença de uma bancada (ou não) - onde os apresentadores estão sentados atrás -, telas/ecrãs de fundo com possibilidade de usabilidade pelos apresentadores - uma apropriação da tecnologia *touchscreen* -, ou apenas para ilustrar a temática das notícias e reportagens, elementos gráficos, a presença de comentaristas/comentadores em estúdio (com participação ao vivo/em direto ou pré-gravada), e ainda a possibilidade de realizar entrevistas com convidados (também ao vivo/em direto ou pré-gravadas). Boyd (1990) ainda comenta que estes programas costumam ter cerca de 60 minutos de duração, com informação diária com mais pormenores e utilização de elementos gráficos e técnicos. Os noticiários televisivos costumam estar fragmentados em edições - com nomes iguais ou diferentes - com dias e

---

<sup>10</sup> Informação disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/geral-63292455> e <https://www.bbc.co.uk/archive/the-end-of-rationing/zvj747h>

horários de apresentação e tempo de duração definidos previamente (Duarte, 2020). Além disso, de acordo com Duarte (2020), as edições se organizam em blocos, os quais são responsáveis pela veiculação de distintas notícias - podem ser agrupadas por temática, ordem de acontecimento ou relevância -, com espaços para intervalos comerciais entre um bloco e outro. A pesquisadora também ressalta que esta distribuição e encadeamento das notícias “procuram atender determinadas lógicas e estratégias comunicativas que garantam a atenção e permanência do telespectador” (Duarte, 2020, p.111). Qualquer tipo de informação para entrar na relação de temas de um noticiário é fruto da aplicação de um conjunto de regras de produção que inicia na inserção do acontecimento na reunião de pauta, pela seleção de uma informação como noticiável, pela definição de sua relevância, pela identificação de quem a protagoniza, pelo perfil de quem fala sobre ela (Duarte, 2020), pela existência - ou possibilidade de - imagens e sons e entrevistados.

A informação na televisão precisa corresponder a uma série de exigências - características - do meio e também do público, pois é transmitida para um público heterogêneo. Conforme referido por Jaspers (1998, p. 76), "as características sociais, culturais e geográficas do público da televisão são, assim, as da população no seu conjunto" e, para falar para todos, é necessário que a mensagem seja clara, com foco na explicação e contextualização em um caráter pedagógico. Por uma perspectiva semelhante, Serrano (2005) aponta que a televisão não é um meio para apresentação de grande quantidade de informações que necessitem de atenção a “nuances”. Já referimos o jornalismo televisivo, agora julgamos necessário explicar a presença das diversas formas da notícia apresentadas no jornal e como estas formas influenciam na seleção e produção dos materiais.

Duarte (2020), tendo em conta os objetivos e modos de funcionamento do noticiário televisivo, agrupa os formatos em dois tipos de espaços nos quais operam: interno, que se passam nos estúdios, cenários onde os apresentadores se movimentam; e os externos, onde estão os acontecimentos e os repórteres, conectados entre si por diferentes dispositivos técnicos e articulados pelo apresentador que chama as reportagens em tempo real e simultâneo à sua apresentação, que servem não só para confirmar ou testemunhar relatos, como demonstram atualidade. Estes formatos ainda envolvem fatores estruturais (Weaver, 1993), conjunturais e industriais (Morán, 1986) para que o acontecimento possa ser considerado noticiável em televisão. Ultrapassada a ideia de que a notícia é um “espelho da realidade”, entendemos a notícia televisiva como representação da realidade na linguagem televisiva, porque passa por um forte processo de seleção no qual o acontecimento precisa ser estruturado em uma narrativa que é limitada pela exigência de tempo e espaço a ser ocupado no fluxo audiovisual (Coutinho,

2003). Para cumprir estas exigências, a narrativa jornalística televisiva é constituída por fragmentos da realidade “cuja lógica de montagem seria definida pela organização de um texto com características que remetem a oralidade” (Coutinho, 2003, p. s/n). A função do gênero é informar, mas o seu modelo polifônico é resultado de uma postura interpretativa de alguns sujeitos perante os fatos (Becker, 2005). Assim sendo,

Cada edição é uma versão da realidade social cotidiana. Por isso, é mais interessante, neste campo de investigação, perceber como estes discursos se constroem, se estruturam, produzem significações, até mesmo para denunciar ou relativizar os seus poderes; e não exatamente discutir se são verdadeiros ou falsos. (Becker, 2005, p.55)

Sem deixar de considerar que a lógica da produção jornalística televisiva está relacionada ao padrão do mercado e às rotinas produtivas, Becker (2005) analisa esta lógica de produção através das marcas da estrutura narrativa, que ajudam na apreensão crítica, e são divididas em dez categorias: “1. A estrutura; 2. Os blocos: construção e distribuição; 3. O ritmo; 4. Os apresentadores; 5. Os repórteres; 6. As matérias; 7. As entrevistas e os depoimentos; 8. Campos temáticos: as editorias; 9. A credibilidade; 10. Recursos gráficos e cenários”. Lopes (2005) acrescenta ainda que a narrativa televisiva não pode ser pensada sem considerar as vozes que as verbalizam e o contexto em que se encontram. Embora as denominações e classificações apresentadas neste trabalho tenham origem em pesquisas brasileiras e portuguesas, a prática internacional é variada e indica que as conjunturas fazem surgir e conservam formas peculiares a certas localidades (Marques de Melo & Assis, 2016). Mas, além desta estrutura “visível” do noticiário televisivo, o que nos interessa é o processo que acontece “por trás das câmeras”, o que Tourinho (2014) refere como a socialização da notícia através dos próprios mecanismos e lógicas de produção e funcionamento do noticiário televisivo.

### **3.2.1 Apropriações e características do jornalismo televisivo**

O sucesso junto ao público por parte do jornalismo televisivo se deve muito às características de produção e transmissão da televisão. Muitos dos valores defendidos pelo jornalismo como instituição - cobertura de assuntos de interesse público, vigilância dos poderes, informar sobre o que não se pode vivenciar *in loco* - foram potencializados pela capacidade de captação de imagens em movimento, áudio e, principalmente, da transmissão direta (Gutmann, 2014). No entanto, existem mais elementos expressivos característicos da televisão que podem ser entendidos como influenciadores dos critérios de noticiabilidade e valores-notícia e que o jornalismo, até então, não havia enfrentado no impresso e no rádio. Como refere Gutmann (2014, p. 357), na TV, “a conceituação de gênero jornalístico (discursivo) não basta para caracterizar determinado programa. Há de se considerar os recursos expressivos de linguagem televisiva, que modificam,

inclusive, os critérios de noticiabilidade e tratamento da notícia”. Por óbvio, não podemos também ignorar, como veremos a seguir, que algumas dessas características são partilhadas com o rádio e a Internet, enquanto outras são vestígios do modo de produção do jornalismo impresso.

Os elementos que caracterizam o televisual (audiovisual), como a utilização do áudio e vídeo para transmitir notícias com o emprego de tratamento discursivo e condições contextuais específicas, formam uma “gramática televisual que é constituída por códigos que, articulados, formam a linguagem televisual que, por sua vez, estabelece a narrativa específica das telas (Emerim, 2020, p. 99-100). Nesse sentido, pode-se entender a linguagem visual como todos os elementos que se referem aos termos técnicos ou culturais que acabam por estabelecer uma gramática de ações ou usos em televisão, como planos de câmera, mudanças de velocidade, iluminação, edição, enquadramentos, rotinas produtivas, entre outros (Emerim, 2014). Podemos apresentar a linguagem do jornalismo televisivo da seguinte maneira:

A linguagem do telejornal se constitui de elementos múltiplos, ancorados no vídeo (captação, enquadramento, planos, iluminação, composição), no áudio (captação, tratamento, equalização), na edição técnica (cortes, acréscimos, fusões, efeitos gráficos, velocidade, slow), no conteúdo (produção, investigação, apuração, seleção de fontes, redação, edição, hierarquização da notícia, condições deontológicas e éticas, transmissão), no desempenho humano (voz, dicção, expressão corporal, apresentação, carisma, capacidades individuais), nos cenários (arquitetura, cenografia física e virtual, iluminação, angulações, perspectivas) e até nas características idiossincráticas do veículo (de função pública, comercial, cultural, diferenciado a partir de seus diversos modelos de negócio). (Tourinho, 2014, p. 102)

Para Weaver (1993) as notícias - em qualquer canal de comunicação – mas, especialmente, entre o jornal e a televisão, possuem semelhanças, em alguns aspectos, com os relatos atuais de acontecimentos atuais - relatos produzidos por organizações com objetivos especiais - e utilizam temas, fórmulas e símbolos na construção de linhas de ação dramáticas que dão significado e identidade aos acontecimentos. Porém, possuem distinções elementares no quesito estrutura, voz e conteúdo. Por exemplo, enquanto o jornal está organizado no espaço, a televisão está organizada no tempo, com consequências sobre a forma de apresentar a notícia, sobre a configuração do texto, sobre o modo de interpretar os acontecimentos e sobre as formas de controle do processo de produção (Weaver, 1993). Já na construção da narrativa, as diferenças são mais significantes, considerando que a notícia televisionada é ao mesmo tempo visual e auditiva, o que para Weaver (1993) implica na necessidade de um narrador pessoal e onisciente, pois na TV se ouve a voz, vê-se o corpo e a postura de fala. Machado (2019) explica que, tecnicamente, o jornalismo televisivo é composto por uma mistura de distintas fontes de imagem e som: são gravações, filmes, material de arquivo, fotografias, gráficos, mapas, textos, locuções, música e ruídos, aos quais ainda podemos acrescentar

materiais considerados amadores enviados, captados por dispositivos móveis, sem estrutura pensada, pelo próprio público. Para Gutmann (2014), com o passar dos anos, o noticiário televisivo passou a explorar mais as potencialidades do som e imagem, da transmissão direta, da presença física da figura do mediador (apresentador) e das fontes. A seguir, podemos observar algumas dessas características comuns ao formato de forma geral.

### **3.2.1.1 Transmissão direta**

Este dispositivo tecnológico, que também é partilhado com o rádio e a Internet, é o responsável pela simultaneidade comunicativa disponibilizada pela televisão e é fundamental para o jornalismo televisivo (Duarte, 2007; Gutmann, 2014; Machado, 2019). Isto não significa que o gênero televisivo transmita ao vivo todas as suas produções, mas, mesmo previamente gravadas, a forma de transmissão ao vivo do programa na qual são veiculadas, impõe este entendimento para o telespectador de forma simbólica. Carlón (2004) explica que a veiculação direta organiza, num mesmo espaço de tempo, as leituras que os telespectadores farão das emissões televisivas, pois são ancoradas pela apresentação ao vivo. Dessa forma, a transmissão das notícias ao vivo através do programa jornalístico tornou-se uma marca de distinção do jornalismo televisivo. O fator atualidade do acontecimento - da hora, do dia, ou de um dia e seus desdobramentos - e a presença de um mediador no local onde ocorreu o fato, agrega outros valores à transmissão direta, que ganha status de tempo presente. Machado (2019) faz esta distinção entre *tempo real* e *tempo presente* na transmissão ao vivo. Para o autor é essencial fazer esta diferenciação porque enquanto o *tempo real* é considerado uma regra da emissão televisiva ao vivo, o *tempo presente* faz com que fatos ocorridos em um curto espaço de tempo sejam apresentados ao público como um tempo presente através da enunciação.

### **3.2.1.2 Oralidade**

Com a popularização dos televisores surgiu a ideia de que vivíamos na "civilização das imagens", conforme Machado (2019). No entanto, o autor discorda dessa colocação, pois para ele a televisão é, paradoxalmente, pouco visual e faz uso pouco sofisticado das imagens. Embora Machado (2019, p.87) ressalte que essa realidade tenha mudado muito nas últimas décadas, a televisão continua sendo uma herdeira do rádio, que faz da palavra a sua matéria-prima, e continua dependente de uma "maior ou menor eloquência no manejo da palavra oralizada, seja da parte de um apresentador, de um debatedor, de um entrevistado, ou de qualquer outro". Concordamos com Machado (2019) no que diz

respeito à importância da oralidade na televisão, porém o som sem imagem e a imagem sem som não prendem a atenção do telespectador por si só neste meio. Gutmann (2014), por exemplo, destaca o conjunto de fatores que caracterizam a oralidade na televisão e no jornalismo televisivo. Para a autora, a melhor descrição para o evento é “performance do sujeito de fala”, pois as notícias, no jornalismo televisivo, são apresentadas por sujeitos de fala que utilizam também os seus corpos como dispositivos expressivos.

A oralidade, o gestual, a entonação da fala, o figurino, o cenário, o modo como a imagem desses sujeitos é enquadrada na tela compõem atos performáticos essenciais para a interação com o espectador e para o reconhecimento dos programas enquanto “jornalísticos”, dos relatos enquanto “notícias”. (Gutmann, 2014, p. 99)

E a autora complementa, explicando que essas camadas de performance, na verdade, são camadas de mediação feitas pelos sujeitos de fala. A mediação é realizada pela performatização, formada pela voz, pelo gestual, pelos posicionamentos das câmeras, pelo olhar. Nesse sentido, o jornalismo televisivo não é entendido apenas como recurso de aproximação do espectador daquilo que ele não pode presenciar *in loco*, nem como um reflexo dos eventos, mas como efeito de mediação (Gutmann, 2014; Machado, 2019). A oralidade no jornal televisivo não se faz presente apenas através de um apresentador (âncora/pivô), mas por diversas figuras que Gutmann (2014) divide em: mediadores (apresentadores, repórteres, comentaristas/comentadores), fontes (os sujeitos implicados diretamente ou indiretamente no acontecimento), e telespectadores. No jornalismo televisivo, a notícia precisa ser construída de forma mais complexa que no impresso, por exemplo, “envolvendo vários enunciadores, diferentes entonações e níveis de dramaticidade” (Machado, 2019, p. 128).

### **3.2.1.3 Articulação entre imagem e som**

A relação do jornalismo com a imagem em movimento e som teve um grande impacto no modo de produção jornalística. E isso desde os equipamentos necessários, ao treinamento dos operadores, à adaptação dos jornalistas e do próprio público. A imagem e o som alimentam, para o público, uma tese de existência dos fatos. Como explica Gutmann (2014), a imagem é sempre percebida como sinal de um acontecimento real, traz um caráter testemunhal, que funciona no jornalismo como prova visual do que diz o texto. Além disso, enquanto forma audiovisual, o texto televisivo é desenvolvido através de articulações entre diferentes níveis expressivos, tanto visuais quanto sonoros. Para Duccini (2011), os elementos responsáveis pela compreensão da mensagem televisiva passam pelo enquadramento e movimentos de câmera, ângulo de visão, luz e cor (parte visual dos programas), ruídos (como o áudio ambiente), música e voz (*in* e *off*).

Embora seja compreensível que a televisão já teve a sua “época de ouro”, acreditamos que a essência de um veículo ainda é o seu conteúdo e, neste sentido, muitos são os autores que destacam a expansão do telejornalismo para outras telas, a maior identificação do público pela possibilidade de uma pluralidade de vozes, o jornalismo produzido para diferentes telas e distribuídos em diferentes plataformas (Pereira e Caleffi, 2019; Emerim, 2019). Ademais, como também já referimos, o telejornalismo serviu de base para o desenvolvimento de novos produtos audiovisuais; e, como refere Emerim (2020, p. 101), é justamente a base formativa do telejornalismo que perpassa pelos formatos tradicionais de produção da notícia na televisão e que pode ser aplicada na “produção de conteúdos jornalísticos em outras plataformas que se utilizem do televisual”.

### **3.3 Critérios de noticiabilidade no jornalismo televisivo**

Referimos até aqui as características tanto da televisão, quanto do telejornalismo, que fazem com que o veículo e esta prática jornalística se mantenham como uma forma de comunicação ainda de grande popularidade e credibilidade junto ao público, mesmo com a concorrência da vasta disponibilidade de conteúdos na Internet. Também observamos que pesquisadores da área do telejornalismo já não o consideram uma prática de difusão apenas televisiva, mas que expandiu para outras telas sem perder a sua base formativa. Fernandes (2020) comenta que são inúmeras as características que jogam a favor da televisão, como o poder da imagem e o imediatismo da informação com a presença de áudio e imagens em movimento, porém a autora explica que estas características também representam algumas das fragilidades do telejornalismo.

A imagem em movimento é essencial para a notícia televisiva, pois fotos e textos podemos encontrar na imprensa e nos websites. No entanto, podemos considerar a captação de imagens para ilustrar uma notícia o maior constrangimento enfrentado pelo telejornalismo. Pois, como refere Emerim (2010, p.10), “a principal regra a ser seguida para se alcançar os objetivos informativos, segundo a bibliografia, é ‘casar’ o texto com a imagem, servindo a palavra de apoio, de suporte para a imagem”. Precisamos de vídeos dos lugares dos acontecimentos, das pessoas envolvidas, do repórter no local e, muitas vezes, essa captação não é possível por motivos legais ou logísticos - dificuldade do jornalista e do cinegrafista em chegar no local, envio das imagens para a emissora, entre outros - por falta de qualidade da imagem, questões de privacidade dos envolvidos, e ainda podemos refletir como a presença das câmeras pode alterar o comportamento das pessoas e comprometer a construção da narrativa (Jespers, 1998; Piccinin, 2005;

Fernandes, 2020). Ribeiro (2016) resume que, uma vez que a palavra complementa a imagem, a primeira acaba por ficar refém desta.

A instantaneidade está intimamente relacionada à visualidade permitida pela televisão e acaba por impor um ritmo próprio de produção que tem se tornado cada vez mais acelerado devido às inovações tecnológicas, como a transmissão imediata de dados permitida pela Internet (Lopes, 2005; Fernandes, 2020). Ainda podemos acrescentar que o aumento do ritmo de produção acaba por encurtar os prazos de entrega dos conteúdos para transmissão (*deadline*), com o objetivo de vencer a concorrência no quesito “noticiar primeiro”. Já não há tanto tempo para verificação das informações, para obter uma pluralidade de fontes, e até para o enquadramento e contextualização das informações (Jespers, 1998; Lopes, 2005; Barnett, 2011).

O tempo de televisão é um dos espaços publicitários mais caros que existem, justamente pelo alcance do veículo e pelo fraco poder de retenção da informação pelo público (Jespers, 1998). Sobre este aspecto, Fernandes (2020) alerta que o tempo disponível para as notícias é diminuto para agregar todos os dados e fontes de informação. As reportagens, as peças jornalísticas, no telejornal variam, mas considerando os aspectos acima referidos, geralmente ocupam entre 1 minuto e 30 segundos e 3 minutos e 30 segundos, sem mencionarmos aqui as grandes reportagens. Assim, os jornalistas precisam recolher informações, captar imagens e entrevistar uma pluralidade de fontes de forma que caibam no tempo disponível. Oliveira, Vizeu e Silva (2021) acrescentam que neste tempo de televisão também é preciso considerar o *deadline*, o prazo final para entrega do material pronto a ser transmitido e neste tempo de produção ainda devem ser incluídas as reuniões de pauta, pré-produção, e construção do texto que será gravado como *voz off* e incluído na edição e edição. Ou seja, esta parte da rotina jornalística vai influenciar diretamente a possibilidade de um acontecimento ser transformado em notícia, o tempo que terá disponível na emissão do telejornal e o tempo de produção.

A frágil capacidade de retenção de informações pelo público também obriga que a linguagem televisiva, o texto falado, especialmente no jornalismo, tenha clareza e simplicidade. Emerim (2010) explica que a televisão precisa considerar para quem vai produzir os conteúdos e, para isso, os seus responsáveis utilizam as pesquisas de audiência na construção de um público-alvo. Com o surgimento dos canais de sinal fechado, vimos aumentar a segmentação do público. Entretanto, as emissoras de sinal aberto continuam tendo com público-alvo uma vasta abrangência de receptores, com diferentes níveis de conhecimento e capacidade de absorção da informação. A autora refere que a construção do texto para uma reportagem está fortemente relacionada com o tempo de televisão disponibilizado para ele. “Assim, um repórter televisivo precisa se

utilizar de algumas regras para poder dar conta dessa exigência de tempo e narrar os fatos com o maior número de informações possíveis” (Emerim, 2010, p. 9). Existem algumas orientações práticas que permitem ao repórter atingir a clareza em seus textos, como o uso de frases e parágrafos curtos, palavras simples e de fácil compreensão, um texto coloquial, com respeito às regras gramaticais, com ritmo pausado porque a narrativa na televisão deve ser entendida de primeira (Emerim, 2010).

Outra característica do telejornalismo que é considerada uma mais-valia e uma fragilidade, ao mesmo tempo, é a dependência da disponibilidade humana (Fernandes, 2020). Especialmente das fontes, pessoas envolvidas nos acontecimentos de alguma forma, que dão credibilidade ao relato e, não só, também especialistas e representantes de instituições que podem, além de serem fontes de informação, fazer comentários e interpretações para complementar a informação jornalística. Como referem Musse e Musse (2010), a entrevista, a fala da fonte, é um recurso muito importante para o telejornalismo, pois funciona para ilustrar, fundamentar e legitimar uma narrativa construída pelo jornalista. As autoras ainda complementam que na rotina acelerada das redações, a seleção das fontes é um dos processos mais complicados para os produtores dos noticiários televisivos, e reforçam:

Não é necessário apenas ter os contatos, mas conseguir a concordância e a disponibilidade daqueles que vão ser entrevistados. Mais que isso, além de terem o domínio do assunto, é desejável que os entrevistados sejam capazes de reduzir suas reflexões àqueles preciosos quinze segundos de tempo que caracterizam as sonoras. (Musse & Musse, 2010, p. s/n)

Ademais, em alguns casos, é necessário tempo para preparar as fontes que não estão habituadas às entrevistas, orientá-las sobre quais tópicos são de maior interesse destacar, e nos casos específicos dos entrevistados em estúdio, é necessário orientar sobre a maneira de vestir, onde ficar posicionado e até a possibilidade de utilização de maquiagem. Por esses motivos, muitos jornalistas e produtores acabam por recorrer com frequência às mesmas fontes, o que, para Lopes (2009), faz do espaço noticioso na televisão um lugar elitista nas temáticas e na participação dos atores sociais.

Por último, podemos citar como fragilidades que interferem na produção jornalística as condicionantes técnicas e econômicas. Referimos ao longo do capítulo que a televisão talvez seja o meio que mais impõe limitações técnicas ao jornalismo: necessidade de imagens em movimento, juntamente com som, presença do jornalista no local do acontecimento, sinal para a transmissão de dados, equipe de apoio técnico, meios de transporte (Andringa, 2013; Fernandes, 2020), tudo isto pode fazer com que ou um acontecimento deixe de ser noticiado ou necessite do apoio de imagens amadoras, fornecidas pelo próprio público e capturada através de *smartphones*. Além da equipe de reportagem e sua deslocação para produção da notícia, também é preciso considerar a

equipe técnica responsável pela transmissão do noticiário televisivo, da montagem e emissão dos programas. A programação televisiva visa o lucro e os programas jornalísticos não fogem à regra. Embora não haja anúncios publicitários dentro do programa, o conteúdo que o noticiário fornece deve ser atrativo o suficiente para gerar grande audiência e conquistar anunciantes para a emissora. Fernandes (2020) ainda alerta para a escolha de temáticas que envolvam menos despesas na sua produção e o apelo para a espetacularização na construção das narrativas, que acabam por gerar uma homogeneização na oferta informativa.

Com as características, especificidades, fragilidades e apropriações das novas tecnologias feitas pela televisão e pelo telejornalismo, acreditamos que exista a necessidade de uma relação de critérios de noticiabilidade e valores-notícia que tenham em consideração o que referimos acima. Neste sentido, para além dos valores-notícia elencados no capítulo anterior, podemos acrescentar: imagem e fator *breaking news* (Cushion, 2012); dramaticidade, emoção e espetáculo (Brandão, 2010); repercussão, importância dos protagonistas e abrangência (Gomes, 2012); presença das fontes em vídeo e/ou áudio; e facilidade de deslocação até o local do acontecimento.

## **Conclusão do Capítulo**

Mesmo com a popularização das novas tecnologias de comunicação e informação, a televisão continua tendo um papel central como fonte de informação credível e norteadora. Sobre temas de saúde esse destaque é ainda maior, sendo um veículo considerado por muitos autores como uma forma vantajosa para comunicar saúde (Belim & Lagido, 2021). Por esse motivo, entendemos a necessidade do jornalismo de avaliar os eventos tendo em consideração as especificidades da televisão. Como vimos, ela é considerada um dos meios que impõem mais limitações técnicas e econômicas ao jornalista. Para isso, é preciso levar em conta que a televisão, como gênero midiático, evoluiu muito nas últimas décadas, também fazendo apropriações das novas tecnologias de produção, emissão e consumo. Essas apropriações afetam profundamente os gêneros televisivos e a interpretação destes pelo consumidor.

O telejornalismo é considerado um gênero televisivo e uma prática jornalística, e, ao se deparar com a sua versão televisual, o jornalismo acaba por forjar valores discursivos a partir de articulações com recursos televisivos (Gutmann, 2014). Fala-se de uma gramática televisiva, na qual encontramos os elementos que caracterizam o televisual, como a utilização do áudio e do vídeo com o emprego discursivo e condições contextuais específicas. É justamente por essas apropriações das especificidades da televisão pelo jornalismo, pelas fragilidades também impostas pelo modo de produção, emissão e consumo do veículo, que apresentamos a noticiabilidade pelo viés televisivo e

o acréscimo de valores-notícia essenciais do veículo como imagem, som, fator *breaking news*, dramaticidade, emoção, espetáculo, repercussão, abrangência, importância dos protagonistas, presença das fontes em vídeo e/ou áudio, utilização de imagens e áudios amadores - fornecidos por fontes credíveis presentes no local e momento do acontecimento, e facilidade de deslocação até o local do acontecimento.

## **Capítulo 4. A Língua Portuguesa como Ponto de Partida**

Com mais de 400 anos de história, o jornalismo em língua portuguesa é produzido em diferentes países, continentes e culturas. Neste capítulo, apresentamos as origens das produções informativas em expressão portuguesa, partindo do pressuposto que todos os países utilizam o português como idioma oficial, ao mesmo tempo em que é necessário reconhecer a existência das outras línguas nacionais, e as transformações do idioma através do contato com outras culturas. No que se refere à história do jornalismo, retomamos a chegada da prensa a Portugal, cerca de 300 anos antes da sua implantação nas então colônias. Veremos que, apesar de ter tido papel importante no surgimento dos periódicos informativos, e mais tarde emissoras de rádio e televisão, nos países colonizados com exceção do Brasil, Portugal o fez por pressões geradas pela crise econômica e política enfrentadas primeiro pelo império, depois pela I República e por fim no Estado Novo, para tentar manter o controle administrativos das regiões.

No entanto, foi justamente com o surgimento da imprensa que os movimentos independentistas e nacionalistas começaram a ganhar mais força e a chegar a mais lugares. Podemos observar, ao longo da história do jornalismo nos países colonizados, como os veículos de comunicação foram utilizados em um primeiro momento, e embora fortemente censurados pela metrópole, para mobilização pró-independência, em um segundo momento como máquinas ideológicas dos governos monopartidários instalados, especialmente nos territórios africanos e, por último, como os meios de comunicação social se desenvolveram de formas completamente diferentes em cada um dos países. Com a independência, as antigas colônias passaram a receber incentivos estruturais e financeiros de outros países, em particular, dos que estavam de acordo com os regimes que assumiram o poder. Outro aspecto fundamental que ressaltamos são os períodos de conflitos civis, de monopartidarismo, em alguns regiões africanas, e os períodos de ditadura que assolaram o Brasil, que acabaram por moldar muitas das produções informativas.

### **4.1 Luso-afonias**

O crescimento das pesquisas em português é um dos fatores que marcam a importância deste idioma, que é o quarto mais falado no mundo, língua oficial de mais de 260 milhões de pessoas, de nove países membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) e de Macau - região administrativa especial na China - em cinco

Continentes<sup>11</sup>. Como um idioma, no seu caráter ontológico apresentado por Gradim (2019), possui um papel fundamental na construção do pensamento e na estruturação de como entendemos o mundo, aproxima-nos como espaço geolinguístico, ao mesmo tempo em que é enriquecido por influências culturais diversas, oriundas de um passado tenso de relação entre colonizador e colônias, que não pode deixar de ser referido no presente estudo. O que Sousa (2017, p. 9) explica como um espaço que possui “uma memória de um passado comum, uma cultura múltipla e uma tensa história partilhada”. Embora a língua portuguesa nos permita delimitar um ponto de partida, a pluralidade de contextos no que se refere aos modos de produção e consumo dos meios de comunicação social, entre outros aspectos, não nos permite definir um único ponto de chegada. Pois a própria ciência, como afirma Cunha (2013), é uma instituição social, que está associada às vicissitudes contextuais e históricas.

Ainda é comum o uso do termo lusofonia para designar a proposta de unidade cultural, linguística e social das comunidades que têm o português como idioma oficial (Brito e Bastos, 2017). No entanto, é interessante ressaltar que a palavra lusofonia, em si, só começou a circular com maior frequência, entre os falantes de língua portuguesa, em um período entre as décadas de 1980 e 1990 - justamente após a independência de todas as ex-colônias e a decisão dos governantes destas últimas em adotar o português como idioma oficial (Faraco, 2016). Neste período, Portugal buscou retomar relações com suas ex-colônias e fomentar o projeto de unidade na lusofonia (Leviski, 2019).

Sobre a expressão “idioma oficial” é importante perceber a sua funcionalidade, já que a pesquisa envolve países que possuem mais de um idioma como língua materna, ou seja, como “língua de socialização, que tem a família como principal transmissor” (Grosso, 2011, p.63). Segundo Guimarães (2005), a língua materna ainda pode ser entendida como o idioma praticado pela sociedade na qual o falante nasce, o autor ainda distingue língua materna de língua oficial - o idioma de um Estado, obrigatório nas ações formais e atos legais e que, por consequência, é determinada por lei - e da língua nacional - idioma que caracteriza um povo, dá aos seus falantes uma relação de pertencimento a um grupo. De acordo com estas definições, a língua materna, muitas vezes, não é necessariamente igual à língua oficial, ou nacional, de um grupo. O português, por exemplo, é língua materna da maior parte sociedade portuguesa, seguida pelo mirandês, que desde 2015, é reconhecido como segundo idioma oficial do país, pois é utilizado no Planalto Mirandês desde a Idade Média (Rebelo, 2017). No Brasil, o português é o idioma oficial, embora existam 154 outras línguas de tradição oral no território (Storto,

---

<sup>11</sup> Informações fornecidas por Camões Instituto da Cooperação e da Língua (Camões, IP), do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, em comunicado emitido no dia 04 de Maio de 2023, sobre o Dia Mundial da Língua Portuguesa celebrado em 5 de Maio. <https://encurtador.com.br/AKOZ8>

2019). No continente africano, a língua portuguesa é considerada oficial, mas não a única fortemente utilizada. Angola possui nove línguas nacionais<sup>12</sup>, cujos falantes a televisão pública procura manter relações através da emissão de programas especiais de notícias em cada uma delas. A sociedade cabo-verdiana tem o português como oficial, mas mantém o crioulo cabo-verdiano como a sua língua nacional (Lopes, 2011). Já Moçambique possui 13 línguas nacionais principais<sup>13</sup> enquanto, em São Tomé e Príncipe, são seis idiomas: o forro, o angolar, o lung'ie, o português, o tonga e o cabo-verdiano (Silva, Marçalo & Fernandes, 2022). Justificamos a escolha da expressão “idioma oficial” para utilização em nosso estudo com base no que referimos acima, sobre o multilinguismo que caracteriza a maioria dos países. Por isso, não podemos optar por denominações como “língua materna” ou “língua nacional”.

O termo lusófono também poderia ser uma opção, mas o uso desta palavra para descrever os falantes de língua portuguesa não é consensual entre o meio acadêmico, embora possamos encontrar na Lusocom - Federação Lusófona de Ciências da Comunicação<sup>14</sup>, um expoente de estudos que une os países de língua portuguesa e o galego, que se utiliza dos vocábulos “luso” e “lusófono”. Para alguns pesquisadores, a lusofonia trata-se de um sistema de comunicação linguístico-cultural, um espaço geolinguístico fragmentado, um termo que procura construir uma imagem de unidade (Brito e Bastos, 2017), construir uma identidade lusófona, na qual não se questiona como foram partilhadas estas “identidades” (Leviski, 2019). No entanto, os estudos apresentam diversas perspectivas para o conceito de lusofonia. Como referem Pim e Kristensen (2007), a lusofonia algumas vezes é encarada como produto da mentalidade pós-imperialista de Portugal para manter a influência em antigas colônias. Para Martins (2018, p.6) não tem relação com um “domínio” português, pois libertada do contexto colonialista imposto pelo Estado Novo em Portugal, atualmente a figura da lusofonia convoca uma comunidade transnacional, com propósitos políticos-culturais. Como referíamos, não há consenso no meio acadêmico sobre a utilização do termo lusofonia, ou países lusófonos, para caracterizar os países que possuem o português como idioma oficial, como explicam Brito e Bastos (2017):

---

<sup>12</sup> Dados fornecidos pelo Consulado Geral de Angola no Porto, disponível em <http://www.consuladogeralangola-porto.pt/pt/angola>

<sup>13</sup> Dados disponibilizados por Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal. <https://www.instituto-camoes.pt/component/content/article?id=14882:mocambique>

<sup>14</sup> A Lusocom - Federação Lusófona de Ciências da Comunicação foi criada para o desenvolvimento da cooperação científica na área da comunicação de países de língua oficial portuguesa e do galego. Atualmente são associações federadas a Acicom (Associação Moçambicana de Ciências da Informação e da Comunicação); Agacom (Asociación Galega de Investigadores e Investigadoras en Comunicación); Intercom (Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação); Mediacom (Associação Cabo-Verdiana de Ciências da Comunicação) e Sopcom (Sopcom – Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação).

De imediato, instaura-se um problema de natureza etimológica e semântica: o substantivo abstrato “lusofonia” remete à *Lusitânia*, “província romana pertencente à Hispânia, habitada pelos lusitanos” e a forma luso, “do latim *lusu*, remete a lusitano, português, relativo a Portugal”. Assim é que, fora do espaço “Portugal”, esse fator semântico acarreta, por vezes, um certo desconforto pela evocação que faz à centralidade da matriz portuguesa em relação aos sete outros países. (Brito e Bastos, 2017, p. 65)

Nos países africanos, onde o multilinguismo é uma realidade, o período pós-colonial, iniciado com o fim da colonização portuguesa e as independências a partir da década de 1960, foi marcado por políticas linguísticas influenciadas por uma ideologia europeia de unificação nacional. Mufwene (2021) explica que essas políticas buscavam a adoção de um único idioma oficial, o que contrastava com a diversidade linguística existente, visando consolidar o território sob uma língua dominante, em detrimento do multilinguismo. E complementa que não foi fácil promover uma única língua indígena como idioma nacional e oficial, dentro de um grande número de línguas faladas pela maioria da população. A escolha de qualquer língua causaria desvantagens para os falantes de outra e, por esse motivo, conforme Mufwene (2021), a maioria dos países acabou por manter o idioma do colonizador europeu como oficial, justamente por ser encarada como uma língua neutra do ponto de vista étnico e regional.

Silva (2017, p.320) divide esse embate de ideias acerca da língua portuguesa a partir do conceito de modelos cognitivos e culturais, “isto é, conhecimentos individualmente idealizados e interindividualmente partilhados pelos membros de uma comunidade”, que utilizamos para categorizar e avaliar a variação linguística. Neste sentido, o autor separa os modelos em românticos - que olham para a língua-padrão como meio de discriminação de identidades - e modelos racionalistas - que veem a norma padrão como meio de participação social. E complementa que “o multilinguismo é hoje um meio de conciliar, até certo ponto, os dois modelos rivais, já que se correlaciona quer com a visão racionalista da eficácia comunicativa quer com a visão romântica da identidade fragmentada do indivíduo pós-moderno” (Silva, 2017, p. 325). A ideia mais próxima de um consenso é a de que o “espaço lusófono” é uma construção - ou sonho de construção - de uma identidade coletiva com configurações linguísticas, históricas e afetivas reconhecidas e partilhadas - à luz do entendimento de que o mundo contemporâneo envolve complexos processos de globalização econômica e cultural, que fogem ao controle da proposta lusófona (Cunha, 2017; Martins, 2018).

Além disso, também é importante considerar que a língua é viva e passa por constantes alterações e adaptações, seja por apropriação e transformação de palavras e sons de outros idiomas, seja por mudanças evolutivas sociais. Timbane e Balsalobre (2017, p.11) explicam que, nos países africanos de língua oficial portuguesa, o idioma falado se distancia, aos poucos, da variedade europeia “e apresenta características linguísticas próprias em nível fonético-fonológico, sintático, semântico, lexical e

pragmático”. Alterações e adaptações necessárias, que como observamos anteriormente, tem origem na pluralidade de línguas e culturas presentes nesses países. Nesse sentido, Couto (2011) propõe que é preciso questionar historicamente a língua portuguesa, por suas ambiguidades e conflitos, pelo que o autor considera que o termo “lusofonia” representaria melhor a adesão à lusofonia em países com mais de uma língua materna ou nacional. Por isso, ressaltamos que nesta pesquisa temos o português como ponto de partida, tendo em consideração que, mesmo não sendo um idioma utilizado na sua totalidade nas ruas de muitos desses países, é a língua escolhida na produção jornalística televisiva da amostra utilizada.

## **4.2 História do jornalismo nos países de língua oficial portuguesa**

É importante lembrar que a notícia é composta por componentes lógicas e ideológicas (Lage, 2021), e por isso sofre alterações de seleção e composição ao longo do tempo, da tecnicidade, da tecnologia e da cultura de uma comunidade. Partindo deste pensamento, acreditamos que é fundamental entender o processo de desenvolvimento não só da televisão, mas do jornalismo, assim será possível “compreender e valorizar as relações culturais, os valores ideológicos, as preocupações e as necessidades que uma determinada comunidade enfrentou” (Hohlfeldt, 2017, p. 106). Mesmo que a pesquisa aqui apresentada não se debruce tanto sobre o viés cultural, por entendermos que uma compreensão deste nível só é possível com estudos em rede e mais aprofundados, não podemos ignorar a importância dos contextos sociais e culturais, da existência de “jornalisms”.

Historicamente, quase todos os países presentes nesta pesquisa, com exceção de Portugal, têm o surgimento da imprensa relacionado com o período colonial de domínio da coroa portuguesa. Para Fonseca (2014), a imprensa chegou à África de colonização portuguesa como uma das instituições coloniais, num contexto de processos políticos do século XIX, marcado pela revolução liberal, a independência do Brasil, crise econômica e conflitos internos. “Entre os resultados destes processos, salienta-se a constituição de uma lei orgânica para as colônias, em 1836, que determinou a publicação de boletins oficiais nas colônias africanas” (Fonseca, 2014, p. 3). Esses informativos tinham como finalidade fortalecer as ações do governo português e garantir sua presença no continente africano. Mas a história da imprensa em língua portuguesa é alguns séculos mais antiga. Em Portugal se observou a presença de dispositivos “pré-jornalísticos” que remontam aos séculos XV e XVI, e ainda as *Relações* multitemáticas, espécie de anuários com vários

assuntos, publicadas por Manuel Severim de Faria em 1626 e 1628, consideradas os primeiros jornais portugueses (Sousa, Pinto e Silva, 2008). No entanto, a primeira publicação jornalística periódica só ocorreu em 1641 com o jornal *Gazeta da Restauração*, com forte influência do modelo de jornalismo francês (Sousa, Pinto e Silva, 2008).

No Brasil, a primeira publicação da *Gazeta do Rio de Janeiro* ocorreu em 1808 por ordem de Dom João VI. Mesmo sendo um dos últimos territórios encontrados pelos portugueses, foi uma das primeiras colônias a ter a imprensa implantada. A segunda, então colônia, que recebeu o *Boletim Oficial* foi Cabo Verde em 1836. O território foi também o primeiro país africano de língua portuguesa a implantar o *Boletim Oficial* sob ordens da coroa portuguesa (Évora, 2007). A imprensa surge em Angola no ano de 1845 com o *Boletim Oficial do Governo-Geral da Província de Angola*, por determinação do governo português (Becker & Carlos, 2015). Moçambique tem a primeira publicação do *Boletim do Governo* em 1854. Entre os anos 1850 e 1880, o país vive a primeira fase da história de sua imprensa, um serviço dedicado à metrópole (Nhacumba, 2011). Em São Tomé e Príncipe a imprensa surgiu alguns anos mais tarde que nas demais colônias portuguesas. O *Boletim Oficial da Província de São Tomé e Príncipe* surgiu em 1857 (Fonseca, 2014). Veremos a seguir a maneira que, após estabelecer a sede da Coroa no Brasil, e dar espaço para o surgimento de publicações e movimentos independentistas em terras brasileiras, foi no continente africano, nos séculos XIX e XX, que Portugal teve expectativa de sobreviver enquanto império, impondo seu regime político e instituições (Fonseca, 2014).

Neste contexto, a esfera pública, a imprensa e o jornalismo em África emergiram como entidades implementadas pelo regime colonial com o intuito de contribuir para a afirmação do império português. Como observa Barton (1979, p. 2), a imprensa colonial desenvolveu-se em paralelo com a imprensa europeia e adoptou o seu modelo de jornalismo. (Fonseca, 2014, p.78)

Em suma, os boletins oficiais nos países africanos de expressão oficial portuguesa foram vistos como meios importantes de informação, tendo esses países, mesmo com a queda da monarquia, continuado a ser considerados territórios ultramarinos sob governo de Portugal. Originou-se publicações para apoiar os propósitos coloniais da monarquia, da Primeira República e que, mais tarde, ainda serviu de propaganda para o regime autoritário do Estado Novo (Fonseca, 2014).

#### **4.2.1 Portugal e o início do jornalismo em língua portuguesa**

Por se tratar do país mais antigo a falar o português e pela influência do desenvolvimento e evolução europeus na área da imprensa e do jornalismo, foi Portugal

o berço das produções informativas em língua portuguesa. Foi no século XVII que, de fato, surgiram as primeiras publicações com conteúdo mais próximo ao que conhecemos como jornalístico. É difícil distinguir, por exemplo, qual foi a primeira publicação periódica em Portugal. Seja por características editoriais ou periodicidade, um dos únicos aspectos em comum das pesquisas na área é que a imprensa periódica portuguesa nasceu das tensões sociais e políticas da Restauração da Independência de Portugal, após 60 anos de domínio espanhol, em 1640 (Dias, 2022). Tanto que em 1641 surgiu aquela que é considerada a primeira publicação periódica em Portugal, a *Gazeta da Restauração*, justamente com o objetivo de propagandear a restauração da independência (Lima e Cabrera, 2022). De referir que, após o período de afirmação da restauração da independência, Portugal passou por um período de hiato de notícias e, por consequência, de publicação das gazetas entre 1670 e 1715. Durante esta fase, algumas *folhas, relações e cartas* tentaram preencher esta lacuna, assim como informações vindas das *gazzetas* europeias, mas acabaram por refletir “a permuta de notícias por essa Europa fora, embora não se refiram as reacções políticas de Portugal a tais acontecimentos” (Dias, 2022, p. 22). Já em 1715 foi criado o primeiro periódico oficial português, a *Gazeta de Lisboa*, que, assim como seus antecessores, serviu para informar uma pequena parcela da população, especialmente as classes sociais mais altas. O final do século XVIII e início do século XIX viu surgir vários tipos de periódicos, bem como serviu de viragem na imprensa periódica portuguesa. Entre 1820 e 1864, a imprensa portuguesa dá os primeiros passos rumo à industrialização, assim como solidificação dos jornais políticos e de um modelo de negócio que buscava receitas nas assinaturas, patrocínios privados e vendas nas bancas (Sousa, 2022).

Na década de 1860, o jornalismo impresso em Portugal passa por uma transição para um modelo de negócio completamente industrializado, no qual os anúncios publicitários passam a permitir a venda dos jornais a um custo mais baixo e a chegar a mais camadas da população (Sousa, 2022). Com a criação do *Diário de Notícias*, em 1864, originou-se um novo tipo de jornal, menos político, mais noticioso e com informações gerais (Matos e Moreira, 2022). No início do século XX, a imprensa teve papel importante na defesa dos valores republicanos e na queda da Monarquia portuguesa, em 1910. Embora muitos historiadores considerem o período que compreende a I República Portuguesa (1910 - 1926) como uma falha do sonho republicano (Sardica, 2011), a imprensa em si passou por uma fase de grande desenvolvimento, tanto no que diz respeito aos formatos de negócio quanto ao estilo das publicações. Matos (2017) explica o sucesso do jornalismo impresso durante o período através de cinco fatores: elevação do nível cultural das populações, devido à “revolução educacional” (Sardica, 2011); politização da opinião pública, na qual os jornais eram

importantes instrumentos de agendamento; melhoria das vias de comunicação e relações postais, o telégrafo fez mais informações e de lugares longevos chegarem aos jornalistas de forma mais rápida; importação de tecnologia, com as máquinas rotativas de tiragem a imprensa entrava numa fase de produção em grande escala; e mudança de estilo, com uma imprensa de apelo mais popular.

No entanto, os breves anos de existência da I República também foram marcados pela censura prévia, que voltaria a assombrar os jornais com um novo período de autoritarismo iniciado em 1926, com a Ditadura Nacional, reestruturada em 1933 como Estado Novo, sob governo de António Salazar. Entre 1933 e 1974, a censura, sob tutela da Direção Geral de Serviços de Censura Interna (DGSCI), vigiou, controlou e intimidou a imprensa e os jornalistas de diversas formas (Cabrera, 2022). Nesse período surgem as primeiras emissoras de rádio e televisão, embora a imprensa ainda fosse o veículo mais forte. Em 1935, através da criação da estatal Emissora Nacional, Portugal teve as primeiras emissões de rádio. Três anos depois, em 1938, o público compareceu às salas de cinema para acompanhar o primeiro cinejornal do país, o *Jornal Português*. Quase 20 anos depois, entre 1956 e 1957, começaram as primeiras emissões regulares de televisão com a fundação da Rádio e Televisão de Portugal (RTP), que se mantém no ar até os dias de hoje (Sousa & Lima, 2020). Quando António Salazar ficou incapacitado para governar, em 1968, parte da imprensa teve esperança de que seu sucessor, Marcello Caetano, suavizaria as restrições impostas pela censura, e até se sonhou com a liberdade de imprensa, já que Caetano sempre manteve relações com a imprensa a ponto de colaborar com diversos jornais (Cabrera, 2022). Mas não só: o último Presidente do Conselho do Estado Novo foi o primeiro político a utilizar a televisão como ferramenta fundamental na sua estratégia de comunicação. Marcello Caetano apresentou, mensalmente, entre os anos de 1969 e 1974, o programa *Conversas em Família*, veiculado na íntegra na TV, na rádio e nos jornais (Cabrera, 2022).

Com as Eleições de 1975, temos o primeiro grande acontecimento, em 50 anos, que os meios de comunicação social puderam cobrir sem as garras da censura (Lima, 2022). A Revolução de Abril de 1974 trouxe diversas mudanças em várias conjunturas, como política, econômica e social, que por sua vez foram refletidas nos conteúdos noticiosos do período (Lima, 2022). Porém, os anos de ditadura deixaram cicatrizes na sociedade portuguesa como um todo, o que resultou em um longo período de contradições na relação entre a imprensa e o poder político. Houve uma radicalização do discurso jornalístico num quadro legal de liberdade de imprensa. Posicionamentos políticos tomam conta das redações e geram rupturas nos quadros de funcionários (Sousa & Lima, 2020). Os Governos Provisórios, pós 25 de Abril, prometeram liberdade, mas, ao nacionalizar empresas que detinham muitos dos veículos de comunicação social,

encontraram novas formas de influenciar a produção de notícias, concretamente entre os anos de 1976 e 1988.

As décadas de 1970 e 1980 foram marcadas, não apenas pelo processo de reprivatização dos meios de comunicação social, dando início a um novo ciclo para o jornalismo em Portugal, conhecido pela criação de empresas e grupos jornalísticos, surgindo projetos independentes, títulos de imprensa especializada e afirmação do jornalismo investigativo (Sousa & Lima, 2020), como pela necessidade da criação do primeiro curso de graduação em Comunicação Social, ocorrido em 1979 na Universidade Nova de Lisboa, enquanto em 1986 foi fundada a primeira escola especificamente direcionada para o ensino do jornalismo, a Escola Superior de Jornalismo do Porto (Sousa, 2009).

Após os períodos de industrialização, da necessidade de profissionais com características específicas para a instituição jornalismo, da superação da censura e da proliferação de temas e segmentos, os anos 1990 foram considerados uma espécie de década de ouro da imprensa. Nessa época puderam ser observadas a inclusão de novos elementos de modernidade, a informatização das redações, a criação de novas linhas editoriais e assim a abordagem de mais temas, equipas formadas com jornalistas mais jovens, maior dinamismo na produção e no design de conteúdos. Com a liberalização e o dinamismo do setor da comunicação social, novos projetos jornalísticos independentes veem a luz do dia. A televisão e a rádio foram abertas para a iniciativa privada, surgem assim os canais *Sociedade Independente de Comunicação* (SIC), em 1992, e a *Televisão Independente* (TVI), em 1993 (Sousa & Lima, 2020; Lima, 2022).

#### **4.2.1.1 A televisão em Portugal: da ditadura à democratização**

Como já mencionado, a Rádio e Televisão de Portugal (RTP) foi criada no período do Estado Novo, foi uma proposta de reformadores do regime, e acabou por ser, durante esse período, um meio instrumentalizador do Estado (Sousa e Santos, 2003). A TV, que dava “dores de cabeça” à Salazar (Teves, 1998), passou por mudanças com a ascensão de Caetano ao poder. Em 1968, a RTP ganhou acesso a um segundo canal, a RTP2, e passou a disponibilizar mais horas de programação e maior variedade temática como uma nova estratégia de relacionamento com o público, além de um ligeiro abrandamento do controle estatal (Sousa e Santos, 2003).

Com o enfraquecimento da ditadura, nos primeiros anos da década de 1970, a RTP tentou manter-se fiel “à intenção de cumprir claros ‘objectivos políticos de orientação’ da opinião pública” (Sousa e Santos, 2003, p. 5). Já com o fim do Estado Novo, a RTP passou por um período de transição, sob administração militar até 1977, passando de um “modelo pedagógico” para um “modelo revolucionário”, pois o contexto

político e social da época envolvia o fim da ditadura e a consolidação da democracia (Baptista, 2019; Cádima, 2020). Mesmo com o fim do regime “revolucionário-constitucional” e a revisão da Constituição portuguesa, em 1982, os meios de comunicação social estatais continuavam com um papel de propagação ideológica, especialmente a RTP, porque para os líderes da época era “impossível uma televisão do estado independente do poder político” (Cádima, 2020, p. 133). No final dos anos 1980, uma nova crise política dá origem a um novo governo cujo objetivo era pôr fim a tutela militar na esfera política portuguesa. No que se refere ao controle dos meios de comunicação, o novo governo, e sistema político-partidário, continua com a tendência de controle e instrumentalização. No caso da RTP, a produção jornalística não teve autonomia face ao poder político até 1985, quando Aníbal Cavaco Silva, do Partido Social-Democrata (PSD), foi nomeado líder do X Governo Constitucional de Portugal. Com ele, há a primeira tentativa de alteração da Lei da Televisão. Até a metade da década de 1980, como relata Cádima (2020), a RTP passou por um período conturbado da sua história, incluindo desde a defesa como aparelho ideológico, diversos episódios de tipo censório e persecutório, e informação controlada e avessa ao pluralismo político-partidário. Mas o governo de Cavaco Silva não liberou a comunicação social das amarras do Estado, embora tenha sido durante o seu mandato que houve a abertura da televisão à iniciativa privada.

Na prática, tratava-se de uma abertura legislativa com algum impudor de permeio, uma vez que o monopólio incumbente adoptava uma estratégia de “armadilhamento” do terreno no plano da programação televisiva criando de imediato barreiras à entrada, quer através dos exclusivos com a Globo, quer por via da aquisição excessiva de catálogos de programas nos mercados internacionais. Por outro lado, a RTP reforçava esta estratégia de antecipação da concorrência com a redefinição do modelo de programação da RTP2, que surgia agora de forma complementar à RTP1, libertando o primeiro canal para um descomprometimento com a missão de serviço público que lhe era inerente e para a guerra de audiências que estava próxima. (Cádima, 2020, p. 136)

Com a abertura do concurso para concessão de novos canais de televisão, dos três projetos que concorreram, dois foram contemplados: a Sociedade Independente de Comunicação (SIC), que começou suas emissões em outubro de 1992, e a Televisão Independente (TVI), que as começou em fevereiro de 1993.

No entanto, na Rádio e Televisão Portuguesa poucas foram as mudanças estruturais na busca de mecanismos que defendessem os interesses dos telespectadores e a sua participação na construção de um modelo de Serviço Público de Televisão. Nos seus quase 80 anos de existência, a RTP ainda enfrenta problemas no que se refere “à presença privilegiada do sistema político e da sua agenda protocolar e a uma certa

burocratização e institucionalização da ‘política do tempo’ nos alinhamentos” (Cádima, 2010, p. 98).

#### **4.2.1.2 O projeto de implantação da televisão nas colônias**

Ao contrário do que aconteceu na relação entre países como Espanha e Inglaterra e seus territórios colonizados, a política portuguesa face às suas colônias atrasou em trezentos anos a implementação da imprensa nas regiões (Hohlfeldt & Grabauska, 2010). Pesquisas indicam que foram fatores externos que obrigaram o estabelecimento de uma forma de comunicação e informação entre a metrópole e seus territórios. O principal fato, que levou ao surgimento da imprensa nesses países, foi a fuga da família real para o Brasil, durante a invasão francesa em Portugal, e os acontecimentos subsequentes.

Os acontecimentos de 1817, obrigando Dom João VI a retornar a Portugal; a constituição liberal portuguesa de 1820 e a independência do Brasil, em 1822, mudaram a posição portuguesa e, em 1836, decretaram a necessidade de criação de órgãos oficiais de informação nas colônias remanescentes (Hohlfeldt & Grabauska, 2010, p. 195)

Surgem, assim, os *Boletins Oficiais*, com o objetivo de manter a Coroa informada sobre os acontecimentos nas colônias. Esse tipo de informativo seria mantido, algumas vezes assumindo outros nomes, mesmo com o fim da monarquia e o início da república portuguesa, inclusive durante a Ditadura Militar e o Estado Novo. Os regimes autoritários, particularmente, viram no desenvolvimento dos meios de comunicação, rádio, cinema e televisão, uma grande arma para a difusão ideológica. Algo que Portugal demorou para ser convencido.

No entanto, com o princípio dos movimentos independentistas nas colônias e a crise interna que balançava o governo de António Salazar e depois de Marcello Caetano, acabou por surgir a necessidade do uso dos meios de comunicação para publicitação dos feitos de Portugal como país colonizador, primeiramente, como forma de afirmação perante a sociedade portuguesa e, mais tarde, sobre as colônias. A criação da Agência Geral das Colônias, em 1924, que “em pleno regime republicano, veio compensar o tempo perdido relativamente ao trabalho de divulgação feito antes por outras potências colonizadoras” (Garcia, 2016, p. 345). Com o início da Ditadura Militar, em 1926, a agência tinha como função difundir a ideia de unidade do império colonial, de que Portugal necessitava ser mais bem organizado e administrado na busca pela recuperação financeira, política e econômica, e dessa forma pudesse vir a perceber as “parcelas tropicais, como entidades produtoras e consumidoras deste mercado único” (Garcia, 2016, p. 346). Em 1932, a Agência Geral das Colônias passou por mais uma

reestruturação, na qual buscou aumentar a competência comunicacional nas áreas da propaganda e da procuradoria, num primeiro momento voltado para defender a importância das possessões portuguesas (Garcia, 2016). Após a II Guerra Mundial, e contrariando a autonomia dos territórios defendida pela ONU, o governo português aproveitou os avanços das tecnologias de comunicação e passou a utilizar meios audiovisuais para fomentar sua ideologia. Nos anos 1950, em nova alteração à Constituição de 1933, tanto o ministério quanto a Agência-Geral das Colônias passam por uma mudança de designação, deixa-se de usar os conceitos de império e colônia, para adoção do pensamento de uma nação pluricontinental constituída por províncias ultramarinas (Luís, 2021), dessa forma passam a Ministério e Agência-Geral do Ultramar. Com o início dos movimentos independentistas e da Guerra Colonial, especialmente em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, a agência passa por nova alteração na sua Lei Orgânica - em 1967 - e passa a ter três repartições com objetivo de difundir informações sobre as colônias, impulsionar o turismo e desempenhar as funções de procuradora de quaisquer outros assuntos (Garcia, 2016).

Embora António Salazar nunca tenha sido grande adepto da televisão tanto em Portugal, quanto nas colônias, Cádima (2016) refere que houve a primeira manifestação de interesse na instalação da TV em Angola e Moçambique no final dos anos 1950. Perante a falta de interesse da metrópole, surgiram as iniciativas independentes naqueles países para terem os seus próprios meios de comunicação social; este fato levou o Ministério do Ultramar a criar, em 1969, uma comissão para o estudo da implantação da televisão nas colônias (Mainsel, 2021). No entanto, foi apenas com a crise do regime que o governo português emitiu um Decreto-Lei (N.º 319/73) que permitia a constituição de empresas para concessão do serviço público de televisão nos territórios de cada uma das províncias ultramarinas, mas caberia à RTP promover a constituição de sociedades anônimas com as quais contrataria concessão do serviço público de televisão, podendo ser ela própria a exploradora desse serviço (Cádima, 2016).

A Guerra Colonial e as crises internas fizeram com que Portugal decidisse criar a Radiotelevisão Portuguesa em Angola (RTPA). Foi uma resposta às primeiras tentativas de transmissão televisivas independentes da Rádio Clube de Huambo, nos anos 1960, que transmitiu as primeiras imagens de TV no território (Mainsel, 2021). Mesmo sob a tentativa de monopólio português, as experiências independentes continuaram, “Benguela foi a cidade escolhida para mais uma experiência, e é assim que, no dia 8 de Janeiro de 1964, é realizado um outro ensaio de transmissão televisiva” (Coelho, 1999, p. 145). Outras tentativas, embora rudimentares e sem autorização oficial da metrópole, de transmissões audiovisuais ocorreram na discoteca Tamar, em 1970, e da TVA, em 1973, ambas em Luanda (Cádima, 2016).

Todavia, só podemos observar a chegada da televisão aos países africanos de língua portuguesa após a independência. Enquanto colônias, Cádima (2016) refere que as experiências midiáticas foram, na realidade, um “não-acontecimento”, por razões econômico-financeiras, políticas, assim como a falta de interesse do próprio António Salazar no potencial da televisão.

#### **4.2.2 Brasil**

A história da imprensa brasileira, segundo Sodré (1999), é formada por 1194 periódicos, publicados desde 1808. Uma das propostas do autor é compreender o motivo das primeiras publicações “informativas” terem surgido apenas 300 anos após o início do processo de colonização (Ribeiro, 2015), algo que também é observado no surgimento da imprensa nos demais países de colonização portuguesa. O primeiro período, conhecido como Imprensa Colonial, coincide com a chegada da Corte Portuguesa ao Brasil em 1808. Nesse momento, surgem os primeiros periódicos como o *Correio Braziliense* e a *Gazeta do Rio de Janeiro*, influenciados pela abertura dos portos, a chegada de produções oriundas do estrangeiro, os padrões da imprensa europeia da época (Sodré, 1999). O *Correio Braziliense*, considerado por muitos pesquisadores como o primeiro veículo informativo brasileiro, era escrito em Londres, no Reino Unido, por Hipólito da Costa, que justificou a produção no estrangeiro pela dificuldade de publicar obras periódicas no Brasil (Sodré, 1999). Morel (2013) explica que o *Correio Braziliense* é considerado a primeira publicação brasileira por ter sido produzido e distribuído de forma sistemática, num período em que a censura prévia era exercida nos territórios de domínio português, através de parâmetros religiosos, políticos e morais. Poucos meses depois da chegada do *Correio Braziliense*, ainda no ano de 1808, começa a circular a *Gazeta do Rio de Janeiro*, produzida na Imprensa Régia instalada com a vinda da Corte Portuguesa para o Brasil, publicação que ainda seguia os padrões de gazeta dos antigos regimes absolutistas europeus e serviu como uma espécie de resposta às críticas feitas ao governo pelo jornal de Hipólito da Costa. Com a Independência do Brasil, em 1822, ocorre uma mudança significativa na imprensa. Este período, denominado Imprensa da Independência (Ribeiro, 2015), testemunha um ambiente de transição e reestruturação e reconhecimento do Estado, é o momento em que a imprensa atravessa uma fase de liberdade concedida, mas não conquistada. Durante o período regencial (1831-1840), os pasquins desempenham um papel crucial na configuração do ambiente político e social. Até a instauração do Brasil República, em 1889, o Segundo Império também ficou conhecido, segundo Martins (2013), como império da palavra impressa, marcado tanto por publicações conservadoras e áulicas - anos 1840 e 1860 -

quanto liberais, a partir de 1868, que pregava a liberdade de religião, o fim do regime escravocrata e o advento da república. Foi nesse mesmo período que ocorreu o nascimento do jornalismo brasileiro.

Entre o modelo inglês (Correio Braziliense) e francês (Jornal do Commercio) de fazer imprensa, a criação nativista se expressou com largueza, impondo-se na caracterização das mensagens que se adaptavam ao tom e à cor locais. Nesse sentido, a imprensa guardou desses anos uma divisão precisa: aos jornais, o debate político; às revistas, a reflexão cultural. (...) Além disso, criava-se a profissão de jornalista e firmara-se aquela do tipógrafo. (Martins, 2013, p. 57-58)

No século XX, no Brasil já como uma república presidencialista, cresce na parcela melhor economicamente estabelecida da população o anseio pelo que há de mais moderno e avançado tecnologicamente no mundo. É possível observar esse comportamento, especialmente, após a I Guerra Mundial, quando esse anseio esteve de encontro com a necessidade de novos mercados pelas indústrias eletrônicas que alimentavam os conflitos. São esses valores burgueses os responsáveis pela implantação da rádio no Brasil, após a consolidação do cinema e a urbanização da cidade do Rio de Janeiro, então capital do país. Os primeiros clubes e sociedade de rádios acabam sendo orientados por um cunho associativista da elite com o entusiasmo tecnológico (Ferraretto, 2012). Neste sentido, temos as primeiras iniciativas radiofônicas no Brasil através da *Rádio Clube de Pernambuco*, criada em 1919, e da *Rádio Sociedade do Rio de Janeiro*, fundada em 1923, que continua no ar sob o nome *Rádio MEC*, uma emissora pública de caráter musical, com viés clássico e que pertence ao guarda-chuva de produtos da Empresa Brasil de Comunicação (EBC). No início dos anos 1930, o Estado publica decretos que regulamentam o papel do mesmo na outorga das frequências a serem ocupadas, fica assim definido que as bases do rádio partem como um serviço público, já que dependem do governo, mas com possibilidade de exploração (Ferraretto, 2012, p. 11). Nesse sentido, com a possibilidade de exploração da publicidade, mesmo que com um percentual na programação bem definido pelo Estado, as emissoras de rádio entram no mercado e se transformam em empresas (Meneghel & Oliveira, 2018). Em 1936 foi ao ar pela primeira vez a *Rádio Nacional*, criada pela Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, mas que em 1940 foi incorporada ao patrimônio da União durante o período ditatorial do governo de Getúlio Vargas. Dessa forma, podemos dizer que a *Rádio Nacional* foi o primeiro veículo de comunicação de massa estatal de sucesso no Brasil República, já que, na altura, o jornalismo impresso não tinha público para o tornar forte o suficiente, considerando que grande parte da população brasileira era analfabeta (Siqueira, 1997). Como referimos, Vargas já havia regulamentado o serviço de transmissão de rádio por meio de um decreto,

(...) que reservava ao Estado o direito de conceder serviços de comunicação a empresas particulares. Outro decreto liberou as possibilidades de exploração comercial. Desde então foram oficializadas as relações entre rádio, Estado e iniciativa privada. (Siqueira, 1997, p. s/n)

Os anos 1940 foram um grande marco para a ampliação dos espaços ocupados pelo jornalismo, como para o reconhecimento do mesmo como profissão. Por mais controverso que pareça, foi a publicidade que influenciou a introdução do jornalismo no rádio, por exemplo, com a veiculação da primeira edição do Repórter Esso, em 1941, na Rádio Nacional do Rio de Janeiro (Meneghel & Oliveira, 2018). O programa levava, justamente, o nome companhia multinacional de petróleo *Esso Standard*, patrocinadora da produção.

É também na década de 1940 que surge o primeiro curso de Comunicação Social/Jornalismo no Brasil. Com influência de Cásper Líbero, primeiro empresário-jornalista paulistano e dono da empresa jornalística mais moderna da América Latina na altura, a discussão sobre a necessidade de investimento em uma formação profissional dos jornalistas ocupou espaço nos movimentos de classe durante a década de 1930 (Hime, 2005). Cásper Líbero deixou em testamento a vontade e as instruções que norteariam a criação do curso, com experiência de suas viagens tanto para os Estados Unidos quanto para a Europa, verifica-se no curso sonhado pelo empresário um diálogo entre os diferentes modelos, com fundamentos teóricos das Ciências Humanas, mas com aulas práticas nos jornais e rádios da Fundação Cásper Líbero.

#### **4.2.2.1 A ascensão da TV e o atraso na unificação do modelo público de comunicação**

A primeira emissora de televisão brasileira, ao contrário do que acontecia na maioria dos países da Europa Ocidental, foi fundada por um empresário entusiasta das tecnologias e aquele que se tornaria o primeiro dono de um “império” de comunicação no país, Assis Chateaubriand. A *TV Tupi* fazia parte dos *Diários e Emissoras Associados*, e foi criada em 1950, em São Paulo. Em 1952, foi criada, pelo deputado federal Oswaldo Ortiz Monteiro, a segunda emissora de televisão brasileira, a *TV Paulista Canal 5*, em condições ainda mais precárias que a *TV Tupi*, e que em 1966 foi adquirida pelo empresário Roberto Marinho e se tornou o núcleo de jornalismo da *TV Globo*. Em 1953, surgiu a *TV Record* e em 1955 a *TV Rio*. Em 1960 foi criada a *TV Excelsior*, também em São Paulo (Bonventti & Kunsch, 2020), que seria a precursora do modelo de televisão industrial americano de produção no Brasil.

O caso da TV Excelsior, tanto quanto o das emissoras que a precederam e de outras que viriam depois dela, muito particularmente, pelo seu gigantismo, o da TV Globo (inaugurada em 1965), torna visível o modelo comercial e familiar que dominaria a TV brasileira desde os primórdios de sua implantação. (Bonventti & Kunsch, 2020, p. 103)

Os anos 1960 marcam a ascensão da televisão, que uma década mais tarde já seria um dos principais canais de articulação da sociedade, assim como sua independência financeira das emissoras de rádio (Bertolli Filho, 2017; Abreu *et al.*, 2021). Nos anos 1970, o meio de produção e administração das emissoras entrou na sua fase industrial (Brittos, 1999; Abreu *et al.*, 2021).

No entanto, não podemos deixar de referir que, mesmo com a empolgação gerada pelas novidades tecnológicas, tanto da imprensa quanto do rádio e da televisão, estes foram dos meios que mais sofreram com os períodos de ditadura - Estado Novo, entre 1937 e 1945, e Militar, entre 1964 e 1985 -, marcados por forte censura ao jornalismo e qualquer outra produção ou grupo que se opusesse ao regime. Assim como foram meios utilizados para difundir a ideologia dos que estavam no governo do país na altura (Ferraretto, 2012; Meneghel & Oliveira, 2018). Além disso, durante os anos de ditadura militar, poucos, ou quase nulos, foram os investimentos em produções nacionais, pelo contrário, as emissoras brasileiras tiveram suas programações preenchidas com “enlatados”, especialmente, vindos dos Estados Unidos (Brittos, 1999).

Nos anos 80, do século XX, a televisão já está com sua presença consolidada em todo o território brasileiro. Em um contexto de redemocratização nacional, as emissoras passam a apostar em programas populares, sem deixar de lado a modernização da TV conquistada até os anos 70. (Abreu *et al.*, 2021, p. 3)

O Brasil, nos anos 1990, já possuía centenas de emissoras - especialmente comerciais - de televisão de sinal aberto. Críticos do mercado de radiodifusão estabelecido no Brasil, no formato que citamos anteriormente, Bianco e Pinheiro (2017) explicam que a relação entre empresas de comunicação e agentes políticos acabou por fornecer concessões sem critérios públicos e isonômicos, tendo como resultado a concentração de poder econômico, político e simbólico nas mãos de algumas concessionárias privadas de rádio e televisão.

A comunicação pública, com a definição que apresentamos na presente pesquisa, só deu seus primeiros passos no Brasil no fim da década de 1980, com a redemocratização do país, e seguiu um modelo diferente do idealizado pela BBC, na Inglaterra, por exemplo. De acordo com Pieranti (2018, p. 35), a radiodifusão pública brasileira deriva “das emissoras controladas diretamente pelo governo do momento, sem a presença de mecanismos de controle social e sem comprometimento com uma linha editorial independente”. A influência do modo de produção “estatal”, segundo o autor, deve-se muito a um conjunto de elementos que diferencia a realidade brasileira da

Europa Ocidental, como a economia em desenvolvimento, fatores culturais, além dos próprios padrões de comportamento dos jornalistas moldados no período pré-democrático (Pieranti, 2018). O autor ainda esclarece que o conceito de radiodifusão pública, no Brasil, aparece pela primeira vez na Constituição Federal de 1988, mas seria regulamentada apenas décadas depois. Além da legalização, da adaptação dos modos de produção e modelo de negócio, a comunicação pública no Brasil enfrentou, e enfrenta, outro debate: a fragilidade da organização da sociedade civil, que teve desde a sua fundação - com a subalternidade da metrópole num primeiro momento, do império e de duas ditaduras que controlavam a circulação de informações e produtos midiáticos - a necessidade de compreender o que esperar desses veículos de comunicação e como fiscalizá-los (Siqueira, 1997; Pieranti, 2018).

#### **4.2.2.2 A TV Brasil e a tentativa de unidade na comunicação pública**

A TV Brasil foi criada em 2007, através de uma Medida Provisória do primeiro mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva, como parte de uma nova empresa pública de comunicação, a Empresa Brasil de Comunicação (EBC). Esta incorporava não apenas a Empresa Brasileira de Radiodifusão (Radiobrás), criada em 1975 e vinculada ao Ministério das Comunicações, como também o patrimônio da Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto (Acerp), e acumula as funções de “executar os serviços de radiodifusão pública do Poder Executivo Federal e operar sua própria rede de emissoras e estações retransmissoras e repetidoras, bem como distribuir publicidade legal dos órgãos da administração direta e indireta” (Valente, 2009, p. 128). Além disso, ela nasceu da unificação de três emissoras mantidas pelo Governo Federal, a *TV Nacional de Brasília*, *TVE Rede Brasil do Rio de Janeiro* e *TVE de São Luis do Maranhão*.

Embora já houvesse meios de comunicação estatais - não públicos - no país desde 1930, e até a possibilidade de investimento em produções para televisão na década de 1960, estes foram muito mal utilizados pelos governos da época. De forma resumida, a TV Brasil tem finalidade educativa, artística, cultural, científica e informativa, de forma que forneça mecanismos para o debate público de temas com relevância nacional e internacional, para o desenvolvimento da consciência crítica dos cidadãos, consolidação da democracia, estímulo à participação da sociedade e a garantia do direito à informação, com uma atuação autônoma e participação da sociedade civil. Já o seu financiamento, assim como de todos os outros veículos mantidos pela EBC, pode ser oriundo de múltiplas fontes, desde que não sejam comerciais. Como um dos objetivos do fomento da comunicação pública é a participação da comunidade, a estrutura de administração

inclui um Conselho Curador formado por 22 membros, dos quais 15 são representantes da sociedade civil (Pieranti, 2018).

Num país de tamanho continental como o Brasil, desenvolver uma emissora pública de televisão era uma necessidade, não apenas para representar a diversidade cultural do território, mas também para ocupar as lacunas que a dependência política ou comercial deixavam na radiodifusão. O caminho para essa meta passa pela unificação das centenas de emissoras educativas estaduais, universitárias e abertas locais que existem pelo país, através da *Rede Pública de Televisão (RPTV)*, atualmente *Rede Nacional de Comunicação Pública (RNCP)*, orientada pela EBC no geral e pela TV Brasil no que se refere às emissoras de televisão (Guerreiro, 2016). O modelo de transmissão em rede, de acordo com Guerreiro (2016), foi a solução encontrada pelas emissoras como condição de sobrevivência, ou seja, compartilhar a infraestrutura de transmissão, já que manter emissoras em diversas regiões do país seria complexo e exigiria grande investimento financeiro e em mão de obra. A autora desenvolveu a ideia de que a criação de uma rede se baseou em três pilares: compartilhamento da mesma infraestrutura de transmissão; o sistema de produção, que inclui diversas características de funcionamento da rede como formatos adotados, temas que serão empacotados, instâncias decisórias, etc.; por fim, como resultado dos pilares anteriores, o modelo de negócio. No campo da Comunicação Pública,

(...) a RPTV foi criada na tentativa de instituir uma rede para pensar em conteúdos, pelo seu potencial de formatos e não pelo seu potencial de audiência. Dessa forma, a EBC propôs agregar à Rede estruturas de comunicação já em funcionamento, de maneira a refletir as características regionais e dar força a estas. (Guerreiro, 2016, p. 48)

A constituição em rede da TV Brasil, e sua legislação regulamentadora, podem afetar diretamente os critérios e princípios de todos os tipos de produção, incluindo as jornalísticas. A Lei nº 11.652/2008, que autoriza a criação da EBC, define, entre outras questões, a empresa deve observar os seguintes princípios: “promoção do acesso à informação por meio da pluralidade de fontes de produção e distribuição do conteúdo”, “promoção da cultura nacional, estímulo à produção regional e à produção independente”, “não discriminação religiosa, político partidária, filosófica, étnica, de gênero ou de opção sexual”, “observância de preceitos éticos no exercício das atividades de radiodifusão”<sup>15</sup>. Portanto, para fazer parte da rede encabeçada pela TV Brasil, a programação das emissoras interessadas deve estar de acordo com a legislação. De acordo com informações disponibilizadas pela própria EBC, a transmissão simultânea

---

<sup>15</sup> Lei Nº 11.652, de 7 de abril de 2008. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111652.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111652.htm)

das emissoras filiadas à rede ocorreu em maio de 2010. Atualmente, a RNCP conta com a participação de 117 emissoras de televisão, já em funcionamento ou em fase de implantação, que atingem mais de 110 milhões de pessoas.<sup>16</sup>

### 4.2.3 Cabo Verde

Em seguimento à ordem cronológica da implantação da imprensa em países de língua oficial portuguesa referidos neste estudo, Cabo Verde foi o segundo território, na época ainda colônia portuguesa, a receber o que entendemos como os primórdios das publicações informativas no país. Foi o Decreto de 7 de dezembro de 1836 que determinou a impressão de um *Boletim Oficial da Província de Cabo Verde*, que teve como redator o Secretário do governo na altura. No entanto, as edições só começaram a ser produzidas em Cabo Verde com a implantação das tipografias em 1842. O *Boletim ...* começou como um periódico oficial do governo português, totalmente a serviço da Monarquia para defender seus interesses comerciais e industriais, mas, com o passar do tempo, acabou por abrir espaço para conteúdos locais como poesias e outras obras de escritores cabo-verdianos (Laranjeira, 1988; Évora, 2023). De acordo com Évora (2007), o país foi o primeiro da África lusófona a receber a tecnologia. Embora algumas décadas mais tarde do que países como o Brasil, os Correios desempenharam um importante papel na introdução de produções internacionais.

O primeiro jornal, não oficial, só foi publicado no país décadas mais tarde. O *Independente* foi criado em 1877, mas assim como outras dezenas de publicações que surgiram, como o *Correio de Cabo Verde* (1880), *Echo de Cabo Verde* (1880), entre outros, durante os séculos XIX e XX, não conseguiu se manter ativo por problemas de financiamento, aquisição de matéria-prima, que era importada, e a existência de apenas uma tipografia em todo território nacional (Évora, 2007). Todavia, o fim do *Independente* ocorreu com o Decreto da Coroa Portuguesa, em 1890, para restringir as publicações jornalísticas. No século seguinte, Portugal enfrentou movimentos políticos que resultaram no fim da monarquia e no início do período republicano, acontecimento que teve profundo impacto na política e na imprensa cabo-verdiana e de outros territórios colonizados:

Entre a proclamação da República e a instituição da ditadura do Estado Novo, a imprensa cabo-verdiana conheceu alguns momentos de avanços e recuos. Com o colapso do regime ditatorial em 1974, seguido da independência nacional, a imprensa cabo-verdiana conhece um novo alento. (Évora, 2007, p. 66)

---

<sup>16</sup> Informação oficial disponível no website da EBC, consultado no dia 14 de maio de 2024, [https://rnep.ebc.com.br/?\\_gl=1\\*41r9uv\\*\\_ga\\*MTE2NjI5NTg3NC4xNzEyNzY3NDkx\\*\\_ga\\_TGW7R30M20\\*MTcxNTcxMDk4OS43LjEuMTcxNTcxMTcwNy42MC4wLjA](https://rnep.ebc.com.br/?_gl=1*41r9uv*_ga*MTE2NjI5NTg3NC4xNzEyNzY3NDkx*_ga_TGW7R30M20*MTcxNTcxMDk4OS43LjEuMTcxNTcxMTcwNy42MC4wLjA).

No contexto político, Cabo Verde se tornou independente de Portugal em 1975, mas a consolidação da democracia não foi um percurso fácil. Segundo Évora (2007), o país passou por um período, ao qual chamou de “democracia revolucionária”, nos anos 1980, marcado por um governo monopartidário e quase ditatorial. Foi há pouco mais de 30 anos que o pluripartidarismo consolidou a democracia em Cabo Verde com as primeiras eleições entre 1990 e 1991. A abertura política no país teve reflexo direto nos meios de comunicação social, aumentou o número e a qualidade dos veículos, assim como começaram a surgir os primeiros profissionais formados em escolas de jornalismo (Évora, 2007).

Embora o período de democratização pós-independência tenha sido marcado pela proliferação das rádios privadas, as primeiras experiências radiofônicas da população aconteceram ainda nos anos 1930, mas foi somente em 1945 que, com a autorização do governo português, foi fundada a *Rádio Clube de Cabo Verde (RCCV)*. Se no início a RCCV era mantida pela iniciativa privada e por membros das rádios clubes, após cinco anos de funcionamento passou a ser considerada um meio de utilidade pública e passou a ser apoiada financeiramente pelo Governo (Évora, 2007). Após a independência de Cabo Verde, tanto a RCCV, quanto a *Rádio Barlavento*, controlada pelos militantes do movimento independentista, são fundidas e passam a funcionar como *Rádio Nacional de Cabo Verde (RNCV)*, hoje *Rádio Cabo Verde (RCV)*.

#### **4.2.3.1 A televisão experimental de Cabo Verde**

A história da primeira emissora de televisão em Cabo Verde remete ao ano de 1984. Tratava-se de um projeto de emissora pública inspirada no modelo islandês, que instalava estações de TV em cidades do país sem a obrigatoriedade de transmissão 24 horas por dia (Gallas, 2013). O projeto recebeu o nome de *Televisão Experimental de Cabo Verde (Tevec)*, começou por fazer emissões durante três dias por semana, o que levou a firmar parcerias com outros países, entre eles Angola, França e Portugal, para expandir sua programação e consolidar o seu funcionamento (Évora, 2007; Gallas, 2013). Com a construção do seu segundo estúdio, em 1990, a Tevec deixou de ser experimental e se tornou a *Televisão Nacional de Cabo Verde (TNCV)*.

Desde a independência do país, a Constituição de Cabo Verde passou por uma série de revisões ao longo das décadas, que visavam a abertura política do país. A atualização realizada na década de 1990, por exemplo, permitiu a criação, em 1997, da *Radiotelevisão Caboverdiana (RTC)*, empresa pública que controlava tanto a *Rádio de Cabo Verde (RCV)* quanto a rebatizada *Televisão de Cabo Verde (TCV)*, que deixou de ter o Nacional no nome.

No início dos anos 2000, o panorama da comunicação social do país passou por grandes mudanças. Em 2002, surgiu o primeiro curso (graduação/licenciatura) de Ciências de Comunicação na Universidade Jean Piaget, seguido pela criação de cursos em áreas afins nas universidades Lusófona (2007), de Cabo Verde (2009) e de Santiago (2010) (Fontes, 2017). Nesse mesmo período, o país deixou de possuir apenas uma emissora de televisão, pois em 2006 o governo abriu concorrência pública para novas concessões de emissões em sinal aberto. De uma parceria entre Portugal e Cabo Verde surgiu a *Televisão Independente de Cabo Verde (Tiver)*, do Brasil chegou a *TV Record Cabo Verde* em parceria com a rádio *Crioula FM*, ambas pertencentes à Igreja Universal do Reino de Deus. De Portugal chega por sinal aberto a vertente África da *Rádio e Televisão de Portugal (RTP África)* (Gallas, 2013). Com a mudança do sinal analógico para o digital - Televisão Digital Terrestre (TDT) -, passaram a ser 10<sup>17</sup> as emissoras televisivas de alcance nacional em Cabo Verde: para além das quatro acima citadas, chegam até as casas cabo-verdianas a *RTP3*, *SIC*, *TV5 Monde Afrique*, *France 24*, *TV Educativa (TVE)*, *Televisão África (TVA)* e *TV Cidade*.

#### 4.2.4 Angola

Primeiro território africano a ser ocupado pelos portugueses, com a chegada dos primeiros portugueses em 1482 (Silva, 2018), Angola se mostrou também como um dos primeiros territórios a desejarem independência da Coroa Portuguesa (Chichava & Pohlmann, 2010). A própria história dos meios de comunicação social no país acaba por ilustrar esse anseio. De acordo com Hohlfeldt e Carvalho (2012), a primeira prensa angolana foi encomendada por um nativo, Joaquim António de Carvalho Menezes, em 1842, ou seja, três anos antes da publicação do *Boletim Oficial*. No entanto, a máquina não chegou ao país: o navio que a trazia teria afundado, supostamente, por ordens da Coroa. Apenas em 1845 chega em Angola, de fato, a prensa importada pelo Governador Geral e então foi publicado aquele que é considerado o primeiro periódico angolano: *Boletim Oficial do Governo-geral da Província de Angola* (Hohlfeldt & Carvalho, 2012). O jornalismo em Angola pode ser dividido em três períodos, segundo Lopo (1964). A publicação do *Boletim Oficial* faz parte do que seria o primeiro período, no qual existia apenas uma publicação, de caráter oficial, com objetivos claros de servir aos interesses da Coroa. O segundo período, denominado pelo autor como “imprensa livre”, é marcado pelo aparecimento do semanário *A Civilização da Africa Portuguesa*, em 1866, fundado

---

<sup>17</sup> Dados obtidos no website oficial da Televisão Digital Terrestre (TDT) disponíveis em <http://www.tdt.cv/#cobertura> acessado em 13 de junho de 2024.

por António Urbano Monteiro de Castro e Alfredo Júlio Cortês Mântua. Já o terceiro período do jornalismo angolano, nomeado como “industrial e profissional”, teve início em 1923 com o jornal *A Província de Angola*, fundado por Adolfo Pina (Lopo, 1964).

As primeiras emissoras de rádio angolanas também começaram suas transmissões nesse período, precisamente na década de 1930. Em Benguela, surge uma rádio amadora, em 1933, que mais tarde foi retirada do ar. Assim como em outras antigas colônias, o clubismo foi fundamental para o estabelecimento das emissoras de rádio. Assim, em 1937 foi criada a *Rádio Clube de Angola*, já em 1943 começaram as transmissões das *Rádio Clubes de Huambo e Huíla*, e desde então o radioclubismo dominou o modelo de negócio durante quase 50 anos no país (Manera, 2007). O avanço na profissionalização das emissões teve participação fundamental da *Rádio Clube de Huambo*, que em 1949, muitos anos antes da independência e não sendo uma emissora oficial, decidiu contratar trabalhadores formalmente capacitados. Em 1954, a Igreja Católica, através da Conferência Episcopal de Angola e S. Tomé (CEAST), fundou a *Rádio Ecclésia*, existente até hoje, embora tenha passado 20 anos fora do ar por conta da instabilidade política trazida pela independência, período no qual muitos veículos foram estatizados, mas em 1997 voltou com suas emissões normais de cunho religioso (Manera, 2007). Tratando-se de meio oficial de comunicação radiofônica, a *Emissora Oficial de Angola*, rádio estatal, foi criada apenas em 1955, ou seja, ainda no tempo em que Angola era colônia portuguesa. Com o passar dos anos, com a independência e as trocas de governo, em 1967 passou a ser chamada de *Emissora Nacional de Angola* e, em 1977, *Rádio Nacional de Angola*. De acordo com Bumba (2007), é a única rádio a cobrir 90% do território nacional e ainda tem como uma de suas características emissões não apenas em português, mas também programas nas línguas nacionais do país (kikongo, quimbundo, cômwe, umbundu, cuanhama, lingala, etc)<sup>18</sup>, algo comum nos órgãos públicos de comunicação em Angola.

A *Rádio Nacional de Angola* pode ser enquadrada no quarto período do jornalismo angolano, que é apontado por Hohlfeldt (2009), quando após a Revolução do 25 de abril de 1975 em Portugal, os meios de comunicação social rompem com o passado, as narrativas acolhem um pensamento anticolonial (Becker & Carlor, 2015) e se desdobram em projetos independentistas. Outra perspectiva para a divisão da história dos meios de comunicação social em Angola é definida por Muanamosi (2002) como: 1) antes de independência; 2) após independência: monopartidarismo (1975-1991); 3)

---

<sup>18</sup> Informações disponibilizadas pela Instituto de Gestão de Activos e Participações do Estado (IGAPE), no ano de 2019. <https://igape.minfin.gov.ao/PortalIGAPE/#!/participacoes-do-estado/empresas-publicas/5692/rna-radio-nacional-de-angola>

Multipartidarismo: a partir de 1991. A proposta de Muanamosi (2002), como é possível notar, tem como base, especialmente, o contexto político do país.

Antes de avançarmos, embora não seja o foco dessa pesquisa discorrer sobre a história dos meios de comunicação social de forma mais aprofundada e sobre os contextos políticos e sociais do país ao longo desses períodos históricos, alguns aspectos não podem deixar de ser considerados. A independência das colônias, em grande parte, não ocorreu de forma pacífica, muitos conflitos armados aconteceram durante anos, milhares de pessoas morreram e outras tantas foram gravemente feridas e possuem sequelas até hoje. Em Angola, o fim da Guerra Colonial, como ficaram conhecidas as lutas armadas entre Portugal, e Guerra de Libertação, como foi considerada pelas então colônias Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, não trouxe a paz junto com a independência. No país, três forças diferentes foram formadas para enfrentar os soldados da metrópole: o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), a União Nacional para a Independência Total de Angola (Unita) e a Frente Nacional para a Libertação de Angola (FNLA). Com a independência do país, os movimentos começaram a lutar entre si para definir quem assumiria o governo de Angola, dando origem a uma guerra civil que se estenderia até 2002 (Silva, 2018). A disputa acabou por dividir o país na República Popular de Angola, com sede em Luanda e governada pelo MPLA, e na República Democrática de Angola, com sede em Huambo e governada pela UNITA e FNLA. No entanto, apenas o governo do MPLA foi reconhecido internacionalmente (Silva, 2018). Isto para dizer que, quando o partido tomou o poder, as estações de rádio e televisão, assim como os jornais, “se constituiriam como instrumentos da luta ideológica e política a favor do novo regime” (Becker & Carlos, 2015, p. 139), que continua no poder até o dia de hoje, embora a política do país tenha evoluído para o multipartidarismo e conte com eleições. Foi também nesse período, em 2002, que surgiu o primeiro curso de comunicação social em Angola. Conforme explica Carvalho (2017), mesmo com a implantação do ensino superior quando o país ainda era colônia, através do decreto que regulamentava a criação dos Estudos Gerais Universitários, em 1962, foi somente 40 anos depois que, no antigo Instituto Superior Privado de Angola (ISPRA), foi criado o primeiro curso, instituto que mais tarde foi transformado em Universidade Privada de Angola (UPRA) em 2007. Até 2017, eram 10 os cursos superiores na área da comunicação social, licenciaturas com oito semestres letivos. O país ainda conta com instituições de ensino profissionalizante de curta duração.

#### **4.2.4.1 A tentativa angolana de enfrentar o monopólio português da televisão**

Reforçando o anseio da população angolana por meios de comunicação próprios, que valorizassem a cultura e a realidade do país por um viés não colonizador, o primeiro canal de TV no país foi para o ar dois anos antes da independência de Portugal. A *Televisão de Angola (TVA)* começou suas transmissões em 1973, na cidade de Luanda, mas como explica Henriques (2021):

Antes deste período, várias tentativas tinham fracassado com intuito de implementar a TVA, pelo facto de haver correntes conflitantes no governo colonial português, sendo a mais forte, a que pretendia manter o monopólio da televisão apenas para a Rádio e Televisão Portuguesa (RTP), cuja instalação estava em curso. (Henriques, 2021, p. 29)

Dessa forma, em 1974, foi criada a Radiotelevisão Portuguesa de Angola (RTPA), cuja instalações estavam prontas, mas não chegaram a ser utilizadas devido à Revolução de 1975, justamente durante o processo de descolonização (Coelho, 1999). Os estúdios construídos foram, prontamente, aproveitados para a instalação da *Televisão Popular de Angola (TPA)*, que um mês antes da proclamação da independência já havia começado suas emissões regulares (Henriques, 2021). Cabe ressaltar que após a sua nacionalização, feita pelo novo governo do país, formado pelo Movimento Popular pela Libertação de Angola (MPLA), a TPA foi a única emissora nacional no país entre 1978 e 2008. Com a abertura do mercado para novas emissoras, nacionais e internacionais, a televisão angolana passou por reformulações com as novas ideias e modos de produção.

A pesquisadora Sandra Mainsel (2021) se debruçou sobre a história da televisão pública em Angola, e constatou que ela poderia ser dividida em “quatro idades”. No que a autora chama de “Primeira Idade”, entre os anos 1970 e 1990, enquadram-se a instalação do primeiro emissor de televisão de Angola, a primeira emissão de Radiotelevisão Portuguesa de Angola (RTPA), o primeiro noticiário da RPA, a emissão definitiva da TPA e o primeiro noticiário da Televisão Popular de Angola, entre outros programas mais voltados para o entretenimento. Na “Segunda Idade”, entre 1992 e 2002, a autora verificou uma valorização das línguas nacionais na programação da TV pública, investimentos em programação internacional, e o jornalismo de cunho social da TVA. A “Terceira Idade”, entre 2002 e 2016, é marcada pela criação de novos estúdios e programas. Por fim, a “Quarta Idade”, a partir de 2016, envolve produções multimidiáticas e a ampliação do número de canais da TPA. Nos últimos anos, Angola tem investido na transição do sinal analógico para o digital e na ampliação do acesso à Internet.

## 4.2.5 Moçambique

Um dos últimos territórios a desenvolver a imprensa, Moçambique sofreu com a política contraditória da Coroa para com suas, então, colônias, de implantação das escolas para alfabetização da população, investimento em transportes, dificuldades pelas barreiras linguísticas, condicionamento económico-social e a censura exercida pela metrópole (Hohlfeldt & Santos, 2009). Contudo, alguns eventos foram cruciais para que Moçambique começasse a ser reconhecido com padrões europeus de "civilização", como o fim da escravidão, a criação do Banco Nacional Ultramarino e o estabelecimento do serviço de correios (Hohlfeldt & Santos, 2009). O desenvolvimento desses aspectos permitiu que em 1854 fosse publicada a primeira edição do *Boletim do Governo da Província de Moçambique*, considerado a publicação informativa pioneira no território. Material oficial ao serviço da Coroa, o boletim não refletia o interesse dos nativos que, em 1868, tratariam de publicar o primeiro jornal independente do país: *O Progresso*, jornal que teve apenas uma edição antes de ser derrubado pela metrópole (Hohlfeldt & Santos, 2009). Embora haja registros de uma explosão de publicações nativas no final do século XIX, devido a fundação de escolas por missões externas e não-governamentais, ampliação da economia e urbanização crescentes de algumas regiões, muitas sucumbiram às dificuldades impostas por um país controlado politicamente:

Os desafios para estes jornais, contudo, eram imensos: a dificuldade dos prelos, inclusive com a falta de tipos; a escassez de papel – era comum os jornais trocarem não apenas de papel quanto de dimensões; a censura ostensiva, não só das autoridades portuguesas quanto de quaisquer intermediários burocratas que se sentissem atingidos pela publicação; além disso, as grandes distâncias, a falta de estradas e, por consequência, a quase inexistência de meios de transporte, tornavam-se fatores quase invencíveis para estes pioneiros. Some-se a tudo isto, ainda, e sobretudo, o percentual de analfabetos e a diversidade linguística. (Hohlfeldt & Grabauska, 2010, p. 197)

Por causa dessas variáveis acima, autores como Nhanale (2022) pontuam que a imprensa moçambicana só pode ser categorizada a partir de publicações do século XX. Para o pesquisador, a periodização do jornalismo em Moçambique acontece em três fases com contextos económicos, culturais e sociais distintos. A primeira fase da imprensa teria acontecido entre os anos de 1933 e 1974, durante o período colonial, no qual as publicações estavam atreladas às regras da metrópole, especificamente da ditadura em Portugal. Nessa mesma época, os movimentos independentistas e as lutas armadas tomam conta das colônias, com isso, os meios oficiais de comunicação da metrópole eram confrontados pela imprensa de reivindicação, como o *Prado Africano*, que mesmo operando clandestinamente, alimentou o espírito separatista (Hohlfeldt & Santos, 2009;

Nhanale, 2022). A segunda fase do jornalismo no país ocorre num período de transição e independência, entre os anos de 1974 e 1990. Nessa altura, Moçambique se torna um país autónomo, mas sob forte controle de um sistema de “Partido-Estado”, no qual a imprensa passava pelo controle direto do partido Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), que assumiu o governo do país em um regime ainda monopartidário. Sob o regime de “Partido-Estado”, todos os meios de comunicação eram nacionalizados (Namburete, 2014; Nhanale, 2022). O ensino do jornalismo no país foi criado nessa altura, especificamente, em 1977, através da Escola de Jornalismo (Carvalho, 2017). Moçambique foi o primeiro território africano de expressão portuguesa a instaurar o ensino técnico-profissional do jornalismo, uma consequência de apoios externos de instituições como a UNESCO, a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e o Instituto de Comunicação da África Austral (MISA), além dos cursos oferecidos pelas emissoras oficiais de rádio e televisão (Carvalho, 2017). Em 1997, a Universidade Politécnica, instituição privada, criou o primeiro curso superior de Ciências da Comunicação de Moçambique e, em 2004, na Universidade Eduardo Mondlane, houve a primeira experiência de ensino superior público de Jornalismo (Carvalho, 2017). A terceira fase do jornalismo é marcada pela abertura do mercado com o liberalismo político e económico, resultado das mudanças na Constituição, em 1990, o pluripartidarismo e a instalação de empresas de comunicação privadas (Nhanale, 2022).

Mesmo com o crescimento do número de publicações informativas impressas no final do século XIX, como referido anteriormente, a penetração do conteúdo continuou escassa em diversas regiões do território, já que os jornais eram destinados a uma pequena parcela da população, considerando que mesmo com os investimentos voluntários em educação, a taxa de analfabetismo e pobreza era, e permaneceu, alta até 2016<sup>19</sup> (Nhanale, 2022); a isso acrescenta-se, ainda o fato de as sedes das instituições jornalísticas ficarem concentradas nas maiores cidades, como a capital Maputo. Essa realidade social fez com que a rádio e a televisão se tornassem os veículos mais importantes na divulgação de informações para a comunidade.

#### **4.2.5.1 A radiodifusão como meio de inclusão**

Um país marcado por uma grande diversidade linguística, cultural e socioeconómica, Moçambique tem, até hoje, a rádio como o meio de comunicação mais utilizado pela população - fato que se justifica pelo meio ter assimilado melhor as necessidades e

---

<sup>19</sup> O Índice de Desenvolvimento Humano (PNUD), de 2016, indica que Moçambique situa-se na posição 178, em um ranking de 187 países avaliados.

limitações do seu público-alvo. De acordo com dados do Instituto Nacional de Estatísticas de Moçambique (INE), através de inquérito realizado em 2022, no quesito Estatísticas de Cultura<sup>20</sup>, o rádio foi apontado como o veículo de comunicação mais utilizado, seguido pela televisão - sendo que, até 2019, 50% da população ainda não possuía aparelho televisor em casa (Nhanale, 2022).

As primeiras transmissões de rádio no país começaram em 1932 com a *Rádio Clube de Moçambique (RCM)*, que na altura recebeu o nome de *Grémio dos Radiófilos da Colónia de Moçambique* (Barbosa, 1997). Com ligações com a metrópole, ganhou contornos oficiais e monopolizou a captação das receitas externas. A proximidade territorial e política com a África do Sul fez com que, ao final da Segunda Guerra Mundial, em 1946, a *Rádio Clube de Moçambique* recebesse grandes investimentos publicitários para produção de programas em inglês e afrikaans, em uma secção de criação separada das de língua portuguesa (Barbosa, 1997). A aproximação com as antigas colónias britânicas alertou parte do governo português para que investisse mais na RCM como forma de fortalecer o império ultramarino. Já em 1957 a *Rádio Clube de Moçambique* deu o primeiro passo para a inclusão das diversidades da população interna. Foi nesse ano que começaram as primeiras emissões em línguas nativas, tratou-se de um conjunto de programas em língua ronga, e recebeu o nome de *Hora Nativa* e depois, em 1962, passou a se chamar *A Voz de Moçambique*. De acordo com Chichava e Pohlmann (2010), após a independência do país, nos anos 1970, todas as estações criadas durante o período colonial foram encerradas, incluindo a RCM, que passou por grandes reformulações e renasce como *Rádio de Moçambique*, estatal até os anos 1990, quando inicia o processo democratização e pluripartidarismo no país. Com as mudanças na Constituição em 1991, passa de estatal para empresa pública com o nome *Rádio Moçambique E.P.* (Simila, 2019). De acordo com Nhanale (2022), a *Rádio Moçambique* é, até a data da pesquisa, o meio de maior alcance no território, atingindo 95% do país, com produções em português, inglês e nas diversas línguas nacionais.

A história da televisão em Moçambique já é mais recente, com as primeiras emissões tendo acontecido em 1979, durante a *Feira Internacional de Maputo (FACIM)*. No evento, uma empresa italiana foi a responsável por fazer a transmissão de imagens e sons com o intuito de testar alguns equipamentos (Muatiacale, 2007). Essa mesma empresa também foi responsável pelo treinamento daqueles que seriam os primeiros técnicos de televisão moçambicanos e que, até 1981, faziam emissões experimentais. Entretanto, a década de 1980 ficou marcada pela Guerra Civil no país, resultando em milhares de mortes e uma crise económica, além da utilização dos meios de comunicação

---

<sup>20</sup> Dados disponíveis no Relatório Estatísticas da Cultura do INE, disponível em <https://www.ine.gov.mz/web/guest/d/estatistica-da-cultura-2022>

públicos como máquina ideológicas, transformando-os em estatais, como a própria *Televisão Experimental de Moçambique* (TVE) (Muatiacale, 2007; Nhanale, 2022). O fim da guerra, em 1992, assim como as alterações na Constituição, como já referimos, proporcionaram a abertura do mercado em diversos setores, entre eles, o da radiodifusão. Em 1993, surgiu a *Rádio e Televisão Klink* (RTK), primeira emissora privada de Moçambique, que tinha como uma de suas características as transmissões em português e tsonga (língua local de Maputo). Com as novas leis para a comunicação social, a TVE deixou de ser considerada uma emissora estatal para ser estruturada como uma empresa pública sob o nome *Televisão de Moçambique (TVM – E. P.)*. Nos seus primeiros anos como TVM, contou com o auxílio de Itália e Portugal para ir para o ar e compor sua programação (Muatiacale, 2007). Atualmente, existem dez emissoras de sinal aberto no país, de acordo com Nhanale (2022), e quase todas fornecem serviço de informação. O autor destaca, entre as privadas, em termos de jornalismo, a *Soico Televisão (STV)*, a *Televisão Miramar* e a *Televisão Independente de Moçambique (TIM)*. No entanto, o canal de maior alcance, como já referimos, continua a ser a TVM, que como emissora pública segue um modelo de negócio inspirado no europeu, embora mescle verbas públicas, oriundas de taxas incluídas na conta de luz e nos impostos dos automóveis, e anúncios publicitários, ou seja, um modelo público-estatal (Muatiacale, 2007; Nhanale, 2022).

#### **4.2.6 São Tomé e Príncipe**

O arquipélago de São Tomé e Príncipe tem uma história de exploração colonial diferente das demais colônias africanas portuguesas. Assim como Cabo Verde, as ilhas de São Tomé e Príncipe eram despovoadas (Brilhante, 2009; Fonseca, 2014). Alguns pesquisadores, como Brilhante (2009), comentam que a população do arquipélago tenha sido formada por poucos homens brancos livres e centenas de pessoas exiladas, como crianças judias cujos pais haviam sido mortos ou expulsos entre os séculos XV e XIX, e escravos oriundos da costa africana. Contudo, o alto índice de mortalidade, que atingia especialmente a população branca, levou a uma política de alforria e participação dos nativos (união entre africanos de outros territórios e brancos) nas atividades comerciais e políticas do local (Fonseca, 2014). O potencial para a agricultura fez com que o país passasse por dois períodos de colonização. Descobertas em 1470/1471, as ilhas de São Tomé e Príncipe só se tornaram colônias em 1483 e capitania régia em 1522 (Brilhante, 2009). No entanto, com uma economia baseada na plantação de cana-de-açúcar, que levaram as ilhas a serem vistas como uma colônia-plantação (Nascimento, 2015), o território teve certa “liberdade” por mais de 200 anos, quando no século XVII sofreu um

declínio econômico devido à concorrência com a produção brasileira. Como alternativa, descobriu-se o potencial do território para a plantação de café e cacau, o que acabou por desencadear o segundo período de colonização em 1852. Dessa vez, a metrópole queria manter total controle sobre o país e, para isso, apropriaram-se das terras cultiváveis e retiraram os nativos dos papéis político-administrativos.

Novamente sob ordens estritas da Coroa Portuguesa, com a necessidade de reforçar os ideais da metrópole, no segundo período de colonização foi implantada a imprensa nas ilhas com a publicação, em 1857, do *Boletim Oficial do Governo da Província de S. Thomé e Príncipe* (Fonseca, 2014). Durante as suas primeiras décadas, o boletim oficial tinha funções informativas sobre legislação, ordens oficiais, notícias locais e internacionais, assim como conteúdos culturais. A história do jornalismo em São Tomé e Príncipe é contada, principalmente, pelo viés oficial, já que, como explica Fonseca (2014), são escassos os registros sobre os veículos independentes. No entanto, o que se sabe é que o primeiro jornal não-oficial do país se chamava *Equador* e foi publicado em 1869. Além do *Equador*, outras publicações privadas são referidas e se destacam por tratarem de temas de interesse da agricultura e do comércio (Fonseca, 2014). O jornalismo de cunho político surgiu com os veículos *Equatorial* e *A Acção*, já no século XX, época de transição em Portugal do império para a república (1910-1926), em que houve uma aparente autorização para a expressão política dos colonizados, que logo foi suprimida com o crescimento do racismo e a adoção de soluções autoritárias (Nascimento, 2015).

Para Fonseca (2014), durante o período republicano a imprensa em São Tomé e Príncipe foi estruturada de acordo com três principais grupos sociais: europeus comerciantes e empregados do comércio e da agricultura, a elite nativa do país, e europeus proprietários de terra e dirigentes públicos da colônia. Com vínculos ao segmento formado pelos europeus comerciantes, surgiram jornais críticos da administração local e com posicionamento indefinido em relação aos africanos. São exemplos desse tipo de imprensa os jornais *O Africano*, *A Defesa* e *A Desafronta*, publicados nas duas primeiras décadas dos anos 1900. O segundo segmento apontado por Fonseca (2014), de propriedade da elite nativa, é composto por jornais que defendiam os interesses dos nascidos nas ilhas, como *Folha de Annuncios*, *A Verdade*, *A Liberdade* e *O Combate*. Com reivindicações e denúncias, a imprensa nativa foi perseguida pelo governo com a destruição da tipografia africana e proibição de circulação através de portarias provinciais: “O terceiro sector da imprensa caracterizou-se por jornais que eram propriedade de europeus ligados ao poder político e económico e que apoiavam o governo local. Foram estes *O Modesto*, *O Jornal* e *A Colónia*” (Fonseca, 2014, p. 9), jornais que apoiavam o governo local, mas muitas vezes teciam críticas à metrópole.

Cabe também ressaltar que o *Boletim Oficial do Governo da Província de S. Thomé e Príncipe* continuou a ser publicado durante os anos republicanos de Portugal. Com o início da ditadura do Estado Novo, muitos jornais, que não apoiavam as decisões da metrópole, logo encerraram as atividades: “Por esses anos, só se publicaram números únicos, comemorativos e laudatórios dos governantes” (Nascimento, 2015, p. 62). Até a Segunda Guerra Mundial o cenário jornalístico em São Tomé e Príncipe teve algumas tentativas independentes, rapidamente censuradas pelo regime, mas com o final do conflito mundial, e a crise econômica e de mão-de-obra que assolou as ilhas, não há registro de qualquer publicação jornalística até 1947, quando a União Nacional de STP se tornou proprietária do quinzenário *A Voz de S. Tomé*, que era “reproduzido na Imprensa Nacional e dirigido pelo padre Martinho Pinto da Rocha. Como noutras colônias, o Estado Novo apropriava-se da imprensa para divulgar as suas políticas” (Fonseca, 2014, p. 13).

Com as transmissões de rádio e televisão não foi diferente. Embora a comunicação por ondas curtas tenha chegado aos territórios ultramarinos portugueses nos anos 1930, foi somente nos anos 1950 que o potencial para propaganda do meio foi reconhecido, especialmente por ocorrer num período no qual colônias africanas de outros países começaram a se tornar independentes (Santos & Santos, 2019). No entanto, a falta de investimento técnico durante os anos anteriores fez com que os programas de rádio só chegassem a São Tomé e Príncipe através de gravações para as pequenas estações locais do país. A rádio é implantada em STP através do clubismo, assim como nas outras colônias. Fundada em 1948, a *Rádio Clube de São Tomé e Príncipe* (RCSTP) era uma pequena instituição, com pouco aparato tecnológico e recursos humanos, que funcionou até 1955, quando o governo local encerrou as emissões, deixando a rádio sem funcionar por dois anos (Santos & Santos, 2019). Sob pressão de um grupo de pessoas, o governo voltou a autorizar o funcionamento da rádio em 1958, dessa vez rebatizada como *Rádio Clube de São Tomé*, com o apoio da administração local, tendo em consideração que era, praticamente, o único meio de comunicação social do arquipélago, além de retransmitir programas da *Emissora Nacional de Portugal*. Com a substituição de António Salazar por Marcello Caetano no comando do Estado Novo, em 1968, a utilização dos meios de comunicação para propaganda do Estado foi intensificada. Por esse motivo, em 1969 a *Rádio Clube de São Tomé* passou a ser uma filial da *Emissora Nacional de Portugal* e, com o colapso do regime autoritário em 1974, e a independência das colônias à porta, os últimos números dos veículos oficiais eram de apelo e alerta para os riscos de novos modelos de governo (Fonseca, 2014; Santos & Santos, 2019). Apenas em 1977, após a independência das ilhas, a RCSTP foi renomeada como *Rádio Nacional de São Tomé e Príncipe* (RNSTP) (Santos & Santos, 2019). O contexto histórico de

desenvolvimento tardio da imprensa e de outros meios de comunicação nos territórios colonizados deixa claro o interesse de Portugal em utilizá-los como uma tentativa de fortalecer o império, que entrava em decadência nos séculos XIX e XX (Fonseca, 2014; Santos, 2022). Todavia, com a independência do país, o Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP), organização de orientação marxista-leninista fundada em 1972, assumiu o poder em 12 de julho de 1975. Inclusive, foram os líderes do MLSTP que assinaram o tratado de independência. Começou, nesse período, o domínio político do partido no arquipélago que, beneficiado pela Constituição Nacional, só teria concorrência em 1989 com a autorização para a existência de outros partidos políticos.

#### **4.2.6.1 Televisão Santomense**

Considerada, no passado, uma colônia-modelo, do que os portugueses almejavam, São Tomé e Príncipe hoje vive uma crise no desenvolvimento dos seus meios de comunicação, que parecem ter estagnado. De acordo com Gallas (2013), o país só possui uma emissora de televisão, uma estação pública que teve as primeiras imagens veiculadas nos anos 1980. A Televisão São-Tomense, ou Santomense, conforme consta na descrição publicada no website da emissora, nasceu da curiosidade de alguns cidadãos em transmitir o Mundial de Futebol<sup>21</sup>. Sem estúdio próprio, o canal começou a funcionar na sede da Rádio Nacional, mudou-se para uma escola, para o Palácio dos Congressos, e somente em 1992 passou a contar com instalações próprias através de uma cooperação com Portugal. Até 2014, a emissora transmitia oito horas diárias de programas, foi a partir de 2015 que a programação passou a contemplar as 24 horas do dia.

Até 2023, São Tomé e Príncipe era um dos poucos países que não havia começado a transição do sinal analógico para o digital. De acordo com informações da Agência STP-Press, instituição pública de notícias, o país tinha até novembro de 2023 para concluir a transição, caso contrário, poderia ficar sem a transmissão dos sinais tanto de rádio quanto de televisão.<sup>22</sup> Fora as informações acima citadas, poucos estudos foram encontrados sobre os meios de comunicação social no país.

---

<sup>21</sup> Informação disponível na página Institucional do website da emissora <https://www.tvs.st/index.php?controller=home&action=about>

<sup>22</sup> “Rádio Nacional e TVS preparam transição do sistema analógico para digital, que deve ficar concluído até Novembro”, notícia de 27 de Julho de 2023 da Agência STP-Press, disponível em <https://www.stp-press.st/2023/07/27/radio-nacional-e-tvs-preparam-transicao-do-sistema-analogico-para-digital-que-deve-ficar-concluido-ate-novembro/#:~:text=S%C3%A3o%20Tom%C3%A9%20e%20Pr%C3%ADncipe%2C%20por,de%20pa%C3%ADses%2C%20que%20ainda%20n%C3%A3o>

## **Conclusão do Capítulo**

Os Boletins Oficiais da Coroa Portuguesa foram, de acordo com o que há de registro histórico, as publicações que deram início às publicações informativas, em quatro dos seis países pesquisados: Angola, Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Além de Portugal, cujas publicações remetem a muitos séculos antes, o Brasil foi o único país em que os pesquisadores consideram o primeiro periódico jornalístico uma publicação não oficial, muito embora a Coroa portuguesa tenha tido um veículo oficial no país. Pudemos notar, ainda, que a implantação dos meios de comunicação social nas antigas colônias tinha como objetivo manter o controle e a subordinação dos territórios à metrópole, mais uma vez, com exceção do Brasil, que por ter se tornado sede do reino durante alguns anos, recebeu um tratamento diferenciado.

Apesar das raízes coloniais, o jornalismo nos países de língua oficial portuguesa evoluiu ao longo dos anos, tornando-se mais plural e independente. Embora ainda seja possível identificar influências coloniais, elas se tornaram mais complexas e multifacetadas com a inserção de novos atores internacionais e instituições que passaram a investir nesses territórios após a independência. O jornalismo em língua portuguesa é um fenômeno dinâmico e complexo, enfrentando diferentes desafios devido aos contextos históricos, políticos, econômicos e sociais únicos de cada país. Esses desafios resultam em variados modelos de gestão jornalística, com diferentes níveis de independência editorial e de investimentos, o que reflete diretamente na construção da agenda midiática de cada nação.

**Parte II**  
**Investigação Empírica**



# Capítulo 5: Metodologia e Desenho da Investigação

Realizar uma pesquisa referente às práticas jornalísticas em contexto internacional é uma proposta que aflorou como tema próprio de investigação nos últimos 20 anos e que enfrenta desafios teórico-metodológicos específicos. Como sinalizam Mick e Schimitz (2017). Concretamente, estes autores ainda destacam a dificuldade desde a seleção das perspectivas teóricas, os instrumentos de investigação e até a interpretação dos dados. Cientes das limitações e avanços das pesquisas nessa área, elaboramos um desenho de pesquisa que entendemos como um ponto de partida para a compreensão dos critérios de noticiabilidade em produções jornalísticas televisivas de emissoras públicas em países de expressão oficial portuguesa, especificamente, nas que tem a saúde como tema principal. Neste capítulo, apresentamos o nosso tema de investigação, as perguntas de investigação, as hipóteses e os métodos utilizados para responder ao que propomos.

## 5.1 Tema e problema de pesquisa

O português, com seus sotaques e adaptações, é, como já referimos, o quarto idioma mais falado no mundo. Somos mais de 260 milhões de falantes espalhados por quase todos os continentes, e mesmo assim, nossas referências de pesquisa em jornalismo foram, por muitos anos, países do hemisfério norte, especificamente dos Estados Unidos da América, da Inglaterra, Alemanha e França. A ideia de estudar o jornalismo praticado em países de expressão oficial portuguesa surgiu dessa lacuna acadêmica. Quando entramos na universidade, no curso de comunicação social, jornalismo ou afins, aprendemos a história, e o modo de fazer jornalismo, sob o prisma de outras culturas, que, na maioria das vezes, não permitem a consideração dos povos diversos que construíram o idioma português como conhecemos hoje. É verdade que nas últimas décadas, especialmente com a popularização da Internet, nota-se que é crescente o número de pesquisas e obras em língua portuguesa a que se tem acesso. Surgiram esforços para uma compreensão do jornalismo feito em português, com seus mais de 400 anos de história.

Especialmente no início dos anos 2000, nomes como Antonio Hohlfeldt, Jorge Pedro Sousa, José Marques de Melo, Nelson Traquina, entre outros, dedicaram-se ao estudo do jornalismo em língua portuguesa, suas diferenças, semelhanças e interseções entre os países que tem o idioma como forma de expressão oficial. Mesmo assim, as aproximações acadêmicas entre Angola, Brasil, Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e

Príncipe levaram mais tempo para acontecer e ainda carecem de mais atenção. Encontramos diferentes níveis e temas de pesquisa nos países, seja sobre aspectos técnicos dos meios, discussões sociológicas, históricas, modos de produção, etc., e que são reflexo das condições nas quais se encontram social, cultural e economicamente cada uma das sociedades. A curiosidade sobre o jornalismo, ou “jornalisms”, feito em língua portuguesa, a pesquisa prévia acerca das condições de produção e consumo nos territórios, levou-nos a considerar partir de um questionamento básico sobre a construção da agenda noticiosa nos países de expressão oficial portuguesa, ou a quarta fase da teoria do agendamento. Para entendermos a construção da agenda, optamos por avaliar os critérios de noticiabilidade que, teoricamente, pouco tem evoluído desde os seus primeiros estudos nos anos 1960, e são considerados um marco da cultura jornalística e aplicados na seleção e produção das notícias em diversas realidades. A análise prévia dos contextos de cada país, níveis de escolaridade, acesso aos meios de comunicação, modos de consumo das notícias, juntamente com a possibilidade que teríamos de acesso a esses materiais, levou-nos a definir a televisão como veículo a ser analisado, concretamente, os jornais televisivos.

A comunicação em saúde, e a forma como é abordada no jornalismo, é um campo que começou a ganhar visibilidade com a pandemia do vírus HIV, nos anos 1980, e ganhou novo fôlego com a pandemia do vírus Sars-CoV-2, entre os anos 2020 e 2023. Ainda na dissertação de mestrado, pesquisei sobre a cobertura noticiosa em casos de surtos de doenças, que deixaram questionamentos sobre o papel do jornalismo de massas em uma realidade de múltiplas fontes de informação. Durante a pandemia de Sars-CoV-2, causador da Covid-19, observamos que a televisão era o veículo de verificação ou confirmação de informações, resultado do período de isolamento enfrentado (Cabrera, Martins & Cunha, 2020). Ao mesmo tempo, notamos que, embora os países estudados possuam um sistema nacional público de saúde, as realidades e percepções sobre saúde são distintas em alguns pontos. E a maneira como ela é entendida por cada sociedade pode afetar a seleção dos eventos a serem noticiados. Dessa forma, o nosso problema de pesquisa é o seguinte: quais são os critérios de noticiabilidade que orientam a seleção dos acontecimentos que são transformados em notícias sobre a temática saúde nas emissoras públicas de televisão dos países de língua oficial portuguesa?

## **5.2 Objetivos e hipóteses da pesquisa**

Nosso principal objetivo com esse estudo é verificar quais são os critérios de noticiabilidade mais utilizados na construção da agenda noticiosa sobre saúde nas emissoras de televisão dos países de língua oficial portuguesa. Compreendemos, com a

revisão bibliográfica, que esses critérios não estão limitados à seleção das notícias, mas transpassam por todo o processo de produção jornalística. Além disso, os pesquisadores que se debruçaram sobre o tema acrescentaram elementos culturais, econômicos e sociais que podem interferir de formas diferentes nas instituições em que são aplicados. Por isso, temos como objetivos secundários:

- Averiguar se há semelhanças entre as temáticas sobre saúde mais abordadas em cada emissora presente nesse estudo;
- Verificar qual a natureza dos valores-notícia – acontecimentos, fontes ou meios de produção – mais utilizados pelos jornais televisivos das emissoras de países de língua oficial portuguesa;
- Perceber se, por se tratar de emissoras públicas, as produções jornalísticas possuem mais liberdade de produção por não estarem atreladas à busca por audiências;

A partir das referências bibliográficas e dos objetivos definidos, elaboramos três hipóteses de pesquisa:

**H1:** Considerando que a saúde é um direito fundamental e é representada midiaticamente sem levar em consideração os diversos contextos socioeconômicos ou culturais, as temáticas sobre saúde mais abordadas nas emissoras públicas de países de língua oficial portuguesa são semelhantes.

**H2:** As produções jornalísticas televisivas sobre saúde nos países de expressão oficial portuguesa utilizam os valores-notícia de seleção da mesma forma, pois são resultado da cultura profissional que é transnacional.

**H3:** Por não estarem atreladas à busca por audiência, as emissoras públicas de televisão possuem mais liberdade na seleção dos acontecimentos que serão noticiados.

## 5.3 Metodologia

Para responder às perguntas de pesquisa propostas, optamos pela utilização de dois métodos complementares: análise de conteúdo (AC) e a entrevista em profundidade semiestruturada. Segundo Neuendorf (2017), a análise de conteúdo trata-se de uma técnica de investigação empírica que interpreta, sumariza e analisa qualitativa ou quantitativamente conteúdos a partir de orientações de métodos científicos. Ela é aplicada para elucidar diversas questões nas pesquisas no campo da comunicação social,

incluindo mecanismos de seleção, ordenamento e enquadramento, quais justificativas circulam em distintos ambientes dos media, e ainda tem sido empregada em estudos comparativos transnacionais para tratar de variações na cultura jornalística, seus graus de autonomia em relação aos sistemas políticos, formatos de notícia, entre outros (Maia, Hauber & Paula, 2022). No geral, a AC é uma técnica baseada em dados gerados por indivíduos, chamados de codificadores, que julgam ou interpretam o conteúdo, em texto ou audiovisual, “com o objetivo geral de fazer inferências sobre o tipo de conteúdo, frequência ou magnitude de um evento” (Goyanes & Piñeiro-Naval, 2024, p.126). Lozano sublinha as seguintes características da análise de conteúdo:

A análise de conteúdo é sistemática porque se baseia num conjunto de procedimentos que se aplicam da mesma forma a todo o conteúdo analisável. É também confiável – ou objetiva – porque permite que diferentes pessoas, aplicando em separado as mesmas categorias à mesma amostra de mensagens possam chegar às mesmas conclusões. (Lozano, 1994, p. 141-142)

As possibilidades apresentadas pela análise de conteúdo se mostram adequadas para responder às questões de pesquisa que propomos, tendo em consideração que um estudo transnacional como o que nos propusemos a realizar ainda carece de análises que podem ser consideradas básicas, em um primeiro momento, mas que também possibilitam um ponto de partida para o aprofundamento e estreitamento de laços nos estudos sobre comunicação social, jornalismo e televisão pública nos países de língua oficial portuguesa.

Aliada à análise de conteúdo, aplicamos o método da entrevista em profundidade semiestruturada. A entrevista em si é um dos métodos mais tradicionais na busca por compreender a visão dos outros, pois tem como objetivo colher respostas a partir da perspectiva do entrevistado (Sanglard, Garcêz & Maia, 2022). Conforme explica Duarte (2004), a entrevista em profundidade é um método organizado a partir de um conjunto de questões elaboradas previamente, embasadas em teorias e com objetivos já definidos pelo pesquisador. De acordo com o modo de fazer perguntas, as entrevistas costumam ser classificadas como: aberta, semiestruturada e estruturada. A entrevista aberta, embora deva ter um roteiro com os pontos principais, permite que os entrevistadores e respondentes desenvolvam uma dinâmica de interação com maior liberdade, na qual o entrevistador pode introduzir, excluir ou alterar as questões quando julgar pertinente (Duarte, 2004; Sanglard, Garcêz & Maia, 2022). A entrevista estruturada, ou fechada, conta com um conjunto de perguntas e alternativas de respostas predefinidas, com pouca margem para alterações (Sanglard, Garcêz & Maia, 2022). Já a entrevista semiestruturada se refere a uma mescla no seu modo de aplicação, com características tanto do modelo aberto quanto estruturado. Na entrevista semiestruturada é utilizado um roteiro predefinido, mas inclui também a possibilidade de inserção de novas

perguntas no momento da interação. O conjunto de perguntas padrão deve ser endereçado a todos os entrevistados (Sanglard, Garcêz & Maia, 2022).

## 5.4 Apresentação dos objetos de análise

Entendemos que em um estudo com a proposta de verificar os critérios de noticiabilidade em países de língua oficial portuguesa, a escolha dos objetos de análise é de extrema importância e deve estar o mais próximo possível do que podemos compreender como realidade da cobertura, produção e consumo dos meios de comunicação social de cada país. No caso da presente pesquisa, falamos de seis países com realidades distintas nos índices de alfabetização, meios de subsistência, acesso aos meios de comunicação em geral, entre outros. Como exemplo podemos partir da abrangência e uso da Internet, que ultrapassa os 70% no Brasil, Cabo Verde e Portugal, enquanto em Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe o percentual de pessoas com possibilidade de utilizar a Internet não chega aos 60%, de acordo com dados da *União Internacional de Telecomunicações 2022/2023* (ITU na sigla em inglês)<sup>23</sup>, agência da ONU para as tecnologias da informação e comunicação. Como argumenta Guide (2007), a comunicação oral, via rádio e televisão, ainda é importante como fator de integração, pois a cobertura do sinal televisivo chega em praticamente 100% do território angolano, brasileiro, cabo-verdiano, português, moçambicano e são-tomense, tratando-se de um dos meios de maior acesso à informação.

Pelas pesquisas de índice de penetração, consumo e credibilidade, a televisão em língua portuguesa ainda apresenta dados pouco explorados nos estudos acadêmicos sobre o jornalismo praticado nesses países, o que nos levou a definir esse meio como objeto, com o acréscimo de explorarmos também a comunicação pública, estatal ou governamental, por ter sido o viés pioneiro na implantação das emissoras de TV na maioria dos territórios analisados. Para compreender os passos de seleção, formato e enquadramento das notícias sobre saúde, escolhemos como objeto de análise, especificamente, os jornais televisivos do chamado “horário nobre” das emissoras de televisão pública de Angola, Brasil, Cabo Verde, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe. A expressão “horário nobre” tem origem no modelo americano de negócio para os meios de comunicação de massa. O *prime time*, ou horário nobre, trata-se de um período, entre as 19 e as 22 horas, no qual há maior concentração de pessoas consumindo produtos dos meios de comunicação. Rocha, Silva e Moura (2016) explicam que a característica mais determinante dessa faixa horária é a associação entre programação, audiência e publicidade. Embora não haja consenso sobre o conceito, alguns aspectos

---

<sup>23</sup> União Internacional de Telecomunicações (ITU), informações disponíveis em <https://datahub.itu.int/> acesso em 20/08/2024.

comuns podem ser considerados como os acima citados que, em resumo, implicam que quanto maior a audiência de um programa, mais caro será o seu espaço comercial e mais investimentos receberá para sua produção.

#### **5.4.1 O Telejornal de Portugal**

Passados três anos da criação da RTP, e dois anos do início das emissões regulares do canal de televisão, em 18 de outubro de 1959 foi ao ar a primeira edição do Telejornal. Primeiro programa de informação diária transmitido pela televisão portuguesa, foi desenvolvido para substituir os programas informativos breves que até então eram veiculados pela RTP. No ar até os dias de hoje, o Telejornal teve sua primeira transmissão em preto e branco, às 20h32min, com apresentação do jornalista Mário Pires, que anunciou: “Senhores espectadores, muito boa noite! Vamos apresentar a primeira edição do Telejornal da RTP constituída por noticiário e atualidades do país e do estrangeiro” (Martins, 2019, *online*). O programa jornalístico, criado ainda sob o regime do Estado Novo, foi inspirado no *Telegiornale*, de 1954, da *Radio-televisione Italiana* (Rai 1) e seus primeiros apresentadores vieram da imprensa e da rádio.

No início da década de 60, o “Jornal RTP” foi substituído pelo “Telejornal”, com duas edições: uma à hora de abertura da emissão – 20h30 – e outra pouco antes do fecho, durante a semana. O “Telejornal” começou a ser responsabilidade dos redatores e a emissão começou a incluir entrevistas no estúdio e no exterior. Atualmente, ele é transmitido de segunda-feira à domingo, com início às 20 horas e fim por volta das 22 horas.

#### **5.4.2 O Repórter Brasil**

Primeira produção jornalística da TV Brasil, a primeira edição do Repórter Brasil foi ao ar no dia 3 de dezembro de 2007, um dia após a estreia da emissora. Com a missão de ser um jornal televisivo unificado, de mostrar o país com base no que é feito em outras emissoras públicas que fazem parte da RNCP, para que outras regiões do Brasil, distantes dos grandes centros, pudessem ter a mesma possibilidade de estar no ar (Araújo, 2011). O Repórter Brasil começou com a veiculação de duas edições diárias, uma às 8h e outra às 21h, apresentadas de Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo (Almeida & Coutinho, 2015). Recentemente, o programa passou por reformulações e passou a ser apresentado às 13h, com o nome Repórter Brasil Tarde, e às 19h, com o nome Repórter Brasil. O primeiro é apresentado dos estúdios da EBC no Rio de Janeiro, já o segundo é apresentado em Brasília. Com uma hora de duração, de segunda à sexta-feira, e 30 minutos aos sábados, a produção é apresentada por Iara Balduino e Guilherme Portanova.

### 5.4.3 O Telejornal de Angola

No ar desde 18 de outubro de 1975, o *Telejornal* foi o primeiro e mais duradouro programa informativo sob a sigla TPA. Tendo como nome inicial “*Noticiário*” (entre 1975 e 1990), ia ao ar em telecinema e vídeo em simultânea (Mainsel, 2021). Com caráter ainda experimental, era emitido em circuito fechado. Com abertura para transmissão em sinal aberto, pouco tempo depois, passou a fazer parte da vida dos angolanos, com transmissões diárias. É fundamental lembrar que o período de criação do *Noticiário/Telejornal* coincide com o fim do domínio português, e com os conflitos entre os partidos que disputavam o poder no país. O cenário político e social era tenso, e os critérios de noticiabilidade deveriam dar destaque aos temas enviados pelo Governo. Como a guerra-civil em Angola durou décadas, Mainsel (2021) destaca que a agenda noticiosa era dominada por notícias políticas.

A partir dos anos 1990 o *Noticiário* passou a se chamar *Telejornal*, nome utilizado até os dias de hoje, as mudanças também envolveram a atualização do logotipo e do cenário da atração. Nos anos 2000, com o fim da guerra-civil e a realização de eleições presidenciais, a TPA recebeu consultorias externas para a produção de programas informativos, vindas, especialmente, do Brasil. Atualmente, o *Telejornal* possui uma hora de duração, dividido em três blocos. O cunho político continua, mas a linha editorial foi ampliada para temas não apenas nacionais e internacionais, como a integração de notícias sobre cultura, esporte e *fait divers* (Mainsel, 2021). O *Telejornal* vai ao ar de segunda-feira á domingo, a partir das 20h, tem duração de uma hora, contando os dois intervalos de espaço comercial.

### 5.4.4 O Jornal da Noite de Cabo Verde

Pesquisas, ou registros bibliográficos, que relatem os primórdios do jornalismo televisivo em Cabo Verde ainda não existem de maneira estruturada, conforme refere Semedo (2011). No entanto, para a autora parece óbvio que as primeiras produções informativas tenham sido produzidas pela Televisão de Cabo Verde, já que era a única emissora de TV no país até 2004. Em reportagem sobre os 40 anos da TCV, é possível observar que, originalmente, o primeiro jornal televisivo tenha se chamado *Telejornal*<sup>24</sup>, já que como referimos anteriormente, a emissão de programas era limitada a algumas

---

<sup>24</sup> Reportagem veiculada no dia 12 de março de 2024, no Jornal da Noite, sob o título “Televisão pública comemora 40 anos”. Disponível em <https://www.rtc.cv/tcv/video-details/televisao-publica-celebra-40-anos-de-emissao-41123#!>

horas por dia. Atualmente, com transmissão de conteúdos 24 horas por dia, o Jornal da Noite é considerado o programa informativo de maior expressão (Semedo, 2011).

O Jornal da Noite vai ao ar desde a década de 1990, com emissão de segunda-feira à domingo, às 20 horas, tem cerca de 50 minutos de duração e é dividido em três blocos. O primeiro bloco trata sobre atualidades do âmbito nacional e local, enquanto o segundo é dedicado aos assuntos internacionais e o terceiro bloco ao esporte, cultura e *fait divers* (Évora, 2005; Semedo, 2011). Tem como apresentadores os jornalistas Marco Rocha e Nazaré Barros.

#### **5.4.5 O Telejornal de Moçambique**

A Televisão de Moçambique (TVM) exibe de segunda-feira a domingo, por volta das 20 horas, o mais antigo jornal televisivo do país, o Telejornal. O noticiário tem, em média, 50 minutos de duração e é dividido em três blocos, com o primeiro e o segundo com foco nos temas nacionais e o terceiro bloco a tratar de assuntos internacionais e esportivos.

#### **5.4.6 O Telejornal de São Tomé e Príncipe**

Durante o período em que realizamos a coleta do material para análise, verificamos que a TVS passou por problemas técnicos e financeiros. O Telejornal continua a ser transmitido, e encontrado no canal da emissora na rede social de vídeos YouTube, mas o website da TVS não está disponível, assim como as outras redes sociais digitais não são atualizadas desde 2022. As informações que temos referem que o Telejornal tem uma duração que varia entre 30 e 50 minutos, vai ao ar todos os dias da semana, por volta das 20h. Tem como apresentadores Hélia Fernandes, José Bouças, Maximino Carlos e Ramusel Graça.

### **5.5 Definição da unidade de análise**

A partir da definição de que a unidade física seria a televisão e a unidade amostral os jornais televisivos, transmitidos em horário nobre, das emissoras públicas de TV dos países de língua oficial portuguesa, delimitamos que as unidades de análise seriam as produções noticiosas com a temática saúde. As produções foram selecionadas por meio do mês construído, no qual a captação é feita com início na primeira semana de um mês, depois na segunda semana do mês seguinte, e assim por diante até completar as quatro semanas que compõem o mês - uma variação do método da semana construída (Franco,

2010). Com as edições disponibilizadas na Internet, nos serviços de *streaming* ou *websites* das emissoras, como nos casos da TV Brasil e RTP, nas páginas oficiais da rede social digital *Facebook* e ainda no website de vídeos *Youtube*, situação da TPA, TCV, TVM e TVS, coletamos seis edições semanais dos programas correspondente a diferentes semanas e meses, com início no dia 12 de maio, levando em consideração a declaração do fim da pandemia de Covid-19, feita pela OMS no dia 5 de maio do mesmo ano. Conforme a tabela 6;

**Tabela 6: Período de coleta do material para análise**

Mês	Semana	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira	Sábado
Maio	1 <sup>a</sup>	8	9	10	11	12	13
Junho	2 <sup>a</sup>	12	13	14	15	16	17
Julho	3 <sup>a</sup>	17	18	19	20	21	22
Agosto	4 <sup>a</sup>	21	22	23	24	25	26

Ao todo, foram coletadas 144 edições, com duração entre 45 minutos e 1 hora cada uma, a depender dos parâmetros de cada emissora e do espaço delimitado para o programa no dia de exibição. Nas edições analisadas, fomos capazes de fazer um recorte de 173 produções com a temática saúde, que compõem a nossa unidade de análise, sendo que 29 foram transmitidas pela TPA (Angola), 25 pela TV Brasil (Brasil), 30 pela TCV (Cabo Verde), 46 pela TVM (Moçambique), 23 pela RTP (Portugal) e 20 pela TVS (São Tomé e Príncipe).

## 5.6 Percurso da análise

Após ser definida a amostra para a aplicação do método da análise de conteúdo, a segunda etapa do estudo exigiu a criação do livro de códigos para orientar o trabalho. De acordo com Piñeiro-Naval, Igartua e Rodríguez-de-Dios (2015), o livro de códigos é um conjunto de diretrizes a ser seguido para obter determinados resultados. Por a análise de conteúdo ser uma técnica que busca a criação de inferências sobre determinado conteúdo, é necessário que os pesquisadores realizem “a codificação do conteúdo, fazendo a aplicação de códigos, que vão formar categorias” (Sampaio & Lycarião, 2021, p. 45). Codificar, por sua vez, permite que os dados sejam organizados e agrupados em categorias por partilharem características em comum. Categorias, essas, que são resultado de construções analíticas derivadas de teorias ou práticas existentes (Krippendorf, 2004). Como explicam Sampaio e Lycarião (2021), as categorias são baseadas nas perguntas de pesquisa, na unidade de análise, em

teorias relevantes, nos próprios dados e em pesquisas prévias. Os autores avançam em relação a proposta de análise de conteúdo criada por Laurence Bardin (2016), e dividem a AC em três grandes etapas: 1) Conceituação e Propósito; 2) Desenho e 3) Análise, e ainda desenvolveram 12 subetapas, das quais a criação do livro de códigos, planilha de codificação e teste de confiabilidade fazem parte da segunda etapa. Portanto, o livro de códigos vai funcionar como o referencial de codificação que vai delimitar quais as categorias e códigos que serão aplicados e as regras que devem ser seguidas por codificadores independentes (Sampaio & Lycarião, 2021). As categorias, por sua vez, seguem algumas orientações definidas por Bardin (2016) para que sejam homogêneas, exaustivas, exclusivas, objetivas e adequadas ou pertinentes, pois todos os codificadores devem chegar aos mesmos resultados, ou a resultados com concordância estatisticamente aceitável, e adaptadas ao conteúdo. As categorias também devem exaustivas, ou seja, passíveis de serem codificadas, e mutuamente exclusivas, de forma que o conteúdo analisado só se enquadre em uma categoria (Bardin, 2016; Sampaio & Lycarião, 2021).

### 5.6.1 Criação do livro de códigos

Através das orientações apresentadas pelos autores, construímos um livro de códigos com aspectos informativos de nível geral, com dados voltados para a identificação das produções no que se refere aos países de origem, de nível específico com a categorização voltada para as especificidades do conteúdo como temas abordados, enquadramento, fontes, valores-notícia e critérios técnicos e tecnológicos. Na primeira parte do livro, a classificação é feita com variáveis nominais categóricas, com indicação do código numérico a ser utilizado e, na segunda parte, avaliamos as produções com variáveis nominais dicotômicas, nas quais as respostas deveriam corresponder a 1 (presença) ou 0 (ausência) da categoria. Ressaltamos que as categorias dicotômicas não são autoexcludentes, pelo contrário, no caso das “Características (valor-notícia)”, quanto mais elementos estiverem presentes, maior a chance de o acontecimento ser transformado em produto jornalístico. No caso das demais categorias, essas sim são autoexcludentes. A tabela abaixo reúne os elementos de análise:

**Tabela 7: Livro de Códigos utilizado na análise das notícias**

Livro de Códigos			
	Categoria	Descrição	Código
<b>Países</b>	Angola	Produções do Telejornal da TPA1	1
	Brasil	Produções do Repórter Brasil da TV Brasil	2
	Cabo Verde	Produções do Jornal da Noite da TCV	3
	Moçambique	Produções do Telejornal da TVM	4
	Portugal	Produções do Telejornal da RTP1	5
	São Tomé e Príncipe	Produções do Telejornal da TVS	6

<b>Temas</b>	Doenças Comuns	Doenças, ou condições, que afetam a maior parte da população, pode ser crônica, adquirida, sazonal, etc. Ex: Gripe, Hipertensão	1
	Surtos, endemias, epidemias, pandemias	Doenças que acometem um grupo de pessoas, a nível local, regional, nacional ou global. Ex: Surto de sarampo; pandemia de Covid-19.	2
	Doenças Raras	Enfermidades que atingem poucas pessoas em relação ao contingente populacional. Geralmente os tratamentos também são raros e caros. Ex: Esclerose Lateral Amiotrófica (ELA), que atinge de 0,73 a 1,89 casos por 100.000 pessoas/ano	3
	Doenças Novas ou Ressurgidas	Que nunca foram catalogadas, investigadas ou até mesmo não existiam até determinado período. Doenças consideradas extintas ou até mesmo não existiam até determinado período. Doenças consideradas extintas ou controladas que retornam em determinados contextos. Ex: Paralisia Infantil	4
	Medicação	Envolvem a criação de novos fármacos, métodos de uso de medicamentos, efeitos colaterais, orientação de uso, contraindicações. Ex: Antivirais	5
	Descobertas Científicas	Estudos e descobertas de novos métodos para diagnóstico de doenças, novos métodos para tratamento de doenças, novas vacinas; novos métodos e equipamentos para evitar doenças; estudos sobre o comportamento humano em relação à saúde. Ex: Vacina contra Covid-19	6
	Custos e Investimentos	Quando o tema principal da notícia são os custos de determinados medicamentos, tratamentos, equipamentos, investimento em formação profissional, aumento do quadro profissional, etc. Envolve âmbito público e privado. Ex: 200 milhões de euros em compra de vacinas	7
	Políticas Públicas	Fiscalização dos setores públicos e privados, legislação, campanhas de vacinação, campanhas de combate à doenças através da presença física de agentes da saúde nas comunidades, campanhas de conscientização contra o preconceito, a favor da inclusão através da informação, etc. Ex: Lei do Tabaco	8
	Infraestrutura	Serviços disponibilizados, ou que deveriam estar disponíveis para a população sob a responsabilidade do poder público, ou privado, estrutura de instituições médicas (clínicas, postos de saúde, centros de saúde). Ex: Falta de equipamentos cirúrgicos	9
	Parcerias e Acordos	Quando o tema principal da peça envolve a assinatura de acordo, o desenvolvimento de parcerias entre meios público e privados, entre países, entre instituições, etc. Ex: Parceria entre Angola e Brasil para banco de leite	10
	Reivindicações	Cobrem greves, reivindicações da população, de representantes da sociedade, dos profissionais da saúde, junto ao poder público ou privado, para melhores condições de atendimento, salários, condições de trabalho. Ex: Greve dos enfermeiros.	11
	Estilo de Vida	Abordam orientações sobre mudanças de hábitos e atitudes; representação de um exemplo a ser seguido; medicalização preventiva. Ex: Feiras de Saúde	12

	Tratamento	Quando o foco principal da matéria está nos tratamentos necessários, disponíveis, dificuldades enfrentadas para alcançá-lo. Ex: Transplante	13
	Profissionais	Destaque para o trabalho desempenhado por um grupo, ou por um profissional específico. Ex: Médico premiado.	14
	Voluntariado	Matérias cujo foco recai sobre trabalhos voluntários na saúde, atividades desempenhadas por instituições não-governamentais em prol da saúde. Ex: Atividades promovidas por ONGs ou igrejas.	15
	Outro	Quando a produção não puder ser classificada nas categorias anteriores.	16
<b>Formato</b>	Nota simples	Produção informativa de curta duração, com texto objetivo lido pelo apresentador, sem o apoio de imagens. São informações importantes, mas que não foram produzidas na forma de notícia ou reportagem por motivos diversos.	1
	Nota Coberta	Forma simples de apresentar a informação, composta por pelo <i>lead</i> lido pelo apresentador ao vivo que depois continua a leitura do texto em <i>voz off</i> coberta com imagens para ilustrar a informação.	2
	Notícia	Combina apresentação ao vivo (cabeça da notícia lida pelo apresentador) acrescida de imagens com presença em frente a câmera, ou não, do repórter, mas que transmite as informações em <i>voz off</i> coberta por imagens. Tem mais tempo de transmissão, por volta de 45 segundos, do que a nota, porém é menor do que a reportagem.	3
	Reportagem	Conta com a participação do apresentador, do repórter, imagens e entrevistados. Constitui-se de cinco partes: cabeça (lida pelo apresentador), off (leitura do jornalista), boletim (presença do repórter em frente à câmera), sonoras (entrevistas) e nota pé (lida pelo apresentador).	4
	Entrevista	Diálogo entre o apresentador, ou repórter, com o entrevistado através de um sistema de perguntas e repostas sobre o tema principal da conversa. Pode extrair não apenas informações, mas opiniões e ideias sobre os fatos. Pode ser feita ao vivo, no estúdio, ou gravada.	5
	Coletiva/Conferência de Imprensa	Quando o material veiculado no jornal televisivo se trata de falas (sonoras) de coletivas de imprensa (eventos organizados por determinadas instituições para informar um grande grupo de jornalistas, convidados, sobre algum acontecimento, podendo conter espaço para perguntas dos repórteres ou não).	6
	Cobertura ao Vivo/ Direto	Quando o jornalista fala ao vivo/em direto sobre o acontecimento quando ele ocorre, no desenvolvimento do fato ou pouco tempo após o ocorrido. Exemplo: Repórter fala em frente a um centro de vacinação durante o início de uma campanha.	7
	Cobertura ao vivo/ Direto com imagens de apoio	Quando o jornalista fala ao vivo/em direto sobre o acontecimento quando ele ocorre, contendo imagens de apoio que intercalam com a imagem do repórter na tela, ou aparecem ao mesmo tempo numa divisão de tela.	8

	Outro	Quando as produções não correspondem aos formatos anteriores.	99
<b>Enquadramento</b>	Positivo	Quando a notícia apresentar uma situação, evento ou pessoa de forma favorável, vantajosa, destacando aspectos positivos. Tem foco nas soluções, medidas construtivas, utiliza imagens e sons que evocam emoções positivas, além de estarem presentes no texto (falado) adjetivos positivos como: bom, inspirador, maravilhoso, etc.	1
	Negativo	Quando a notícia apresentar uma situação, evento ou pessoa de forma desfavorável, prejudicial, destacando aspectos negativos. Foca em aspectos que geram sentimentos negativos, como tragédias, desafios sem soluções, falhas, perigos, injustiça, sofrimento, etc. Utilizam linguagem depreciativa com a presença de termos como ruim, terrível, injusto, perigoso, prejudicial, etc.	2
	Neutro	Quando a notícia apresentar uma situação, evento ou pessoa de forma imparcial, objetiva e equilibrada. Veicula informações, imagens e sons sem favorecer determinada perspectiva. A informação é contextualizada, com declarações objetivas e linguagem descritiva e explicativa.	3
	Outro	Quando não perceber nenhuma das opções anteriores na notícia analisada.	99
<b>Fontes</b>	Oficial	Representante de órgão público que se pronuncia por essa entidade mantida pelo Estado, bem como organizações agregadas.	1
	Oficiosa	Tem relação com uma organização ou personalidade, mas não está autorizada a falar em nome delas.	2
	Não governamental	Representante de uma entidade com conhecimento de causa, sem fins lucrativos e sem relação com o Estado. Lage (2001) também considera este tipo de fonte como independente.	3
	Pessoal/Individual	Representa a si mesma. Conforme Schmitz (2011), pode ser uma pessoa comum, uma personalidade política, cultural, artística ou um profissional liberal, desde que não fale por uma organização ou grupo social.	4
	Testemunhal	Funciona como álibi, pois representa aquilo que viu ou ouviu, como partícipe ou observadora.	5
	Documental	Referente a documentos de origem confiável e identificada.	6
	Especializada	Pessoa ou organização detentora de um conhecimento reconhecido. Normalmente está relacionada a uma profissão ou área de atuação.	7
	Bibliográfica	Refere-se à bibliografia, documento ou mídia que o jornalista consulta. Funciona como um referencial que fundamenta os conteúdos jornalísticos e recheia a narrativa, agregando razões e ideias (Schmitz, 2011).	8
	Outro	Tipo de fonte que não é possível identificar com as categorias anteriores.	99

<b>Território</b>	Nacional	Quando o tema da notícia abrange o país inteiro, ou a maior parte do país.	1
	Regional	Tema de interesse de uma determinada região, cidade ou estado do país.	2
	Internacional	Acontecimento que culmina na notícia ocorre em outro país ou países.	3
	Outro	Quando não é possível identificar o local de abrangência do tema.	99
<b>Características (valor-notícia)</b>	Amplitude/Impacto/Notabilidade	Acontecimentos envolve um grande número de pessoas atuantes ou afetadas pelo fato; também envolve grandes quantidades de dinheiro.	1=Sim 0=Não
	Novidade/Atualidade	Acontecimento inédito, ou fatos novos sobre algo que já existia.	1=Sim 0=Não
	Relevância/Importância	Fato que vai afetar diretamente a vida das pessoas.	1=Sim 0=Não
	Imprevisibilidade	Fatos que irrompem ou surpreendem a expectativa. Estava fora da rotina.	1=Sim 0=Não
	Continuidade	Eventos que terão acompanhamento jornalístico por mais tempo. De acordo com o seu desenrolar.	1=Sim 0=Não
	Proeminência/Notoriedade	Notoriedade do ator envolvido, sua importância social: se é alguém da elite e/ou uma celebridade.	1=Sim 0=Não
	Conflito	Fatos relacionados a guerras, disputas, greves, conflitos de interesse entre partes.	1=Sim 0=Não
	Conhecimento/Cultura	Fatos que envolvem descobertas, pesquisas, progresso, atividades e valores culturais, religião.	1=Sim 0=Não
	Personificação	Utilizado como um mecanismo para gerar identificação, pois é mais fácil representar uma pessoa do que uma estrutura. Há um personagem na narrativa que serve de fio condutor para as informações que vão aparecendo.	1=Sim 0=Não
	Entretenimento/Curiosidade	Fatos relacionados ao divertimento, esporte, comemorações.	1=Sim 0=Não
	Polêmica/Escândalo	Acontecimento que suscita muitas divergências e em diversos campos: científico, econômico, humano, legal, religioso, etc.	1=Sim 0=Não
	Raridade	Fatos que fogem à regra estabelecida socialmente, incomuns, originais ou inusitados.	1=Sim 0=Não
	Proximidade	Quanto mais próximo um acontecimento estiver do público, física ou emocionalmente, mais chances de ser veiculado.	1=Sim 0=Não
Tragédia/Drama	Trata-se de catástrofes de todos os tipos, envolvem risco de morte e morte, violência, crime, pode envolver direta ou indiretamente um número grande de pessoas, suspense sobre causas e consequências do acontecimento.	1=Sim 0=Não	
Governo	Interesse nacional, decisões e medidas, inaugurações, eleições, viagens e pronunciamentos, envolvimento direto e como principal ator de um evento.	1=Sim 0=Não	

	Justiça	Julgamentos, denúncias, investigações, apreensões e decisões judiciais.	1=Sim 0=Não
	Outro	Assinalar essa opção quando julgar que a notícia não apresenta nenhuma das opções acima, ou apresenta alguma opção que não está listada.	1=Sim 0=Não
<b>Material de Apoio</b>	Imagens Profissionais	Gravação, ou imagens ao vivo, feitas por um cinegrafista profissional da emissora de televisão ou de produtora contratada, ou imagens de arquivo.	1=Sim 0=Não
	Imagens Amadoras	Vídeos ou fotos enviadas por telespectadores, não profissionais da captação de imagens e sem vínculo profissional com a emissora.	1=Sim 0=Não
	Imagens da Internet	Vídeos, fotos, prints, retirados de redes sociais digitais, websites, entre outros.	1=Sim 0=Não
	Entrevista por videochamada	Material produzido por profissionais da emissora quando não podem se deslocar até o entrevistado, mas realizam a entrevista com vídeo e áudio através dos programas/aplicativos de videochamada.	1=Sim 0=Não
	Entrevista em estúdio	Quando uma fonte é convidada para dar uma entrevista no estúdio do jornal televisivo e é interpelado diretamente pelo apresentador(a).	1=Sim 0=Não
	Chamadas de Áudio	Material produzido por profissionais da emissora quando não podem se deslocar até o entrevistado e utilizam áudio obtido por entrevista através do telefone, sem imagem.	1=Sim 0=Não
	Comunicado de Imprensa	Quando as fontes envolvidas não podem, ou preferem não dar entrevista em vídeo e áudio, mas enviam para as redações comunicados redigidos que podem ser lidos durante a emissão do jornal.	1=Sim 0=Não
	Infográfico/Animação (Grafismos)	Gráficos, tabelas e imagens estáticas ou em movimento que apresentam dados estatísticos ou informações complexas de forma visualmente atraente.	1=Sim 0=Não
	Outro	Quando julgar que a notícia não apresenta nenhuma das opções acima, ou apresenta alguma opção que não está listada.	1=Sim 0=Não

Fonte: Criação da autora com base nos autores Lefèvre (1999), Harcup e O'Neill (2001/2016), Allern (2002), McGregor (2002), Silva (2005), Traquina (2005), Paz et al (2007), Marques de Melo (2009), Lerner e Ferraz (2012), Tabakman (2013), Bortoliero et al (2015), Bueno (2015), Cavaca et al (2015), Fônsaca e Gomes (2015), Gonçalves, Santos e Renó (2015), Penteadó e Fortunato (2015), Amaral, Laguardia e Cardoso (2017), Machado (2019), Emerin (2020) e Andrade Neto (2022).

No total, foram analisadas 8 categorias, divididas em 75 subcategorias. Por se tratar de análise de produção televisiva, o estudo foi feito através da observação dos textos falados, créditos apresentados na tela/ecrã durante as peças (GC ou oráculo), fontes, tempo de duração e materiais de apoio.

## 5.6.2 Confiabilidade e codificação

Depois da criação do livro de códigos, o mesmo foi analisado e debatido por um grupo de pesquisadores da Universidade de Brasília (UnB), no Brasil, por um pesquisador da Universidade da Beira Interior (UBI), em Portugal, e outro da Universidad de Salamanca, na Espanha. Com as alterações necessárias feitas, o livro de códigos atualizado foi encaminhado para realização do teste de confiabilidade (Sampaio e Lycarião, 2021). Para essa etapa da pesquisa, por se tratar de produtos jornalísticos televisivos, na sua maioria com duração de mais de dois minutos, optamos por selecionar uma subamostra de 30 produções, o que corresponde a mais de 17% das nossas unidades de análise, para verificar a fiabilidade entre codificadores. A subamostra foi selecionada de forma a corresponder à representatividade do número de notícias de cada país, tendo em conta que cada território emitiu diferentes quantidades de notícias sobre saúde. Nesse sentido, a subamostra foi composta por 7 notícias de Angola, 7 do Brasil, 3 notícias de Cabo Verde, 8 produções de Moçambique, 3 notícias de Portugal e 2 de São Tomé e Príncipe.

Definida a subamostra, durante o mês de junho de 2024, dois codificadores independentes, um da UnB e um da UBI, passaram por um período de treinamento e, no final do mesmo mês, foi realizado o teste. Foram avaliadas 75 variáveis em 30 produtos jornalísticos. No que se refere ao índice utilizado para calcular a fiabilidade entre os codificadores, optamos pelo Alpha de Krippendorff, considerado o mais robusto em nível estatístico (Piñeiro-Naval, Igartua e Rodríguez-de-Dios, 2015). O cálculo do índice de fiabilidade foi feito através do software IBM® SPSS®, versão 27, e o resultado mostrou que a fiabilidade média das 75 variáveis é superior a  $\alpha=.93$ , o que indica uma altíssima fiabilidade entre os codificadores, pois atende a constatação de Krippendorff (2004) que aponta que quando o índice  $\alpha \geq .66$ , podem ser estabelecidas conclusões válidas acerca do objeto analisado. Com a finalização do teste, seguimos para a próxima etapa com codificação das 173 produções jornalísticas, que transcorreu durante o mês de agosto de 2024. No mês seguinte, os dados registrados foram analisados com o uso do software IBM® SPSS®, versão 27, pelo viés estatístico descritivo, num primeiro momento, de acordo com o efeito de inteligibilidade mais ampla de apresentação dos resultados proporcionado, e de inferência estatística para responder às perguntas da pesquisa.

## 5.7 Entrevista como método

Como referido no início do capítulo, aliada à análise de conteúdo, utilizamos também como método de recolha de dados a entrevista em profundidade semiestruturada, com questões elaboradas previamente com base no enquadramento teórico e nos objetivos da pesquisa. A partir deste entendimento, foi elaborado um roteiro/guião com perguntas voltadas para compreensão da experiência profissional dos entrevistados, suas formações, áreas de atuação, para depois questionarmos a rotina diária da empresa, capacidade de produção, reconhecimento dos critérios de noticiabilidade, dificuldades enfrentadas, bem como a compreensão do que são os temas sobre saúde e forma de abordá-los. O roteiro, antes de ser utilizado, foi debatido junto à especialistas membros de um grupo de pesquisa em comunicação da UnB.

Por fim, as entrevistas foram realizadas nos meses de junho, julho e setembro de 2024, com responsáveis pelo departamento de jornalismo de quatro das seis emissoras estudadas. Da TV Brasil, entrevistamos o apresentador e editor-chefe do Repórter Brasil Noite, Guilherme Portanova; da TCV de Cabo Verde, entrevistamos o apresentador e editor do Jornal da Noite, Marco Rocha; da TVM de Moçambique, falamos com o chefe de redação do Telejornal, Holden Guedes; e da RTP de Portugal, conversamos com a coordenadora de jornalismo, Florbela Godinho.

Com duração de cerca de 30 minutos, as entrevistas tiveram de ser feitas em três formatos diferentes, consoante a disponibilidade dos entrevistados. Assim, tivemos uma entrevista feita presencialmente, duas entrevistas por videochamada – com utilização do *Google Meet* – e uma realizada por áudio com recurso ao *WhatsApp*. Todas foram gravadas, em áudio ou vídeo, com autorização prévia dos participantes. Fizemos contato com as emissoras de Angola e São Tomé e Príncipe para que participassem da pesquisa, mas não foi possível concluir a abordagem junto à TPA de Angola, e não houve qualquer tipo de retorno da TVS de São Tomé e Príncipe. Sobre este ponto, cabe destacar que no período de contato para as entrevistas, a TVS enfrentava um período de crise financeira e até greve dos jornalistas.



## Capítulo 6: Apresentação e Discussão dos Resultados

Neste capítulo nos debruçamos sobre os resultados obtidos na análise de conteúdo e das entrevistas. Contudo, julgamos importante retomar as perguntas de pesquisa que nortearam as análises. Com o intuito de verificarmos quais os critérios de noticiabilidade utilizados na construção da agenda noticiosa sobre saúde nos jornais televisivos de países de língua oficial portuguesa, analisamos 173 notícias veiculadas nos jornais televisivos das emissoras públicas de seis países de expressão oficial portuguesa. Por meio da análise de conteúdo, acima explicada, após a codificação das notícias, aplicamos o teste do qui-quadrado usado para estudar a relação, diferenças estatísticas entre as frequências observadas e esperadas, entre duas variáveis em que temos as hipóteses (Maroco, 2011):

- $H_0$ : As duas variáveis são independentes;
- $H_1$ : As duas variáveis apresentam uma relação entre si.

Entretanto, quando se trata de muitas categorias com poucas observações, o teste do qui-quadrado é substituído pelo teste exato de Fisher, cuja interpretação é realizada de forma análoga. Os resultados são interpretados de acordo com o valor de prova: se este for igual ou inferior a 5% (0,05), rejeita-se a hipótese nula, concluindo-se que as duas variáveis estão relacionadas, caso contrário não se rejeita a hipótese nula. Como indicado estatisticamente, a análise final foi feita utilizando o teste exato de Fisher (F).

Portanto, buscamos, através da análise das notícias e entrevistas, verificar como ocorre o processo de seleção dos acontecimentos com a temática saúde; perceber se há um padrão nos critérios de noticiabilidade utilizados nos e entre os países; também observar se há relação no processo de seleção dos acontecimentos com o passado histórico de influência da colonização portuguesa, responsável pela liberação e implementação da imprensa nos países; e entender como os valores da comunicação pública são abordados na construção da agenda noticiosa.

Para responder às questões que nos propomos, dividimos a apresentação dos resultados em 3 partes. A primeira parte corresponde às informações gerais de estatística descritiva, a qual aponta as características das notícias televisivas com a temática saúde, com tema, formato, enquadramento, território de cobertura, fontes utilizadas, valores-notícia e materiais de apoio. Na segunda parte, apresentamos informações que mostram quais os valores-notícia que estão mais presentes em cada tema de acordo com o país. Na última parte, traçamos uma relação entre os dados obtidos através da análise de conteúdo com as fornecidas pelos entrevistados.

## 6.1: Características das notícias televisivas sobre saúde

Como já referido, nossa unidade de análise é composta por 173 produções jornalísticas transmitidas pelos jornais televisivos, do horário nobre, de emissoras públicas de televisão de seis países de língua oficial portuguesa. Através do método do mês construído, com a coleta de cinco dias por semana, de uma semana de cada mês durante quatro meses do ano de 2023, podemos observar, em primeiro lugar, uma diferença no número de produções de cada país durante o período analisado, conforme a tabela 8:

**Tabela de frequências 8: Países onde a notícia foi veiculada**

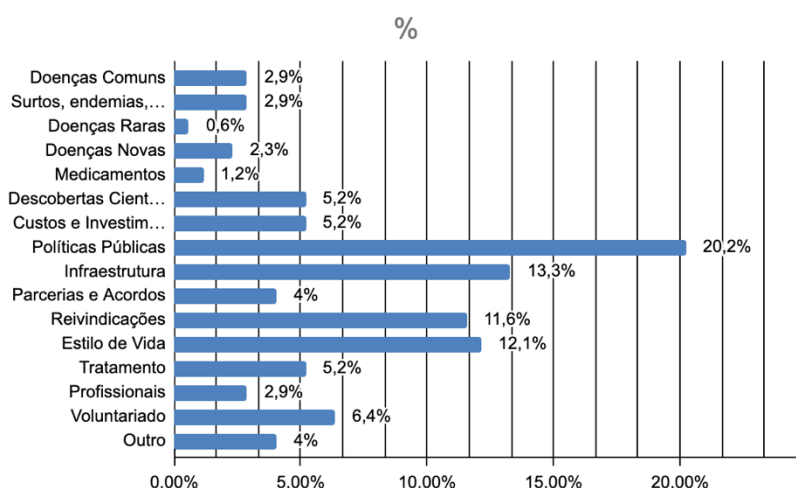
	N	%
Angola (emissora TPA)	29	16,8
Brasil (emissora TV Brasil)	25	14,5
Cabo Verde (emissora TCV)	30	17,3
Moçambique (emissora TVM)	46	26,6
Portugal (emissora RTP)	23	13,3
São Tomé e Príncipe (emissora TVS)	20	11,6
Total	173	100,0

Na amostra recolhida, nota-se que Moçambique (TVM) foi o país que mais veiculou notícias com a temática saúde, as produções correspondem a 26,6% do total, seguido por Cabo Verde (TCV) com 17,3%, Angola (TPA) com 16,8%, Brasil (TV Brasil) com 14,5%, Portugal (RTP) com 13,3%, e São Tomé e Príncipe (TVS) foi o país que apresentou o menor percentual de notícias sobre saúde com 11,6%.

### 6.1.1 Temas mais abordados

Um dos principais interesses da nossa pesquisa era perceber que tipo de assunto, quais os temas, é abordado nos jornais televisivos no que se refere à saúde. Com orientação desse objetivo criamos as categorias de análise nas quais pudemos obter as informações contidas no gráfico 1:

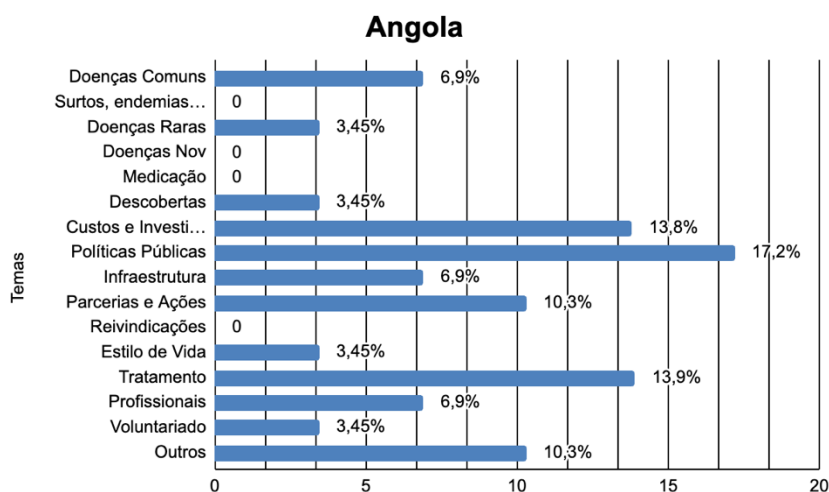
**Gráfico 1: Temas abordados nos países**



Os dados recolhidos permitem observar que o assunto que aparece com mais frequência no que se refere às notícias sobre saúde são as “Políticas Públicas”, presente em 20,2% das notícias, seguido de “Infraestrutura”, com 13,3%, “Estilo de Vida”, com 12,1%, e “Reivindicações”, com 11,6%. Em contrapartida, é possível notar que as temáticas menos desenvolvidas são as que tratam sobre “Doenças Raras” com 0,6%, e “Medicação”, citada em 1,2% das notícias. Quando temos em consideração as categorias em um nível macro, nota-se a força das questões políticas nas abordagens feitas sobre saúde. A implicação direta do poder governamental nos “Custos e Investimentos”, “Políticas Públicas” e “Reivindicações”.

Cabe também destacar os temas mais abordados de acordo com cada país, já que as realidades económicas, sociais e tecnológicas são distintas. A frequência de cada tema em cada país pode ser observada nos gráficos abaixo:

**Gráfico 2: Temas abordados em Angola**



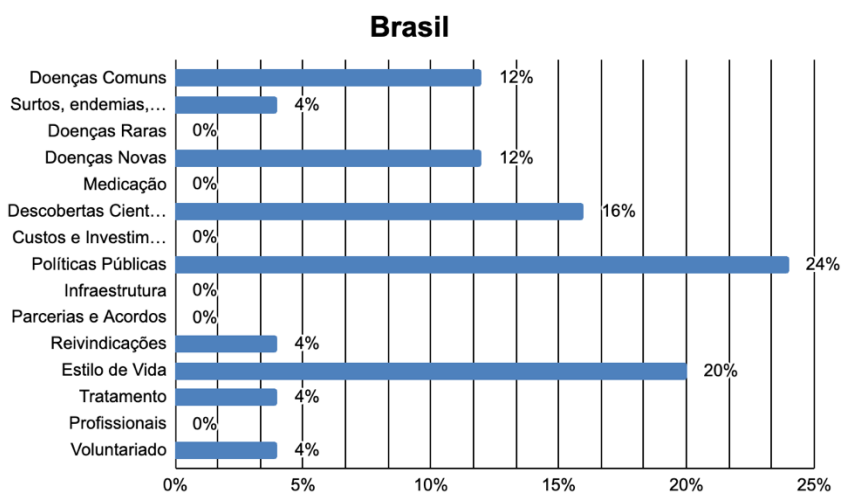
Em Angola, a cobertura de temas sobre saúde apresenta o maior percentual de produções nas categorias “Políticas Públicas”, com 17,2%, “Custos e Investimentos” com 13,8% e “Tratamento”, com 13,9%. Por outro lado, os temas menos abordados, envolvem as categorias “Surto, epidemias, endemias ou pandemias”, “Medicação” e “Doenças Novas”, nos quais não há produções relacionadas.

**Figura 2: Governo da Província de Luanda faz entrega de ambulância**



Reportagem veiculada no dia 24/08/2023 no Telejornal.

**Gráfico 3: Temas abordados no Brasil**



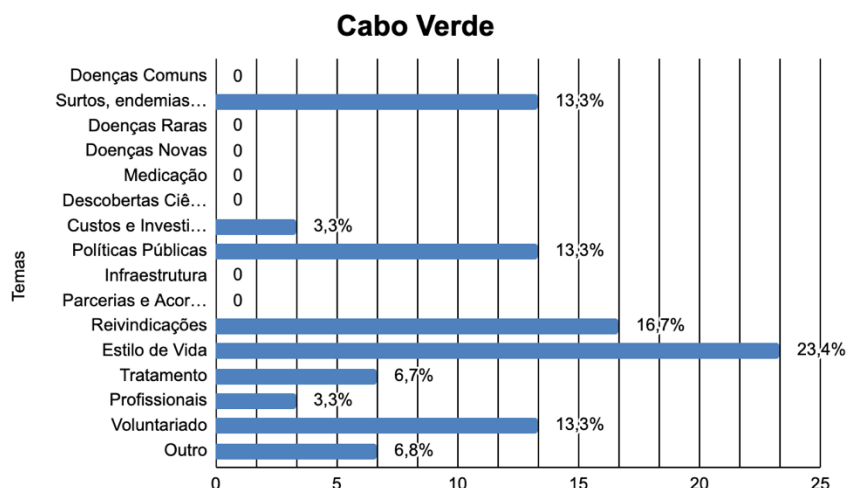
No Brasil, a cobertura noticiosa sobre saúde dá mais destaque aos temas que se enquadram nas categorias “Políticas Públicas”, com 24%, “Estilo de Vida”, com 20% e “Descobertas Científicas”, com 16%. Já nas abordagens sobre “Doenças Novas ou Ressurgidas”, “Medicação”, “Custos e Investimentos”, “Infraestrutura”, “Parcerias e Acordos” e “Profissionais” se quer há produções relacionadas.

**Figura 3: Ao vivo/Direto sobre ampliação cobertura vacinal contra a Gripe**



Ao vivo/ direto transmitido no dia 12/05/2023 no Repórter Brasil

**Gráfico 4: Temas abordados em Cabo Verde**



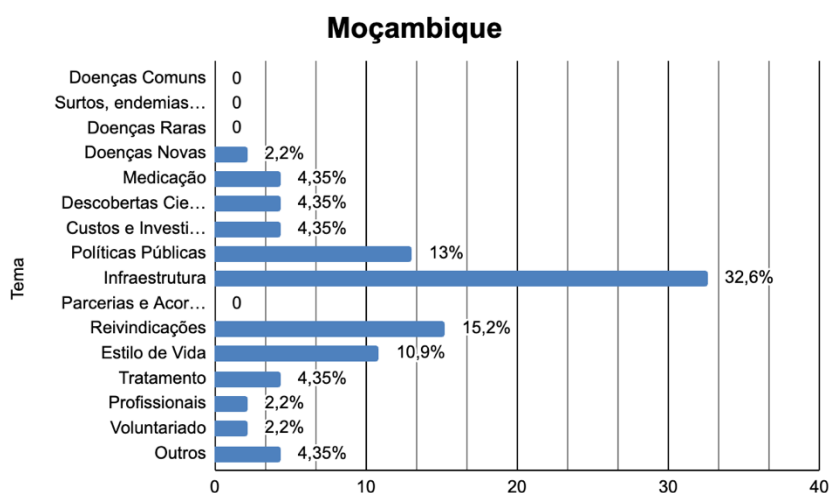
Em Cabo Verde, o maior percentual de produções sobre saúde está nas categorias “Estilo de Vida”, com 23,4%, “Reivindicações”, com 16,7%, “Surtos, endemias, epidemias e pandemias”, “Políticas Públicas” e “Voluntariado”, todos com 13,3%. Por outro lado, os temas que menos aparecem, enquadram-se nas categorias “Doenças Comuns”, “Doenças Raras”, “Doenças Novas ou Ressurgidas”, “Medicação”, “Descobertas Científicas”, “Infraestrutura” e “Parcerias e Acordos”, nas quais não há produções relacionadas.

**Figura 4: Feira da saúde promovida pela Igreja Adventista**



Reportagem veiculada no dia 17/07/2023 no Jornal da Noite.

**Gráfico 5: Temas abordados em Moçambique**



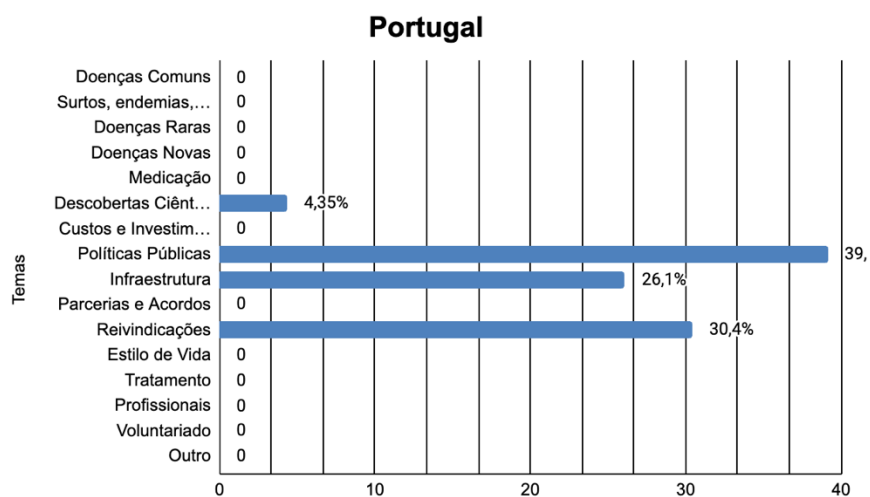
Em Moçambique, podemos observar que o maior percentual de produções sobre saúde se encontra nas categorias “Infraestrutura”, com 32,6%, “Reivindicações”, com 15,2%, e “Políticas Públicas”, com 13%. Já os temas que menos aparecem, estão nas categorias “Doenças Comuns”, “Surtos, endemias, epidemias e pandemias”, “Doenças Raras” e “Parcerias e Acordos”, nas quais não há produções relacionadas.

**Figura 5: Campanha de imunização nacional**



Reportagem veiculada no dia 13/06/2023 no Telejornal.

**Gráfico 6: Temas abordados em Portugal**



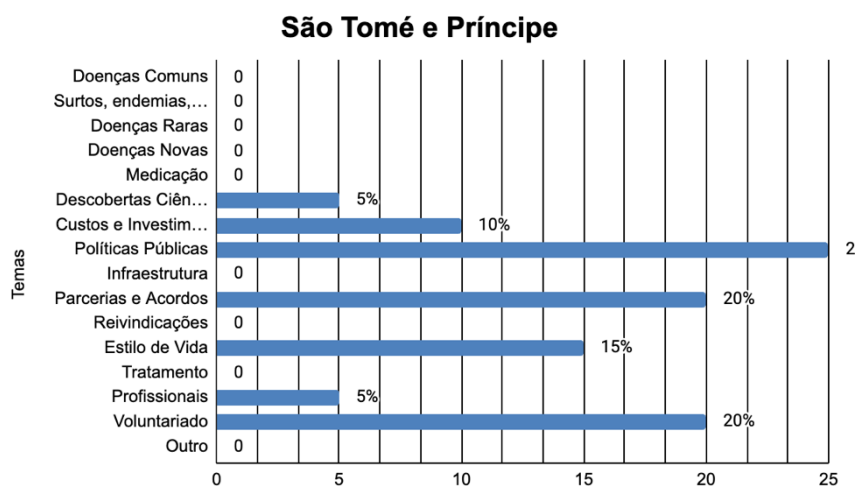
Em Portugal, a cobertura de temas sobre saúde apresenta o maior percentual de produções nas categorias “Políticas Públicas”, com 39,1%, “Reivindicações”, com 30,4% e “Infraestrutura”, com 26,1%. No que se refere aos temas menos abordados, estes envolvem quase todas as outras categorias, pois não há produções relacionadas.

**Figura 6: Decisão da DGS para partos de baixo risco**



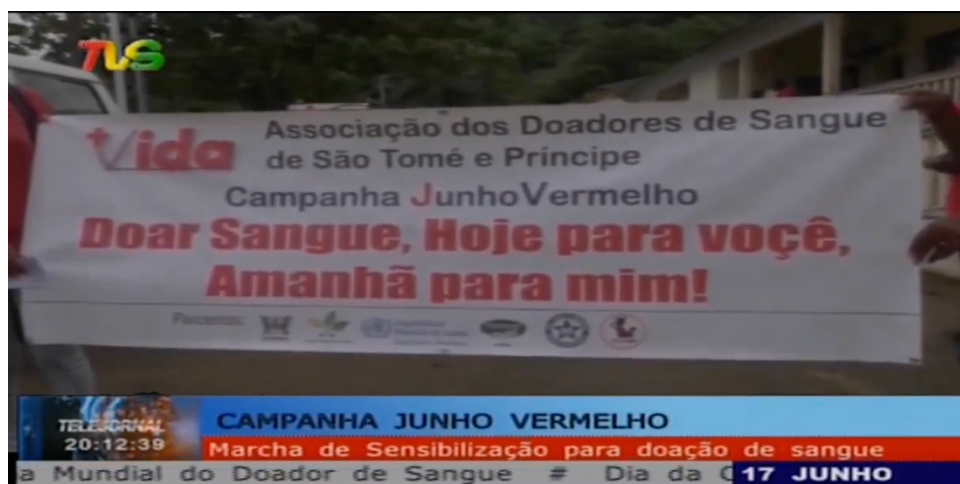
Reportagem veiculada no dia 12/05/2023 no Telejornal da RTP.

**Gráfico 7: Temas abordados em São Tomé e Príncipe**



Em São Tomé e Príncipe, o maior percentual de produções sobre saúde está nas categorias “Políticas Públicas”, com 25%, “Parcerias e Acordos” e “Voluntariado”, ambas com 20%. Já os temas que menos aparecem, enquadram-se nas categorias “Surtos, endemias, epidemias e pandemias”, “Doenças Raras”, “Doenças Novas ou ressurcidas”, e “Medicação”, nas quais não há produções relacionadas.

**Figura 7: Marcha para conscientização da doação de sangue**



Reportagem veiculada no dia 17/06/2023 no Telejornal da TVS.

Para compreender a relação, diferenças e semelhanças entre os temas e dos produtos jornalísticos dos países pesquisados, utilizamos o teste de Fisher (F) conforme a tabela 9:

**Tabela 9: Relação entre o Tema Principal da notícia com o País de origem**

	País											
	Angola (N=29)		Brasil (N=25)		Cabo Verde (N=30)		Moçambique (N=46)		Portugal (N=23)		São Tomé e Príncipe (N=20)	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
2. Tema Principal												
Doenças Comuns	2	6,9	3	12,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Surtos, endemias, epidemias	0	0,0	1	4,0	4	13,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Doenças Raras	1	3,4	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Doenças Novas	0	0,0	3	12,0	0	0,0	1	2,2	0	0,0	0	0,0
Medicação	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	4,3	0	0,0	0	0,0
Descobertas Científicas	1	3,4	4	16,0	0	0,0	2	4,3	1	4,3	1	5,0
Custos e Investimentos	4	13,8	0	0,0	1	3,3	2	4,3	0	0,0	2	10,0
Políticas Públicas	5	17,2	6	24,0	4	13,3	6	13,0	9	39,1	5	25,0
Infraestrutura	2	6,9	0	0,0	0	0,0	15	32,6	6	26,1	0	0,0
Parcerias e Acordos	3	10,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	4	20,0
Reivindicações	0	0,0	1	4,0	5	16,7	7	15,2	7	30,4	0	0,0
Estilo de vida	1	3,4	5	20,0	7	23,3	5	10,9	0	0,0	3	15,0
Tratamento	4	13,8	1	4,0	2	6,7	2	4,3	0	0,0	0	0,0
Profissionais	2	6,9	0	0,0	1	3,3	1	2,2	0	0,0	1	5,0
Voluntariado	1	3,4	1	4,0	4	13,3	1	2,2	0	0,0	4	20,0
Outro	3	10,3	0	0,0	2	6,7	2	4,3	0	0,0	0	0,0

Na análise, como verificado no gráfico 1, os temas que predominam no noticiário sobre saúde, são “Políticas Públicas”, “Infraestrutura” e “Estilo de Vida”. Quando aplicamos o teste exato de Fisher (F), notamos que a percentagem desses temas é superior para Portugal, seguido por São Tomé e Príncipe e Brasil. O segundo tema que teve o mais número de notícias relacionados foi “Infraestrutura”, com percentagem

maior para Moçambique, seguido por Portugal e Angola. Na categoria “Estilo de Vida”, o percentual de notícias é maior em Cabo Verde, seguido de Brasil e São Tomé e Príncipe. Na comparação entre os temas abordados pelos países, de forma geral, quando aplicado o teste de Fisher (F) as diferenças entre países são significativas ( $F=130,9$ ;  $p<0,001$ ).

### 6.1.2 Formatos jornalísticos utilizados

A relevância de um tema no jornalismo também pode ser medida pelo formato no qual o assunto é produzido. Quanto mais tempo de transmissão, maior é a sua importância. Neste sentido, analisamos quais os formatos mais utilizados na cobertura de temas sobre saúde, pois o tempo da produção varia de acordo com formato adotado. Vale ressaltar que, em alguns casos, o formato pode ter sofrido influência de fatores externos como falta de tempo, fontes, ou outros, que justificam a necessidade de formatos mais simples e com menos tempo de duração. Nas notícias analisadas, constatou-se as seguintes informações sobre os formatos (tabela 10):

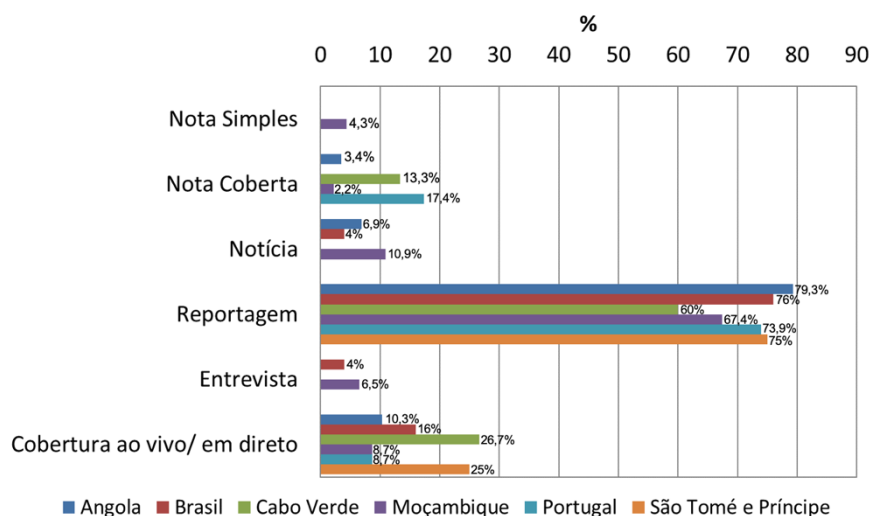
**Tabela 10: Formato**

	N	%
Nota Simples	2	1,2
Nota Coberta	10	5,8
Notícia	8	4,6
Reportagem	123	71,1
Entrevista	4	2,3
Cobertura ao vivo/ em direto	26	15,0
Total	173	100,0

Na amostra, relativamente ao formato das notícias, 71,1% foram no formato de “Reportagem”, 15,0% no formato de “Cobertura ao vivo/ em direto”, 5,8% de “Nota Coberta”, 4,6% de “Notícia”, 2,3% de “Entrevista” e 1,2% de “Nota Simples”.

Quando observados os formatos mais e menos utilizados por cada um dos seis países, o gráfico 8 nos mostra que a reportagem é, de fato, o formato predominante das produções jornalísticas televisivas.

**Gráfico 8: Relação entre o Formato da notícia com o País**



Para compreender a relação entre os formatos dos produtos jornalísticos dos países pesquisados, utilizamos o teste de Fisher (F) conforme a tabela 11:

**Tabela 11: Relação entre o Formato da notícia com o País**

3. Formato	País											
	Angola (N=29)		Brasil (N=25)		Cabo Verde (N=30)		Moçambique (N=46)		Portugal (N=23)		São Tomé e Príncipe (N=20)	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Nota Simples	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	4,3	0	0,0	0	0,0
Nota Coberta	1	3,4	0	0,0	4	13,3	1	2,2	4	17,4	0	0,0
Notícia	2	6,9	1	4,0	0	0,0	5	10,9	0	0,0	0	0,0
Reportagem	23	79,3	19	76,0	18	60,0	31	67,4	17	73,9	15	75,0
Entrevista	0	0,0	1	4,0	0	0,0	3	6,5	0	0,0	0	0,0
Cobertura ao vivo/ em direto	3	10,3	4	16,0	8	26,7	4	8,7	2	8,7	5	25,0

$p \leq 0,05$

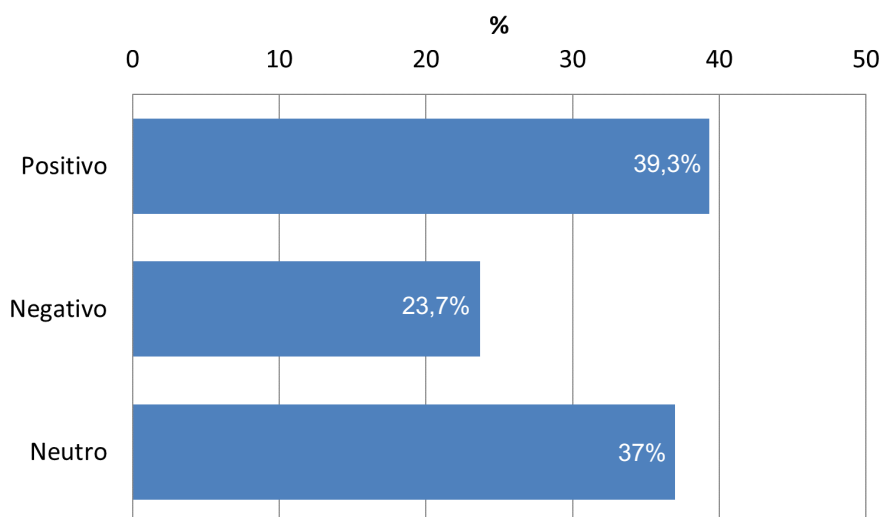
Na amostra verificamos que o formato mais utilizado pelos países, de forma geral e individual, é a “Reportagem”, considerada um dos gêneros jornalísticos mais completo na maneira de apresentar as informações. Ao observarmos individualmente cada país, em todos os casos a categoria “Reportagem” é igual ou superior aos 60%, quando aplicamos o teste exato de Fisher (F) o resultado aponta que as diferenças entre países não são estatisticamente significativas (F=29,08; p=0,066).

### 6.1.3 Enquadramento

Nesta seção, analisamos o tom da abordagem utilizado nas notícias sobre saúde, categorizando-as como positivas, negativas ou neutras. A tonalidade positiva indica que

a notícia apresenta o assunto de forma favorável, enquanto a negativa destaca aspectos desfavoráveis. A tonalidade neutra caracteriza-se por uma abordagem objetiva e equilibrada.

**Gráfico 9: Enquadramento**



Os resultados da análise indicam uma leve predominância de notícias com enquadramento positivo (39,3%) em relação às notícias com enquadramento negativo (23,7%). No entanto, é importante ressaltar que uma parcela considerável das notícias (37%) adotou um tom neutro. Essa distribuição sugere que a cobertura noticiosa sobre o tema apresenta uma diversidade de perspectivas.

Quando observado o enquadramento predominante em cada país, notam-se diferenças consideráveis. Ao aplicarmos o teste de Fisher, a relação entre as tonalidades utilizadas e os países demonstram estatisticamente as particularidades de cada um:

**Tabela 12: Relação entre o Enquadramento da notícia com o País**

	País											
	Angola (N=29)		Brasil (N=25)		Cabo Verde (N=30)		Moçambi que (N=46)		Portugal (N=23)		São Tomé e Príncipe (N=20)	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
4. Enquadramento												
Positivo	19	65,5	2	8,0	12	40,0	21	45,7	1	4,3	13	65,0
Negativo	3	10,3	6	24,0	9	30,0	11	23,9	11	47,8	1	5,0
Neutro	7	24,1	17	68,0	9	30,0	14	30,4	11	47,8	6	30,0

$p \leq 0,05$

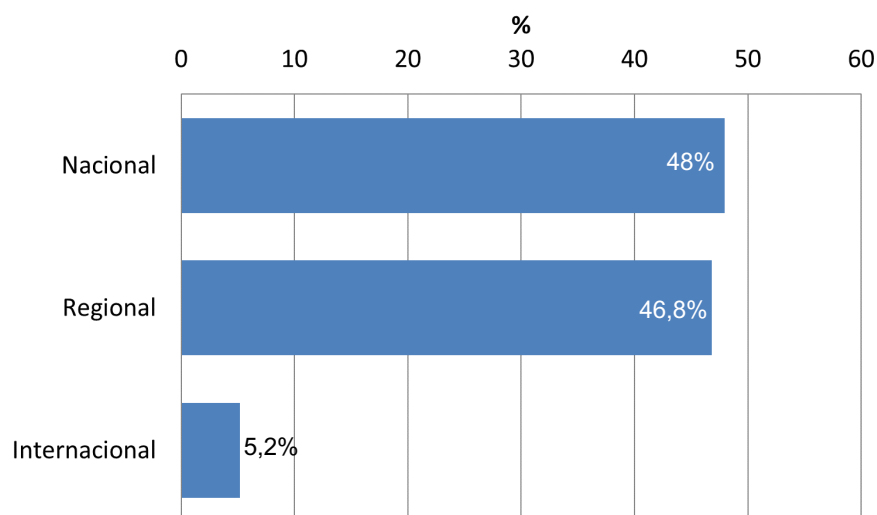
O enquadramento entre o “Neutro” e o “Positivo” predomina as coberturas em 5 dos 6 países com mais de 70%. Em Portugal, os enquadramentos “Negativo” e “Neutro” são os que mais aparecem, enquanto em Angola e São Tomé e Príncipe os

enquadramentos “Positivo” chega aos 65% das peças analisadas, no Brasil o tom “Neutro” se destaca com um percentual de 68%. Quando aplicamos o teste exato de Fisher (F) verificamos que as diferenças entre países são significativas ( $F=45,428$ ;  $p<0,001$ ).

### 6.1.4 Território

A localização geográfica dos eventos noticiados pode revelar muito sobre as prioridades e os interesses dos veículos de comunicação, bem como sobre as preocupações da população. A análise da distribuição geográfica das notícias sobre saúde permite identificar quais temas e regiões recebem maior atenção da mídia. Os resultados dessa análise serão apresentados a seguir:

**Gráfico 10: Território**



A análise da cobertura noticiosa sobre saúde revelou uma predominância de produções jornalísticas com foco em acontecimentos nacionais (48%) e regionais (46,8%). Apenas 5,2% das notícias abordaram temas de âmbito internacional. Esses dados indicam que os veículos de comunicação priorizam a cobertura de questões de saúde que afetam diretamente o público local e nacional. Quando aplicamos o teste exato de Fisher (F) sobre a relação entre a localização dos acontecimentos e os países que demonstram estatisticamente aspectos importantes de cada um, temos os seguintes resultados:

**Tabela 13: Relação território do acontecimento e país**

	País											
	Angola (N=29)		Brasil (N=25)		Cabo Verde (N=30)		Moçambi que (N=46)		Portugal (N=23)		São Tomé e Príncipe (N=20)	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
5. Território												
Nacional	10	34,5	18	72,0	10	33,3	20	43,5	16	69,6	9	45,0
Regional	15	51,7	7	28,0	20	66,7	23	50,0	5	21,7	11	55,0
Internacional	4	13,8	0	0,0	0	0,0	3	6,5	2	8,7	0	0,0

$F=22,625$   
 $p=0,004^{**}$

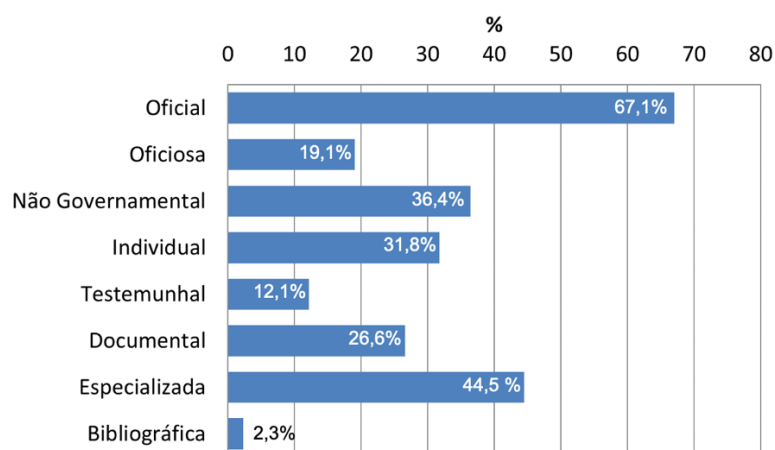
$p \leq 0,05$

O percentual de território “Nacional” é superior para Brasil e Portugal, países de tamanhos muito diferentes, e inferior para Angola e Cabo Verde. Já quando observamos a categoria “Regional”, notamos que é superior para Cabo Verde e inferior para Portugal, seguido de Brasil. A percentagem da categoria “Internacional” é superior para Moçambique e Portugal. Dessa forma, as diferenças entre países são significativas, de acordo com o teste de Fisher ( $F=22,625$ ;  $p=0,004$ ).

### 6.1.5 Fontes

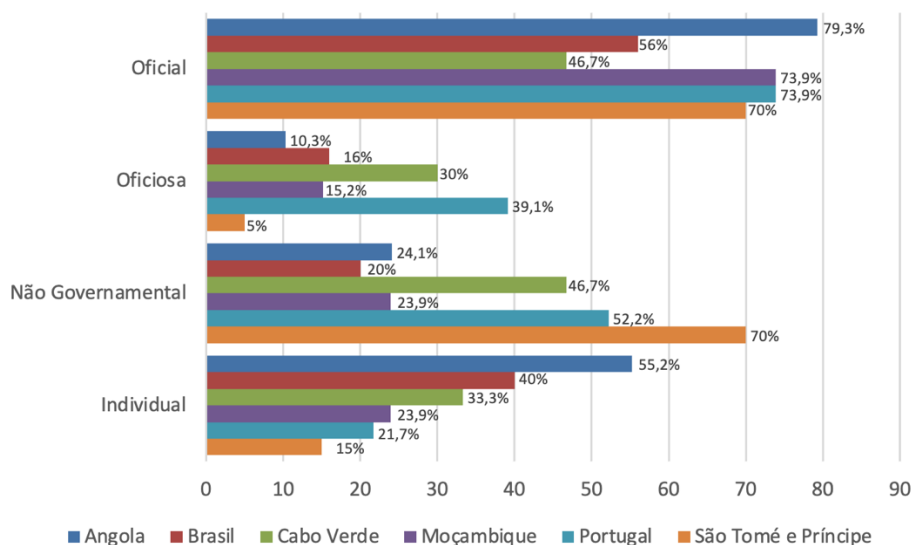
Conforme Araújo e Lopes (2014), o processo de construção da agenda midiática é o primeiro nível de desenvolvimento da notícia e se relaciona, entre outros elementos, com determinação das fontes. Ao analisar a diversidade de fontes utilizadas na cobertura noticiosa sobre o tema, este estudo busca identificar quais tipos de fontes são consultados com maior frequência pelos jornalistas e como essa escolha pode impactar a forma como as informações são apresentadas ao público. Para tanto, as fontes foram classificadas em nove categorias, abrangendo desde fontes oficiais até fontes individuais. A seguir, serão apresentados os resultados dessa análise, os quais permitem compreender a importância relativa de cada tipo de fonte na construção da narrativa sobre a saúde.

**Gráfico 11: Fontes**

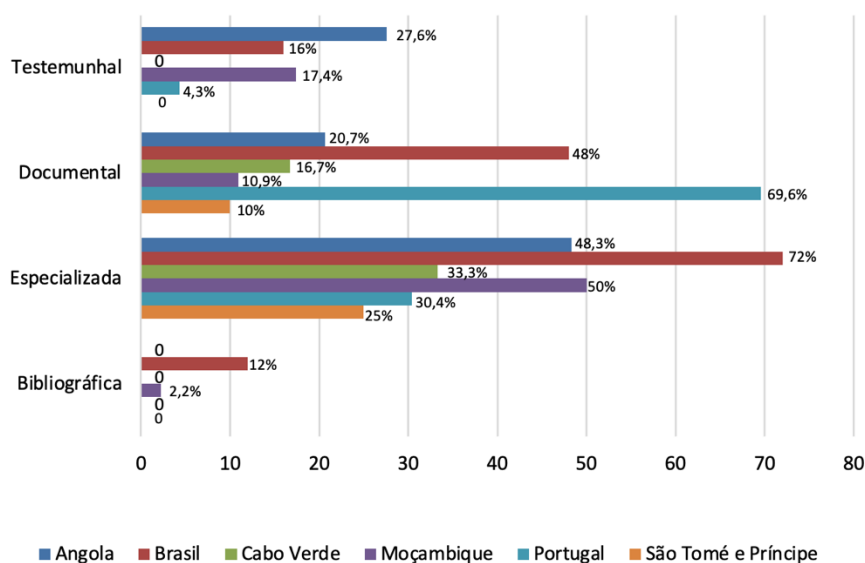


A análise revela predomínio das fontes “Oficiais” (67,1%) na cobertura noticiosa sobre saúde, seguida pelas fontes “Não Governamentais” (36,4%), “Especializadas” (44,5%) e “Individuais” (31,8%). Ao observarmos os países de forma individual, a distribuição das fontes de informação mais usadas aparece da seguinte forma:

**Gráfico 12.1: Relação entre as fontes utilizadas nas notícias com o País**



**Gráfico 12.2: Relação entre as fontes utilizadas nas notícias com o País**



Com a aplicação do teste de Fisher (F) é possível analisar a relação entre as fontes de informação mais utilizadas em cada país e ainda verificarmos se as semelhanças são significativas:

**Tabela 14: Relação entre as fontes utilizadas nas notícias com o País**

Fontes	País												F	p
	Angola		Brasil		Cabo Verde		Moçambique		Portugal		São Tomé e Príncipe			
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%		
Oficial	23	79,3	14	56,0	14	46,7	34	73,9	17	73,9	14	70,0	10,083	0,068
Oficiosa	3	10,3	4	16,0	9	30,0	7	15,2	9	39,1	1	5,0	11,780	* 0,033
Não Governamental	7	24,1	5	20,0	14	46,7	11	23,9	12	52,2	14	70,0	20,833	** 0,001
Individual	16	55,2	10	40,0	10	33,3	11	23,9	5	21,7	3	15,0	12,489	* 0,028
Testemunhal	8	27,6	4	16,0	0	0,0	8	17,4	1	4,3	0	0,0	15,890	** 0,003
Documental	6	20,7	12	48,0	5	16,7	5	10,9	16	69,6	2	10,0	34,824	*** 0,000
Especializada	14	48,3	18	72,0	10	33,3	23	50,0	7	30,4	5	25,0	14,620	* 0,011
Bibliográfica	0	0,0	3	12,0	0	0,0	1	2,2	0	0,0	0	0,0	6,630	0,052

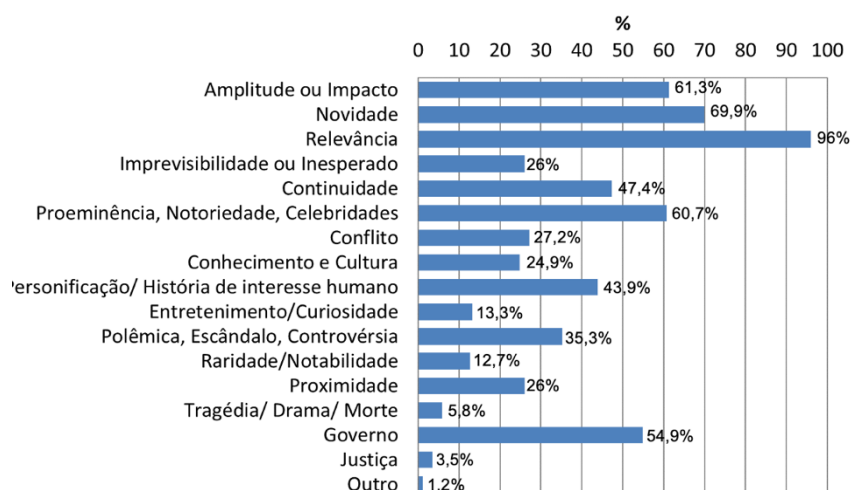
$p \leq 0,05$

De acordo com os resultados do teste, as diferenças entre países não são significativas em apenas duas categorias: “Oficial” (F=10,083; p=0,068) e “Bibliográfica” (F=6,630; p=0,052). Nas demais categorias, as diferenças são significativas, com percentagem de fonte “Oficiosa” superior para Portugal, e “Não Governamental” superior para São Tomé e Príncipe em relação aos outros países; já o percentual das categorias fonte “Individual” e “Testemunhal” é superior para Angola, enquanto a fonte do tipo “Documental” aparece com mais frequência em Portugal do que nos demais países e a fonte “Especializada” é mais utilizada no Brasil.

### 6.1.6 Critérios de noticiabilidade: valor-notícia

Como vimos anteriormente, a produção de notícias no geral é moldada por uma complexa interação de fatores, entre eles os critérios de noticiabilidade. A presente análise busca identificar e hierarquizar os valores-notícia mais utilizados na seleção e construção de notícias sobre saúde. Para tanto, categorizamos as notícias de acordo com critérios como “Amplitude”, “Novidade”, “Relevância”, entre outros. A compreensão dos valores-notícia predominantes permite desvelar os mecanismos que orientam a produção de notícias sobre saúde e as consequências dessa seleção para a construção do debate público. No gráfico abaixo podemos observar os valores-notícia mais utilizados de forma geral:

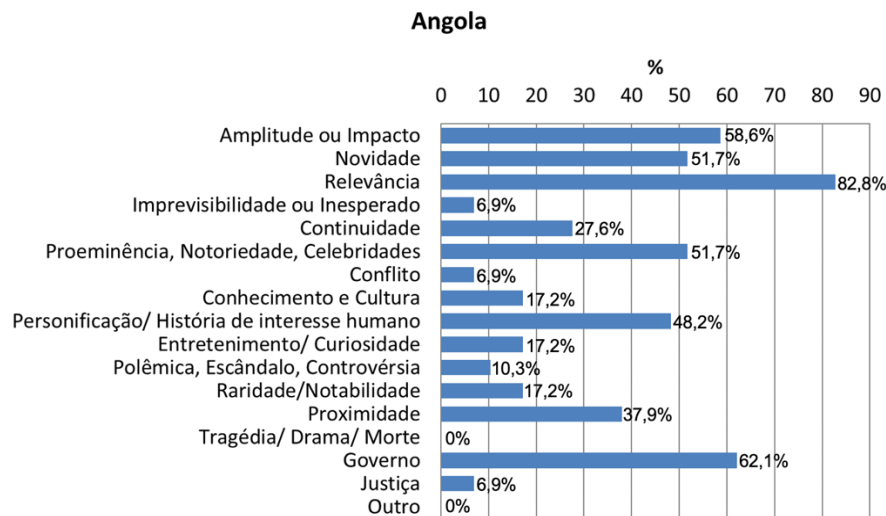
**Gráfico 13: Valores-notícia**



Na análise sobre os valores-notícia, verificamos que a categoria “Relevância” foi a mais frequente entre as emissoras públicas de países de expressão oficial portuguesa, com 96%, seguida pelo valor “Novidade”, com 69,9%, e “Amplitude ou Impacto”, com 61,3%. Ainda podemos sublinhar, pela pequena margem de diferença, o quarto valor-notícia mais frequente, o de “Proeminência, Notoriedade, Celebridade”, com 60,7%.

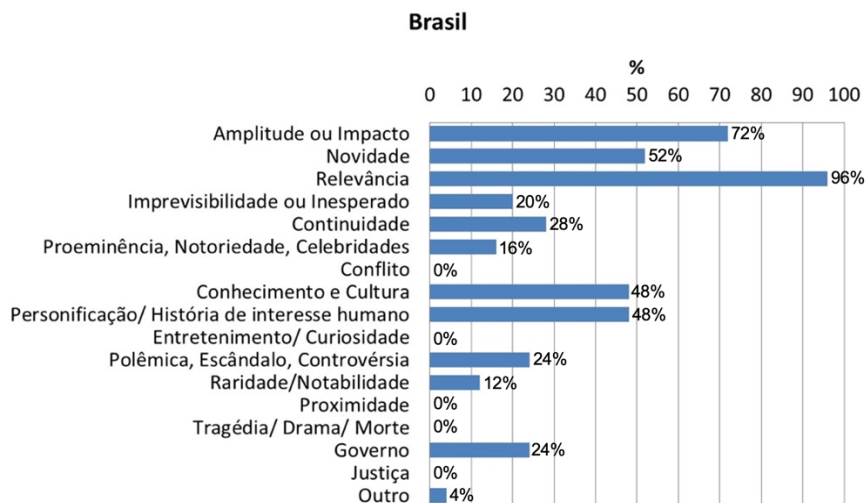
Os resultados das percentagens de cada característica das notícias também podem ser apresentados para cada país, como ilustrados nos gráficos seguintes.

**Gráfico 14: Valores-notícia em Angola**



Através da análise dos valores-notícia de forma categorial, e a considerar que quanto mais valores-notícia atender, maiores são as chances de um acontecimento ser transformado em produto jornalístico, é possível verificar que as categorias que mais aparecem nos objetos analisados são a “Relevância” do assunto (82,8%), temáticas relacionadas ao “Governo” (62,1%), e a “Amplitude” do fato (58,6%). Também julgamos importante ressaltar que as categorias menos frequentes nas notícias produzidas pela TPA são as que envolvem “Tragédia” (0%), “Imprevisibilidade” e “Conflito”, ambas presentes em apenas 6,9% dos temas abordados.

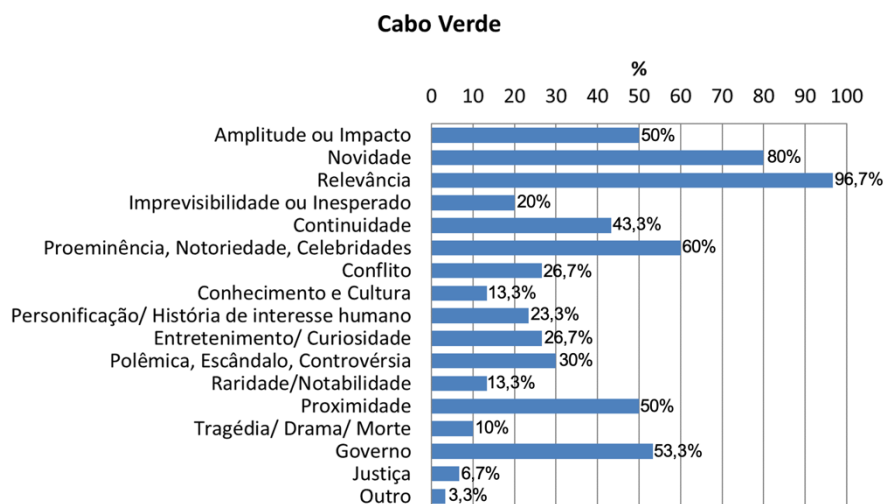
**Gráfico 15: Valores-notícia no Brasil**



No Brasil, o estudo dos valores-notícia, que são mais considerados pela TV Brasil, revelou uma predominância das categorias “Relevância” (96%), fatos que afetam diretamente a vida das pessoas, “Amplitude” (72%), ou seja, um grande número de sujeitos envolvidos direta ou indiretamente pelo acontecimento, e “Novidade” (52%),

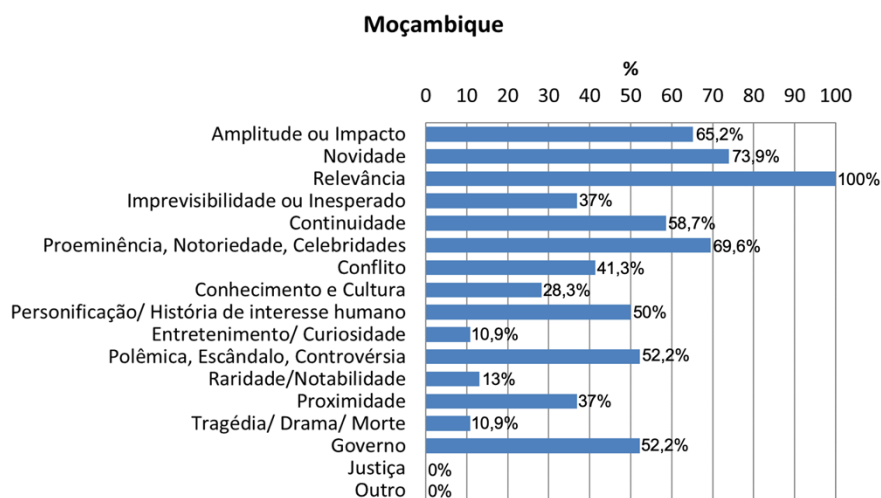
quando o fato é inédito ou apresenta algo novo em relação a um acontecimento anterior. Todavia, não foi observada a presença de cinco valores-notícia na análise dos objetos, que se enquadram nas categorias “Conflito”, “Entretenimento”, “Proximidade”, “Tragédia” e “Justiça”.

**Gráfico 16: Valores-notícia em Cabo Verde**



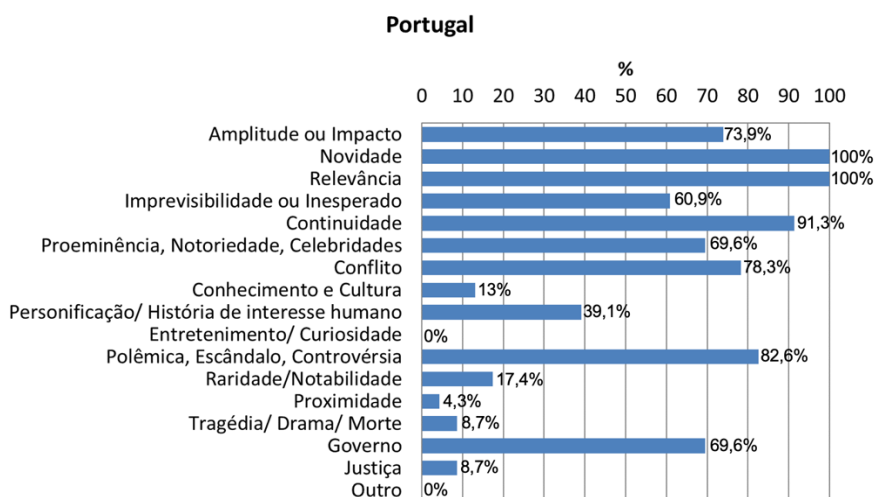
Em Cabo Verde, a análise categorial permitiu que fosse possível observar seis valores-notícia que aparecem com uma frequência superior a 50%. Destacamos que as três categorias que mais aparecem nos objetos estudados são a “Relevância” (96,7%), a “Novidade” (80%) e a “Proeminência” (60%). Em contrapartida, é notável que os valores-notícia menos utilizados encontram-se nas categorias “Justiça” (6,7%), “Tragédia” (10%), “Raridade” e “Conhecimento” (13,3%).

**Gráfico 17: Valores-notícia em Moçambique**



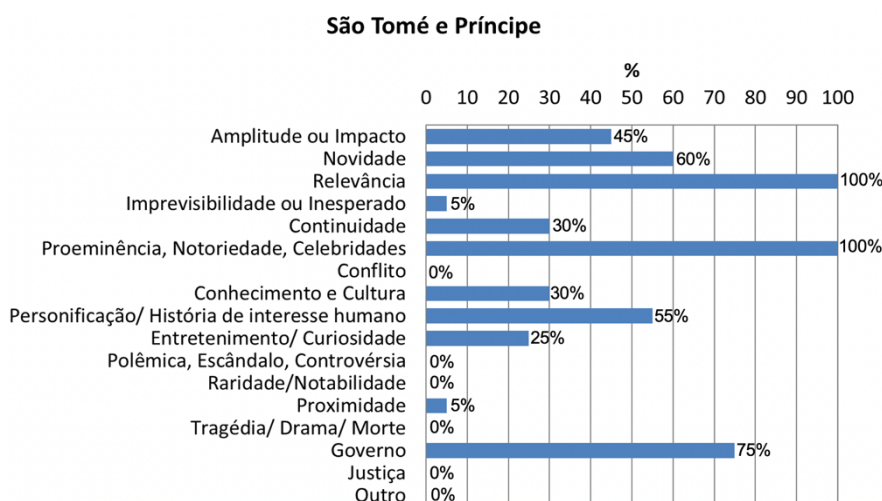
A análise dos valores-notícia utilizados pela TVM na cobertura de temas sobre saúde revela uma priorização das categorias “Relevância”, com 100%, seguida por “Novidade”, com 73,9%, “Proeminência”, com 69,6%, e “Amplitude”, com 65,2%.

**Gráfico 18: Valores-notícia em Portugal**



Na análise das notícias transmitidas pela RTP1, averiguamos que nove dos 16 valores-notícia aparecem em mais de 50% das produções. Convém destacarmos que as categorias “Novidade” e “Relevância” estão presentes em 100% das notícias, produções que levam a necessidade de ter “Continuidade” surgem em 91,3% dos casos. Também é possível observar que acontecimentos que apelam para a “Tragédia” (8,7%), “Justiça” (8,7%) e “Entretenimento” (0%), praticamente não recebem tanta atenção na cobertura jornalística sobre saúde.

**Gráfico 19: Valores-notícia em São Tomé e Príncipe**



A análise dos valores-notícia utilizados pela Televisão de São Tomé e Príncipe na cobertura de saúde permite identificar algumas particularidades em relação a outros

contextos: a alta incidência das categorias “Relevância” e “Proeminência”, ambas com 100%, seguidas pelo valor “Governo”, com 75%, enquanto há ausência dos valores-notícia “Polêmica”, “Raridade” e “Conflito”. Ao aplicarmos o teste de Fisher (F), conseguimos verificar estatisticamente as diferenças e semelhanças através da relação entre os valores-notícia e de que forma são usados em cada país:

**Tabela 15: Relação entre os valores-notícia com cada país**

	País												F	p
	Angola (N=29)		Brasil (N=25)		Cabo Verde (N=30)		Moçambi que (N=46)		Portugal (N=23)		São Tomé e Príncipe (N=20)			
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%		
7. Valores-notícia														
Amplitude	17	58,6	18	72,0	15	50,0	30	65,2	17	73,9	9	45,0	6,8	0,226
Novidade	15	51,7	13	52,0	24	80,0	34	73,9	23	100,0	12	60,0	230,8	*** 0,000
Relevância	24	82,8	25	100,0	29	96,7	46	100,0	23	100,0	20	100,0	100,5	** 0,006
Imprevisibilidade	2	6,9	5	20,0	6	20,0	17	37,0	14	60,9	1	5,0	270,3	*** 0,000
Continuidade	8	27,6	7	28,0	13	43,3	27	58,7	21	91,3	6	30,0	320,5	*** 0,000
Proeminência,	15	51,7	4	16,0	18	60,0	32	69,6	16	69,6	20	100,0	400,5	*** 0,000
Conflito	2	6,9	0	0,0	8	26,7	19	41,3	18	78,3	0	0,0	581,0	*** 0,000
Conhecimento	5	17,2	12	48,0	4	13,3	13	28,3	3	13,0	6	30,0	110,6	* 0,031
Personificação	14	48,3	12	48,0	7	23,3	23	50,0	9	39,1	11	55,0	70,6	0,173
Entretenimento	5	17,2	0	0,0	8	26,7	5	10,9	0	0,0	5	25,0	150,5	** 0,004
Polêmica,	3	10,3	6	24,0	9	30,0	24	52,2	19	82,6	0	0,0	510,4	*** 0,000
Raridade	5	17,2	3	12,0	4	13,3	6	13,0	4	17,4	0	0,0	40,5	0,474
Proximidade	11	37,9	0	0,0	15	50,0	17	37,0	1	4,3	1	5,0	360,1	*** 0,000
Tragédia	0	0,0	0	0,0	3	10,0	5	10,9	2	8,7	0	0,0	60,9	0,130
Governo	18	62,1	6	24,0	16	53,3	24	52,2	16	69,6	15	75,0	150,6	** 0,008
Justiça	2	6,9	0	0,0	2	6,7	0	0,0	2	8,7	0	0,0	60,3	0,117
Outro	0	0,0	1	4,0	1	3,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0	40,4	0,480

$p \leq 0,05$

\*\*  $p \leq 0,01$  \*\*\*  $p \leq 0,001$

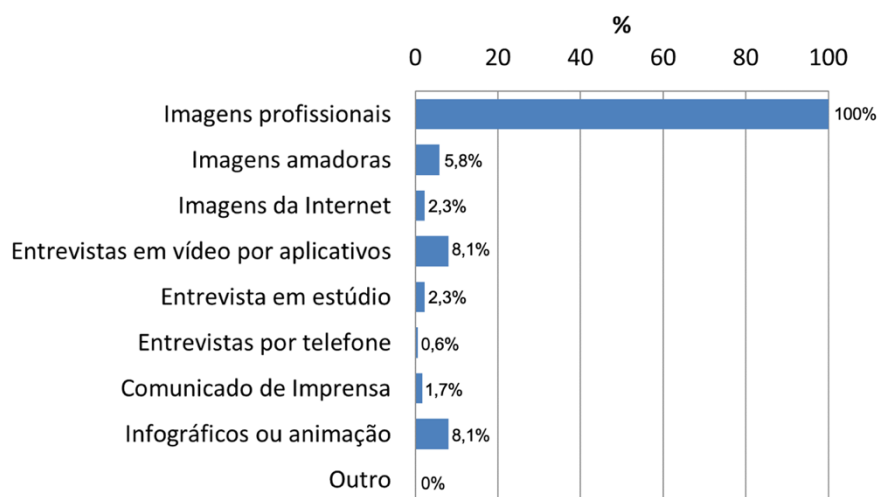
Na tabela acima, o resultado do teste de Fisher (F) mostra que apenas nas categorias, que representam valores-notícia, “Amplitude” (F=6,8; p=0,226), “Personificação” (F=70,6; p=0,173), “Raridade” (F=0,40; p=0,474), “Tragédia” (F=60,9; p=0,130) e “Justiça” (F=60,3; p=0,117) não há evidência estatística suficiente para afirmar que existe uma diferença significativa. Nas demais categorias, como “Novidade” (F=230,8; p=0,000), “Relevância” (F=100,5; p=0,006) e “Imprevisibilidade” (F=270,3; p=0,000), foram encontradas diferenças significativas, algumas com divergências mais acentuadas que outras. Esses resultados corroboram a hipótese de que os valores-notícia

são constructos culturais, moldados por fatores históricos, sociais e políticos específicos de cada contexto.

### 6.1.7 Material de apoio utilizado na produção das notícias

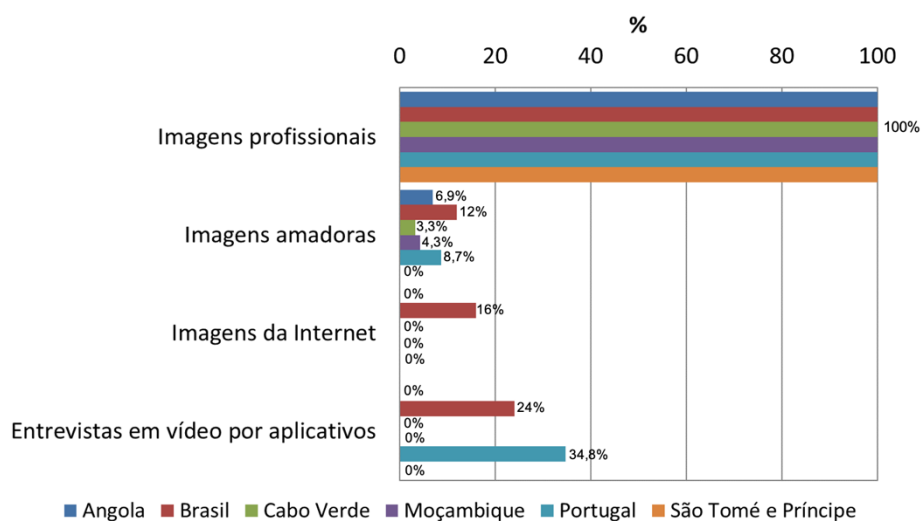
A seleção dos acontecimentos que podem ser transformados em produtos jornalísticos envolve também a seleção e a organização de elementos visuais e sonoros que complementam a narrativa. Como referenciamos no capítulo 3 dessa pesquisa, a televisão exige a presença de determinados elementos que são a essência da sua produção. O que chamamos aqui de material de apoio refere-se às imagens, entrevistas e infográficos, que desempenham um papel crucial nesse processo, influenciando não apenas a seleção dos fatos, mas também a forma como as notícias são apresentadas. Nesse subcapítulo, analisaremos como ocorre o uso dos materiais de apoio na produção de notícias sobre saúde em países de língua oficial portuguesa. No gráfico abaixo, com base nas categorias criadas para análise, observamos a frequência dos materiais de apoio utilizados:

**Gráfico 20: Materiais de apoio usados nas notícias**

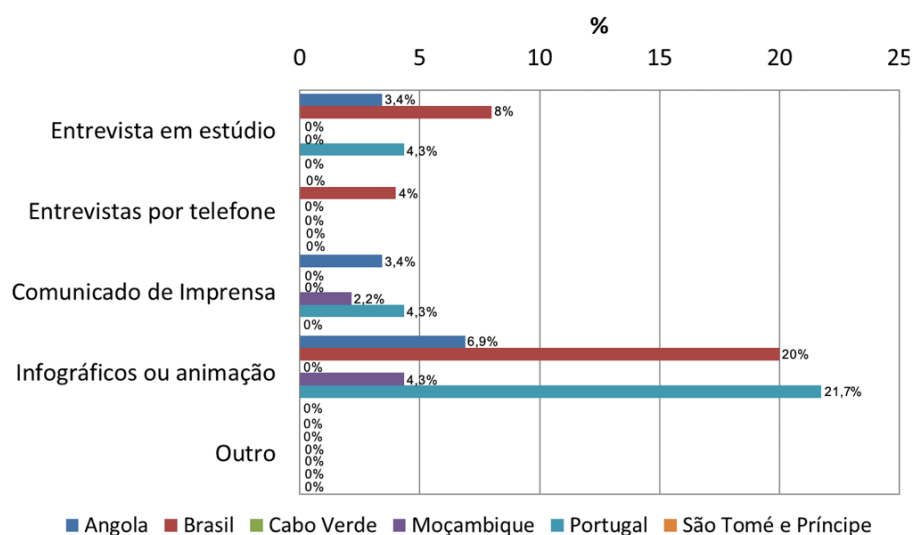


Na amostra de 173 notícias analisadas, verificamos que 100% das produções fazem uso das “Imagens Profissionais”, ou seja, vídeos captados por profissionais das emissoras de televisão ou contratados à parte. Para complementar a informação que foi passada, algumas emissoras também contaram com “Infográficos ou animação” e “Entrevistas em vídeo por programas ou aplicativos/aplicações de videochamadas”, ambos com 8,1%. Por outro lado, os demais materiais de apoio, que avaliamos nesse estudo, não atingiram sequer a marca dos 6%. Quando analisamos os materiais de apoio de acordo com cada país, o resultado pode ser visto nos gráficos a seguir:

**Gráfico 21.1: Relação entre o material de apoio às notícias com o país**



**Gráfico 21.2: Relação entre o material de apoio às notícias com o país**



Na amostra, o material de apoio “Imagens profissionais” é o mais utilizado (100%) por todas as emissoras de televisão dos territórios avaliados. Depois dessa categoria, verificamos que as “Entrevistas em videochamada” e os “Infográficos ou Animações” estão entre as três alternativas de apoio mais utilizadas, embora com percentual muito menos, ambos com 8,1%, e aparece em quatro das seis emissoras. Embora, de forma geral, todas as categorias tenham algum percentual de uso, as “Entrevistas por Telefone” (0,6%) e a leitura dos “Comunicados de Imprensa” (1,7%) não chegam aos 2% e se quer aparecem em todas as emissoras.

Quando aplicamos o teste de Fisher é possível analisar estatisticamente a relação entre os materiais de apoio e os países onde são adotados.

**Tabela 16: Relação entre o material de apoio às notícias com o país**

	País												F	p
	Angola (N=29)		Brasil (N=25)		Cabo Verde (N=30)		Moçambi que (N=46)		Portugal (N=23)		São Tomé e Príncipe (N=20)			
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%		
8. Material de Apoio														
Imagens profissionais	29	100,0	25	100,0	30	100,0	46	100,0	23	100,0	20	100,0		
Imagens amadoras	2	6,9	3	12,0	1	3,3	2	4,3	2	8,7	0	0,0	30,6	0,596
Imagens da Internet	0	0,0	4	16,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	100,9	** 0,001
Entrevistas em vídeo por aplicativos	0	0,0	6	24,0	0	0,0	0	0,0	8	34,8	0	0,0	310,5	*** 0,000
Entrevista em estúdio	1	3,4	2	8,0	0	0,0	0	0,0	1	4,3	0	0,0	50,4	0,166
Entrevistas por telefone	0	0,0	1	4,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	50,7	0,390
Comunicado de Imprensa	1	3,4	0	0,0	0	0,0	1	2,2	1	4,3	0	0,0	30,0	0,803
Infográficos ou animação	2	6,9	5	20,0	0	0,0	2	4,3	5	21,7	0	0,0	130,3	** 0,005
Outro	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0		

$p \leq 0,05$

\*\*  $p \leq 0,01$  \*\*\*  $p \leq 0,001$

Na amostra, o material de apoio “Imagens profissionais” observa-se para todas as notícias e todos os países, não há diferenças entre países. Todavia, cabe destacar que o percentual de quase todas as outras categorias é maior para o Brasil, com exceção de “Entrevistas por aplicativo de videochamada”, “Comunicado de Imprensa” e “Infográficos e Animações” as quais são maiores para Portugal, mas logo seguido pelo Brasil. A considerar que para haver diferença significativa entre os países, o valor de  $p \leq 0,05$ , apenas as categorias “Imagens da Internet” ( $F=100,9$ ;  $p=0,001$ ), “Entrevistas por aplicativos de videochamada” ( $F=310,5$ ;  $p<0,001$ ) e “Infográficos e Animações” ( $F=130,3$ ;  $p=0,005$ ) não possuem diferenças significativas entre os objetos de análise.

### 6.1.8: Relação entre os temas e os valores-notícia

A construção da agenda noticiosa sobre saúde é um processo ativo e seletivo, no qual os valores-notícia desempenham um papel orientador. Ao analisar a relação entre os temas mais abordados nos produtos jornalísticos sobre saúde e os valores-notícia que norteiam a seleção e a construção dessas notícias, este estudo busca compreender como a mídia contribui para a construção da agenda pública sobre saúde. Através da análise de um corpus de notícias, pretende-se identificar os valores-notícia mais frequentemente associados a cada tema. Partimos de uma verificação de nível macro, para depois focarmos nas especificidades de cada país de língua oficial portuguesa. Usamos o teste

de Fisher para verificar a interseção entre tema e valor-notícia. Optamos por dividir a tabela em três partes para melhor visualização dos dados.

**Tabela 17.1: Relação entre o Tema Principal da notícia com os valores-notícia**

2. Tema Principal	N	7. Valor-notícia					
		Amplitude	Novidade	Relevância	Imprevisibilidade	Continuidade	Proeminência
Doenças Comuns	5	100,0	0,0	100,0	0,0	40,0	0,0
Surtos, endemias, epidemias	5	80,0	80,0	100,0	0,0	80,0	20,0
Doenças Raras	1	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Doenças Novas	4	25,0	75,0	75,0	100,0	100,0	0,0
Medicação	2	100,0	0,0	100,0	0,0	0,0	50,0
Descobertas Científicas	9	44,4	88,9	100,0	33,3	0,0	44,4
Custos e Investimentos	9	44,4	33,3	77,8	0,0	44,4	66,7
Políticas Públicas	35	77,1	62,9	100,0	11,4	62,9	80,0
Infraestrutura	23	69,6	100,0	95,7	65,2	78,3	56,5
Parcerias e Acordos	7	14,3	57,1	100,0	0,0	28,6	100,0
Reivindicações	20	80,0	90,0	100,0	45,0	90,0	75,0
Estilo de Vida	21	38,1	66,7	100,0	9,5	9,5	47,6
Tratamento	9	88,9	55,6	100,0	22,2	33,3	44,4
Profissionais	5	40,0	60,0	80,0	0,0	0,0	80,0
Voluntariado	11	63,6	63,6	100,0	0,0	9,1	72,7
Outro	7	14,3	85,7	85,7	85,7	28,6	42,9
F		38,143	42,378	25,324	60,140	72,062	35,314
p		*** 0,000	*** 0,000	** 0,003	*** 0,000	*** 0,000	** 0,001

$p \leq 0,05$

\*\*  $p \leq 0,01$  \*\*\*  $p \leq 0,001$

Na tabela 17.1, onde consta um grupo com seis primeiros valores-notícia, podemos verificar que a categoria “Amplitude” apresenta um percentual de frequência igual ou superior a 80% em seis temáticas. São elas: “Doenças Comuns”, “Surtos, endemias, epidemias e pandemias”, “Medicação”, “Reivindicações” e “Tratamento”. De acordo com o teste de Fisher, a diferença na presença desse valor-notícia é significativa entre os temas ( $F=38,143$ ;  $p<0,001$ ).

O valor-notícia “Novidade”, por sua vez, possui um percentual de utilização igual ou superior aos 80% em cinco temáticas, sendo elas “Surtos, endemias, epidemias e pandemias”, “Doenças Raras”, “Descobertas Científicas”, “Infraestrutura” e “Reivindicações”. Também é de referir que na categoria “Outro”, na qual a temática do objeto se enquadrava quando não correspondia à descrição das categorias anteriores, o percentual do valor “Novidade” superou os 85%. Conforme o resultado do teste de Fisher, as diferenças na presença do valor-notícia são significativas ( $F=42,378$ ;  $p<0,001$ ).

A categoria “Relevância” é a mais utilizada entre os valores-notícia. Na tabela acima, nota-se que o percentual de frequência no qual aparece supera é igual ou superior aos 80% em 13 dos 16 temas, chegando aos 100% em 11 deles. Mesmo nas categorias nas quais aparece com menor percentual, como “Doenças Novas” e “Custos e Investimentos”, os valores são superiores aos 70%. Segundo o resultado obtido através do teste de Fisher, as diferenças são significativas ( $F=25,324$ ;  $p=0,003$ ).



Na análise realizada, observa-se que o valor-notícia “Conhecimento e Cultura” surge com maior frequência, acima de 70%, nas temáticas relacionadas às categorias “Medicação” e “Descobertas Científicas” e “Estilo de Vida”. Em contrapartida, não ultrapassa os 40% nos demais valores-notícia. O resultado do teste de Fisher (F) mostra que a diferença é significativa ( $F=72,821$ ;  $p<0,001$ ).

O valor-notícia “Personificação ou História de Interesse Humano”, pelo que se pode observar, é utilizado mais vezes, com percentual acima de 80%, nas temáticas “Doenças Comuns” e “Doenças Raras” e “Políticas e Acordos”. Por outro lado, é menos frequente para temas como “Surtos, endemias, epidemias e pandemias” e “Medicação”, onde se pode apontar que as diferenças são significativas ( $F=33,105$ ;  $p<0,001$ ).

A categoria que representa o valor-notícia “Entretenimento ou Curiosidade” é observada com maior regularidade apenas em três temas “Profissionais” (60%), “Estilo de Vida” (52,4%) e “Voluntariado” (45,5%). Para os demais temas, como mostra a tabela, a utilização do valor-notícia é quase zero, o que resulta em diferenças significativas para o teste de Fisher ( $F=43,859$ ;  $p<0,001$ ).

A tabela 17.2 mostra que a categoria “Polêmica, Escândalo ou Controvérsia” tem um percentual de utilização de 100% nos temas “Doenças Novas”, “Medicação” e “Reivindicações”, enquanto nas demais temáticas o percentual chega no máximo aos 60,2%. De acordo com o teste de Fisher (F), essas diferenças são significativas ( $F=92,041$ ;  $p<0,001$ ).

O valor-notícia “Raridade ou Notabilidade” tem um percentual de utilização de 100% nos temas que envolvem “Doenças Raras” e “Doenças Novas”. Porém, é observada uma frequência menor quando as temáticas são “Doenças Comuns”, “Surtos, Endemias, Epidemias, Pandemias”, “Medicação”, “Políticas Públicas”, entre outras em que o percentual é de 0%. Com essas informações, o teste de Fisher (F) apontou que as diferenças são significativas ( $F=57,047$ ;  $p<0,001$ ).

**Tabelas 17.3: Relação entre o Tema Principal da notícia com os valores-notícia**

	N	7. Valor-notícia				
		Proximidade	Tragédia	Governo	Justiça	Outro
2. Tema Principal						
Doenças Comuns	5	40,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Surtos, endemias, epidemias	5	60,0	0,0	40,0	0,0	20,0
Doenças Raras	1	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0
Doenças Novas	4	0,0	25,0	0,0	0,0	0,0
Medicação	2	100,0	0,0	50,0	0,0	0,0
Descobertas Científicas	9	11,1	0,0	44,4	0,0	0,0
Custos e Investimentos	9	0,0	0,0	66,7	0,0	0,0
Políticas Públicas	35	14,3	0,0	91,4	0,0	0,0
Infraestrutura	23	73,9	8,7	39,1	8,7	0,0
Parcerias e Acordos	7	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0
Reivindicações	20	5,0	0,0	70,0	0,0	5,0
Estilo de Vida	21	33,3	9,5	33,3	0,0	0,0
Tratamento	9	11,1	11,1	11,1	0,0	0,0
Profissionais	5	20,0	0,0	80,0	0,0	0,0
Voluntariado	11	45,5	0,0	27,3	0,0	0,0
Outro	7	0,0	57,1	57,1	57,1	0,0
F		51,522	25,007	59,843	26,346	22,146
p		*** 0,000	** 0,004	*** 0,000	** 0,001	0,230

$p \leq 0,05$

\*\*  $p \leq 0,01$  \*\*\* $p \leq 0,001$

Na tabela acima, 17.3, temos a última parte dos valores-notícias analisados em relação às temáticas. Na análise, podemos observar que a categoria “Proximidade” possui um percentual de utilização igual ou superior aos 60% em três temáticas: “Medicação”, “Infraestrutura” e “Surtos, endemias, epidemias e Pandemias”. As temáticas que fazem uso desse valor-notícia com menor frequência são “Doenças Novas”, “Doenças Novas e Ressurgidas”, “Custos e Investimentos, entre outras com menos 50%, ou até 0%. Com base nesses dados, o teste de Fisher (F) apontou que as diferenças são significativas (F=51,522;  $p \leq 0,001$ ).

O valor-notícia “Tragédia, Drama ou Morte” quase não foi utilizado para seleção dos acontecimentos, como é de se notar na tabela acima. As categorias nas quais ele aparece mais são “Outro”, com 57,1%, “Doenças Novas”, com 25%, “Tratamento”, com 11%, e outros dois temas, não se verificando para os restantes. Nesse sentido, o teste de Fisher (F) revelou que as diferenças são significativas (F=25,007;  $p=0,004$ ).

Na categoria “Governo”, nota-se um percentual de uso mais elevado, com mais de 80%, nos temas “Doenças Raras” e “Parcerias e Acordos”, “Políticas Públicas” e “Profissionais”. Já as categorias que utilizaram menos ou nenhuma vez o valor-notícia referido foram “Doenças Comuns” e “Doenças Novas”. Dessa forma, ao aplicarmos o teste de Fisher (F) verificamos que as diferenças são significativas (F=59,843;  $p=0,004$ ).

Na análise dos valores-notícia utilizados, a categoria “Justiça” foi referida apenas duas vezes, nas temáticas “Outro”, com 57,1% e “Infraestrutura”, com 8,7%. O teste de Fisher (F) revelou que as diferenças são significativas (F=26,346;  $p=0,001$ ).

Já a categoria “Outro”, criada para classificação quando os valores-notícia apresentados não eram observados nos objetos, foi assinalado apenas nos temas “Surtos,

endemias, epidemias e pandemias”, com 20%, e “Reivindicações”, com 5%. No entanto, segundo o teste de Fisher (F), as diferenças não são significativas ( $F=22,146$ ;  $p=0,230$ ).

Nessa pesquisa, partimos do pressuposto de que há desafios históricos e sociais na composição do jornalismo nos países de expressão oficial portuguesa, e que é fundamental também compreender a relação entre as temáticas abordadas, quando se fala em saúde, e os valores-notícia mais usados para seleção dos acontecimentos em cada país. Entretanto, na análise por território as subamostras são menores, não há unidades amostrais de todos os temas e são poucas observações para cada um. Em suma, os dados acabaram por não ser relevantes estatisticamente, ou seja, a aplicação do teste de Fisher (F) apontou um resultado no qual  $p > 0,05$  na maior parte das relações.

## 6.2: Entrevistas

Nos subcapítulos anteriores apresentamos uma análise quantitativa da cobertura jornalística sobre saúde, utilizada para identificar padrões e tendências na seleção e na construção das notícias. Neste subcapítulo, aprofundamos a compreensão desses processos, adotando uma perspectiva qualitativa. Através de entrevistas em profundidade, semiestruturadas, com editores-chefes, chefes de redação e coordenadores de jornalismo dos jornais televisivos, buscamos compreender os processos de decisão que levam à seleção e à construção das notícias sobre saúde. Como define Traquina (2005, p.25), poder identificar os acontecimentos ou questões que devem ser noticiadas é uma “capacidade performativa digna de um profissional competente”. Nesse sentido, a entrevista com os responsáveis pelo alinhamento editorial das produções é um método importante para perceber os critérios de noticiabilidade, pois como exposto no capítulo 2, alguns dos fatores que afetam a escolha dos eventos estão nos julgamentos pessoais do jornalista, na cultura profissional, nas condições da empresa, entre outros (Silva, 2005). Como já referido na descrição metodológica, entrevistamos os profissionais responsáveis por quatro dos seis jornais televisivos, objetos de análise da pesquisa. Foram eles:

**Tabela 18: Perfil dos entrevistados**

	<b>Entrevistado 1</b>	<b>Entrevistado 2</b>	<b>Entrevistado 3</b>	<b>Entrevistado 4</b>
<b>Nome</b>	Guilherme Portanova	Marco Rocha	Holden Guedes	Florabela Godinho
<b>Emissora</b>	TV Brasil	TCV	TVM	RTP
<b>Cargo</b>	Apresentador e Editor-Chefe	Apresentador e Editor	Chefe de Redação	Coordenadora de Jornalismo

<b>Formação</b>	Jornalismo	Ciências da Comunicação	História Política	Ciências da Comunicação
<b>Experiência</b>	26 anos	26 anos	25 anos	30 anos

Os profissionais que participaram desse estudo possuem, na maioria, formação universitária na área da Ciências da Comunicação e entre 25 e 30 anos de experiência em comunicação. Enquanto os entrevistados 1 e 2 já trabalharam em veículos privados antes de assumirem funções nas emissoras estudadas, os entrevistados 3 e 4 atuaram apenas em instituições públicas, embora em meios de comunicação social diferentes.

O processo de construção da agenda noticiosa, como já referimos, envolve diversas etapas da produção da notícia. Um dos objetivos da presente pesquisa é, justamente, perceber quais os valores-notícia mais observados nos acontecimentos que se tornaram notícia. De forma a complementar a análise de conteúdo dos produtos jornalísticos em si, entrevistamos alguns dos profissionais responsáveis, ou que participam ativamente, do processo de seleção. Após obter dados que nos permitiram montar o perfil dos profissionais com importante papel de decisão nas redações dos jornais televisivos, partimos para perguntas que nos permitissem compreender a rotina de seleção e produção em cada uma das emissoras.

### **6.2.1 Processo de seleção da notícia: as reuniões de pauta/alinhamento**

As reuniões de pauta - ou alinhamento - são uma das principais ferramentas de organização da cobertura noticiosa. Nelas são definidos os acontecimentos que serão transformados em notícia, o formato que terão, o material necessário para captura de informações e quais membros da equipe serão responsáveis, entre outros fatores. Das quatro emissoras contactadas, três afirmaram realizar periodicamente tal tipo de reunião. No entanto, elas ocorrem de maneiras distintas, de acordo com o modelo de gestão de cada uma.

O Brasil é o maior país em termos de extensão territorial e número de habitantes. Em países com essa dimensão, as emissoras costumam contar com filiais em diversas regiões para atingir o maior número de acontecimentos possível. No entanto, a TV Brasil, possui um formato diferente: a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), responsável pela administração da emissora e outros veículos de comunicação pública, conta com a colaboração das emissoras afiliadas da Rede Nacional de Comunicação Pública (RNCP), como já referimos nos capítulos anteriores. É com a contribuição voluntária dos membros da RNCP que a cobertura a nível nacional é feita. A TV Brasil só possui sedes, de fato, nas cidades de Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo, e é nessas cidades que atuam

os mais de 380 jornalistas. Retomamos essas características da TV Brasil para explicar como acontecem as reuniões de pauta/alinhamento do Repórter Brasil.

De acordo com o apresentador e editor-chefe do jornal televisivo, Guilherme Portanova, as primeiras reuniões são com membros de todos os veículos que fazem parte da EBC (agência de notícias, rádio, televisão e website) e depois é feito um encontro específico com os trabalhadores da TV Brasil:

*De manhã, 9h30min, tenho uma conversa rápida com o chefe de redação para saber se aquilo que a gente falou no dia anterior como sugestão de pauta, ainda está valendo, se já ficou velho, se tem coisa nova. E a gente dá uma última avaliada, mas coisa muito rápida, pelo WhatsApp mesmo. Eles também fazem uma reunião, na qual eu não estou presente, por volta das 11h, com a rádio, a TV, a agência Brasil e as emissoras que nos ajudam. Então eles definem, a rádio vai fazer uma entrevista sobre esse assunto, a TV vai fazer uma reportagem e a agência vai fazer um infográfico, fica tudo meio distribuído nessa (reunião) das 11h.. Eu chego, entre meio-dia e 13h, já recebo o relatório dessa reunião, porque alguém argumenta que vai ter mais um elemento, tem uma entrevista e tal, e dão uma forma final para isso. E às 13h, eu faço uma reunião de pauta, só da TV, com São Paulo, Rio e a gente aqui (de Brasília), pegamos isso tudo que já foi preparado e dá uma forma final. (Guilherme Portanova, em entrevista no dia 21/06/2024, 14h)*

O Jornal da Noite, da TCV de Cabo Verde, é o único programa analisado que não realiza a reunião de pauta, ou alinhamento. A redação do programa é formada por poucos profissionais, são cinco jornalistas por turno, que ficam na sede da emissora, e mais os correspondentes situados nas outras ilhas que formam o país. Segundo o apresentador e editor do programa, Marco Rocha, uma equipe pequena pode ser um dos motivos de a reunião de pauta/alinhamento não ser uma prática instituída há muitos anos. Na emissora, a notícia surge e toma forma de acordo com a perspectiva dos profissionais que trabalham nos temas. Marco, que tem experiência em empresas de comunicação social em Portugal, comenta que foi uma das situações que estranhou ao chegar na televisão cabo-verdiana:

*Nós não temos uma reunião de pauta diária. Nós conversamos com os jornalistas e propomos temas que vão ser abordados. E como nós temos uma redação extremamente curta, muito pequena, obriga quem está a fazer o jornal às vezes a seguir uma agenda que é a agenda dos encontros oficiais e ficamos com muito pouca margem de manobra para outro tipo de reportagens. Portanto, é uma lacuna que os órgãos de comunicação têm, mas têm justamente por sermos um meio pequeno, que não consegue fazer esta gestão, e tendo por uma questão, digamos assim, histórica. Começou por ser assim há 40 anos e nunca ninguém conseguiu mudar isto. E eu comecei a perceber uma coisa: É uma prática que não está instituída. (Marco Rocha, em entrevista no dia 5/09/2024, 8h)*

Outra informação importante apontada por Marco Rocha é a de que, sem uma reunião oficial de pauta/alinhamento, os editores do jornal televisivo acabam por definir a agenda do dia com base em notas de imprensa, ou *press releases*, enviadas por instituições, especialmente, do governo. Nesse sentido, é a partir das notas que chegam à redação que os jornalistas fazem uma seleção dos assuntos que podem ou não serem

abordados naquele dia. Em relação a essa questão, o apresentador refere que os órgãos de comunicação social acabam por dar preferência às notas políticas, à agenda política.

*Portanto, como é que eu faço o meu jornal? Eu chego, eu sei que o Ministério da Saúde, o Ministério da Educação, o Governo, e não sei quantos, têm uma série de atividades que são para ser cobertas. E então aí eu já alimento o meu jornal e depois esqueço-me daquela outra parte que é fazer o jornalismo à margem das agendas. (Marco Rocha, em entrevista no dia 5/09/2024, 8h)*

O Telejornal, da Televisão de Moçambique (TVM), segue uma dinâmica mais comum às práticas jornalísticas estipuladas pelos autores que utilizamos nesse estudo. O jornal televisivo que vai ao ar por volta das 20h, conta com mais de 100 profissionais para sua realização e dos demais programas informativos da emissora. A sede da TVM está situada na capital do país, Maputo, e todas as 11 províncias de Moçambique contam com correspondentes, conforme explica Holden Guedes, chefe de redação do Telejornal. Para além dos correspondentes, as delegações produzem um jornal local. Levando em consideração essas especificidades, a redação da TVM costuma realizar reuniões de pauta/alinhamento diariamente.

*Nós temos uma grande planificação de manhã, às 7h30min, que vai até às 8h, ou 8h15min, mais ou menos. Há alguns assuntos que são de iniciativa dos próprios repórteres, há outros que são de agenda, que são pedidos de cobertura. Então, na conjugação destas duas fontes de informação e de material, a gente acaba elencando a estruturação do alinhamento em função, naturalmente, da importância de cada assunto. Agora, é verdade que nós, enquanto televisão pública, temos muita carga política no nosso jornal. Mas, regra geral, aquilo que se planifica, 70, 80% tem sido possível passar no mesmo dia. (Holden Guedes, em entrevista no dia 3/07/2024, 21h)*

O chefe de redação do Telejornal também salienta o grande impacto que a agenda política governamental possui na seleção dos temas que serão veiculados, não apenas pelo viés editorial, mas igualmente pelo deslocamento de equipes de um assunto para outro. Para Holden Guedes, trata-se de um fator que limita a cobertura noticiosa e a independência dos profissionais.

*Nós trabalhamos num contexto em que o país tem suas dificuldades e nós não somos uma ilha, também vivemos nesse contexto e os nossos recursos também são de alguma forma limitados. Há áreas que acabam também ficando prejudicadas, ou porque o equipamento tem que priorizar uma atividade de natureza política, porque quem está lá, se calhar, é um presidente, é um ministro, é um governante de alto nível, ou tem de privilegiar o parlamento, não é? (Holden Guedes, em entrevista no dia 3/07/2024, 21h)*

A Rádio e Televisão de Portugal (RTP) se trata de uma empresa com 10 canais de televisão, incluindo a RTP1, e centenas de profissionais que são divididos em editorias e ainda trabalham na produção jornalística de diversos programas. Por esse motivo, uma das coordenadoras de jornalismo da RTP1, Florbela Godinho, explica que as reuniões de pauta/alinhamento abrangem outros jornais televisivos, mas com foco principal no Telejornal da RTP1. Os encontros são realizados por volta das 12h de segunda à sexta-feira.

Nas reuniões de pauta/alinhamento são discutidos os acontecimentos do dia que chegam até os jornalistas de várias formas:

*Chegam através das fontes institucionais, das fontes informais, das fontes oficiais. Depois há as coisas de agenda política, social, econômica que nós cobrimos. Portanto, as notícias surgem de diversas formas no dia a dia. Desde os imprevistos, aos contextos naturais, às coisas de agenda, às fontes formais ou informais. Mas a reunião é sobretudo para o Telejornal, embora se fale também dos outros noticiários, porque muitas vezes há coisas que concorrem umas com as outras. (Florbela Godinho, em entrevista no dia 7/09/2024, 11h)*

Como pudemos observar, os modelos de gestão das informações possuem semelhanças em três das quatro emissoras analisadas. Quando falamos de reunião de pauta/alinhamento, a TCV, de Cabo Verde, é a única que não possui essa prática instituída. A TV Brasil, por sua vez, apresenta uma constituição diferente das demais quando se trata de cobertura nacional, já que não possui correspondentes em todas as regiões do Brasil, mas procura suprir essa lacuna através de uma rede colaborativa com emissoras públicas dos estados. Porém, com essa forma de gerenciamento, as reuniões de pauta/alinhamento acabam por tratar de temas sugeridos pelos membros da RNCP que já passaram por seleção prévia. Assim como a TCV, a TVM de Moçambique tem sua estrutura pensada para poder cobrir acontecimentos de todo o país através de correspondentes ou delegações, mas o jornalismo de ambas as emissoras se vê cerceado pela agenda política governamental no momento de selecionar as informações que serão trabalhadas no dia. A RTP1, por sua vez, trabalha com editorias, algo que não foi referido nas outras emissoras. Além de correspondentes por todo o território nacional, a existência de editorias é um diferencial no momento de seleção dos fatos e de como serão tratados.

Tratando-se da etapa de reunião de pauta/alinhamento do processo de construção da agenda noticiosa, falamos de quatro tipos de gerenciamento que compartilham algumas semelhanças, mas as diferenças são mais interessantes de serem observadas. O Repórter Brasil, veiculado pela emissora pública mais nova dentre as pesquisadas, realiza três reuniões ao longo do dia. O Jornal da Noite, de Cabo Verde, sequer realiza encontros para discussão dos acontecimentos. O Telejornal, de Moçambique, organiza-se a partir de uma reunião, mas tem sua produção restringida pelas notas de imprensa da agenda governamental. Já o Telejornal, de Portugal, tem sua gestão desenhada de forma a trabalhar com editorias, o que envolve abordagens que acabam sendo próprias de cada área.

## 6.2.2 Critérios de noticiabilidade: os valores-notícia nas redações

Algumas pesquisas, oriundas ainda dos anos 1920 e que ganharam corpo nos anos 1960 e 1970, deram os primeiros passos para tentar responder à questão sobre o que é noticiável de forma pragmática. Como já referido no capítulo 2, o conceito de noticiabilidade foi criado para orientar os jornalistas durante a rotina de produção das notícias. Retomando algumas explicações, a noticiabilidade é um conjunto de requisitos, qualidades que se exigem dos eventos para que possam ser transformados em produto noticioso. Convém reconhecer que são um conjunto de valores que atuam em todas as etapas de produção noticiosa, ou seja, são todos os aspectos internos e externos capazes de agir no processo, sejam as características dos fatos, julgamentos dos jornalistas, cultura profissional, condições oferecidas pela empresa, entre outros (Wolf, 2003; Sousa, 2002; Silva, 2005; Seixá & Alves, 2017).

No estudo que desenvolvemos, buscamos compreender a primeira fase dessa linha de produção, em outras palavras, como ocorre a seleção dos eventos. Para isso, elencamos uma série de valores-notícia, características atribuídas aos fatos, observadas por pesquisadores ao longo dos anos. Valores que estão presentes em, praticamente, todos os acontecimentos que são transformados em notícia. São eles: amplitude/impacto; novidade; relevância; imprevisibilidade; continuidade; proeminência; conflito; conhecimento; personificação; entretenimento; polêmica; raridade; proximidade; tragédia; governo; justiça. Para perceber de que forma esses critérios aparecem, questionamos os entrevistados sobre o que um evento precisa envolver para ser considerado noticiável.

A EBC, como já referimos, é a empresa pública que administra a TV Brasil. Com seu quadro de trabalhadores formado por concursados públicos e outros por indicação direta do governo, diversas mudanças ocorreram no nível administrativo ao longo dos anos e, com isso, muitos profissionais nas áreas de liderança do jornalismo passaram pela instituição. Retomamos este aspecto para explicar que o perfil editorial tem variado quanto à seleção dos temas e a abordagem escolhida. No entanto, essa é uma observação que deve ser analisada em outras pesquisas. O Repórter Brasil, com a sua atual forma de produção, utiliza critérios voltados para o interesse público, com um enquadramento de serviço público, sem deixar de considerar os temas que despertam a atenção das pessoas.

*O mais importante, claro que tem um critério de interesse das pessoas, os assuntos que as pessoas querem ver, mas também aqueles assuntos que a gente considera, humildemente, que é importante que as pessoas saibam. E, às vezes, é um assunto que só nós estamos dando, porque as outras emissoras não estão interessadas. A gente também tem uma preocupação em dar (a informação) de um jeito que as pessoas não estão dando. É curiosidade? É fofoca? Não. Interesse público não é curiosidade. As pessoas confundem isso. Interesse público é aquilo que vai fazer a sua vida ser diferente amanhã, ou pode. Você tem que estar atento àquela questão, então a gente*

*trata muito de coisas que eu nunca trabalhei em televisão. A gente fala muito de comunidades indígenas, muito de quilombolas, a gente fala muito de todos os tipos de minorias e de lutas identitárias, todas, que cai aqui a gente faz, porque a gente entende que como isso não é tratado na mídia tradicional, a gente meio que corre sozinho nesse tema, ou poucos grupos fazem, então sentimos mais necessidade de atender esse público, independentemente de audiência ou não. (Guilherme Portanova, em entrevista no dia 21/06/2024, 14h)*

Na Televisão de Cabo Verde (TCV), além da influência da agenda governamental, que toma metade do tempo disponível pelos jornalistas, como mencionado anteriormente, a produção do Jornal da Noite também precisa lidar com a limitação dos meios técnicos e econômicos nos critérios de noticiabilidade. Com a seleção dos acontecimentos fortemente pautada por assuntos governamentais, há outro fator que costuma ter força na agenda: a religiosidade, concretamente, a igreja católica. Conforme explica o apresentador e editor do programa: *“Do grosso da agenda, acima dos 50%, é uma agenda institucional, digamos assim. Porque depois nós não temos tantos meios, não é? A mesma coisa acontece em relação à igreja. Aqui nós temos uma... Há uma excessiva noticiabilidade de assuntos da Igreja”* (Marco Rocha, em entrevista no dia 5/09/2024, 8h). A perspectiva pessoal de cada jornalista também é apontada como um aspecto que tem impacto nos valores-noticiosos de seleção dos eventos.

*Depende da pertinência da notícia. Por exemplo, há editores que gostam de pegar por temas polêmicos sociais. Há outros que gostam de pegar por temas polêmicos políticos. Há outros que gostam de pegar por outro tipo de assunto. Depende da perspectiva de cada um. Por exemplo, eu confesso que gosto mais de trabalhar, ou de fazer, um jornal mais voltado para as questões económicas, para as questões políticas, não estou a dizer política da agenda, questões políticas ou mesmo questões económicas, porque a partir da economia tu consegues depois traçar vários ramos de abordagem. (Marco Rocha, em entrevista no dia 5/09/2024, 8h)*

Nota-se que a noticiabilidade na TCV, em especial no Jornal da Noite, é bastante orientada pelas fontes e pelos profissionais que trabalham nos temas. Embora os elementos técnicos e econômicos sejam abordados mais adiante neste capítulo, são aspectos que influenciam na seleção dos acontecimentos. Para Marco Rocha, é possível fazer o jornal televisivo com o que possuem no momento, o que faz mais falta é um maior grau de independência quanto às fontes oficiais governamentais.

No Telejornal, da TVM de Moçambique, a noticiabilidade passa pelas fontes de informação, pelo material disponível sobre o acontecimento e pela iniciativa dos próprios repórteres. Contudo, os valores-notícia de maior referência para estruturação da agenda são o impacto e a relevância que o tema possui, tanto que o jornal televisivo é organizado por cotas para garantir a presença de notícias de todas as regiões que possuem delegações ou correspondentes. Isto sem considerar aqueles que são “pedidos de cobertura”, como salienta o chefe de redação Holden Guedes.

*Bom, o nosso critério é, acho que é aquele critério que sempre impera no jornalismo, não é? Que é o fato de se tratar de um assunto de grande impacto. Há alguns assuntos*

*que são de iniciativa dos próprios repórteres, há outros que são de agenda, que são pedidos de cobertura. Então, na conjugação destas duas fontes de informação e de material, a gente acaba elencando a estruturação do alinhamento em função, naturalmente, da importância de cada assunto. Agora, é verdade que nós, enquanto televisão pública, temos muita carga política no nosso jornal. (Holden Guedes, em entrevista no dia 3/07/2024, 21h)*

Assim como nos jornais televisivos citados acima, o Telejornal, da RTP de Portugal, prioriza eventos que tenham relevância para o público. Com a redação dividida em editorias, um conjunto de fatores, para cada uma, vai indicar também que forma o material receberá, se será notícia, reportagem ou nota simples. Para a coordenadora de jornalismo, Florbela Godinho, a principal orientação do jornalismo da RTP é de estar atento à atualidade, o que acontece no dia e a importância que tem. Os profissionais também atuam neste aspecto, com sugestões que vão de encontro ao seu interesse e contexto. A cobertura política tem destaque, não de ordem governamental, mas nas decisões como um todo, no que podem afetar diretamente a vida dos cidadãos. Para a coordenadora de jornalismo, os critérios, no fundo, são sempre os mesmos, algo da cultura profissional.

*No fundo, a atualidade é que marca quais são os temas do dia e, depois, o que nós fazemos é: Na reunião, cada editor enumera aquilo que tem, em termos de atualidade, quais os ângulos que nós podemos abordar, depois discutimos entre todos. Porque, obviamente, uma história pode ter sempre várias maneiras de se pegar nela, e a partir daí definimos o que é prioritário para entrar no Telejornal e ser feito. Portanto, na verdade, a atualidade dá o mote e nós depois todos ali fazemos a triagem no fundo e definimos a abordagem. O Telejornal tem um tempo, que é 50 minutos úteis, digamos assim, portanto, isso o que a gente faz é definir o que é, de facto, importante para, por exemplo, ser uma reportagem, ser uma notícia, ser só uma breve, aquilo que nós chamamos de offs. É claro que quanto mais pessoas afetar, mais critério de notícia terá. (Florbela Godinho, em entrevista no dia 7/09/2024, 11h)*

A partir das informações concedidas pelos entrevistados, nota-se que os valores-notícia estão estabelecidos de maneira intrínseca. O que Traquina (2005) explica como cultura profissional, e para Wolf (2003), o ponto de vista do jornalista. Quando se fala em valor-notícia, não são listas e códigos que os profissionais carregam com eles, mas algo que foi aprendido e absorvido ao longo dos anos de estudo e trabalho. Questionados sobre noticiabilidade, não ouvimos a proclamação das listas propostas pelos estudiosos, mas os elementos surgem na composição da resposta, quando citam “impacto”, “atualidade” ou “pertinência”. Com base nessas composições, extraímos os valores-notícia que foram referidos pelos jornalistas. Não contabilizamos a quantidade de vezes que cada profissional fez referência às palavras, apenas quando foram mencionadas por um, dois, três ou todos os quatro entrevistados. Ilustramos através de uma nuvem de palavras, criada no website de infográficos *venngage.com*, na qual Amplitude ou Impacto (4); Novidade ou Atualidade (2); Relevância ou Importância (4),

Imprevisibilidade (2); Proeminência (3); Conflito (1); Conhecimento (2); Personificação (1); Polêmica (2); Proximidade (3); Governo (2) e Justiça (2).

**Figura 8: Valores-notícia citados pelos entrevistados**



Fonte: Criação da autora com base nas respostas dos entrevistados.

Os estudos já indicavam que os critérios de noticiabilidade passam por todas as etapas da produção jornalística. Por meio das entrevistas com os líderes das redações das emissoras de televisão dos países de língua oficial portuguesa, analisados na nossa pesquisa, foi possível constatar as ideias defendidas pelos estudiosos. Nota-se que os valores-notícia, por exemplo, são formados pelas características indicadas ainda nos anos 1960, por Galtung e Ruge, com acréscimo de elementos correspondentes às necessidades do meio, no qual a notícia é veiculada (McGregor, 2002), e aos custos de produção, estrutura do material, entre outros (Allern, 2002).

### **6.2.3 Materialidade dos eventos e particularidades do audiovisual**

Diversos autores descrevem a televisão como um dos meios que ainda tem maior alcance e credibilidade perante a população, por atingir um público bastante heterogêneo (Belim & Lagido, 2021). E como já mencionamos, os critérios de noticiabilidade são utilizados conforme a maneira de consumo, os custos de produção, possibilidades técnicas e tecnológicas, visualidade do material, entre outros (Brighton & Foy, 2021; Allern, 2002; Gomes, 2011). Atualmente, contamos com o suporte da Internet, dos *smartphones*, mas falamos de seis diferentes realidades do alcance da tecnologia e da própria escolha editorial das emissoras. Tratando-se, o jornalismo televisivo, de um gênero que sofre influência também das condições históricas, sociais, econômicas e culturais, não podemos ignorar tais fatores nos jornalismos de língua oficial portuguesa.

O Brasil é um país com extensão de um continente. Cobrir acontecimentos no maior número de regiões possível é um dos desafios da TV Brasil, resolvido, em parte, com a Rede Nacional de Comunicação Pública. No entanto, as emissoras da RNCP possuem suas dificuldades, pois são diferentes e diversas, em estrutura e linha editorial. O tamanho da equipe da TV Brasil também implica na velocidade de obtenção das informações e produção das notícias. Conforme explica o apresentador e editor-chefe do Repórter Brasil:

*A nossa relação (com a rede) é assim, o que vocês estão fazendo, o que está sendo importante regionalmente para vocês que estão fazendo, a gente pode usar, então é muito de troca. Eventualmente até a gente pede alguma coisa, aquele assunto vocês vão fazer e tal. Mas não é uma coisa impositiva. Então eu acho que a nossa maior dificuldade hoje, a nossa maior limitação é dar conta da velocidade que as coisas exigem e a gente precisaria ter, evidentemente, uma equipe muito maior para fazer tudo o que a gente gostaria de fazer. (Guilherme Portanova, em entrevista no dia 21/06/2024, 14h)*

Nesse sentido, a noticiabilidade que considera questões técnicas e tecnológicas não é vista como um problema pelo editor-chefe, e sim a mão de obra. De acordo com Guilherme Portanova, a visualidade necessária para a informação televisiva pode ser resolvida com o apoio das emissoras afiliadas, vídeos amadores, banco de imagens e até imagens das redes sociais digitais. Desde que sigam as normativas da redação.

A Televisão de Cabo Verde enfrenta uma situação parecida a da TV Brasil no que se refere ao número de profissionais. Entretanto, com um aditivo. Além de contar com poucos jornalistas, o número de faltas ao trabalho na redação é alto. O apresentador e editor-chefe do Jornal da Noite, Marco Rocha, diz que esse é um problema sério nos órgãos de comunicação social públicos do país, e que acaba por comprometer a agenda de produção. A ausência de jornalistas supera as limitações técnicas ou tecnológicas que possa haver. Quando não há pessoal disponível para trabalhar, a reportagem não é feita. O editor-chefe refere que prefere não ter o material naquele dia a optar por utilizar imagens amadoras ou de outros meios da Internet. Não é uma prática da linha editorial da emissora, que utiliza desse tipo de apoio em poucos casos.

*Depende dos assuntos. Portanto, logicamente que não vou apanhar uma imagem de um assunto sei lá, polémico, às vezes, e vou pôr no ar. Mas há determinado tipo de imagens que há um critério que eu sigo e que acho que é um critério de que (a imagem) possa ser útil. Depende das (das fontes das) imagens amadoras. O governo faz iniciativas, nós não vamos, enviam-nos a imagem. Agora, atos públicos em que nós não fomos ou declarações partidárias, aí nós não tomamos as imagens. Até por uma questão de nos precaver contra alguma queixa numa autoridade reguladora da comunicação social. (Marco Rocha, em entrevista no dia 5/09/2024, 8h)*

O Telejornal da Televisão de Moçambique (TVM) possui uma linha editorial mais rígida quanto ao uso de imagens e informações que não são obtidas pelos profissionais da emissora. Inclusive, o chefe de redação, Holden Guedes, argumenta que outros canais do país se abastecem com frequência de imagens oriundas da Internet. Holden Guedes ainda explica que a emissora até pode aproveitar algumas imagens amadoras, dependendo do caso, mas não é uma política instituída, porque exige um trabalho de verificação para evitar informações fora de contexto, manipuladas ou simuladas. Quando enfrentam problemas de ordem técnica e tecnológica, como avaria de equipamentos, ou de ordem de agenda, com a necessidade de cobrir algum assunto governamental, a solução do Telejornal é hierarquizar os acontecimentos, com prioridade aos assuntos do governo.

*Nós trabalhamos num contexto em que o país tem suas dificuldades e os nossos recursos também são, de alguma, forma limitados. Esses problemas sempre existem, há áreas que acabam também ficando prejudicadas, ou porque o equipamento tem que priorizar uma atividade de natureza política, porque quem está lá, se calhar, é um presidente, é um ministro, é um governante de alto nível, ou tem de privilegiar o parlamento. Ou então, devíamos ir, por exemplo, a uma província, a um local, a um distrito que esteja relativamente um pouco distante daqui, mas a nossa capacidade em termos de locomoção, ou porque a viatura está variada, ou porque não tem combustível para chegar até lá. Portanto, essas dificuldades têm acontecido. (Holden Guedes, em entrevista no dia 3/07/2024, 21h)*

Para a coordenadora de jornalismo do Telejornal, da RTP1 de Portugal, Florbela Godinho, apesar de a televisão ser um meio visual, a relevância e o impacto da notícia podem superar a necessidade do apoio através de imagens. Dificilmente, nos dias de hoje, uma informação é deixada de lado por falta de vídeos que a ilustrem. A coordenadora explica que as notícias, muitas vezes, podem ter como apoio grafismos, mapas, imagem de arquivo, fotografia, ter o suporte de imagens da Internet ou até ser lida pelo próprio apresentador. Em termos técnicos e tecnológicos é difícil haver algum impeditivo, o que pode acontecer são limitações oriundas da linha editorial, critérios específicos para escolha ou forma de abordagem dos acontecimentos.

*Se ela for de facto muito importante para ser dada, se for uma notícia de última hora, ela pode ser dada sem recurso a qualquer tipo de imagem. E depois suportada, digamos assim, pode ser suportada por um título, por aqueles títulos chamativos de última hora. Portanto, dizer que uma notícia não é emitida porque não tem imagem, não é verdade. Pode haver em termos editoriais. Nós não queremos emitir, por exemplo, e há coisas que não se emite, por exemplo, a violência das imagens que nos chegam, mas isso é um critério editorial. Até hoje em dia, com os meios que nós temos, pode ser até recorrer a uma fonte da internet. A um suporte da internet. (Florbela Godinho, em entrevista no dia 7/09/2024, 11h)*

Mencionamos no início desse subcapítulo que as particularidades técnicas, tecnológicas, custos de produção e visualidade dos acontecimentos são considerados

critérios de avaliação sobre a noticiabilidade de um evento para o jornalismo televisivo. No entanto, com as possibilidades disponibilizadas pelas novas tecnologias da comunicação e informação, Internet, bancos de dados e redes sociais digitais, é cada vez mais fácil cobrir determinado assunto ou acontecimento no qual os jornalistas não puderam estar presentes. Nas entrevistas realizadas com os profissionais das emissoras públicas do Brasil, de Cabo Verde, Moçambique e Portugal, conseguimos perceber que os diferentes contextos de extensão territorial, social, econômico e tecnológico, influenciam de forma direta nas dificuldades enfrentadas por cada empresa e nos critérios editoriais sobre o uso ou não de meios como imagens amadoras, infográficos, aplicativos, fotografias e vídeos oriundos de redes sociais ou de outro tipo de website. Enquanto Brasil e Portugal utilizam com mais frequência o apoio desses meios alternativos, Cabo Verde e Moçambique não costumam fazer da mesma maneira. Das emissoras dos quatro países, apenas a RTP, de Portugal, não referiu muitas dificuldades em termos técnicos, tecnológicos ou de recursos humanos.

#### **6.2.4 Noticiabilidade na comunicação em saúde**

A abordagem midiática sobre saúde costuma apresentar o tema por duas perspectivas o da promoção da saúde - com uma percepção da saúde como ausência de doença, conjunto de metas para alcançar um estado de bem-estar -, e a de fatores de risco - que se desdobra em variáveis de segurança e insegurança, prevenção e denúncia -, ambas assentadas em discursos de fontes especializadas (Hodgetts, 2012; Menezes, Wanderley & Braga, 2012; FôNSECA & Gomes, 2015; Malinverni & Cuenca, 2017). A partir dessas perspectivas, a noticiabilidade dos temas sobre saúde expõe que alguns casos possuem mais visibilidade que outros, especialmente quando são excêntricos, envolvem grande número de pessoas, descobertas da medicina - que vão de encontro aos valores de cada sociedade - apelo pela atualidade, singularidade e peso social (Lerner & Ferraz, 2012; FôNSECA & Gomes, 2015).

Baseado nas informações citadas acima, e no primeiro capítulo dessa pesquisa, e a partir dos resultados da análise das notícias, conversamos com os profissionais das emissoras de televisão, dos países estudados, sobre a noticiabilidade nos temas sobre saúde, as formas de abordagem, os temas de interesse, as dificuldades impostas. Mais uma vez, as respostas refletem as diferentes percepções de saúde e realidades sociais e estruturais de cada país e canal de televisão.

O Repórter Brasil sofreu algumas mudanças editoriais ao longo dos anos, como já referimos, mas, no geral, procura seguir uma orientação de saúde pública, de prestar um serviço público com informações sobre campanhas de vacinação, orientações

preventivas, descobertas de cientistas ou instituições públicas brasileiras, entre outros. Para o apresentador e editor-chefe, Guilherme Portanova, a saúde é um tema difícil de abordar, não apenas nas empresas públicas, mas nas particulares também, porque, embora o Brasil tenha um serviço público gratuito de saúde, o Sistema Único de Saúde (SUS), na mídia há um domínio do setor privado como imagem da eficiência.

*A gente trata, normalmente as matérias de saúde têm um viés de, muito menos de denúncia, a não ser em casos específicos. A maior parte da nossa cobertura de saúde é de serviço. É (sobre) a vacina que está sendo retomada, são números de saúde que saem, é sensibilização. Cobrimos muito temas de medicina preventiva, de saúde preventiva, mas a gente fica muito no serviço. A gente cobre muito a questão de campanhas em andamento, orientação para as pessoas, como é que faz isso, o que é aquilo, acabou a vacina, não acabou? No macro, a gente vai naquela coisa de saúde pública, olha, o SUS liberou, não sei quanto de atendimento, vai ampliar agora a telemedicina, como é que você faz para chegar na telemedicina? (Guilherme Portanova, em entrevista no dia 21/06/2024, 14h)*

Com diretrizes do sistema público de saúde semelhantes ao brasileiro, a Constituição de Bases sobre a Saúde de Cabo Verde prevê o direito universal à saúde e a integralidade e equidade na prestação de cuidados através do Serviço Nacional de Saúde (SNS), composta por três níveis de atenção: primário, com os serviços de Atenção Primária de Saúde; secundário, atendimento ambulatorial de apoio às APS para casos que não são urgentes ou emergentes; e terciário, que são os atendimentos de alta complexidade (Sanine *et al.*, 2020). Com parte da população a resistir na procura de atendimento primário, preferindo ir diretamente aos hospitais, onde o atendimento tem o pagamento compartilhado pelo governo, ou a contar com iniciativas de instituições voluntárias, a noticiabilidade sobre saúde no país, de acordo com Marco Rocha, envolve eventos de cooperação, iniciativas dos hospitais e campanhas do Ministério da Saúde. De forma geral, também voltada para a prestação de serviço público e sensibilização das pessoas.

*E até aqui, quando falamos de saúde, a primeira coisa que vem à cabeça dos dirigentes é trabalhar a sensibilização das pessoas. Com cartazes, com campanhas, com notícias nas rádios, nas televisões. Portanto, passa pelas notícias que têm a ver com a cooperação, passa pelas iniciativas que os hospitais fazem, a campanha de vacinação que começou num sítio qualquer, consultas... Porque nós somos um país de baixa renda, então as consultas gratuitas são promovidas pelas instituições de saúde. É uma forma também de notícia para sensibilizar as pessoas que a próxima consulta vai acontecer não sei onde, para elas poderem estar precavidas. Notícias que normalmente o Ministério da Saúde passa, além, como eu disse, das questões de prevenção sanitária. Mas nós sempre damos atenção às notícias que têm a ver com questões de prevenção da saúde. (Marco Rocha, em entrevista no dia 5/09/2024, 8h)*

A nacionalização dos serviços de saúde em Moçambique ocorreu após a independência do país, em 1975. Foi nesse período que o governo deu início a construção de um sistema de saúde gratuito, orientado para a promoção de saúde e prevenção de

doenças. O Serviço Nacional de Saúde (SNS) se divide em quatro níveis: primário, formado pelos serviços comunitários; secundário, constituído por hospitais distritais; terciário, abrange hospitais provinciais e gerais; e quaternário, formado por hospitais centrais (Paes-Sousa, Chavane & Coelho, 2019). A iniciativa privada ainda está em expansão em Moçambique, deixando o atendimento público como principal provedor de saúde. Com as dificuldades que o SNS enfrenta, instituições particulares ou não-governamentais também contribuem com iniciativas de conscientização e prevenção. Entretanto, o chefe de redação do Telejornal, Holden Guedes, diz que a noticiabilidade sobre o tema saúde não é composta de elementos fixos, optando por selecionar temas que sejam da atualidade.

*Normalmente o que nos move é o carácter noticioso do acontecimento. Temos feito cobertura, por exemplo, das campanhas contra o HIV-Sida, do acontecimento. Mas também temos feito coberturas, falar de dificuldades que há no próprio Sistema Nacional de Saúde, em termos de medicamentos. Lembro-me que no fim de semana passado, no tema de fundo, abordamos, escalando um pouco algumas províncias, que é o problema de falta de gesso nos hospitais públicos, trouxemos este problema, temos falado de pesquisas que estão a acontecer aqui em Moçambique para encontrar uma vacina contra Malária, coisas do género. Portanto, não temos um critério definido rígido, não é? Aquilo que se justifica enquanto notícia, enquanto assunto de atualidade, na área de saúde, nós vamos atrás. (Holden Guedes, em entrevista no dia 3/07/2024, 21h)*

O caso de Portugal é semelhante ao de Cabo Verde e Moçambique, onde o serviço público de saúde só foi instaurado na segunda metade dos anos 1970, com o fim da ditadura salazarista. O Serviço Nacional de Saúde (SNS) português também teve como objetivo o acesso universal e gratuito à saúde. Existem alguns diferenciais em relação aos outros sistemas, no SNS português um dos pilares é o médico de família que acompanha o paciente ao longo da vida e é responsável por encaminhamentos para especialistas. Outra diferença para o sistema brasileiro, por exemplo, é a cobrança de taxas moderadoras nos atendimentos em hospitais. Quanto à cobertura feita pelo Telejornal, o SNS é, com frequência, a base das notícias, seja de cunho preventivo, tratamento ou denúncias. Os critérios de noticiabilidade, segundo Florbela Godinho, não são diferentes dos utilizados em outras editorias.

*As notícias de saúde são tudo aquilo que influencia a relação diária do cidadão com a sua própria saúde e com a saúde em termos globais da sociedade. Nós neste momento, por exemplo, em Portugal, uma das notícias que tem sido praticamente constante é a questão das urgências. Ou seja, as urgências afetam todos o cidadão, e, portanto, isso é óbvio que é uma notícia. Também é notícia de saúde se há, por exemplo, um surto de uma doença qualquer que tem tendência a propagar-se, também o acesso à saúde, se há falta de médicos, se há falta de enfermeiros, se há uma greve que afeta as consultas. Ou seja, tudo o que afeta, no fundo, as pessoas é obviamente um critério. (Florbela Godinho, em entrevista no dia 7/09/2024, 11h)*

Na noticiabilidade na comunicação em saúde surgem alguns elementos que aproximam a compreensão sobre saúde entre os quatro entrevistados, mas a cobertura noticiosa acaba por revelar aquilo que já era esperado devido às diferenças econômicas e sociais de cada território. A percepção do que abordar como temáticas de saúde está baseada numa visão de prevenção e promoção da saúde, na qual os cidadãos têm papel importante no cuidado com a própria saúde. Contudo, o Estado como fonte provedora principal dos cuidados de saúde é o que domina as notícias, seja com a divulgação de campanhas, novas políticas de funcionamento dos serviços nacionais de saúde ou até denúncias. Observa-se, da mesma forma, que as fontes oficiais governamentais são as mais utilizadas, seguidas por instituições públicas - centros de pesquisa, universidades - e instituições que realizam trabalhos voluntários.

### **6.3 Discussão dos Resultados**

Neste subcapítulo debruçamo-nos sobre os resultados obtidos anteriormente através da análise das peças jornalísticas e das informações disponibilizadas pelos profissionais responsáveis pela redação de quatro dos seis jornais televisivos estudados. Antes de mais, relembramos que o objetivo principal da presente pesquisa é verificar quais os critérios de noticiabilidade, especificamente os valores-notícia de seleção (Traquina, 2005), utilizados na construção da agenda noticiosa sobre saúde nos jornais televisivos de emissoras públicas de língua oficial portuguesa e, para tal, utilizamos o método da análise de conteúdo e da entrevista semiestruturada.

Com a análise de conteúdo das 173 produções jornalísticas que compõem o corpus dessa pesquisa, somos capazes de apontar semelhanças e diferenças nos temas abordados, formato, enquadramento, território, fontes e materiais de apoio utilizados, assim como valores-notícia de seleção utilizados. Como vimos nos capítulos anteriores, os produtos jornalísticos são resultado de uma série de fatores internos e externos da rotina jornalística. Entre esses fatores está o poder de decisão do próprio jornalista, que como membro de uma instituição profissional é guiado por valores, as fontes de informação disponíveis e utilizadas, assim como a relação delas com os profissionais, condições da empresa, qualidade do material primário disponível para compor a notícia, entre outros (McCombs, 1992; Shoemaker & Reese, 1996; Silva, 2005; Traquinha, 2005; Pinheiro 2017).

Começamos pelo formato. Antes de chegarmos nas análises que comprovam ou refutam nossas hipóteses, consideramos importante compreender a forma que os acontecimentos tomam nos jornais televisivos das emissoras públicas dos países de expressão oficial portuguesa, porque de acordo com a quantidade de valores-notícia que

corresponde, a materialidade disponível e as fontes, os temas vão ser construídos de diferentes formas e com diferentes enquadramentos. Para Assis (2010) o formato tem como objetivo sinalizar a finalidade do conteúdo jornalístico, dentro dos gêneros de informação, opinião, interpretação, etc. São normatizações que estabelecem parâmetros estruturais para cada forma (Marques de Melo & Assis, 2016). Dos formatos analisados, em termos gerais, o mais utilizado pelas emissoras estudadas foi a reportagem, com 71,1%. Embora o conceito de reportagem seja complexo e varie de acordo com a bibliografia internacional, nossa análise foi realizada seguindo as definições de Marques de Melo (2009), Gonçalves, Santos e Renó (2015) e Andrade Neto (2022), de que a reportagem tem como principal característica a narrativa, diferencia-se da notícia pelo grau de aprofundamento, multiplicidade de vozes e tempo de exibição. A maior parte das produções dessa categoria possui mais de 2 minutos de duração, com mais de dois tipos de fonte, indo além das fontes primárias referidas como as utilizadas nas notícias. Para autores como Vizeu (2009), os jornalistas utilizam desses recursos para que a reportagem seja entendida pela audiência. Quando olhamos para a distribuição dos formatos por país, o teste exato de Fisher (F) revelou que não há diferenças significativas ( $F=29,08$ ;  $p=0,066$ ), ou seja, os jornais televisivos investigados acabaram por utilizar os formatos da mesma maneira, com a categoria “Reportagem” sendo a mais utilizada em todos.

Na teoria do *agenda-setting*, o enquadramento pode se aproximar do agendamento de segundo nível. Entretanto, trazemos estes dados com intuito mais de contextualizar e compreender os produtos jornalísticos analisados como um todo, do que aprofundar o debate acerca do enquadramento e seus efeitos. Na nossa pesquisa, avaliamos o enquadramento de acordo com o tom dado à informação, se foi positivo, negativo ou neutro. De forma geral, as produções jornalísticas analisadas apresentavam um enquadramento positivo, com 39,3%. Quando aplicamos o teste exato de Fisher (F), verificamos que as diferenças entre países são significativas ( $F=45,428$ ;  $p<0,001$ ). Isso quer dizer que a utilização do enquadramento não ocorre da mesma maneira nos países.

Tratando-se da observação do território onde os eventos, cobertos pelos jornalistas, ocorreram, verificamos uma incidência maior de produções que tratam sobre acontecimentos nacionais (48%), seguidos por regionais (46,8%). A diferença entre a extensão territorial de cada país se mostrou um fator relevante quando analisamos o local onde os fatos ocorreram, já que falamos de países de extensão continental como o Brasil, e separado em ilhas como Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. A preocupação com a representação das regiões nos jornais televisivos do horário nobre é corroborada pelas informações dos quatro profissionais entrevistados, que ressaltam a existência de

correspondentes, delegações e redes afiliadas para suprir essa demanda. Já as diferenças entre países são significativas, de acordo com o teste de Fisher ( $F=22,625$ ;  $p=0,004$ ).

É, praticamente, uma unanimidade entre os pesquisadores sobre a construção da agenda noticiosa que as fontes de informação têm um papel importante na definição do que ganhará espaço na mídia. Para autores como Molotch e Lester (1974), as fontes são, muitas vezes, promotores das notícias, ou, nas palavras de Aruguete (2017), os *agenda-setters*. A nossa análise revelou um predomínio das fontes “Oficiais” (67,1%) na cobertura noticiosa sobre saúde, seguida pelas fontes “Especializadas” (44,5%), “Não Governamentais” (36,4%) e “Individuais” (31,8%). Em termos estatísticos, as diferenças entre países não são significativas em apenas duas categorias: “Oficial” ( $F=10,083$ ;  $p=0,068$ ) e “Bibliográfica” ( $F=6,630$ ;  $p=0,052$ ), o que demonstra a dependência das emissoras por um determinado tipo de fonte, que, por consequência, acaba por conduzir a narrativa. Nesse sentido, Aruguete (2017) explica que os *agenda-setters* não são qualquer tipo de fonte, mas pessoas com influência de grande escala, ou seja, fontes oficiais e especializadas. Nas temáticas sobre saúde, a submissão à essas categorias de fonte leva a produção à um certo tipo de enquadramento, no qual os discursos oficiais e especializados e das indústrias da área, acabam por, não só salientar características políticas, econômicas e sociais, mas também a possibilidade de indicar um problema para o qual se tem a solução (Kucinsky, 2002; Malinverni & Cuenca, 2017). A soberania, especialmente das fontes oficiais, resultado da análise vai de encontro às informações obtidas com as entrevistas. Os representantes das emissoras destacaram essa dependência maior em Cabo Verde e Moçambique, com influência direta da agenda governamental através dos comunicados de imprensa e pedidos de cobertura, e menor grau no Brasil e em Portugal, embora também sejam, muitas vezes, pautados por comunicados de imprensa.

A televisão é um meio que conta características próprias que podem ser entendidas como influenciadoras dos critérios de noticiabilidade e valores-notícia. Tourinho (2014) destaca que a linguagem do jornal televisivo se constitui de elementos múltiplos, ancorados no vídeo, áudio, edição técnica, conteúdo, desempenho humano, nos cenários e até nas características idiossincráticas do veículo. Segundo Machado (2019), tecnicamente, o jornalismo televisivo é composto por uma mistura de distintas fontes de imagem e som, que são gravações, filmes, material de arquivo, fotografia, gráficos, mapas, textos, locuções, música e ruídos. E já a algum tempo, também podemos considerar o uso de imagens amadoras captadas e enviadas por dispositivos móveis, arquivos disponíveis na Internet, etc. Partindo de uma observação prévia das produções que estudamos, e que pesquisas atuais corroboram, o vídeo e áudio, já não são empecilhos para que um acontecimento deixe de ser noticiado. A partir desse

pressuposto, verificamos quais os materiais de apoio utilizados pelos canais de televisão TPA, TV Brasil, TCV, TVM, RTP1 e TVS.

Na nossa amostra, constatamos que o material de apoio mais utilizado continua a ser a “Imagem Profissional”, encontrado em 100% dos temas e em todas as emissoras. Depois dessa categoria, observamos que as “Entrevistas em videochamada” e os “Infográficos ou Animações” estão entre as três alternativas de apoio mais utilizadas, embora com percentual muito menor, ambos com 8,1%, e aparecem em quatro das seis emissoras. A coordenadora de jornalismo da RTP1, por exemplo, foi um dos profissionais que afirmaram que a inexistência de imagens sobre determinado assunto não é impeditiva para que a notícia deixe de ir ao ar. A TV Brasil utiliza imagens amadoras ou até de redes sociais digitais. Em contrapartida, o editor-chefe da TCV e o chefe de redação da TVM explicaram que preferem não usar esses meios por dificuldades de verificação dos fatos. A pandemia de Covid-19 também acabou por normalizar as entrevistas por videochamadas, que continuaram a servir de apoio mesmo após o fim da emergência sanitária. Enquanto isso, a análise estatística nos mostra que apenas as categorias “Imagens da Internet” ( $F=100,9$ ;  $p=0,001$ ), “Entrevistas por aplicativos de videochamada” ( $F=310,5$ ;  $p<0,001$ ) e “Infográficos e Animações” ( $F=130,3$ ;  $p=0,005$ ) não possuem diferenças significativas entre as emissoras.

### **6.3.1 Temáticas nas produções noticiosas sobre saúde em língua oficial portuguesa**

Nesse tópico, buscamos verificar a primeira hipótese da pesquisa, na qual partimos do pressuposto de que as temáticas sobre saúde mais abordadas nas emissoras públicas de países de língua oficial portuguesa são semelhantes.

**H1:** Considerando que a saúde é um direito fundamental e representada midiaticamente sem levar em consideração os diversos contextos socioeconômicos ou culturais, as temáticas sobre saúde mais abordadas nas emissoras públicas de países de língua oficial portuguesa são semelhantes;

Através da análise das 173 notícias, constatamos que os temas que mais apareceram nos jornais televisivos, durante o período estudado, foram “Políticas Públicas” com 20,2%, categoria que trata sobre legislação, fiscalização, decisões políticas, campanhas de prevenção, conscientização e contenção organizadas pelo governo, destinação de verbas através de leis orçamentais, entre outros. Quantitativamente, há diferenças entre os países, pois “Políticas Públicas” aparecem com frequência maior em Portugal, São Tomé e Príncipe, Brasil e Angola, e menor nos outros dois territórios: isso

embora, a categoria esteja sempre entre as três mais utilizadas em todos os países. Quando retomamos a ideia de Penteado e Fortunato (2015), presente no primeiro capítulo, percebemos que a agenda noticiosa sobre saúde acaba por ser baseada na ideia de que o Estado é o agente promotor e responsável pela criação, desenvolvimento e implementação de políticas públicas e maior agente de saúde na sociedade. Além disso, os autores explicam que esse sistema do Estado como promotor principal é influenciado por fatores internos, fatores externos e fatores estruturais, pela cultura política e conjuntura política. É justamente nos fatores externos que encontramos o papel da mídia, que recai na capacidade de dar visibilidade a questões que fazem parte do processo de criação e implantação das políticas públicas, ou seja, no agendamento dos acontecimentos (Penteado & Fortunato, 2015).

Contudo, também é fundamental destacar que as abordagens que os temas dessa categoria recebem não são iguais, pois derivam das realidades culturais, sociais e econômicas de cada país, emissora e jornalista. Podemos verificar essa especificidade na análise e nas entrevistas com os jornalistas. Como não conseguimos conversar com representantes da TVS e da TPA1, passemos a utilizar os exemplos de Brasil e Portugal. O Repórter Brasil (TV Brasil) assume uma perspectiva de serviço público, de informar a sociedade sobre a disponibilidade de vacinas e de atendimento de telemedicina pelo SUS. No Telejornal (RTP1), de Portugal, nos deparamos com o viés não apenas de serviço, mas também de denúncia, especialmente no período analisado, marcado por protestos contra as alterações na Lei do Tabaco e a aprovação da morte medicamente assistida.

A segunda categoria com maior número de notícias é “Infraestrutura”, com 13,3%, nela se enquadram os temas sobre serviços disponibilizados, ou que deveriam estar disponíveis para a população sob a responsabilidade do poder público, ou privado, estrutura de instituições médica, quadros médicos que correspondam às necessidades, etc. “Infraestrutura” é a categoria que mais englobou as notícias sobre saúde produzidas em Moçambique, com 32,6%, e mesmo sendo a terceira mais utilizada em Portugal, atingiu a marca dos 26,1%. Na entrevista com o chefe de redação do Telejornal, da TVM de Moçambique, foi colocado que haviam pedidos de cobertura por parte do governo. Por exemplo, a notícia “Infra-estruturas hospitalares no país”, veiculada no dia 18 de julho de 2023, começou por parecer uma denúncia, com o início do texto a dizer:

O vice-ministro da saúde, Ilesh Jani, falava após ter visitado as obras de construção do hospital distrital de Massinga. Uma infra-estrutura que iniciou em 2015, mas por falta de dinheiro, ficou paralisada por duas vezes. (Gastene, 2023)

Contudo, a notícia não aborda os aspectos negativos do atraso, por quase 10 anos das obras, e explora a fala do vice-ministro da saúde como algo resolutivo:

Foram desbloqueados todos os assuntos que no passado impediram o progresso rápido da obra. Nesse momento, toda parte da estrutura dos edifícios está completa e começam a decorrer os trabalhos relativos aos acabamentos. (Jani, 2023)

E dá continuidade com elementos explicativos e capacidade de atendimento do futuro hospital:

Trata-se de um tipo de estrutura que compreende salas para consultas, blocos operatórios, maternidade, morgue e com capacidade para acomodar 75 camas. (Gastene, 2023).

Todavia, o chefe de redação reafirma que também aborda as dificuldades enfrentadas pelo SNS, como o exemplo da falta de gesso nos hospitais, citada em trecho da entrevista na seção 6.2.4 da pesquisa. No Telejornal, da RTP1, o viés de denúncia acaba por predominar nas produções sobre infraestrutura. Como exemplo, podemos citar a nota coberta sobre “Constrangimentos nos serviços de obstetrícia do hospital São Francisco Xavier” (12 de junho de 2023) e da reportagem sobre “Lar de idosos encerrado por ilegalidade e surto de sarna” (23 de agosto de 2023).

Estão de regresso os constrangimentos ao serviço de obstetrícia do hospital São Francisco Xavier, de Lisboa. Entre as nove da manhã de hoje e às nove da manhã de terça-feira, o serviço não terá condições de receber doentes urgentes por falta de recursos. A equipe é constituído por três profissionais, em vez de quatro, e durante esse período a urgência não vai assim poder receber grávidas que sejam enviadas por ambulância. Só aquelas que cheguem pelos seus próprios meios podem ser atendidas. O Centro de Orientação de Doentes Urgentes vai direcionar as ambulâncias para outras urgências. (Faria, 2023)

Para Bortoliero *et al.* (2015), muita dessa fiscalização sobre os serviços públicos tem origem no sentido de quarto poder adotado pelo jornalismo, enquanto no entretenimento o atendimento de saúde privado é retratado como sinónimo de eficácia e empenho. Novamente nos deparamos com a diversidade nas abordagens sobre saúde entre os países, porém surge o comum da centralidade nos sistemas públicos, um fato que para Silva *et al.* (2018) esse fato está relacionado com as rotinas produtivas de notícias e as disputas de poder que permeiam a saúde pública.

A terceira categoria em que mais aparecem notícias é a que trata sobre “Estilo de Vida”, com 12,1%, refere-se sobre as orientações acerca das mudanças de hábitos e atitudes, representação de um exemplo a ser seguido, medicina e medicalização preventiva. A partir da análise das peças, foi observado que o Jornal da Noite, da TCV de Cabo Verde, é o programa que mais emitiu notícias com essa temática, foram 23,4% das produções. O Repórter Brasil, da TV Brasil, também deu destaque para esse tipo de temas, que se trata da segunda categoria mais utilizada no programa jornalístico, com 20% das peças emitidas.

O resultado da análise de conteúdo pode ser confirmado através das entrevistas com os editores-chefes de ambas as redações. O apresentador e editor-chefe do Jornal da Noite, Marco Rocha, aponta que, por Cabo Verde ser um país de baixa renda, o trabalho de prevenção e sensibilização das pessoas para os cuidados individuais com a saúde é um dos critérios de seleção dos temas. No contexto do país africano, ainda se inclui a prevenção promovida por instituições independentes ou públicas, feiras de saúde, consultas gratuitas, como observado na reportagem “Igreja Adventista promove Feira da Saúde visando estimular a vida saudável”, emitida no dia 17 de julho de 2023. A cobertura noticiosa com temas sobre “Estilo de Vida” no Repórter Brasil também segue por esse caminho que os editores chamaram de “medicina preventiva” e de orientação para cuidados individuais com a saúde. No entanto, a extensão territorial e a diversidade socioeconômica do país podem revelar a necessidade de outras formas de abordagem. Embora a categoria “Estilo de Vida” não tenha domínio numérico em relação aos outros temas, na entrevista concedida para essa pesquisa, a coordenadora de jornalismo da RTP1 destacou que sim, é relevante na seleção dos acontecimentos a existência de aspectos que se referem a relação do cidadão com a sua própria saúde.

A categoria “Estilo de Vida”, e a sua frequência nas temáticas abordadas, tem relação com o paradigma dominante da mídia, que é o da promoção da saúde. No primeiro capítulo do presente estudo, trouxemos o conceito de promoção da saúde apresentado por Buss (2009) como uma combinação de estratégias, entre ações do Estado, da comunidade, do indivíduo, do sistema de saúde e de parcerias intersectoriais. Já Paz *et al.* (2007) são autores que salientam que a produção midiática sobre saúde recai na narrativa na qual o sofredor, ou doente, é vítima dos seus comportamentos inadequados. Uma herança do período de domínio da igreja sobre qualquer assunto da sociedade, e no qual a doença era considerada castigo pelo pecado do corpo ou da mente. De acordo com o resultado do teste exato de Fisher (F) as diferenças entre países são significativas ( $F=130,9$ ;  $p<0,001$ ). Quanto à nossa primeira hipótese de pesquisa, que aqui citamos novamente:

**H1:** Considerando que a saúde é um direito fundamental e representada midiaticamente sem levar em consideração os diversos contextos socioeconômicos ou culturais, as temáticas sobre saúde mais abordadas nas emissoras públicas de países de língua oficial portuguesa são semelhantes.

Assim, o resultado da análise de conteúdo categorial e a comparação com as entrevistas, apontam que a hipótese é parcialmente verdadeira. De fato, as temáticas mais abordadas, apresentadas através de categorias, sobre saúde possuem semelhanças, porém existem diferenças estatísticas entre os países.

### **6.3.2 Os valores-notícia de seleção nas produções sobre saúde**

No segundo capítulo dessa pesquisa apresentamos o desenvolvimento dos valores-notícia ao longo das décadas desde o seu surgimento. De forma resumida, os valores-notícia são uma consequência da rotina jornalística que exige cada vez mais rapidez na tomada de decisão. Segundo Harcup (2019), servem como uma referência de noticiabilidade mediante a qual os jornalistas avaliam o potencial de cada acontecimento. Acrescentamos as contribuições de Allern (2002) sobre a consideração de valores-notícia comerciais e de McGregor (2002) com a visualidade e aspectos que diferenciam a televisão de outros meios. No presente item, procuramos verificar a proposta da nossa segunda hipótese de pesquisa:

**H2:** As produções jornalísticas televisivas sobre saúde nos países de expressão oficial portuguesa utilizam os valores-notícia de seleção da mesma forma, pois são resultado da cultura profissional que é transnacional.

A análise parte de um panorama sobre os valores-notícia, no qual, em um primeiro momento, verificamos que a categoria “Relevância” foi a mais frequente entre as emissoras públicas de países de expressão oficial portuguesa, com 96%. Foi também a característica que mais apareceu na fala dos entrevistados quando questionados sobre quais elementos consideravam importantes haver em um evento para que ele fosse passível de ser noticiado. Quando fizemos um cruzamento de dados entre os temas e os valores-notícia, a categoria “Relevância” estava presente em 13 dos 16 temas, chegando mesmo a atingir uma frequência de 100% na maioria das temáticas e em 4 dos 6 países. Apenas o Telejornal da TPA, de Angola, e o Jornal de Cabo Verde da TCV, foram encontradas notícias que não se enquadravam com o valor-notícia “Relevância”. Trata-se de 3 peças, em Angola, que abordam cerimônias de conclusão de curso na área da saúde e a assinatura de contrato de novos agentes, mas a abordagem utilizada não demonstrava informações que tornassem os eventos relevantes para a sociedade. Já em Cabo Verde, foi apenas uma que notícia que narrava o encontro de um pequeno grupo de profissionais que celebravam o Dia do Enfermeiro.

No ponto acima, observamos que os temas mais noticiados nos países de língua oficial portuguesa foram “Políticas Públicas”, “Infraestrutura”, “Estilo de Vida” e “Reivindicações”. Considerando que o enfoque de cada uma dessas temáticas é diferente em cada país, compreendemos que o que têm em comum são os sistemas públicos de saúde, que mesmo funcionando de maneira distinta, acabam por ser a principal fonte de informação. No entanto, enquanto TCV, TVM, TVS seguem uma agenda governamental,

orientada pelos comunicados de imprensa dos órgãos oficiais de saúde, a TV Brasil, embora seja pautada em certo grau pelo Ministério da Saúde, indica o fazer de forma independente. No caso da RTP1, notamos um maior nível de independência e debate acerca dos temas, com narrativas de serviço público de sensibilização, mas também de denúncia.

Após o critério da “Relevância”, o segundo valor-notícia que mais aparece nas peças sobre saúde analisadas é o da “Novidade”, com 69,9%. Como já referido por Lerner e Ferraz (2012), no paradigma da promoção da saúde, e da medicina preventiva, os assuntos sobre saúde, no geral, costumam conter aspectos de novidade e atualidade. O fator “Novidade” aparece na classificação de Traquina (2005), mas para Silva (2005) é considerado um valor-notícia macro, pois o que é novo faz parte dos princípios básicos do jornalismo. A cobertura noticiosa sobre saúde de Angola e Brasil vai de encontro ao entendimento de Silva (2005) quanto ao valor-notícia “Novidade”. Nas emissoras públicas desses dois países, o percentual de eventos considerados como novidade ultrapassou apenas a marca dos 50%, sendo 51,7% nas peças da TPA e 52% na TV Brasil. As produções veiculadas pelo Telejornal e pelo Repórter Brasil referem campanhas anuais de conscientização, reportagens especiais sobre doenças que atingem grande número de pessoas, como o Acidente Vascular Cerebral (AVC) e endometriose. Como é possível observar no ponto 6.1.7 dessa pesquisa, o valor-notícia “Novidade” não tem correspondência com as temáticas “Doenças Comuns”.

Em Cabo Verde, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, observamos que o percentual de notícias com o valor “Novidade” ultrapassava os 70%, chegando aos 100% em Portugal. No caso dos dois primeiros países, durante o período analisado ocorreram greves no setor da saúde, construções de novos hospitais e aquisição de equipamentos, em Cabo Verde ainda eram registrados casos de Covid-19, assuntos em que no ponto 6.1.7 se verifica a relação entre as categorias temáticas “Surto, endemias, epidemias e pandemias”, “Infraestrutura” e “Reivindicações”. Na mesma época, São Tomé e Príncipe noticiava a reabilitação de infraestruturas e capacitação de médicos para cirurgias. Já em Portugal, além da greve dos médicos e enfermeiros, no período utilizado para a análise, foi anunciada a criação do primeiro embrião humano sintético. Dessa forma, além de produções categorizadas no tema “Reivindicações”, também foi possível encontrar notícias relacionadas com a categoria “Descobertas Científicas”.

Juntamente com os valores-notícia “Relevância” e “Novidade”, embora em menor percentagem estatisticamente, o fator “Amplitude/Impacto”, está entre os três mais seguidos pelas emissoras estudadas, com 61,3%, e é um dos mais citados pelos profissionais entrevistados. A “Amplitude/Impacto” da notícia está relacionada com seu alcance e proporção. Para Silva (2005), o impacto reflete um grande número de pessoas

envolvidas no fato, afetadas pelo fato ou grandes quantias. O país onde o percentual desse valor-notícia é mais alto é Portugal, com 73,9%, e podemos citar como exemplo a nota coberta “Sindicato dos enfermeiros vai avançar com a greve”, veiculada no dia 9 de maio de 2023. Além de englobar um número considerável de profissionais, imagina-se que inúmeros pacientes também serão afetados. O segundo país com maior percentual de utilização do valor “Amplitude/Impacto” é o Brasil, com 72%. Nesse caso, podemos referir o exemplo da coletiva/conferência de imprensa sobre a “Retomada do programa Brasil Sorridente”, veiculada no dia 8 de maio de 2024, projeto do Ministério da Saúde que trata da saúde bucal em todo o país. Na tabela 15, que analisa a relação entre as emissoras públicas de cada país e os valores-notícia utilizados, o teste exato de Fisher (F) mostra que apenas nas categorias, que representam valores-notícia, “Amplitude” (F=6,8; p=0,226), “Personificação” (F=70,6; p=0,173), “Raridade” (F=0,40; p=0,474), “Tragédia” (F=60,9; p=0,130) e “Justiça” (F=60,3; p=0,117) não existe uma diferença significativa. No entanto, nas demais categorias, como “Novidade” (F=230,8; p=0,000), “Relevância” (F=100,5; p=0,006) e “Imprevisibilidade” (F=270,3; p=0,000), foram encontradas diferenças significativas. Estas diferenças significativas não estavam previstas na nossa segunda hipótese, que aqui citamos novamente:

**H2:** As produções jornalísticas televisivas sobre saúde nos países de expressão oficial portuguesa utilizam os valores-notícia de seleção da mesma forma, pois são resultado da cultura profissional que é transnacional.

Assim, a hipótese é refutada, pois os valores-notícia apresentaram diferenças significativas de país para país – isso embora os três mais utilizados apresentem certo grau de concordância entre a análise de conteúdo e a fala dos entrevistados.

### **6.3.3 O diferencial da comunicação pública**

Antes de avançarmos, cabe retomar a discussão proposta no capítulo 3 acerca do conceito de comunicação pública. Isso porque, durante o andamento da pesquisa, observamos que as emissoras, ditas públicas, de televisão, na realidade seguem modelos diferentes de gestão. Leite (2017) explica que um veículo de comunicação, para ser considerado público, devem ter participação da sociedade civil no seu controle e gestão. Para Brandão (2010), as emissoras públicas de televisão devem gerar debate e autenticidade e não tentar prender a atenção dos telespectadores apelando para os efeitos espetaculares e dramáticos. No caso da presente pesquisa, como não foi nosso intuito estudar o modelo de organização das emissoras, consideraremos as mesmas

como públicas de acordo com a compreensão dos profissionais que atuam nesses veículos e na descrição apresentadas pelos canais de televisão.

Com base na premissa, de que as emissoras, ou qualquer veículo público de comunicação, tem compromisso com o interesse público, deixando os índices de audiência e os lucros em segundo plano, ponderamos a terceira hipótese da nossa pesquisa:

**H3:** Por não estarem atreladas à busca por audiência, as emissoras públicas de televisão possuem mais liberdade na seleção dos acontecimentos que serão noticiados.

A confirmação ou refutação dessa hipótese tem como ponto de partida as entrevistas com os editores-chefes, chefe de redação e coordenadora de jornalismo das emissoras estudadas. Nas falas dos profissionais observamos que dois consideram que os canais em que trabalham possuem independência do governo e do mercado para selecionar e produzir as notícias. São os casos da TV Brasil e da RTP1 de Portugal.

A análise das notícias do Repórter Brasil, da TV Brasil, demonstrou um percentual pequeno dos valores-notícia “Governo”, com 24%, e “Proeminência”, com 16%, fatores que geralmente estão relacionados com o grau de dependência de certas instituições, assim como o domínio das fontes oficiais. Mas no caso do Repórter Brasil, o tipo de fonte mais utilizado nos temas sobre saúde é a especializada, com 72%. Mesmo com o tema sobre “Políticas Públicas” sendo o que mais teve notícias categorizadas, relembramos a fala do editor-chefe, Guilherme Portanova, de que a linha editorial do jornalismo da TV Brasil é voltada para a prestação de serviço público, para a conscientização e divulgação de informações que afetam diretamente a saúde e o bem-estar das pessoas. Além disso, o editor-chefe também destaca que o Repórter Brasil promove assuntos que não costumam ter valor midiático para emissoras privadas, como a cobertura de lutas identitárias, de comunidades indígenas, minorias ou minorizados. Estes dão aspectos defendidos por Brandão (2010) sobre o caráter das emissoras públicas. Outro ponto importante na sensação de independência do jornalismo da TV Brasil, tem relação com a criação do Canal Gov, pela EBC, esse sim voltado completamente para acompanhamento da agenda governamental.

De acordo com as declarações da coordenadora de jornalismo do Telejornal, da RTP1, Florbela Godinho, a agenda noticiosa da empresa é desenvolvida com a captação de informações de diversas formas, dos imprevistos, das agendas políticas, econômicas, culturais, sociais, das fontes formais ou informais. Embora os valores-notícia “Governo” e “Proeminência”, ambos com 69,6%, sejam observados com uma frequência significativa, juntamente com o uso de fontes “Oficiais”, com 73,9%, e domínio da

temática "Políticas Públicas", com 39,1%, é necessário considerar o enquadramento dado a esse conjunto de informações. No caso da RTP1, como já referimos, as produções possuem caráter de denúncia e prestação de serviço público. Juntamente com partes dos programas destinados às discussões opinativas sobre as temáticas, a emissora demonstra ter uma linha editorial independente. A coordenadora de jornalismo complementa dizendo que no caso da RTP1, os profissionais são regidos pelos critérios do jornalismo "puro e duro", como objetividade, construção das notícias com base nos fatos, no cruzamento de fontes, assim como os outros veículos, mas sem o empecilho de ter uma finalidade comercial. O que Pedreira e Lopes (2020) apontam como um dos princípios do serviço público, o distanciamento frente às fontes de financiamento e a preocupação com os cidadãos.

Contudo, há uma singularidade que "separa" o modo de fazer jornalismo da TV Brasil da RTP1. A emissora pública portuguesa é muito mais antiga, criada em um contexto de ditadura, conta com anúncios comerciais de empresas privadas e está inserida no contexto socioeconômico com menos desigualdade do que o Brasil. Já a TV Brasil ainda não possui 20 anos de existência, foi criada já numa realidade democrática, mas com a dependência de subsídios do governo e com investimentos publicitários feitos apenas por instituições públicas, a estrutura da emissora é menor e, algumas vezes, enfrenta dificuldades financeiras, além de tentativas de desmonte a depender do partido político que está no poder executivo.

Os casos de Cabo Verde e Moçambique já são diferentes. Com as emissoras públicas desses países sendo as mais antigas em cada território, e criadas em um contexto pós-colonial e de política monopartidária, acabaram desenvolvendo culturas profissionais de cobertura da agenda governamental que perdura até os dias de hoje. Além dessas particularidades, as emissoras também estão inseridas numa realidade midiática de pouca concorrência e de poucas opções de anunciantes. Como ressalta o editor-chefe do Jornal da Noite da TCV, de Cabo Verde, Marco Rocha, mesmo as emissoras privadas do país dependem, em algum nível, dos investimentos feito pelo governo, porque o mercado publicitário não é tão grande. Por haver uma verba fixa, destinada à TCV, o editor-chefe entende que, de certo modo, isso permite algum grau de independência, mesmo que longe do ideal. Quando analisamos as notícias sobre saúde emitidas pelo Jornal da Noite, observamos que os valores-notícia "Governo", com 53,3%, e "Proeminência", com 60%, além do domínio das fontes oficiais, com 46,7%, reforçam a declaração do editor-chefe

de que 50% da agenda noticiosa do programa é pautada pela agenda governamental, através do envio de comunicados de imprensa por parte do governo.

Em Moçambique, o cenário é parecido. Com a TVM sendo a emissora mais antiga criada após o fim do colonialismo, esteve muitos anos ao serviço do partido que governou o país após a independência de Portugal, num regime monopartidário. De acordo com a análise das produções jornalísticas sobre saúde do Telejornal, podemos considerar os valores-notícia “Proeminência”, com 69,6%, e “Governo”, com 52,2%, juntamente com o domínio das fontes oficiais, com 73,9%, como indicativos da influência da agenda governamental. Informação que o chefe de redação do Telejornal confirma em sua entrevista, quando salienta que, enquanto televisão pública, há muita carga política na construção da agenda do programa. Ao contrário do que foi mencionado sobre a TCV ter maior independência financeira do que as demais emissoras, a TVM, segundo Holden Guedes, parece ter um pouco menos de liberdade para abordar determinados assuntos do que as outras emissoras do país. O chefe de redação admite que, em certos momentos, a linha editorial é condicionada pela natureza de órgão público de comunicação. Dessa forma, o que se nota é um caráter de emissora mais estatal do que pública, segundo as características apontadas por Brandão (2010) e Leite (2017).

Com as informações obtidas pela análise das peças jornalísticas e das entrevistas podemos afirmar que, pelo menos em quatro, dos seis países estudados, a hipótese “H3: Por não estar atrelada à busca por audiência, as emissoras públicas de televisão possuem mais liberdade na seleção dos acontecimentos que serão noticiados”, é parcialmente verdadeira, pois duas emissoras reconheceram ter independência para selecionar e produzir as notícias, enquanto outras duas afirmaram sofrer influência da agenda governamental de forma direta.



## Conclusão

A presente pesquisa teve como objetivo central investigar os critérios de noticiabilidade aplicados nas emissoras públicas de televisão dos países de língua oficial portuguesa, com ênfase na cobertura de saúde. A partir da análise de conteúdo de 173 notícias, selecionadas pelo método do mês construído, e entrevistas com jornalistas dessas emissoras, buscou-se identificar quais os valores-notícia predominantes, as temáticas mais recorrentes e a autonomia editorial das emissoras na seleção dos conteúdos.

A partir dos dados analisados, observamos que, embora os valores-notícia de “Relevância”, “Novidade/Atualidade” e “Amplitude/Impacto” tenham se destacado de forma consistente em todas as emissoras analisadas, existem variações importantes de acordo com o contexto político, social e econômico de cada país. A princípio, esses critérios parecem ser universalmente aplicados, mas, ao aprofundarmos a análise, percebemos que as diferenças entre os países são notáveis e afetam diretamente a forma como esses valores-notícia são operacionalizados.

A “Relevância”, por exemplo, foi um dos valores que mais apareceu nas notícias sobre saúde, principalmente em países como Angola, Brasil e Portugal. Nos contextos desses países, o tema da saúde é tratado como uma questão de interesse público de grande magnitude, refletindo a importância das políticas de saúde e dos serviços oferecidos à população.

No entanto, nos países africanos, como Moçambique e Angola, as dificuldades enfrentadas pelos sistemas de saúde, especialmente no que tange à infraestrutura e à falta de recursos, dão espaço para que fontes oficiais apareçam com as soluções. Já em países como Portugal e Brasil, onde o sistema de saúde apresenta um nível mais elevado de organização, os temas de saúde frequentemente cobertos algumas vezes manifestam problemas estruturais, como no caso de Portugal, e se concentram em políticas públicas que promovem o acesso universal à saúde e a prevenção de doenças, como no caso do Brasil.

Em Portugal, especialmente, observamos uma forte ênfase no valor-notícia de “Novidade ou Atualidade”, evidenciado pelo fato de que 100% das notícias analisadas tinham como critério principal a cobertura de eventos recentes ou em desenvolvimento. O que foi corroborado pela coordenadora de jornalismo da RTP1, ao referir que a linha editorial da empresa é orientada pelos critérios do jornalismo “puro e duro”. O que contrasta com Cabo Verde, por exemplo, em que a cobertura de saúde é mais focada em temas de “Estilo de Vida” e hábitos saudáveis. Isso pode ser explicado pelas carências do

sistema de saúde, que acaba levando a instituições privadas a promoverem campanhas de prevenção, consultas gratuitas e incentivo ao autocuidado.

Um aspecto que se mostrou particularmente relevante no estudo foi o uso das fontes de informação nas notícias sobre saúde. As fontes oficiais, como ministérios da saúde, hospitais públicos e autoridades governamentais, foram as mais recorrentes em todos os países analisados, especialmente em Angola e São Tomé e Príncipe, onde mais de dois terços das notícias se basearam em informações fornecidas por órgãos estatais. Isso sugere uma dependência significativa das emissoras públicas em relação às agendas definidas pelos governos, o que levanta questões importantes sobre a autonomia editorial e a capacidade dessas emissoras de incorporar outras perspectivas em suas coberturas. Essa dependência excessiva pode limitar a diversidade de vozes e impedir que as emissoras públicas ofereçam uma cobertura mais plural e crítica dos temas de saúde. Isso é especialmente problemático em contextos onde o controle estatal sobre os meios de comunicação é mais forte, como em Angola e Moçambique. No entanto, vale destacar que, em países como o Brasil, as fontes especializadas, como médicos, pesquisadores e especialistas em saúde, também desempenharam um papel significativo na construção das notícias. Assim como referido pelos próprios jornalistas nas entrevistas presentes nessa pesquisa, Lopes *et al.* (2021) já indicavam a dependência em larga medida dos comunicados de imprensa, ou subsídios de informação, que chegam das fontes oficiais de informação. As notícias sobre saúde estão cada vez mais dominadas por vozes oficiais e especializadas, que definem o tom e o enquadramento dos assuntos (Kucinsky, 2002; Malinverni & Cuenca, 2017; Lopes *et al.* 2021). Sobretudo, porque as temáticas sobre saúde envolvem certo grau de conhecimento na área que foge ao domínio dos jornalistas, acompanhado pelo esvaziamento das redações, a pressão da instantaneidade amplificada pelos meios *online* e canais informativos como transmissão 24 horas por dia (Magalhães, 2020; Lopes *et al.* 2021).

O formato (como norma que estabelece parâmetros estruturais para cada forma) mais encontrado nas produções jornalísticas analisadas foi o da reportagem, com 72,1%. Dos jornais televisivos estudados, o Telejornal, da TPA de Angola, foi o que mais apresentou as informações no formato reportagem, com 79,3%. Observamos também, que, em escala muito reduzida, os outros dois formatos usados foram a cobertura ao vivo/em direto sem apoio de imagens, com 15%, sendo a emissora TCV, de Cabo Verde, a que mais fez uso dessa maneira de fornecer as informações, com 26,7%. Já o terceiro formato mais encontrado na análise foi a nota coberta, com 5,8%, sendo a RTP1, de Portugal, a emissora que mais a utilizou. A reportagem é um formato que possibilita uma abordagem mais investigativa e analítica, o que pode ser visto como um sinal do esforço das emissoras públicas para fornecer ao público não apenas informação factual, mas

também uma compreensão mais profunda dos problemas enfrentados pelo sistema de saúde. No entanto, o uso mais limitado de outros formatos, como a cobertura ao vivo/ em direto e a nota coberta, sugere que as emissoras públicas ainda estão se adaptando a um cenário midiático cada vez mais ágil e multimídia, onde a rapidez na transmissão das informações é valorizada. A cobertura ao vivo, quando utilizada, tende a ocorrer em situações de emergência ou em campanhas de grande relevância, como campanhas de vacinação em massa ou o acompanhamento de surtos epidêmicos. A nota coberta, por sua vez, aparece mais frequentemente em Portugal, onde a necessidade de transmitir informações rápidas e concisas é maior, refletindo um ambiente midiático que valoriza a agilidade e a economia de tempo na produção de notícias.

Na análise do enquadramento, que categorizamos em “Positivo”, “Negativo” e “Neutro”, o resultado mostrou predomínio das classificações “Neutro” e o “Positivo” nas coberturas de 5 dos 6 países, com mais de 70%. Isso revela uma postura editorial cautelosa das emissoras públicas, que, em muitos casos, evitam uma abordagem excessivamente crítica dos temas de saúde, preferindo adotar uma narrativa que busca equilibrar as informações ou promover uma visão mais construtiva das ações governamentais. Em Angola e São Tomé e Príncipe, por exemplo, as notícias com enquadramento positivo foram mais frequentes, com as emissoras enfatizando os esforços dos governos para melhorar os serviços de saúde e promover políticas de saúde pública. Essa escolha editorial pode ser interpretada como uma tentativa de fortalecer a confiança do público nas instituições de saúde e, ao mesmo tempo, promover uma imagem positiva das ações governamentais. No entanto, em Portugal, o enquadramento negativo foi mais comum, com 47,8% das notícias adotando uma postura mais crítica em relação ao sistema de saúde. Isso sugere que, em contextos onde a mídia pública goza de maior liberdade editorial, as emissoras se sentem mais à vontade para criticar as falhas do sistema de saúde e para explorar temas mais controversos. A presença de enquadramentos negativos indica um jornalismo mais investigativo, que vai além da simples transmissão de informações e busca questionar as políticas de saúde e suas implicações para a população.

Com a linguagem televisiva ancorada em aspectos técnicos e tecnológicos como vídeo, áudio, fotografias, infográficos, entre outros, há autores que defendem que esses elementos sejam considerados no momento de avaliar a noticiabilidade dos acontecimentos. Por esse motivo, verificamos o que chamamos de materiais de apoio mais utilizados nas produções jornalísticas das emissoras estudadas. Dessa forma, observamos que 100% das produções fazem uso das “Imagens Profissionais”, ou seja, vídeos captados por profissionais das emissoras de televisão ou contratados à parte. “Entrevistas em videochamada” e os “Infográficos ou Animações” estão também entre as

três alternativas de apoio mais utilizadas, embora com percentual muito menor, ambos com 8,1%, aparecendo em quatro dos seis canais de televisão. Na avaliação por país, Portugal, com 34,8% e 21,7%, respectivamente, e Brasil, com 24% e 20%, surgem como os países que mais utilizam esses materiais. Isso sugere que ainda há espaço para as emissoras públicas aprimorarem a apresentação visual de suas notícias, especialmente em um cenário onde as mídias digitais estão se tornando cada vez mais concorrentes diretas da televisão. Entretanto, é fundamental considerar a estrutura técnica e tecnológica com as quais as emissoras precisam trabalhar.

A averiguação dos locais, ou “Território”, como chamamos a categoria, foi um aspecto que consideramos importante analisar, considerando as diferenças de expansão territorial, diversidade cultural e de idiomas dos países, mas também até que ponto era possível observar o valor-notícia “Proximidade”. Dessa maneira, quando falamos de território, referimo-nos aos locais onde os eventos aconteceram ou que abrangem, que podem ser de nível “Nacional”, “Regional” ou “Internacional”. O resultado da análise mostra uma predominância de produções jornalísticas com foco em acontecimentos nacionais, com 48%, e regionais, com 46,8%. Com a TV Brasil apresentando o maior índice de produções de abrangência “Nacional”, 72%, a TCV tem o maior percentual de produções de acontecimento “Regional”, 66,7%, e a TPA possui a maior percentagem de peças de cunho “Internacional”, 13,8%.

Essa análise sobre os critérios de noticiabilidade aplicados às notícias de saúde nas emissoras públicas de televisão dos países de língua oficial portuguesa revela não apenas as semelhanças transnacionais no uso dos valores-notícia, mas também as especificidades de cada país em termos de prioridades editoriais, contextos políticos e pressões institucionais. O estudo mostrou que, embora as emissoras públicas desempenhem um papel crucial na mediatização dos temas de saúde, elas ainda enfrentam desafios significativos em termos de autonomia editorial, pluralidade de fontes e adaptação às novas dinâmicas midiáticas.

Durante o desenvolvimento do enquadramento teórico, notamos que há diversas lacunas acerca dos temas que transpassam pela nossa pesquisa. Em primeiro lugar, investigações sobre os critérios de noticiabilidade, com foco nos valores-notícia de seleção, em países de língua oficial portuguesa que vão além de Brasil, Portugal e Angola. Em segundo lugar, estudos relacionados sobre a comunicação em saúde nesses países e também o cruzamento de informações sobre noticiabilidade em saúde em países de expressão oficial portuguesa. Dessa forma, acreditamos que conseguimos contribuir, através da nossa investigação, com a verificação de questões consideradas base da cultura profissional jornalística, como os critérios de noticiabilidade, em especial os valores-notícia, que para Traquina (2005) são transnacionais independentemente das

distintas realidades culturais e socioeconômicas, em um leque maior de países que tem o português como idioma oficial.

Essas constatações contribuem para o campo das Ciências da Comunicação, especialmente no que diz respeito ao jornalismo em saúde, ao oferecer uma visão comparativa entre países que compartilham uma herança linguística e cultural, mas que enfrentam realidades sociais e políticas distintas. Ao destacar as diferenças e semelhanças na forma como as emissoras públicas abordam os temas de saúde, a pesquisa abre novas possibilidades de investigação sobre o papel da mídia pública na promoção da saúde, na fiscalização das políticas públicas e na formação de uma cidadania informada e consciente de seus direitos à saúde. Além disso, a pesquisa contribui para o desenvolvimento teórico dos estudos de *agenda-setting*, especificamente do *agenda-building*, ao demonstrar como os valores-notícia são aplicados em diferentes contextos e como fatores externos, como as políticas governamentais e as condições econômicas, influenciam diretamente a construção da agenda midiática sobre saúde. Essa perspectiva é especialmente relevante no contexto das emissoras públicas, que, embora não estejam diretamente sujeitas às pressões do mercado, ainda enfrentam limitações significativas em termos de autonomia editorial, especialmente em países onde o controle estatal sobre a mídia é mais pronunciado.

### **Limitações do estudo**

No percurso de desenvolvimento da presente pesquisa nos deparamos com algumas limitações. Os critérios de noticiabilidade, por exemplo, são compostos por diversas conceituações, especialmente os valores-notícia. Para poder realizar a nossa análise procuramos agregar as definições de autores que avaliamos estarem em concordância com nosso ponto de vista, mas esclarecemos que uma nova análise, que incorpore outros valores-notícia existentes, ou aprofunde a análise para além dos valores de seleção, podem apresentar resultados diferentes.

Também consideramos que a análise possui um direcionamento oriundo de um viés acadêmico e profissional brasileiro sobre o jornalismo, com a utilização de definições criadas partindo do modo de fazer jornalismo específico, influenciado pelo modelo norte-americano, que pode não interpretar as produções dos países analisados de maneira completa.

Entendemos também que uma amostra maior de notícias traria resultados mais robustos sobre o tema proposto, juntamente, com uma análise feita em grupo com representantes de todos os países para que o contexto de cada um fosse representado.

## **Pesquisas futuras**

Ao refletirmos sobre os encaminhamentos para pesquisas futuras, um percurso promissor seria realizar uma pesquisa sobre os modelos de gestão das emissoras públicas dos países de língua oficial portuguesa e de que maneira eles influenciam a cultura jornalística.

Além disso, uma comparação entre as emissoras públicas e privadas de televisão nos países de língua oficial portuguesa poderia oferecer contribuições sobre como as pressões comerciais e as demandas de audiência influenciam a cobertura de saúde. A inclusão de emissoras privadas no estudo permitiria avaliar até que ponto as emissoras públicas têm maior liberdade para explorar temas de saúde de interesse público e como elas se diferenciam em termos de qualidade e profundidade das coberturas.

Essas propostas de pesquisas futuras refletem a necessidade de uma abordagem mais ampla e interdisciplinar para o estudo do jornalismo em saúde, especialmente em contextos onde a mídia pública desempenha um papel central na promoção da saúde e na educação da população. Em um cenário global de constantes mudanças, onde crises de saúde pública podem surgir de forma inesperada, é essencial que as emissoras públicas estejam preparadas para fornecer informações precisas, independentes e acessíveis a toda a população. Encerra-se com a ideia de que o presente estudo contribuiu de forma significativa para a compreensão dos critérios de noticiabilidade aplicados às notícias de saúde nas emissoras públicas dos países de língua oficial portuguesa, revelando a complexidade dos processos de seleção editorial e a importância dos contextos locais na construção da agenda midiática. Ao analisar como essas emissoras lidam com temas de saúde, a pesquisa oferece uma base sólida para futuras investigações e destaca a necessidade de maior pluralidade de fontes e autonomia editorial, de modo que o jornalismo em saúde possa cumprir plenamente seu papel de informar, educar e conscientizar a população sobre os desafios e as oportunidades da saúde pública.

## Bibliografia

- Abreu, K., Cassal, Y., Tews, J. & Rodrigues, F. (2021). Memória da televisão no Brasil: um breve passeio pela história. *iCom+D - Comunicação e Design: transversalidades possíveis*. 4(1), 1-18. <https://seer.faccat.br/index.php/ricom/article/view/2318>
- Allern, S. (2002). Journalistic and Commercial News Values: News Organizations as Patrons of an Institution and Market Actors. *Nordicom Review*.  
<https://doi.org/10.1515/nor-2017-0327>
- Almeida Filho, N. & Jucá, V. (2002). Saúde como ausência de doença: crítica à teoria funcionalista de Christopher Boorse. *Ciência & Saúde Coletiva*, 7(4), 879-889. DOI <https://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232002000400019>
- Almeida, V., & Coutinho, I. (2015). Análise da saúde no telejornalismo público: a temática no Repórter Brasil edição noturna. In *Anais do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Rio de Janeiro.  
<https://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/resumos/R10-1828-1.pdf>
- Alsina, M. (1993). *La Construcción de la Noticia*. Barcelona: Paidós.
- Amaral, V., Laguardia, J. & Cardoso, J. (2017). O discurso do risco na controvérsia dos emagrecedores: uma análise da cobertura de imprensa nos anos de 2011 e 2014. *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde*. 11(3): <https://doi.org/10.29397/reciis.v11i3.1274>
- Andrade Neto, L. (2022). A produção de notícias em formato híbrido no telejornalismo de rede da TV Globo. [Tese de Doutorado em Ciências da Informação, Universidade Fernando Pessoa]. Repositório Institucional da Universidade Fernando Pessoa <http://hdl.handle.net/10284/10907>
- Andringa, D. (2013). *Funcionários da Verdade. Profissionalismo e Responsabilidade Social dos Jornalistas do Serviço Público de Televisão*. [Tese de Doutorado, Instituto Universitário de Lisboa], Lisboa. Repositório <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/5886>
- Antunes, E. (2008). Acontecimento, temporalidade e a construção do sentido de atualidade no discurso jornalístico. *Contemporânea*. 6(1), 1-21 <https://doi.org/10.9771/contemporanea.voio.3517>
- Araújo, I. & Cardoso, J. (2007). *Comunicação e Saúde*. Fiocruz
- Araújo, I. et al (2008). Comunicação e saúde: trajetória, panorama e desafios atuais. In *Anais do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Natal <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/r3-1391-1.pdf>
- Araújo, V. V. B. (2011). Telejornalismo na TV pública brasileira. Uma análise do Repórter Brasil. In I. M. M. Gomes (Org.). *Gêneros televisivos e modos de*

- endereço no telejornalismo* (pp. 197-222). Salvador: UFBA
- Araújo, R. e Lopes, F. (2014) Olhando o agenda-building nos textos de saúde: um estudo dos canais e fontes de informação. In *Comunicação Global, Cultura e Tecnologia: livro de Atas do 8º Congresso SOPCOM*. Lisboa
- Aronchi Sousa, J. (2015). *Gêneros e Formatos na televisão brasileira*. Summus Editorial. São Paulo: Summus.
- Aruguete, N. (2017). Agenda Building. Revisión de la literatura sobre el proceso de construcción de la agenda mediática. *Signo y Pensamiento 70 – Agendas*. XXXVI, 36-52 <https://doi.org/10.11144/Javeriana.syp36-70.abrl>
- Assis, F. (2010). Fundamentos para a compreensão dos gêneros jornalísticos. *Revista ALCEU*, 11(21), 16-33.
- Azevedo, A. P. (2012). Jornalismo de saúde: novos rumos, novas literacias. In F. R. Lopes, Teresa (Ed.), *Comunicação e Sociedade: mediatização jornalística do campo da saúde* (pp. 185-198) Braga: Edições Humus
- Bakhtin, M. (1986). *Speech genres and other late essays*. Austin: University of Texas Press.
- Bakir, V. (2015). News, agenda building, and intelligence agencies: a systematic review of the field from discipline of journalism, media, and communications. *The International Journal/Press*, 20(2), 131-144 <https://doi.org/10.1177/1940161214566>
- Bandrés, E., Avilés, J. A. G., Pérez, G. & Pérez, J. (2002). *El periodismo en la televisión digital*. Madrid: Espasa Libros.
- Barbosa, E. (1997). A radiodifusão em Moçambique: o caso da Rádio Clube de Moçambique (1933-1974). [Trabalho de Conclusão de curso de licenciatura, Universidade Eduardo Mondlane]. Maputo. Repositório UEM <http://monografias.uem.mz/handle/123456789/2376>
- Barnett, S. (2011). *The rise and fall of television journalism. Just wires and lights in a box?* London: Bloomsbury Academic.
- Baptista, C. (2019). A invenção da televisão revolucionária – a RTP durante o PREC (1974-1975). *Media & Jornalismo*, 19(35), 237-247 [https://doi.org/10.14195/2183-5462\\_35\\_16](https://doi.org/10.14195/2183-5462_35_16)
- Batistella C. (2008) Abordagens contemporâneas do conceito de saúde. In: A. F. Fonseca, A. D. Corbo, (Org.) *O território e o processo saúde-doença*. Rio de Janeiro: EPSJV, Fiocruz.
- Becker, B. (2005). Telejornalismo de qualidade: um conceito em construção. *Revista Galáxia*. 10, 51-64
- Becker, B. & Carlos, A. (2015). Mídia e Jornalismo em Angola: uma radiografia. *Revista Brasileira de História da Mídia*. 4(2), 135-143.

DOI: <https://doi.org/10.26664/issn.2238-5126.4220154185>

Becker, B. (2022), *Televisão e Telejornalismo: transições*. São Paulo: Estação das Letras e Cores.

Bednarek, M. & Caple, H. (2017). *The Discourse of News Values: How News Organizations Create Newsworthiness*. Oxford University Press

Belim, C & Lagido, S. (2021). Géneros e formatos televisivos da comunicação em saúde na televisão: O talk show Diga Doutor. *Revista Mediterránea de Comunicación*. 12(2), 301-319. DOI <https://doi.org/10.14198/MEDCOM.19870>

Berkowitz, D. (1987). TV News Sources and News Channels: A study in genda-Building. *Journalism & Mass Communication Quarterly*, 64 ( 2-3), 508-513

Berlo, D. K. (1991). *O Processo da Comunicação: Introdução à Teoria e à Prática*. São Paulo: Martins Fontes.

Bertol, S. (2009). Comunicação da saúde: um estudo comparado sobre a divulgação do câncer de mama Brasil-EUA. *Revista Famecos*. 39: 105-111. <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2009.39.5850>

Bertolli Filho, C. (2017). A precariedade da história da televisão brasileira. *Comunicação Midiática*. 12 (2), 177-180.

Bianco, N. & Pinheiro, E. (2017). Tensionamentos do viés educativo na origem e atuação do serviço de radiodifusão pública brasileiro. In N. Bianco, L. Klockner & L. A. Ferrareto (Orgs.), *80 Anos das rádios Nacional e MEC do Rio de Janeiro*. Porto Alegre: ediPUCRS.

Bortoliero, S. (1999). *As representações de saúde e doença na Televisão Brasileira. Um estudo sobre o que pensam os profissionais da TV Cultura de São Paulo no final do Século XX*. Disponível em [http://encipecom.metodista.br/mediawiki/images/3/3a/61\\_-](http://encipecom.metodista.br/mediawiki/images/3/3a/61_-)

[As representacoes de saude e doenca - Simone.pdf](#). Acessado em 4 de abril de 2017.

Bortoliero, S. et al (2015). A saúde nas mídias brasileiras. Em busca da superação das semelhanças entre o local e o nacional. In A. Personi (Org.) *Comunicação, Saúde e Pluralidade: novos olhares e abordagens em pauta*. São Caetano do Sul: USCS.

Bourdieu, P. (1989). Social Space and Symbolic Power. *Sociological Theory*, 7(1), 14-25.

Boyd, A. (1990). *Broadcast Journalism. Techniques of Radio and TV News*. Oxford: Heinemann Professional Publishing.

Brandão, N. (2010). *As notícias nos telejornais: que serviço público para o século XXI?* Lisboa: Guerra e Paz.

Brandão, E. (2012). Conceito de comunicação pública. In: J. Duarte (org). *Comunicação Pública: Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público*. 3ª ed. São Paulo: Atlas

- Brighton, P. & Foy, D. (2007). *News Values*. London: Sage
- Brilhante, N. (2009). Nas franjas do império ultramarino português: a experiência insular de São Tomé e Príncipe no despertar dos oitocentos. *História - Dossiê: Império Português*, 28 (1) <https://doi.org/10.1590/S0101-90742009000100003>
- Brito, R. H. & Bastos, N. M. (2017). Dimensão semântica e perspectivas do real: comentários em torno do conceito de lusofonia. In M. Martins, H. Sousa & R. Cabecinhas (Orgs.). *Comunicação e Lusofonia: para uma abordagem crítica da cultura e dos media*. Braga: Campo das Letras
- Brito, J. (2017). Saúde – uma relação com o meio e os modos de vida. *Laboreal*, 13(1), 100-103. DOI <http://dx.doi.org/10.15667/laborealxiii0117jb>
- Brittos, V. (1999). A Televisão no Brasil, hoje: a multiplicidade da oferta. *Comunicação & Sociedade*, 31, 9-34
- Bucci, E; Chiaretti, M. & Fiorini, A. M. (2012). Indicadores de Qualidade nas Emissoras Públicas - Uma avaliação contemporânea. *Comunicação e Informação. Série Debates CI n° 10 – Junho 2012*. Unesco. Representação no Brasil.
- Bueno, W. (2014). A construção de uma Política de Comunicação como processo de legitimação da Comunicação Pública no Brasil. *Revista Comunicação Midiática*. 9(3), 11-24.  
<https://www2.faac.unesp.br/comunicacaomidiatica/index.php/CM/article/view/169>
- Bueno, W. (2015). Comunicação para a saúde: a prescrição deve ir além da competência técnica. In A. Personi (Org.) *Comunicação, Saúde e Pluralidade: novos olhares e abordagens em pauta*. São Caetano do Sul: USCS.
- Bumba, S. A. (2007). *A rádio em Angola e a Reinserção Social durante e no pós Conflitos Armados (Da luta para Independência ao Memorando de 2002)* [Monografia, Universidade Privada de Angola]. Luanda.
- Burzynska, J.; Binkowska-Bury, M. & Januszewicz, P. (2015). Television as a source of information on health and illness: Review of benefits and problems. *Progress in Health Sciences*, 5(2), 174-184.
- Buss, P. (2009). Uma introdução ao conceito de Promoção da Saúde. In D. Czeresnia & C. Freitas (Orgs.). *Promoção da Saúde: conceitos, reflexões, tendências*. São Paulo: Fiocruz.
- Cabrera, A., Martins, C. & Cunha, I. (2020). A cobertura televisiva da pandemia de Covid-19 em Portugal: um estudo exploratório. *Media & Jornalismo*, 20(37), 185-204. [https://doi.org/10.14195/2183-5462\\_37\\_10](https://doi.org/10.14195/2183-5462_37_10)
- Cabrera, A. (2022). O jornalismo no Estado Novo: censura, propaganda e coação. In A. Cabrera & H. Lima (Coord.) *Imprensa em Portugal: uma história*. Lisboa: ICNova. <https://doi.org/10.34619/gi8d-c84k>

- Cádima, F. (2010). Televisão, Cidadania e “História única”: uma análise da bibliografia portuguesa sobre o jornalismo televisivo em Portugal. *Media & Jornalismo*, 17(9) N° 2, 95-1
- Cádima, F. (2016). Televisão e Império: sobre a inexistência de emissões da RTP nas províncias ultramarinas portuguesas. *Media & Jornalismo*. 29(16)
- Cádima, F. (2020). A televisão no Portugal pós-revolucionário: instrumentalização, desregulação, demissão do Estado e debilitação do sector dos media. *Media & Jornalismo*, 20(37), 131-141. [https://doi.org/10.14195/2183-5462\\_37\\_7](https://doi.org/10.14195/2183-5462_37_7)
- Canguilhem, G. (2005). A saúde: conceito vulgar e questão filosófica. In: *Escritos sobre a Medicina*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária. 35-48
- Caple, H., & Bednarek, M. (2013). Delving into the discourse: approaches to news values in journalism studies and beyond (Publisher's version). Reuters Institute for the Study of Journalism.
- Carlón, M. (2004). *Sobre lo televisivo: dispositivos, discursos y sujetos*. Buenos Aires: laCrujía.
- Carlón, M. (2014). Repensando os debates anglo-saxões e latino-americanos sobre o “Fim da Televisão”. In M. Carlón & Y. Fechini (Orgs.). *O Fim da Televisão*. Rio de Janeiro: Confraria do Vento.
- Carlson, M., & Lewis, S. C. (2015). *Boundaries of journalism: Professionalism, practices and participation*. Routledge.
- Carvalho, C. A. (2016). Afetar e ser afetado pelo acontecimento: coberturas jornalísticas da Aids e impactos sociais. *Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, 38(2), 253-272. DOI <https://dx.doi.org/10.1590/1809-58442015213>
- Casermeyro de Pereson, A. (2004). *Los Medios en las Elecciones: La Agenda Setting en la Ciudad de Buenos Aires*. Buenos Aires: Educa.
- Cavaca, A. G. et al (2015). Entre evidências e negligências: cobertura e invisibilidade de temas de saúde na mídia impressa portuguesa. *Ciência & Saúde Coletiva*, 20(11), 3569-3580.
- Chichava, S. & Pohlmann, J. (2010). Uma breve análise da imprensa moçambicana. *Desafios para Moçambique*, 127.
- Cobb, R. e Elder, C. (1971). The Politics of Agenda-Building: an alternative perspective for Modern Democratic Theory. *The Journal of Politics*, 33(4), 892-915
- Cobb, R., Ross, JK. e Ross, M. (1976). Agenda Building as a Comparative Political Process. *American Political Science Review*, 70(1), 126-138  
<https://doi.org/10.2307/1960328>
- Coelho, S. (1999). *Angola: História e Estórias da Informação*. Luanda: Ed. Executive Center

Correia, J. C. (2006). *A representação jornalística da doença: mecanismo de controlo social e espaço de mediação entre a ciência e a vida quotidiana*. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/correia-joao-representacao-jornalistica-da-doenca.pdf>.

Correia, J. C. (2011). *O Admirável Mundo das Notícias: teorias e métodos*. Covilhã: Labcom Books.

Coutinho, I. (2003). A busca por critérios editoriais em telejornalismo: Notas sobre a exigência de conflito nas notícias televisivas. *Atas do XXVI Congresso Anual em Ciência da Comunicação*. Belo Horizonte

Couto, M (2011). *E se Obama fosse africano?: e outras intervenções*. São Paulo: Companhia das Letras.

Cunha, I. (2013). A globalização da investigação em Ciências Sociais: o caso dos Estudos de Comunicação no Espaço Ibero-Americano e Lusófono. *Matrizes*, 7: 149-165 DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v7i1p149-165>

Cunha, L. (2017). Terras lusitanas e gentes dos Brasis: A nação e o seu retrato literário. In M. Martins, H. Sousa, & R. Cabecinhas (Orgs.) *Comunicação e Lusofonia: para uma abordagem crítica da cultura e dos media*. Braga: Campo das Letras

Cushion, S. (2012). *Television Journalism*. London: Sage Publications

Dejours, C. (1986). Por um novo conceito de saúde. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 14, 7-11.

Denham, B. (2010). Toward Conceptual Consistency in Studies of Agenda-Building Processes: a scholarly Review. *The Review of Communication*, 10(4), 306-323 <https://doi.org/10.1080/15358593.2010.502593>

Dias, E. (2022). Visões panorâmicas sobre a história da imprensa periódica portuguesa (1641-1820). In A. Cabrera & H. Lima (Coord.) *Imprensa em Portugal: uma história*. Lisboa: ICNova. <https://doi.org/10.34619/gi8d-c84k>

Donders, K. (2019). Public service media beyond the digital hype: distribution strategies in a platform era. *Media, Culture & Society*, 41(7), 1011-1028. <https://doi.org/10.1177/0163443719857616>

Duarte, R. (2004). Entrevistas em pesquisas qualitativas. *Educar*, 24. 213-225

Duarte, E. (2007). Televisão: entre gêneros, formatos e tons. In: *Anais do XXX Congresso Brasileiro de Ciência da Comunicação - Intercom*. Santos

Duarte, E. (2020). Telejornais - Novas tendências estruturais. In C. Emerim, A. Pereira e I. Coutinho (Orgs.) *Telejornalismo 70 anos: o sentido das e nas telas*. Florianópolis: Insular.

Duccini, H. (2011). *La télévision et ses mises en scène*. Paris: Armand Colin. Paris

- Edgerton, G. e Rose, B. (2008). *Think outside the box: a Contemporary Television Genre Reader*. Kentucky: The University Press of Kentucky.
- Emerim, C (2010). O texto na reportagem de televisão. In *Anais do XXXIII Congresso Brasileiros de Ciências da Comunicação - Intercom*. Disponível em: [https://www.academia.edu/download/35897673/O\\_texto\\_na\\_reportagem\\_de\\_televisao.pdf](https://www.academia.edu/download/35897673/O_texto_na_reportagem_de_televisao.pdf)
- Emerim, C. (2014). Telejornalismo e semiótica discursiva. In A. Vizeu, E. Mello, F. Porcello & Iluska Coutinho (Orgs.). *Telejornalismo em Questão*. Florianópolis: Insular.
- Emerim, C. (2019). *O texto televisivo contemporâneo*. Florianópolis: Inevosular.
- Emerim, C. (2020). O conceito de telejornalismo contemporâneo à luz da tradição e da inovação. In C. Emerim, A. Pereira e I. Coutinho (Orgs.) *Telejornalismo 70 anos: o sentido das e nas telas*. Florianópolis: Insular.
- Entman, R. (1993). Framing: Towards the clarification of a fractured paradigm. *Journal of Communication*, 43(4), 51-58 <https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.1993.tb01304.x>
- Epstein, I. (2015). É possível a transição do paradigma do Sistema Saúde Individual (SSI) para o paradigma da Promoção Social da Saúde (PSS)? O papel da agenda midiática em saúde. In A. Personi (Org.) *Comunicação, Saúde e Pluralidade: novos olhares e abordagens em pauta*. São Caetano do Sul: USCS.
- Espanha, R. (2009). *Saúde e Comunicação numa sociedade em rede: o caso português*. Lisboa: Monitor.
- Evans, D. (2009). The role of schools of public health: learning from history, looking to the future. *Journal of Public Health*. 31(3), 446-450 <https://doi.org/10.1093/pubmed/fdp065>
- Évora, S. L. (2005). As fontes jornalísticas na televisão cabo-verdiana: Os "definidores primários" das discussões. *Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação*. Disponível em <https://arquivo.bocc.ubi.pt/pag/evora-silvino-fontes-jornalisticas.pdf>
- Évora, S. (2007). Os media em Cabo Verde: percurso histórico e novas tendências. In H. Sousa, H. & S. Marinho (Eds.) *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona 2007: Os media no espaço lusófono*. Disponível em: <https://www.lusocom.net/anuario/anuario-2007/>
- Évora, S. (2023). Historia de la Prensa, formación del Estado y desarrollo de los procesos políticos. Colonialismo, Primera República y Segunda República en Cabo Verde. In J. A. Mesa, J. J. Hernández, L. Puertas (Coord.) *Canarias, encrucijada de comunicaciones e informaciones en el Atlántico a lo largo de la historia* (pp. 133-161). ISBN 978-84-09-48243-6,
- Faraco, C. A. (2016). *História Sociopolítica da língua portuguesa*. São Paulo: Parábola.

Ferraretto, L. A. (2012). Uma proposta de periodização para a história do rádio no Brasil. *Revista Eletrônica Internacional De Economia Política Da Informação Da Comunicação E Da Cultura*, 14(2) <https://periodicos.ufs.br/eptic/article/view/418>

Ferraz, L., & Lerner, K. (2012). Análise do processo de enquadramento na construção midiática de doença. *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde*, 6(4). <http://dx.doi.org/10.3395/reciis.v6i4.735>

Fidalgo, J. (2003). De que é que se fala quando se fala em Serviço Público de Televisão? In M. Pinto & H. Sousa (Coord.), *Televisão e Cidadania – Contributos para o Debate sobre o Serviço Público*. Braga: Instituto de Ciências Sociais / Universidade do Minho.

Fonseca, I, (2014). A imprensa e o império colonial em São Tomé e Príncipe (1857-1974). *Comunicação Pública*. 9 (16). <https://doi.org/10.4000/cp.842>

Fiske, J. (1990). *Introduction to communication studies*. London. Routledge.

Fonseca, N. e Gomes, I. (2015). Dialogismo e vozes discursivas na cobertura de saúde: leituras do Bom Dia Pernambuco. In A. Personi (Org.) *Comunicação, Saúde e Pluralidade: novos olhares e abordagens em pauta*. São Caetano do Sul: USCS.

Fontes, M. F. (2017). Uma identidade dos jornalistas cabo-verdianos. *Dissertação de Mestrado. Escola Superior de Comunicação Social*. Repositório IPL. [https://repositorio.ipl.pt/bitstream/10400.21/8051/4/TESE\\_MARGARIDAFONTES\\_REVISTA.pdf](https://repositorio.ipl.pt/bitstream/10400.21/8051/4/TESE_MARGARIDAFONTES_REVISTA.pdf)

Foucault, M. (1977). *O Nascimento da Clínica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Franciscato, C. (2021). Limites teóricos e metodológicos nos estudos sobre a noticiabilidade. In G. Silva, M. P. da Silva & M. L. Fernandes (Org.) *Critérios de Noticiabilidade: problemas conceituais e aplicações*. Florianópolis: Insular.

França, V. (2001). O objeto da Comunicação/ A Comunicação como objeto. In A. Hohlfeldt, L. Martino & V. França (Org.) *Teorias da Comunicação*. Petrópolis: Editora Vozes.

França, V. (2012). O acontecimento e a mídia. *Galaxia*. 24, 10-21 <https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/12939>

Freimuth, V. S. & Quinn, S. C. (2004). The Contributions of Health Communication to Eliminating Health Disparities. *American Journal of Public Health*, 94 (12), 2053–2055. <https://doi.org/10.2105/ajph.94.12.2053>

Gallas, L. (2013). *Os donos do espaço: estudo das estruturas regulatórias da televisão aberta no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)*. [Dissertação de mestrado, Universidade do Vale do Rio dos Sinos]. Repositório Digital da Biblioteca da Unisinos. <https://repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/4261/05a.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

- Galtung, J. e Ruge, M. (1965). The Structure of Foreign News: The Presentation of the Congo, Cuba and Cyprus Crises in Four Norwegian Newspapers. *Journal of Peace Research*. 2(1), 64-90. DOI:[10.1177/002234336500200104](https://doi.org/10.1177/002234336500200104)
- Gans, H. (1980), *Deciding what's news: a study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek and Time*. Evanston: Northwestern University Press.
- Garcia, J. L. L. (2016). A Agência Geral das Colónias/Ultramar e a propaganda no Estado Novo (1932-1974). In A. Peña-Rodríguez & H. Paulo (Coords.) *A Cultura do Poder: a propaganda nos Estados Autoritários*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra <https://hdl.handle.net/10316.2/39009>
- Gastene. C. (2023, 18 de julho). *Infra-estruturas hospital: obras de 13 hospitais paralisadas por falta de dinheiro já retomaram*. TVM. Disponível em [https://drive.google.com/file/d/iiUJX8y1S3KBJKrGcP44Ak\\_xBwsAl4zDr/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/iiUJX8y1S3KBJKrGcP44Ak_xBwsAl4zDr/view?usp=drive_link)
- Gaudenzi, P. (2016). Normal e Patológico no naturalismo e no normativismo em saúde: a controvérsia entre Boorse e Nordenfelt. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 26(3), 747-767. <https://dx.doi.org/10.1590/s0103-73312016000300003>
- Gebbie, K., Rosenstock, L. & Hernandez, L (2003). *Who will keep the public healthy? Educating public health professionals for the 21st Century*. Washington: The National Academies Press. <https://doi.org/10.17226/10542>.
- Golding, P., & Elliott, P. R. C. (1979). Making the news. (*No Title*).
- Gomis, L. (1991). *Teoría del Periodismo*. Barcelona: Paidós.
- Gonçalves, E. M., Santos, M., & Renó, D. P. (2015). Reportagem: o gênero sob medida para o jornalismo contemporâneo. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, 15(3), 543-558.
- Gouldner, A. W. (1976). *The dialectic of ideology and technology*. 976. London: Macmillan.
- Goyanes, M., & Piñeiro-Naval, V. (2024). Análisis de contenido en SPSS y KALPHA: Procedimiento para un Análisis Cuantitativo Fiable con la Kappa de Cohen y el Alpha de Krippendorff. *Estudios sobre el mensaje periodístico*, 30(1), 125.
- Gradim, A. (2019). Língua portuguesa e ciência no espaço lusófono. In M. Lemos Martins e I. Macedo (Eds.) *Políticas da Língua, da Comunicação e da Cultura no Espaço Lusófono*. Braga: Edições Humus.
- Greenberg B., Harris, M., MacKinnon C. & Chipman, S. (1953). A Method for Evaluating the Effectiveness of Health Education Literature. *Am J Public Health Nations Health*. 43(9), 1147-1155 <https://doi.org/10.2105/ajph.43.9.1147>

- Griffiths, W. & Knutson, A. (1960). The role of mass communication in public health. *Am J Public Health Nations Health*. 50(4), 515-523. <https://ajph.aphapublications.org/doi/pdf/10.2105/AJPH.50.4.515>
- Grosso, M. J. (2011). Língua de acolhimento, língua de integração. *Revista Horizontes De Linguística Aplicada*, 9(2), 61-77. <https://doi.org/10.26512/rhla.v9i2.886>
- Guerreiro, S. (2016). TV Brasil e a rede pública de televisão : uma trajetória de dependência. [Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília], Brasília. Disponível em <http://repositorio2.unb.br/jspui/handle/10482/21525>
- Guimarães, E. (2005). Apresentação Brasil: País Multilíngue. *Ciência e Cultura*. 57(2). Disponível em [http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=s0009-67252005000200014&script=sci\\_arttext](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=s0009-67252005000200014&script=sci_arttext) Acessado em 19/06/2023
- Gutmann, J. (2014). *Formas do telejornal: linguagem televisiva, jornalismo e mediações culturais*. Salvador: Edufba.
- Hannawa, A., Kreps, G., Paek, H. et al (2013). Emerging Issues and Future Directions of the Field of Health Communication. *The Journal of Health Communication*. 29(10), 955-961. <https://doi.org/10.1080/10410236.2013.814959>
- Harcup, T. e O'Neill, D. (2016). What is news? *Journalism Studies*. 18 (12), 1470-1488 <https://doi.org/10.1080/1461670X.2016.1150193>
- Harcup, T. (2019). News judgment, news values, and newsworthiness. In T. Vos, & F. Hanusch, ( Ed.) *The International Encyclopedia of Journalism Studies*. John Wiley & Sons, Inc. DOI: 10.1002/9781118841570.iejs0236
- Hanitzsch, T., & Vos, T. P. (2017). Journalistic roles and the struggle over institutional identity: The discursive constitution of journalism. *Communication theory*, 27(2), 115-135.
- Harrison, J. (2008). Exploring news values: The ideal and the real. In *Broadcast Journalism*. Routledge. 69-78.
- Henriques, M. (2021). *O serviço público de televisão em Angola e a implementação da televisão digital terrestre*. [Dissertação de Mestrado. Escola Superior de Comunicação Social do Instituto Politécnico de Lisboa]. Repositório <https://repositorio.ipl.pt/bitstream/10400.21/13826/1/MASSUNGA%20HENRIQUES-9713.pdf>
- Hernandes, N. (2006). *A mídia e seus truques: o que jornal, revista, TV, rádio e internet fazem para captar e manter a atenção do público*. Editora Contexto.
- Hime, G. (2005). Construindo a profissão de jornalista: Cásper Líbero e a criação da primeira escola de jornalismo do Brasil. In *Anais do Congresso Brasileiro De Ciências Da Comunicação*, 28, 5-9.

<https://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/125406421967807345272755170441800930965.pdf>

Hodgetts, D. (2012). Civic journalism meets civic social science: foregrounding social determinants in health coverage. In F. Lopes & T. Ruão, (Coord.) *Comunicação e Sociedade: mediatização jornalística do campo da saúde*. Braga: Universidade do Minho e Humus.

Hohlfeldt, A. (2001). As origens antigas: A comunicação e as civilizações. In In Hohlfeldt, A., Martino, L. & França, V. (Org.) *Teorias da Comunicação*. Editora Vozes. Petrópolis

Hohlfeldt, A. C. (2009). Imprensa das colônias de expressão portuguesa: primeira aproximação. *Comunicação & sociedade*.

Hohlfeldt, A. & Carvalho, C. (2012). A imprensa angolana no âmbito da história da imprensa colonial de expressão portuguesa. *Intercom - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*. 35 (2). <https://doi.org/10.1590/S1809-58442012000200005>

Hohlfeldt, A. & Grabauska, F. (2010). Pioneiros da imprensa em Moçambique: João Albasini e seu irmão. *Brazilian Journalism Research*, 6(1), 195–214.

<https://doi.org/10.25200/BJR.v6n1.2010.255>

Hohlfeldt, A. & Santos, J. (2009). Síntese histórica da imprensa moçambicana: Tentativa de interpretação. In *Anais do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Curitiba.

[https://repositorio.pucrio.br/dspace/bitstream/10923/21995/2/Sntese\\_historica\\_da\\_imprensa\\_moambicana\\_Tentativa\\_de\\_interpretao.pdf](https://repositorio.pucrio.br/dspace/bitstream/10923/21995/2/Sntese_historica_da_imprensa_moambicana_Tentativa_de_interpretao.pdf)

Hohlfeldt, A. (2017). Da necessidade e da possibilidade de uma história das mídias sob a ótica lusófona. In M. Martins (Coord.), *A Internacionalização Das Comunidades Lusófonas E Ibero-Americanas De Ciências Sociais E Humanas – O Caso Das Ciências Da Comunicação*. Vila Nova de Famalicão. Edições Humus.

Jespers, J. (1998). *Jornalismo Televisivo. Princípios e Métodos*. Coimbra: Minerva.

Kondratsch, R., & Gobbi, M. C. (2017). A relação do jornalista com as fontes e com a informação na era digital. *Ser Jornalista Roturas E Continuidades*, 36.

Kreps, G.L. & Thornton, B.C. (1992). *Health communication: Theory and practice* (2nd ed.). Prospect Heights, IL: Waveland Press.

Kucinsky, B. (2002). Jornalismo e Saúde na Era neoliberal. *Saúde & Sociedade*, 11(1), 95-103. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902002000100010>

Künsch, D., & Bonventti, R. C. (2020). A Ditadura Militar, o fim da TV Excelsior e a recomendação da Comissão Nacional da Verdade. *Tríade: Comunicação, Cultura e Mídia*, 8(18), 98-116.

Lage, N. (2001), *A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística*. Rio de Janeiro: Record.

- Lage, N. (2021). *Ideologia e Técnica da Notícia*. Florianópolis. Insular
- Langbecker A, Castellanos M. & Catalan-Matamoros D. (2019). O que os valores-notícia podem nos dizer sobre o Sistema Único de Saúde? Explorando aportes teórico-conceituais da noticiabilidade. *Interface (Botucatu)* 23  
<https://doi.org/10.1590/Interface.170940>
- Laranjeira, P. (1988). Política, Jornalismo e literatura africana, *In Jornalismo e Literatura, Actas do II Encontro Afro –Luso – Brasileiro*.
- Lefèvre, F. (1999). A saúde como fato coletivo. *Saúde e Sociedade*, 8, 83-91.
- Leite, N. (2017). *A Identidade Da Tv Brasil Central: Pública, Privada ou Estatal?* [Artigo acadêmico de Pós-graduação em Comunicação, Marketing e Mídias no Setor Público, Instituto Brasiliense de Direito Público] Goiânia. Repositório <http://52.186.153.119/handle/123456789/3809>
- Lerner, K. (2015). Investigando o conceito de saúde no contexto do jornalismo: alguns desafios teórico-metodológicos. In A. Personi (Org.). *Comunicação, Saúde e Pluralidade: novos olhares e abordagens em pauta*. São Caetano do Sul: USCS.
- Leviski, C. (2019). *Da lusofonia como dispositivo e as políticas linguísticas*. [Tese de Doutorado em Linguística. Universidade Federal de Santa Catarina - Centro de Comunicação e Expressão]. Repositório <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/214823/PLLG0773-T.pdf?sequence=-1&isAllowed=y> Acessado em 21/06/2023
- Lima, H. & Cabrera, A. (2022). Introdução. In A. Cabrera & H. Lima (Coord.) *Imprensa em Portugal: uma história*. Lisboa: ICNova. <https://doi.org/10.34619/gi8d-c84k>
- Lima, H. (2022). O jornalismo de Imprensa no Portugal democrático. In A. Cabrera & H. Lima, (Coord.) *Imprensa em Portugal: uma história*. Lisboa: ICNova. <https://doi.org/10.34619/gi8d-c84k>
- Lopes, F. (1999). *O telejornal e o serviço público*. Coimbra: Minerva.
- Lopes, F. (2005). *Uma Década de Televisão em Portugal (1993-2003): Estudo dos programas de informação semanal dos canais generalistas*. [Tese de Doutorado, Universidade do Minho], Braga, Portugal. Repositório <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/82055>
- Lopes, F. & Pereira, S. (2007). Estudos sobre programação televisiva. BOCC. Disponível em <https://www.arquivo.bocc.ubi.pt/pag/lopes-felisbela-rtp50anos-2007.pdf>
- Lopes, F. (2009). Estudos televisivos: perspectivas diacrónicas. *Comunicação & Sociedade*, 15, 7-27 DOI 10.17231/comsoc.15(2009).1042
- Lopes, F. (2011). *A TV dos Jornalistas*. Braga: CECS-Uminho.
- Lopes, A. M. (2011). *As Línguas de Cabo Verde: uma radiografia sociolinguística*. [Tese de Doutorado, Universidade de Lisboa]. Repositório

[https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/4699/16/ulsdo61593\\_td\\_tese.pdf](https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/4699/16/ulsdo61593_td_tese.pdf) Acessado em 19/06/2023

Lopes, F., Ruão, T., Marinho, S. & Araújo, R. (2012). A saúde em notícia entre 2008 e 2010: retratos do que a imprensa mostrou. *Comunicação e Sociedade: mediatização jornalística do campo da saúde*. Número Especial, 129-170

Lopes, F., Araújo, R. & Fernandes, L. (2014). Jornalismo da saúde: pistas para a delimitação de um campo em desenvolvimento. In F. Lopes et al (Org.). *A Saúde em Notícia: repensando práticas de comunicação*. Braga: CECS - Uminho.

Lopes, F., Santos, C. A., Peixinho, A.T., Magalhães, O. E. & Araújo, R. (2021). Covid19: Uma pandemia que reconfigura o jornalismo? *Revista Media & Jornalismo*, 21(39), 57–75. [https://doi.org/10.14195/2183-5462\\_39\\_3](https://doi.org/10.14195/2183-5462_39_3)

Lopo, J. (1964). *Jornalismo de Angola: subsídios para sua história*. Centro de Informação e Turismo.

Lozano, J. C. (1994). Hacia la reconsideración del análisis de contenido en la investigación de los mensajes comunicacionales. In C. Cervantes & E. Sánchez (Eds.), *Investigar la comunicación: propuestas iberoamericanas* (pp. 135-157). México: Universidad de Guadalajara, CEIC, ALAIC.

Lunardi, V. (1999). Problematizando conceitos de saúde a partir do tema de governabilidade dos sujeitos. *Revista Gaúcha de Enfermagem*. 1(1), 25-40. <https://seer.ufrgs.br/rgenf/article/view/4219/2229>

Machado, A. (2019). *A televisão levada a sério*. São Paulo: SENAC.

Magalhães, O. E. Lopes, F. & Costa-Pereira, A. (2017). Qual o papel do jornalismo na literacia da saúde? – estado da arte. In S. Pereira & M. Pinto (Eds.), *Literacia, Media e Cidadania – Livro de Atas do 4.º Congresso* (pp. 251-265). Braga: CECS.

Maia, R., Hauber, G. & Paula, J. (2022). Análise de Conteúdo. In Rousiley Maia (Org.). *Métodos de pesquisa em comunicação política*. Salvador: EDUFBA

Mainsel, S. (2021). *As quatro idades da televisão em Angola*. Luanda: Mayamba

Malinverni, C. & Cuenca, A. (2017). Epidemias midiáticas, a doença como um produto jornalístico. In D'Ávila, C. & Trigueiros, U. (Orgs.), *Comunicação, mídia e saúde: novos agentes, novas agendas*. Rio de Janeiro: Editora Luminatti.

Manera, S. (2007). *Importância Das Rádios Na Reconstrução De Angola Pós Guerra Civil – Análise Da Rádio Nacional De Angola, Rádio Ecclésia E Luanda Antena Comercial*. [Monografia, Universidade Federal da Bahia]. Repositório UFBA. <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/30270>

Marcondes Filho, C. (2009) *Ser Jornalista*. São Paulo: Paulus.

- Mariño, M. V. e Monclús, B. (2009). Noticiarios televisivos en España: mayor oferta, menor diversidad. *Comunicação e Sociedade* (15), 77-101. Disponível em <https://revistacomsoc.pt/issue/view/78/fullissue15>
- Maroco, J. (2011). *Análise Estatística com o SPSS Statistics*. 5.<sup>a</sup> Edição. Edições ReportNumber.
- Marques de Melo, J. (2009). *Jornalismo: compreensão e reinvenção*. São Paulo: Saraiva.
- Marques de Melo, J. & Assis, F. (2016). Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório. *INTERCOM - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, 39 (1), 39-56. DOI: 10.1590/1809-5844201613
- Martín-Barbero, J. (2002). Televisão pública, televisão cultural: entre a renovação e a invenção. In O. Rincón (Org.) *Televisão Pública: do consumidor ao cidadão*. São Paulo: Friederich Ebert Stiftung.
- Martino, L. (2001). De qual Comunicação estamos falando? In A. Hohlfeldt, L. Martino & V França (Org.) *Teorias da Comunicação*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Martins, A. L. (2013). Imprensa em Tempos de Império. In A. L. Martins & T. R. de Luca (Orgs.) *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto.
- Martins, M. L (2018). A lusofonia no contexto das identidades transnacionais e transcontinentais. *Letrônica*. 11 (1), 3-11. DOI: <https://doi.org/10.15448/1984-4301.2018.1.30438>
- Martins, A. (2019). *60 anos do Telejornal. O programa mais antigo da televisão portuguesa*. Disponível em: <https://www.rtp.pt/noticias/pais/60-anos-do-telejornal-o-programa-mais-antigo-da-televisao-portuguesa> es1180122
- Mata, J. & Coutinho, I. (2011). Mídia, identidade e território: as cidades projetadas pelos formatos noticiosos no telejornalismo local. *Estudos em jornalismo e Mídia*. 8(2), 355- 371.
- Matos, J. (2017). Salazar em A Batalha e no Avante! (1933-1968). In J. L. Garcia, T. Alves & Y. Leonard (Eds.), *Salazar, o Estado Novo e os media*. Edições 70. pp. 235-262
- Matos, A. & Moreira, N. (2022). A Imprensa Periódica na I República portuguesa (1910-1926): novos contributos para a sua história. In A. Cabrera & H. Lima (Coord.) *Imprensa em Portugal: uma história*. Lisboa: ICNova. <https://doi.org/10.34619/gi8d-c84k>
- McCombs, M (1992). Explorers and Surveyors: Expanding strategies for agenda-setting research. *Journalism Quarterly*. 9(4), 813-824
- McCombs, M. e Shaw, D. (1972) *The Agenda-Setting Function of Mass Media*. The Public Opinion Quarterly. Oxford University.

- McCombs, M. (2005). A look at Agenda-Setting: past, present and future. *Journalism Studies*, 6(4). 543-557
- McCombs, M. (2006). *Estableciendo la Agenda: El Impacto de los Medios en la Opinión Pública y en el Conocimiento*. Barcelona: Paidós Comunicación.
- McCombs, M. (2020). A Linguagem do Jornalismo - a linguagem dos efeitos do agendamento (agenda-setting). In: C. Camponez, G.B. Ferreira & R. Rodríguez-Díaz (Orgs.) *Estudos do Agendamento: teoria, desenvolvimentos e desafios - 50 anos depois*. Covilhã: LabCom Books.
- McGregor, J. (2002). Restating news values: Contemporary criteria for selecting the news. In *Refereed articles from the Proceedings of the ANZCA 2002 Conference, Coolangatta. Communication: Reconstructed for the 21st Century*. Disponível em [https://www.researchgate.net/profile/Judy-Mcgregor/publication/228774915\\_Restating\\_news\\_values\\_Contemporary\\_criteria\\_for\\_selecting\\_the\\_news/links/544413e90cf2a6a049ab07b1/Restating-news-values-Contemporary-criteria-for-selecting-the-news.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Judy-Mcgregor/publication/228774915_Restating_news_values_Contemporary_criteria_for_selecting_the_news/links/544413e90cf2a6a049ab07b1/Restating-news-values-Contemporary-criteria-for-selecting-the-news.pdf) acessado em 11 de janeiro de 2022.
- McNair, B. (1998). *The sociology of journalism*. London: Arnold.
- McQuail, D. (2003). *Teoria da Comunicação de Massas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Meneghel, Y. P., & Oliveira, O. D. (2018). *O Rádio no Brasil: do surgimento à década de 1940 e a primeira emissora de rádio em Guarapuava*. Disponível em <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br>.
- Menezes, K., Wanderley, T. & Braga, C.(2012). Saúde como Notícia: o SUS e suas imagens na mídia impressa goianiense. *Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Anais do XV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste – Rio Verde - GO*.
- Mick, J., & Schmitz, A. (2017). Pesquisa comparativa internacional em jornalismo: desafios teórico-metodológicos<sup>1</sup>. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, 14(2).
- Molotch, H. e Lester, M. (1974), News as purposive behavior: on the strategic use of routine events, accidents, and scandals. *American Sociological Review*, 39, 101-112.
- Monteiro, G. (2012). A singularidade da comunicação pública. In: J. Duarte (Org). *Comunicação Pública: Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público*. 3<sup>a</sup> ed. São Paulo: Atlas.
- Morán, J. (1986). A informação na televisão: critérios editoriais. *Revista Comunicação e Sociedade*. 14, 1.
- Morel, M. (2013). Os primeiros passos da palavra impressa. In A. L. Martin & T. de Luca (Orgs.) *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto.
- Morin, E. (1969). *Da cultura de massa a busca do novo humanismo*. Editora Fortaleza.

- Mufwene, S. S. (2021). Prefácio: Língua Portuguesa em África. *Revista Internacional Em Língua Portuguesa*, (31), 9–11. <https://doi.org/10.31492/2184-2043.RILP2017.31/pp.9-11>
- Muanamosi, M. (2002). *Jornalismo Angolano, História, Desafios e Expectativas*. Uíge: SEDIPU
- Muatiacale, L. (2007). Estratégias discursivas dos telejornais de Moçambique: análise crítica do Jornal Nacional e do Jornal da Noite. [Dissertação de mestrado - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo]. São Paulo. Repositório da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. [https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/PUC\\_SP-1\\_34fe2d9fc87ef6fc603180e3070fa454](https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/PUC_SP-1_34fe2d9fc87ef6fc603180e3070fa454)
- Musse, C. e Musse, M. (2010). A entrevista no telejornalismo e no documentário: possibilidades e limitações. *Rumores*. 4(8): s/n  
DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1982-677X.rum.2010.51209>
- Namburete, E. (2014). Desenvolvimento e crise do jornalismo em Moçambique. In A. Hohlfeldt & O. Morais (Orgs.). *Perspectivas críticas da comunicação em Cabo Verde e Moçambique* (pp. 95-120). São Paulo: Intercom
- Nascimento, A. (2015). A Voz de S. Tomé: romper com a modorra vincando o cinzentismo? (1947-1974). *Estudos Ibero-Americanos*, 41(1), 58-78.  
<http://dx.doi.org/10.15448/1980-864X.2015.1.20461>
- Negrini, M. (2018). Telejornalismo em análise: considerações sobre gênero televisivo e modos de endereçamento. *Aturá: Revista Pan-Amazônica de Comunicação*. 2 (1), 99-119
- Neuendorf, K. A. (2017). *The Content Analysis Guidebook* (2nd ed.). Thousand Oaks, CA: Sage
- Nielsen-Bohlman, L.; Panzer, A. & Kindig, D. (2004). *Health literacy: A prescription to end confusion*. Washington: The National Academies Press
- Nhacumba, V. (2011). O contributo da televisão de Moçambique na construção da identidade nacional : estudo do caso : análise do programa "Ver Moçambique". [Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho]. Repositório:  
<https://hdl.handle.net/1822/19755>
- Nhanale, E. (2022). O sistema dos media e a política em Moçambique. *Líbero*, n. 50, 37-52. <https://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/view/1828/1355>
- Nisbet, M. (2008). Agenda Building. In W. Donsbach (Ed.) *The International Encyclopedia of Communication*. New Jersey: JohnWiley & Sons, Ltd.
- Oliveira, V. C. (2013). Os sentidos da saúde nas mídias jornalísticas impressas. *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde*, 6(4). Disponível em

<https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/iciict/17324/2/3.pdf> . Acessado em 20 de maio de 2017.

Oliveira, E., Vizeu, A. & Silva, L. (2021). Os dispositivos de temporalidade no telejornalismo: os jornalistas e as práticas profissionais. In *Anais do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - Intercom*. Disponível em:

<https://www.portalintercom.org.br/anais/nacional2021/resumos/dt1-te/elane-gomes-da-silva-oliveira.pdf>

Parmelee, J. (2014). The agenda-building function of political tweets. *New Media & Society*, 16(3), 434-450 <https://doi.org/10.1177/146144481348795>

Paz, P. (2006). As narrativas midiáticas sobre cuidados com a saúde e a construção da subjetividade contemporânea. *Logos 25: corpo e contemporaneidade*. 13 (2). Disponível em <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/logos/article/view/15221/11524>  
Acessado em 28/08/2018

Paz, P., Pombo, M., Fantinato, M. & Pecky, G. (2007). O fator de risco na mídia. *Interface: comunicação, saúde e educação*. Disponível em

[https://www.scielo.org/scielo.php?pid=S1414-32832007000100013&script=sci\\_arttext&tlng=pt](https://www.scielo.org/scielo.php?pid=S1414-32832007000100013&script=sci_arttext&tlng=pt) Acessado em 28 de agosto de 2021.

Pedreira, A. e Lopes, F. (2020). Comunicação e Jornalismo na Saúde: uma proposta metodológica para o estudo da televisão pública. In Z. Pinto-Coelho, T. Ruão & S. Marinho (Eds.) *Dinâmicas Comunicativas e Transformações Sociais - Atas do VII Jornadas Doutorais em Comunicação & Estudos Culturais*. Disponível em

[http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs\\_ebooks/issue/view/264](http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/issue/view/264)

Penteado, C. & Fortunato, I. (2015). Mídia e Políticas Públicas: possíveis campos exploratórios. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. 30(87), 130-141

Pereira, A. e Caleffi, R. (2019). Variações de um mesmo timbre: o grave masculino como voz preponderante nos telejornais da RPC-TV. *Atas do 17º SBPJOR*. Disponível em

<http://sbpjour.org.br/congresso/index.php/sbpjour/sbpjour2019/paper/view/1983/1196>

Pessoni, A. (2009). História da Interface da Comunicação e Saúde. In F. Paulino (Ed.), *Comunicação e Saúde* (pp. 31-39). Brasília.

Piccinin, F. (2005). Produção de Notícias em dois mundos: o newsmaking no telejornalismo português e brasileiro. *FAMECOS*. 13, 121-132

Pieranti, O. (2018). *A radiodifusão pública resiste: a busca por independência no Brasil e no leste europeu*. Brasília: FAC Livros.

Pim, J. & Kristensen, B. (2007). Fundamentos para um sistema comunicacional lusófono. *Anuário Lusófono*. Disponível em

<http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/anuario/article/view/715/636>

- Piñeiro-Naval, V., Igartua, J. & Rodríguez-de-Dios, I. (2015). Un análisis de contenido de los portales web municipales de España. *Revista TELOS*. 102.
- Pinheiro, L. S. (2012). Acontecimentos mediáticos: promotores de mudanças sociais, ou simulacros de fatos em tempo real. *Publicatio UEPG: Ciências Sociais Aplicadas*, 20(1), 89-98.
- Pinheiro, F. (2017). Perceber as notícias. In J. N. Matos, C. Baptista & F. Subtil (Orgs.) *A Crise do Jornalismo em Portugal*. Porto: Deriva.
- Pinto, M. (2000). Fontes jornalísticas: contributos para o mapeamento do campo. *Comunicação e Sociedade* 2, 14(1-2), 277-294  
[https://doi.org/10.17231/comsoc.2\(2000\).1401](https://doi.org/10.17231/comsoc.2(2000).1401)
- Pinto, M. (2005). A televisão e a família: cruzamento de dois campos movediços. *Comunicar - Revista Científica de Comunicación y Educación*, 24, 59-67,  
<https://doi.org/10.3916/C24-2005-10>
- Pinto-Coelho, Z. (2013). Saúde, Sociedade, Cultura e Comunicação. In F. Lopes et al (Org.) *A saúde em notícia: repensando práticas de comunicação*. Braga: CECS-Uminho.
- Ratzan, S., Stearns, N., Payne, J. G., Amato, P. P., Liebergott, J. W., & Madoff, M. A. (1994). Education for the health communication professional. *American Behavioral Scientist*, 38, 361–380. <https://doi.org/10.1177/0002764294038002015>
- Ratzan, S., Payne, J., & Bishop, C. (1996). The Status and Scope of Health Communication. *Journal of Health Communication*. 1 (1), 25-41,  
<https://doi.org/10.1080/108107396128211>
- Ratzan, S. (2015). The future of health communication: Innovating through partnerships. *Métode Science Studies Journal - Annual Review*, 0(6). doi: <http://dx.doi.org/10.7203/metode.6.7096>
- Rebelo, H. (2017). Do Mirandês ao Madeirense: A Génese das Escritas Fonéticas. In A. Bautista, L. Moutinho & R. Coimbra, (Coord.). *Ecolinguismo e Línguas Minoritárias* (pp. 59-96). Aveiro: UA Editora
- Ribeiro, A. P. (2015). Nelson Werneck Sodré e a história da imprensa no Brasil. *Intercom - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*. 38(2), 275-288.  
<https://doi.org/10.1590/rbcc.v38i2.2291>
- Ribeiro, A. (2016). O direto como valor-notícia no Jornal da Tarde da RTP1. [Relatório de Estágio, Escola Superior de Comunicação Social], Lisboa: Repositório <https://repositorio.ipl.pt/handle/10400.21/6864>
- Rincón, O. (2002). A televisão: o mais importante, do menos importante. In: O. Rincón (Org.) *Televisão Pública: do consumidor ao cidadão*. São Paulo: Friederich Ebert Stiftung/ILDES.

- Ruão, T. et al (2012). Comunicação e saúde, dois campos em intersecção. In F. Lopes & T. Ruão (Coord.) *Comunicação e Sociedade: mediatização jornalística do campo da saúde*. Braga: Universidade do Minho e Edições Humus.
- Ruão, T. (2014). Estratégias de comunicação na saúde - Na promoção da igualdade. In F. Lopes et al (Org.) *A saúde em notícia: repensando práticas de comunicação*. Braga: CECS-Uminho.
- Sabroza, P. C. (2001). Concepções de Saúde e Doença. *Texto de Apoio ao módulo I do Curso de Especialização em Gestão de Sistemas e Serviços de Saúde - EAD*. Rio de Janeiro: ENSP.
- Sanglard, F., Garcêz, R. & Maia, R. (2022). Entrevistas. In Rousiley Maia (Org.). *Métodos de pesquisa em comunicação política*. Salvador: EDUFBA
- Santos, S e Santos, R. (2019). Portuguese broadcasting for the empire the development of radio in São Tomé and Príncipe during the colonial war. In X. L. García, A. P. Santos, S. C. (2022). Broadcasting and the Portuguese Empire: The case of São Tomé and Príncipe. *Journal of Radio & Audio Media*, 29(1), 136–155.  
<https://doi.org/10.1080/19376529.2021.2023537>
- Sardica, J. M. (2011). The memory of the Portuguese first republic throughout the twentieth century. *E-journal of Portuguese History*, 9(1), 4.
- Schiavo, R. (2007). *Health Communication: From Theory to Practice*. San Francisco: Jossey-Bass.
- Schmitz, A. (2011). *Fontes de notícias: ações e estratégias das fontes no jornalismo*. Florianópolis: Combook.
- Scliar, M. (2007). História do Conceito de Saúde. *PHYSIS: Revista de Saúde Coletiva*, 17 (1), 29-41. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312007000100003>
- Seixas, L. & Francisco, E. (2004). Como Agenda-Setting de Atributos e Enquadramento podem auxiliar na análise de critérios de noticiabilidade. In *Anais do XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Foz do Iguaçu.
- Seixas, L. F., & Alves, J. B. (2017). Do que se trata noticiabilidade. *Intexto*, (38), 157–172. <https://doi.org/10.19132/1807-8583201738.157-172>
- Serra, J. P. (2007). *Manual de Teoria da Comunicação*. Covilhã: LabCom Books
- Serra, J. P. (2009). Os blogs e a questão do agendamento. BOCC. Disponível em: <http://bocc.ufp.pt/pag/bocc-serra2-blogs.pdf>
- Serrano, E. (2005). A campanha eleitoral de 2001 na televisão revisitada: análise comparada do serviço público e dos canais privados. *Media & Jornalismo*, (7) 2005, 59-78.

- Silva, F. (2005). Dos telejornais aos programas esportivos: gêneros televisivos e modos de endereçamento. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia]. Salvador. Repositório <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/11300>
- Silva, G. (2005). Para pensar critérios de noticiabilidade. *Estudos em Jornalismo e Mídia*. 11(1). <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2091>
- Silva, P. A. (2006). A saúde e o sistema de saúde na comunicação social portuguesa: contributos para uma reflexão sobre a convergência, confiança e legitimidade. In *Congresso Luso-Galego de Estudos Jornalísticos—Jornalismo, ciências e saúde: atas do II Congresso Luso-Brasileiro de Estudos Jornalísticos, IV Congresso Luso-Galego de Estudos Jornalísticos*. Portugal.
- Silva, A. S. (2017). Modelos Cognitivos da Lusofonia - Romantismo e Racionalismo na políticas de língua e comunicação de unidade/diversidade do português europeu e brasileiro. In M. L. Martins (Org.) *A Internacionalização das comunidades lusófonas e ibero-americanas de Ciências Sociais e Humanas: o caso das Ciências da Comunicação*. Braga: Edições Humus
- Silva, T. & França, V. (2017). Jornalismo, noticiabilidade e valores sociais. *E-compós*, 20(3), <https://doi.org/10.30962/ec.1398>
- Silva, T. (2018). Acontecimento e problemas públicos: elementos para uma crítica da cobertura jornalística. *Rumores*. 23(12), 83-105, DOI:10.11606
- Silva, A. (2018). Angola: história, luta de libertação, independência, guerra civil e suas consequências. *Neari em Revista*. 4 (5), <https://revistas.faculdedamas.edu.br/index.php/neari/article/view/660>
- Silva, T. et al. (2018). A saúde e o Sistema Único de Saúde nos bastidores da imprensa: o que os jornalistas têm a nos dizer? *Rev. Bras. Pesq. Saúde*. 20(2), 64-73.
- Silva, A., Marçalo, M. & Fernandes, E. (2022). A língua portuguesa no espaço lusófono: o caso de São Tomé e Príncipe. <http://hdl.handle.net/10174/33141>
- Simila, L. (2019). O papel da rádio moçambique na democratização da cultura política em contexto multiétnico: caso da rádio moçambique, delegação de Nampula. . [Tese de doutoramento, Universitat Autònoma de Barcelona]. Barcelona. Disponível em <https://dialnet.unirioja.es/servlet/tesis?codigo=298658>
- Siqueira, D. (1997). Memória, história e poder: a implantação dos meios de comunicação no Brasil. *Logos*. 4(2): 5-10 Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/logos/article/view/14589> acessado em 23/04/2024
- Shoemaker, P. & Reese, S. (1996). *Mediating the message: Theories of Influences on Mass Media Content*. New York: Longman.
- Sigal, L. (1973), *Reporters and officials: the organization and politics of newsmaking*. Lexington: D.C. Heath.

- Sodré, M. (1999). *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: MAUAD
- Sodré, M. (2005). O que é mesmo uma notícia? *In Anais do XIV Encontro Anual da COMPÓS*. Niterói
- Sousa, J. P. (2002). *Teorias da notícia e do jornalismo*. Chapecó: Argos.
- Sousa, H. & Santos, L. A. (2003). RTP e Serviço Público: Um Percurso de inultrapassável dependência e contradição. In M. Pinto et. al. *A Televisão e a Cidadania, Contributos para o debate sobre o Serviço Público*. Braga: Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade do Minho.
- Sousa, J. P. (2006). *Elementos para Teoria e Pesquisa em Comunicação*. Porto
- Sousa, J. P.; Pinto, M. & Silva, G. (2008). *A Génese do Jornalismo Lusófono e as Relações de Manuel Severim de Faria (1626 - 1628)*. Disponível em <https://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-genese-jornalismo-lusofono.pdf>  
Acesso em 20/08/2023
- Sousa, J. P. (2009). A discussão sobre a introdução do ensino superior do jornalismo em Portugal: das primeiras menções ao primeiro curso de graduação. *Verso e Reverso*. 23(54). DOI: <https://doi.org/10.4013/5767>
- Sousa, J.P. & Lima, H. (2012). A teoria da noticiabilidade de Nelson Traquina aplicada a periódicos portugueses do século XVII: os casos da Gazeta e do Mercúrio Português. In H. Lima & J. P. Sousa. *Pesquisa em media e jornalismo: homenagem a Nelson Traquina*. Covilhã: Labcom Books
- Sousa, H. (2017). Comunicação e Lusofonia: do lugar acrítico ao lugar de procura. In M. L. Martins, H. Sousa & R. Cabecinhas (Orgs.), *Comunicação e Lusofonia*. Braga: Edições Humus.
- Sousa, J. P. (2022). Imprensa portuguesa (1820-1864): da turbulência à estabilidade. In A. Cabrera & H. Lima (Coord.) *Imprensa em Portugal: uma história*. Lisboa: ICNova. <https://doi.org/10.34619/gi8d-c84k>
- Souza, R. P. (2014). Políticas culturais e televisão: O processo de conformação da Empresa Brasil de Comunicação/TV Brasil. [Tese de doutoramento, Universidade Federal da Bahia] Salvador.
- Standaert, O., Hanitzsch, T., & Dedonder, J. (2021). In their own words: A normative-empirical approach to journalistic roles around the world. *Journalism*, 22(4), 919-936.
- Storto, L. R. (2019). *Línguas indígenas: tradição, universais e diversidade*. Campinas: Mercado de Letras.
- Tabakman, R. (2013). *A saúde na mídia: medicina para jornalistas/ jornalismo para médicos*. São Paulo: Summus Editorial
- Teixeira, J. (2004). Comunicação em saúde: relação técnicos de saúde–utentes. *Análise Psicológica*, 615-620.

- Teves, V. (1998). *História da Televisão em Portugal, 1955/1979*, 1º Volume. Lisboa: TV Guia Editora.
- Thomé, C.; Piccinin, F. & Reis, M. (2020). Anatomias narrativas do telejornalismo contemporâneo e seus elementos certificadores. In C. Emerim, A. Pereira & I. Coutinho (Orgs.) *Telejornalismo 70 anos: o sentido das e nas telas* (pp 57-72). Florianópolis: Insular.
- Timbane, A. A., & Balsalobre, S. R. G. (2017). APRESENTAÇÃO. África em Língua Portuguesa: Variação no Português Africano e Expressões Literárias. *Revista Internacional em Língua Portuguesa*, (32), 11-16.
- Tourinho, C. (2014). Telejornalismo Interativo: entre a promessa e a realidade - Análise dos contextos do Brasil e de Portugal. [Tese de Doutorado, Universidade do Minho] Braga. Repositório <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/34916/1/Carlos%20Alberto%20Moreira%20Tourinho.pdf>
- Traquina N. (2004). Theory consolidation in the study of journalism: a comparative analysis of the news coverage of the HIV/AIDS issue in four countries. *Journalism*, 5(1), 197-216. <https://doi.org/10.1177/14648849040395>
- Traquina, N. (2005). *Teorias do Jornalismo: a Tribo Jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional*. Florianópolis: Insular.
- Traquina, N. (2020). *Teorias do Jornalismo: porque as notícias são como são*. Porto Alegre: Insular.
- Valente, J. (2009). *TV pública no Brasil: a criação da TV Brasil e sua inserção no modo de regulação setorial da televisão brasileira*. [Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília] Brasília. Disponível em <http://repositorio.unb.br/handle/10482/5468> acessado em 24/04/2024
- Van Leuven, S., Kruikemeier, S., Lecheler, S., & Hermans, L. (2018). Online and newsworthy: Have online sources changed journalism?. *Digital Journalism*, 6(7), 798-806.
- Vizeu, A. (2009). O telejornalismo como lugar de referência e a função pedagógica. *FAMECOS*, 40, 77-83. <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2009.40.6321>
- Zanatta, J., Macário, B., & Zanatta, S. (2017). Representação Social de saúde-doença nos textos jornalísticos veiculados na revista *Veja*. *Interações (Campo Grande)*, 18(4), 207-219. <https://dx.doi.org/10.20435/inter.v17i4.1525>
- Zhang, T. e Kiousis, S. (2018). Agenda Setting and Agenda Building. In R. Heath & W. Johansen (Eds.) *The International Encyclopedia of Strategic Communication*. John Wiley & Sons, Inc.

Zelizer, B. (1993). Journalists as interpretive communities. *Critical Studies in Media Communication*, 10(3), 219-237.

Zoller, H. M. & Dutta, M. J. (Eds.) (2008) *Emerging Perspectives in Health Communication. Meaning, Culture, and Power*, New York: Routledge

Weaver, D & Elliot, S. (1985). Who Sets the Agenda for the Media? A Study of Local Agenda-Building. *Journalism Quarterly*, 62(1), 87-94

<https://doi.org/10.1177/1077699085062001>

Weaver, P. (1993). As notícias de jornal e as notícias de televisão. In N. Traquina, (Org.). *Jornalismo: questões, teorias e estórias* (p. 294-305). Lisboa: Vega.

Wolf, M. (2003). *Teorias da comunicação*. Lisboa: Presença.



## **Anexos I: Entrevistas**

Entrevista com Guilherme Portanova, apresentador e editor-chefe do Repórter Brasil, da TV Brasil, realizada no dia 21 de junho de 2024, às 14h (horário de Brasília). A conversa foi realizada e gravada com telefone celular e transcrita com o uso do site Transkriptor.

**Entrevistadora: Tâmelá Grafolin**

**Tâmelá: Vou começar já para não tomar muito seu tempo.**

Guilherme: Não, fique à vontade.

**Tâmelá: O seu nome completo?**

Guilherme: Guilherme José Peso Portanova.

**Tâmelá: Então, você se importa em gravarmos?**

Guilherme: Não, pode gravar, fique à vontade.

**Tâmelá: A sua formação acadêmica, você fez onde?**

Guilherme: Eu sou formado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Fiz pós-graduação em televisão na USP, Universidade de São Paulo. Fiz MBA em Finanças pela BUC do Rio Grande do Sul.

E fiz metade de um curso, vamos dizer assim, não concluí o curso ainda de Direito no UNICEUP em Brasília.

**Tâmelá: E há quanto tempo você atua como jornalista?**

Guilherme: Eu comecei em redação em 1997, ainda como estagiário. Antes do fim do meu estágio, eu fui contratado, antes de terminar a graduação, já fui contratado pela Rádio Gaúcha no Rio Grande do Sul. E em 98 eu me graduei, mas já estava no mercado. Então, desde 1998.

**Tâmelá: Depois você entrou na Rádio Gaúcha, não é? Depois como é que foi o seu percurso? Você foi da rádio para TV?**

Guilherme: Eu fiquei oito anos no Grupo RBS, sendo que eu fiquei quatro anos na Rádio Gaúcha. O último ano de Rádio Gaúcha eu tinha também uma vaga na televisão, que é do mesmo grupo, que era a TVcom. Aí eu fiquei rapidamente na TVcom, fui convidado pelo Grupo RBS para assumir como editor-chefe.

Eu tinha 23 ou 24 anos. Eu fui chamado para ser editor-chefe em Santa Catarina, em Blumenau. Fui para a RBS TV de lá.

De lá eu fui chefe de redação, eu subi mais uma posição em Criciúma, coordenava o sul do estado de Santa Catarina. Aí abri uma vaga para cobertura política, em Florianópolis, para cobrir o estado inteiro. E para ser apresentador, além de um pouco de reportagem, um pouco de apresentação, cobri na área política.

Me chamaram e eu fui para Florianópolis. Me chamaram não, nem queria sair de Criciúma, eu estava feliz da vida lá na chefia dos municípios do sul. Mas me pressionaram para eu assumir essa vaga e eu fui.

Um ano depois, tinha um curso de pós-graduação na USP, que eu queria muito fazer, que era uma parceria da Globo com a USP. Eu decidi ir pedir licença na RBS, a RBS não me deu licença. Aí eu decidi me demitir e fui fazer o curso.

E nesse curso eu fui contratado para a TV Globo. Aí na TV Globo eu fiquei um tempo em São Paulo, eu fui vítima de um sequestro pelo crime organizado. Em 2006, agosto de 2006.

Em 2007, ainda voltei para São Paulo, fiquei um tempo afastado. Voltei a trabalhar em Porto Alegre para ficar longe do foco de São Paulo. Mas pedi para voltar para São Paulo, trabalhei por quase um ano ainda.

E eu fui perseguido de novo. Nós gravamos essa perseguição, em trabalho, não estava fora do trabalho. E aí a gente decidiu que eu teria que sair.

A Globo me ofereceu vir para Brasília e eu aceitei. E aí entrei na Globo em 2007, quer dizer, continuei na Globo, mas aí a partir desse momento eu até em Brasília. Fiquei na Globo até 2019. Um das mudanças de mercados importantes aí, me fizeram um convite para eu ir para a Record, eu aceitei ir para a Record. Fiquei quatro anos na Record. Só que o projeto que eu fui desenvolver na Record não teve segmento, então eu estava meio que adaptado em algumas situações lá, com um noticiário que estava sendo um pouco desidratado.

E acabou que eu recebi a proposta da TV Brasil para lidar pela primeira vez com o jornalismo público. E aí eu decidi vir para cá como editor-chefe e apresentador também.

**Tâmela: E como é que você já tinha contato com a comunicação pública? Você notou alguma diferença? Assim, já desde o início?**

Guilherme: Eu tinha contato com amigos que eu conhecia que trabalhavam aqui. Tinha contato como leitor, acompanhando os veículos, mas não tinha trabalhado efetivamente. Tem muita diferença.

Uma das diferenças é que, como a gente não tem uma preocupação comercial, a gente não recebe, como acontecia na Record e na Globo, uma pressão do ponto de vista comercial por interesses. Então assim, não dá para falar de A e B aqui, a notícia a gente dá e acabou. Isso é muito legal.

Tem uma outra diferença também, que normalmente numa TV comercial todos têm a mesma configuração, todos os trabalhadores mesmo. O que tem a diferença de hierarquia obviamente, vai ter uma de responsabilidade também, todo mundo é funcionário, vamos dizer assim. Mesmo os que são prestadores de serviço são dentro do grupo da bola rolando, são funcionários e podem ser desligados, podem ser realocados, é toda uma dinâmica mais bruta, vamos dizer assim, de mercado.

Aqui não, aqui a gente tem uma configuração completamente diferente. Então a gente tem gente que é terceirizado, como é o meu caso, e tem os concursados. Existe uma guerra eterna entre uns e outros por espaço aqui dentro.

Por que tem o terceirizado e o concursado? Muitas vezes porque é uma vaga que é temporária, é uma vaga que é o meu caso, meu contrato de um ano. Essas pessoas que estão aqui temporariamente, normalmente elas vêm com uma experiência larga, em tese é para ser assim, vêm com uma experiência boa de mercado, para dar uma

resposta rápida às vezes para questões e para dinâmicas, ou são reconhecidas porque tem uma vasta experiência mesmo e vêm.

Enquanto quem é educado, normalmente muitos têm muita experiência, muitos são muito bons, claro, evidentemente, mas é um outro grau de formação, são pessoas que circulam mais dentro da própria redação, fazem outras funções, uma hora está na rádio, outra hora está na GOV, outra hora está aqui no Canal Brasil, quer dizer, no TV Brasil. Então, no Canal GOV, são dinâmicas diferentes, mas tem o tempo todo uma guerra interna por espaço, então é um processo completamente diferente lá fora e muito mais complexo.

É assim, então é muito... São outras complexidades, são outras discussões. É um nível de discussão que eu não estava acostumado e que eu já me acostumei, mas estou nesse processo aqui, nesse aprendizado.

É muito legal, gosto muito daqui, mas tem essas coisas que lá fora a gente vê, fica escandalizado. Como assim?

**Tâmela: E no que que isso influencia? Vamos falar agora do dia a dia da redação, não é? Especificamente do repórter Brasil Noite, que é o meu objeto. Como é que funciona, como é que é o dia a dia da produção do telejornal? Desde a reunião de pauta, isso acredito que vai acabar influenciando também quando acaba, você acabou de dizer que influencia, quando alguém não quer fazer, quer fazer. Mas no geral, assim, como é que funciona? Como é que é o dia a dia?**

Guilherme: Como é que começa? É uma dinâmica um pouco diferente da que eu estava acostumado, mas é assim, como é que começa? Eu posso te dizer que começa a pauta do repórter Brasil da sexta-feira, antes do repórter Brasil da quinta-feira à noite, porque antes de eu descer para o estúdio para me preparar para ir para o jornal, eu tenho uma reunião aqui com o chefe de redação e digo, olha, desses assuntos que a gente tem hoje, esse, esse e esse aqui, merecem repercussão amanhã.

Porque às vezes a gente tem uma notícia que estourou aquela, na hora a gente dá só a notícia, mas amanhã a gente quer ouvir personagens, quer ir para a rua, quer saber como é que aquilo repercute na vida das pessoas. Então essa afinação a gente faz na noite anterior. De manhã, nove e meia, nove horas, ainda bato uma bola rápida com o chefe de redação para saber o seguinte, daquilo que a gente falou ontem, ainda está valendo, já ficou velho, tem coisa nova, e a gente dá uma última, mas coisa muito rápida pelo WhatsApp.

Olha, é isso, vamos seguir nessa aqui, que essa aqui é boa, outra a gente desiste. Tá, beleza. Aí eles fazem uma reunião, eu não estou presente nessa hora, eles fazem uma reunião aqui, às por volta de 11 horas, com a rádio, a TV, a agência Brasil e as emissoras que nos ajudam.

As outras cidades que fazem parte da TV Brasil. As afiliadas ou a rede nacional de comunicação pública não passam, porque seria uma reunião que não ia terminar nunca mais, imagina todo mundo. Aí nessa reunião, afinam os assuntos que a gente já tinha meio que falado, ah, isso aqui vale, a TV vai fazer, ah, isso aqui é legal, porque para a agência dá uma arte bonita, dá um gráfico bonito para botar no site, isso aqui vai ser bem didático para as pessoas.

Então eles afinam, a rádio vai fazer uma entrevista sobre esse assunto, a TV vai fazer uma reportagem e a agência vai fazer um infográfico, fica tudo meio distribuído aí às 11 horas. Eu chego entre meio dia e uma hora, esse horário não é muito rígido, já recebo o

relatório dessa reunião, porque aí alguém argumenta lá que vai ter mais um elemento, tem uma entrevista e tal, e dão uma forma final para isso. E a uma hora eu faço uma reunião de pauta, só da TV, com São Paulo, Rio e a gente aqui.

E aí a gente pega isso tudo que já foi sendo preparado e dá a forma final. Então é o seguinte, isso aqui vai ser, realmente vai ser só uma entrevista, isso aqui vai ser só um gráfico, distribuí o jornal e começa a trabalhar. Agora, você chegou aqui faz uns 10 minutos, 12 e 20, eu estava começando a fazer a paginação do jornal, que assunto que eu vou abrir, que assunto vai para escalada, que assunto eu vou trabalhar em passagem de bloco, como é que eu vou combinar esse link aqui com outro, e vou paginando o jornal.

Depois disso é acompanhamento dos processos, os editores já estão cada um com as suas pautas, os repórteres na rua, e aí a gente começa a avaliar o que os outros estados estão mandando. O que você fez em Pernambuco? A TV de Feira de Santana, o que você fez em Salvador?

Aí tem uma pessoa que fica recebendo isso e a gente vai distribuindo isso dentro do conteúdo que já está desenhado. Então, por exemplo, terminadas as datas, dia do consumidor, a gente recebe 10 ETs no dia do consumidor, vem um da Bahia, vem um do Pernambuco, um do Rio Grande do Sul, todo mundo fez. Eu tento fugir um pouco das efemérides, porque eu acho um pouco chato isso, então a gente vai vendo o resto do Brasil está fazendo, o restante do Brasil está fazendo, e a gente diz, olha, isso aqui combina com a nossa edição de hoje, isso aqui eu quero, e aí a gente vai montando o resto do jornal.

**Tâmela: Você falou agora em editores, os editores são por área? Por área, por exemplo, meio ambiente, saúde?**

Guilherme: Nós temos uma editora e apresentadora que faz mudanças climáticas e previsão do tempo, que a gente decidiu que isso é uma coisa mais ampla, não tem mais aquela previsão do tempo, amanhã vai chover, vai fazer calor, a gente fala disso, mas a gente vai muito mais do que isso, então a gente fala de tendência, a gente fala de desastres climáticos, de levantamentos, pesquisas, etc. A gente tem um editor que trabalha com o Internacional, a gente se abastece com a Reuters e com a Telesur, mas não é fixo, eventualmente outros pegam também, que gostam desse assunto, fazem, a gente tenta privilegiar quem tem mais familiaridade e gosta mais, de resto, o time vai muitas vezes por afinidade com o tema, mas não necessariamente, o resto é geral, vamos dizer assim, todo mundo pega qualquer assunto, até porque a gente cobre muito, eu costumo dizer que o nosso manual de redação é a Constituição Federal, então a gente cobre aquilo que tem interesse público, o que é interesse público?

É curiosidade? É fofoca? Não, interesse público não é curiosidade, as pessoas confundem isso, ah, esse vídeo viralizou, a gente avalia se esse vídeo realmente tem alguma mensagem, alguma coisa que possa reverberar na vida das pessoas de uma forma de alerta ou positiva, a gente até dá, mas do contrário não, interesse público é aquilo que vai fazer a sua vida ser diferente amanhã, ou pode, você tem que estar atento àquela questão, então a gente trata muito de coisas que eu nunca trabalhei em televisão, a gente fala muito de comunidades indígenas, muito de quilombolas, a gente fala muito de todos os tipos de minorias e de lutas identitárias, todas, que cai aqui a gente faz, porque a gente entende que como isso não é tratado na mídia tradicional, por exemplo, na Record, onde eu trabalhava, não vai ter uma matéria sobre quilombola, muito raro, sobre LGBT, que ia mais nem pensar, por perfil de público, por perfil da empresa e tal, e como a gente meio que corre sozinho nesse tema, ou poucos grupos fazem, então a gente sente mais necessidade de atender esse público,

independentemente de audiência ou não, a gente até subiu bem de audiência, a gente está bem de audiência em relação ao histórico, mas não é essa a nossa motivação.

**Tâmela: Sobre os acontecimentos que entram no noticiário, que viram notícia, o que vocês consideram que pode ser um impedimento? Por exemplo, algum aspecto tecnológico, porque a TV, quer dizer, até uns anos atrás, precisaria estar presente, hoje em dia, tenha os vídeos amadores, até que ponto vocês consideram que o aspecto tecnológico, presença, disponibilidade de fontes, que aspectos vocês consideram que pode ser um impedimento hoje em dia, ou é muito difícil ter algo que impeça um...**

Guilherme: O nosso maior... nós não temos problema do aspecto tecnológico, a gente tem emissoras afiliadas que são da rede no Brasil inteiro, então dificilmente alguma coisa não está sendo coberta por algum lugar, então a gente recebe. A nossa... a gente tem uma... uma... a gente usa eventualmente vídeos, inclusive que são amadores, mas depende do que que é o vídeo, né, mas a gente até usa, não é uma coisa...

Hoje nós vamos lá, tem uma reportagem falando aí da condenação dos... do pessoal que invadiu a Praça dos Três Poderes no dia 8 de janeiro. Qual a praça? Desse pessoal que invadiu lá, e a gente tem até... vai pegar imagem de rede social que as próprias pessoas divulgaram, mas a gente entendeu que é interesse público mostrar que essas pessoas estão sendo condenadas a 17 anos de prisão. A nossa maior dificuldade hoje, que eu digo assim, para...eu digo muito mais que como dificuldade é... quanto a gente quer cobrir com velocidade, com rapidez, a gente tem um país desse tamanho e não consegue chegar. Mas...

E assim, nas emissoras da rede, a gente não tem... a nossa relação com eles não é de pautar positivamente, a gente chega... não é como uma rede de afiliadas da TV Globo, que o editor-chefe da TV Globo liga lá para a emissora e diz assim, ó, eu quero essa pauta aí, e o pessoal quase se mata para fazer.

Não, a nossa relação é assim, o que vocês estão fazendo, o que está sendo importante regionalmente para vocês que estão fazendo, a gente pode usar, então é muito de troca. Eventualmente até a gente pede alguma coisa, aquele assunto vocês vão fazer e tal. Mas não é uma coisa impositiva.

Então eu acho que a nossa maior dificuldade hoje, a nossa maior limitação é dar conta da velocidade que as coisas exigem e a gente precisaria ter, evidentemente, uma equipe muito maior para fazer tudo o que a gente gostaria de fazer. Mas eu acho que é mais é isso, é velocidade, dar conta da velocidade das coisas.

**Tâmela: Quanto aos critérios de noticiabilidade. Como é que eles se aplicam na prática? Mas assim, como televisão pública, o que vocês consideram as características dos acontecimentos para entrarem na edição?**

Guilherme: O mais importante, claro que tem um critério de interesse das pessoas, os assuntos que as pessoas querem ver. Mas também aqueles assuntos que a gente considera, humildemente considera, que é importante que as pessoas saibam. E às vezes é um assunto que só nós estamos dando, porque as outras emissoras não estão interessadas, pode ser, mas outras vezes está todo mundo dando.

E aí a gente fica naquela situação. Bom, saiu uma notícia agora, vamos dar também. Ok, vamos dar também, estamos lá, o cara que está nos assistindo, que gosta do noticiário, ele não tem que ser punido com a invisibilidade de uma notícia.

Não, ele tem que receber as notícias que são, o STF acabou de julgar tal coisa, vamos estar lá. Mas a gente também tem uma preocupação em dar um jeito que as pessoas não estão dando. Então, enquanto um setor está dando um viés, uma visão, sei lá, conservadora para determinado tema, por exemplo, drogas, a gente vai botar o outro ponto também.

Vai mostrar lá que o cidadão, ou o aborto, a gente vai botar o presidente do conselho, botou o conselho de medicina falando, ele falou na hora quase do jornal, a gente deu só a fala dele sozinho. Aí fizemos um contraponto no estúdio mesmo, comentando rapidamente, e depois no outro dia fizemos uma reportagem completa retomando a fala dele e botando outras pessoas para falar a respeito. Então, às vezes está onde ninguém está, ou poucos estão, estão muito mais segmentados, às vezes está onde todo mundo está, isso é importante, porque a gente marca também a nossa posição como veículo de notícia e não só de achismo, do que a gente acha que pode ser importante para as pessoas, e a outra coisa da nossa responsabilidade é dada a forma que as pessoas estão dando espaço que não está sendo dado. Então, às vezes algumas questões o pessoal diz assim, pô, mas essa matéria está desequilibrada, o pessoal está falando a favor e quem falou contra falou muito pouquinho. Aí a gente pega e abre o site ali e vê todo mundo do mercado financeiro indo para o mesmo lado, falando a mesma coisa e a gente pesando um pouco mais para o outro, dando os dois, mas pesando mais para o outro, porque a gente entende que a gente também serve, tem que ter um espaço para aquele contraponto, para dizer assim, pô, mas porque, o que é isso?

Superávit primário, que as pessoas morrem de fome em nome de uma planilha do Excel, eu estou simplificando, mas é mais ou menos isso. Então a gente entende que naquela questão especificamente a gente tem que botar um ponto de vista de que esses dados, essas coisas econômicas têm que ser relativizados, porque enquanto a gente está batendo meta, tem gente que está morrendo de fome, então tudo isso a gente leva em consideração. Dá tempo de fazer uma discussão inteira sobre isso todos os dias?

Não, mas isso está no nosso DNA, é como a gente pensa que as coisas devem ser.

**Tâmela: E sobre as notícias com a temática saúde, concretamente, aqui no Brasil a gente, pelo que eu observei, assim, das edições, a gente fala bastante sobre vacina, que é um trabalho que teve que ser retomado, não é? Como é que eles entram, como é que eles são vistos?**

Guilherme: Saúde é um tema muito difícil de tratar em todos os veículos, porque nós temos a saúde dominada pelo setor privado, então o setor privado é a imagem da eficiência, isso eu estou te falando não é só daqui, mas eu te falo daqui também depois. É dominado pelo setor privado, que faz um lobby pesado pela ineficiência do setor público. A gente tem um setor público que foi, que tem um senso comum sobre ele que é assim, o SUS é maravilhoso no papel, mas ele é muito ineficiente por causa do Estado.

E essa é uma distorção. Porque se a gente tem serviço de massa de saúde no mundo que funciona e que dá resultado, é o serviço público, não é? Aí vamos dizer assim, ah, em Cuba já vai defender, não, não, estou falando da Alemanha, estou falando do Canadá, estou falando do Reino Unido, são serviços públicos que dão conta da saúde de massa e não são serviços privados.

Só que aqui a gente tem uma dinâmica diferente de ainda, sei lá, talvez resquício de colônia, que o que é público tem que ser vilipendiado, tem que ser destruído em benefício do privado. Como é que a gente trata isso? A gente trata, normalmente as matérias de saúde têm um viés de, muito menos de denúncia, a não ser em casos, por exemplo, como a gente deu, que as mulheres que tinham direito a um aborto legal, que

estavam sendo impedidas de fazer, porque cada vez que chegava no hospital, que era referência em São Paulo, tinha uma demanda diferente.

Ah, tem que fazer o exame, tem que ter um preparatório desse aqui. Elas nunca estavam nas condições para receber aquele amparo legal, conforme é determinado aqui no Brasil. Então aí a gente entra com um viés mais de denúncia, e aí cobra a defensoria, cobra o Ministério Público e tal.

Mas, na maior parte da nossa cobertura de saúde, ela é uma cobertura de serviço. É vacina que está sendo retomada, são números de saúde que saem, é uma sensibilização que a gente aí é muito parcial, evidentemente, porque as pessoas se protegem, se vacinam e vão atravessar. A gente bate muito nessa aí.

Dengue, a gente vai demais porque a dengue estourou e a gente vai muito forte nesse ponto de pedir que as pessoas se protejam e se vacinem também. Então, a cobertura de saúde, eu digo assim, é raro a gente conseguir entrar na caixa preta da saúde, nas TVs comerciais, impossível. O serviço público tem que ser estigmatizado como problema, isso nas TVs comerciais, embora sempre se elogie, que no papel foi maravilhoso, e a saúde privada é onde todo mundo se salva, porque todo mundo quer ter plano de saúde para não precisar morrer na fila.

Essa coisa está muito mal, a gente nunca diz o porquê que as pessoas estão ficando na fila, a gente nunca diz que tem um sistema montado para que não funcione, a gente nunca vai nisso. TV pública a gente consegue entrar pouco nessa caixa preta e a gente fica muito na cobertura de serviço mesmo.

**Tâmela: E a visão assim que vocês têm de saúde, por exemplo, vocês seguem alguma, a visão que eu digo é assim, o que eu entendo como saúde, é uma ausência de doença, é como as pessoas lidam com a doença, ou vocês seguem algum, isso é uma visão particular da empresa, ou vocês seguem, por exemplo, o que a OMS tem estipulado mais ou menos, a Fiocruz ou alguma instituição.**

Guilherme: Vou te dizer que, assim, sem saber de estatística de cabeça, mas já te dizendo, dando um chute, 60% do nosso conteúdo de saúde, cobertura de saúde, ou sai de Fiocruz, ou sai de Butantã, ou sai de Ministério da Saúde, ou sai sempre de instituição pública, assim, dificilmente a gente, a pauta de saúde não está entrando porque isso é um levantamento, porque começou uma campanha, normalmente como eu te falei que é muito serviço, a gente vai muito, e a gente é muito próximo da Fiocruz, a gente tem gente, tem jornalistas da nossa equipe que tem contato muito direto com eles, muito estreito, então, a gente tem muito acesso ao conteúdo deles, e a gente tem muita preocupação, por exemplo, essa semana, agora, semana passada, todo mundo deu a notícia de que tem um surto, tem uma pesquisa que mostra, um estudo que mostra que tem um surto de sarna, porque as pessoas ficaram resistentes a Ivermectina, por causa das campanhas, durante a Covid, todo mundo se entupia de Ivermectina, e agora a doença ficou resistente, a medicação. A gente está há seis dias para dar essa matéria. Por quê?

Porque a gente vai ouvir a fonte dessa pesquisa, ah, tudo bem que está todo mundo dando, e falou, mas nós estamos pegando o autor dessa pesquisa, que está lá em Alagoas, que fez a pesquisa sobre Santa Catarina, e a gente vai ouvi-lo, a gente recebeu a entrevista agora, nem terminou de ouvir, de assistir para ver exatamente como é que a gente vai dar, provavelmente vão dar na segunda-feira. Então, azar que deram antes, mas a gente vai ouvir a fonte da pesquisa, porque esse cara está falando isso. A gente tem muita preocupação nesse tema como saúde.

É uma coisa impensável. Há dez anos isso era quase uma obviedade, que você ia seguir as campanhas, e que você dissesse no ar, sem fonte nenhuma, que era bom vacinar, ninguém ia chegar e te agredir na rua. Hoje você diz para as pessoas que tem que se vacinar, você vai na fila do supermercado, o cara te xinga lá, te chama de comunista.

É uma loucura, né? É um equidificador de sociedade que a gente passou. E o que a gente está tentando lidar com o que sobrou.

A gente está sempre muito ligado a essas. Agora, a nossa visão, a gente faz muito de medicina preventiva, de saúde preventiva, mas a gente fica muito no serviço. A gente cobre muito a questão de campanhas em andamento, orientação para as pessoas, como é que faz isso, o que é aquilo, acabou a vacina, não acabou?

Vai chegar novo lote? A gente fica muito nessa coisa do operacional da saúde.

**Tâmela: Então, isso seria um foco em assuntos que afetam um maior número de pessoas. Quanto às doenças mais, doenças raras, você chama alguma atenção de vez em quando?**

Guilherme: Eventualmente, quando tem alguma provocação. O que seria a provocação? Um assunto, daquelas histórias de remédios muito caros, que as pessoas não têm acesso, que baixar a renda é tracar na justiça, vai via defensoria pública, ministério público, chegam lá, a gente normalmente acolhe essas matérias.

Diagnósticos precoces de doenças raras, a gente faz eventualmente essa pauta, esses dias a gente fez uma sobre diagnóstico, que não é uma doença, mas uma condição, mas a identificação de quadros de autismo, para as pessoas saberem como é que ela pode saber se seu filho está nessa condição ou se ela mesma tem essa condição. Então, a gente busca muito essa coisa que, às vezes a gente se pergunta se isso aqui tem sete pessoas com essa doença, será que vale a gente fazer esse esforço? E a gente normalmente, não, vale, isso é uma coisa que é raro, mas é importante que as pessoas saibam.

Então, a gente não está muito para agora, não está muito para o tamanho da repercussão exatamente. A gente dedica uma matéria, um pedacinho do jornal para falar disso. Mas, no macro, a gente vai naquela coisa de saúde pública, olha, o SUS liberou, não sei quanto de atendimento, vai ampliar agora a telemedicina, como é que você faz para chegar na telemedicina?

Então, é muito por aí. Nessas caras também a gente faz, mas é bem menos.

**Tâmela: E em termos de fontes? Claro que sobre saúde é essencial ter as fontes oficiais, ter as fontes profissionais, falando. Vocês acham que faz falta entrevistar parcelas da população ou não convém ultimamente?**

Guilherme: Não, eu acho que é o seguinte, a gente passou por uma mudança, um trauma muito forte, que eu acho que a gente só vai conseguir medir daqui a umas décadas ainda. Que é o seguinte, antes do turbilhão que a gente viveu aí, você poderia ouvir qualquer médico. Você poderia ouvir qualquer médico. Tinha um tema, eu vou falar sobre tuberculose. Qualquer médico que a gente soubesse, pneumologista e tal, a gente conseguia ouvir e a gente tinha com segurança que ele ia trazer a visão científica, provavelmente ele ia referenciar, isso eu não estou falando só aqui, estou falando fora também da TV Brasil, que ele ia trazer alguma referência, você ia falar com ele no telefone, mas tem uma pesquisa, isso aqui tem dados, tem informações.

Entrevista com Holden Guedes, chefe de redação do Telejornal, da Televisão Moçambique (TVM), realizada no dia 3 de julho de 2024, às 21h (horário de Brasília). A conversa foi realizada e gravada com apoio do programa Google Meet e transcrita com o uso do site Transkriptor.

**Entrevistadora: Tâmelá Grafolin**

**Tâmelá: Então, a entrevista está sendo gravada, agora para deixar registrado.**

**Doutor Holden, há quantos anos o senhor é jornalista?**

Holden: Fomos agora em 2024, não é? 25 anos.

**Tâmelá: E o senhor fez a sua licenciatura em que universidade?**

Holden: Eu não fiz ensino superior na área de comunicação, teria uma formação média. Sim, sim, mas quer dizer, tenho formação de licenciatura numa outra área. Eu sou licenciado em História Política e sou mestre em Estudos de Desenvolvimento.

**Tâmelá: Há quanto tempo o senhor trabalha na televisão de Moçambique, na TVM?**

Holden: Na TVM estou há 20 anos, desde 2004.

**Tâmelá: E o senhor chegou a trabalhar em alguma empresa de comunicação social antes da TVM?**

Holden: Sim, antes da TVM, eu primeiro passei como colaborador da Rádio Moçambique, que é uma empresa pública daqui de Moçambique. Depois tive uma passagem pela Rádio e Televisão Comunitária na Cala Porto, e só depois ingressei na TVM.

**Tâmelá: Todas essas empresas eram públicas ou só a Rádio Moçambique?**

Holden: A Rádio e Televisão Comunitária de Nakala era do município, o município é uma entidade pública, portanto são, sim, sim.

**Tâmelá: Quantas, no telejornal especificamente, agora vamos entrar nesse tópico, quantas pessoas trabalham? Quantos jornalistas, vamos começar assim, trabalham no telejornal?**

Holden: Bom, é uma equipe enorme. Eu não sei se conhece como é Moçambique. A televisão está estruturada da seguinte forma. Tem a televisão central, que está baseada em Maputo, mas depois tem delegações a nível das províncias.

Portanto, temos 10 delegações nas províncias, temos uma subdelegação na Cala Porto e temos um correspondente na África do Sul. Todas essas delegações, além de ter um jornal local, lá da província, e ter programas locais, também trabalham para alimentar a TVM Central, que tem a emissão nacional.

Portanto, é difícil dizer que temos tantos jornalistas afetos particularmente ao telejornal, mas é uma equipa que entre operadores de câmara e jornalistas, um pouco por todo o país, é de aproximadamente 100 colaboradores. Entre operadores de câmara e jornalistas.

E todos esses trabalham para aumentar o telejornal. E outros programas informativos.

**Tâmela: Por acaso, dentro do telejornal há um quadro específico ou uma parte específica do telejornal que passe notícias de cada região, por exemplo.**

Holden: O alinhamento do telejornal não é feito por cotas, no sentido de garantir a presença de cada região por um determinado tempo. É feito em função da importância da matéria.

Portanto, isso é que determina o alinhamento final. Há vezes que temos um telejornal em que uma determinada província não entra, não é?

Tudo depende da dinâmica da notícia e de como foi o dia em termos de assuntos.

**Tâmela: E era o que eu ia lhe perguntar agora também, como é que acontece a seleção da notícia, dos temas, dos acontecimentos, que acredito que deve chegar muita informação, como é que na reunião de pauta, digamos assim, ou numa reunião entre os jornalistas e os editores, como é que, que critérios, quais as características que esses acontecimentos precisam ter, para vocês definirem, assim, olha, isso é importante, isso é interessante de entrar no telejornal de hoje?**

Holden: Bom, o nosso critério é, acho que é aquele critério que sempre impera no jornalismo, não é? Que é o fato de se tratar de um assunto de grande impacto, não é? Um assunto noticioso, efetivamente, É basicamente isso que define a nossa forma de fazer o telejornal. Há alguns assuntos que são de iniciativa dos próprios repórteres, há outros que são de agenda, que são pedidos de cobertura.

Então, na conjugação destas duas fontes de informação e de material, a gente acaba elencando a estruturação do alinhamento em função, naturalmente, da importância de cada assunto. Agora, é verdade que nós, enquanto televisão pública, temos, como é que vou dizer, há muita carga política no nosso jornal. Há um espaço de antena considerável que é ocupado pela atividade política dos principais atores, não é? Isso é inevitável hoje.

**Tâmela: E mais ou menos assim, quanto tempo cada... cada matéria tem para ser desenvolvida, para ser captada as imagens, para fazerem as entrevistas e a edição?**

**Varia muito com o tema?**

Holden: Sim, quer dizer, depende da complexidade do assunto. Há matérias que, por exemplo, nós temos uma grande planificação de manhã, às sete e meia, que vai até às oito, oito e quinze mais ou menos, Dependendo da hora em que acontece o evento e da simplicidade ou da complexidade do evento, é possível o repórter ir ao terreno ainda de manhã, voltar a tempo de colocar a notícia no jornal da tarde, que passa tanto à uma da tarde, passa às três.

Mas há outros assuntos que, porque é preciso contactar outras fontes além daquela que é a primária, mais duas ou três pessoas, é preciso confrontar outros elementos, ou a fonte não está disponível hoje, mas diz que não, só posso falar amanhã, ou preciso da autorização, essa matéria acaba levando um pouco mais do que algumas horas. Mas, regra geral, aquilo que se planifica, 70, 80% tem sido possível passar no mesmo dia.

**Tâmela: E quantos profissionais são orientados para cada matéria, mais ou menos? É um jornalista que vai com o próprio equipamento, ou vai um jornalista e um operador de câmara?**

Holden: Aqui, as nossas equipas são formadas por um jornalista, um operador de câmara e um motorista, que conduz a viatura e que transporta a equipa. Também pode ser que seja possível destacar apenas uma equipa para um determinado assunto, mas há vezes que destacamos três ou quatro ou cinco equipas para abordar o assunto.

Vou dar um exemplo. Nós aos fins de semana, sábado e domingo, temos uma rubrica dentro do telejornal que chamamos tema de fundo. O que é isso? Nós escolhemos um assunto e abordamos esse assunto não apenas na perspectiva aqui da cidade-capital do país, mas também abordamos o mesmo assunto destacando três ou outras quatro equipas nas províncias.

Portanto, aborda em Nampula, por exemplo, aborda em Cabo Delgado, que são nomes das províncias, aborda em Tete, aborda na Zambésia e temos aqui a abordagem de Maputo, então trazemos essas diferentes matrizes. É o mesmo assunto, mas como se reflete em diferentes províncias trazemos, depois temos um convidado para complementar a matéria.

Portanto, dependendo da complexidade, podemos destacar mais de um jornalista, mais de uma equipa, mas normalmente tem sido também uma equipa única para cada assunto.

**Tâmela: O uso de videos ou imagens amadoras é uma prática na TVM ou vocês não adotam esse tipo de uso desses vídeos amadores por uma política interna ou por uma questão de estrutura da cobertura de internet no país mesmo?**

Holden: Aqui em Moçambique há muitas, além da TVM, existem outras televisões que não são públicas, são televisões privadas. e que tem uma orientação, uma linha de trabalho que é diferente da nossa.

Essas televisões potenciam muito a utilização desses vídeos e há até programas específicos em que eles, por exemplo, lembro-me de um programa que eles chamam de Repórter Cidadão, onde o cidadão estiver, reporta e traz. No nosso caso, nós não temos essa prática.

O que fazemos é, dependendo da natureza do acontecimento, se é muito relevante, se deu numa situação em que a imprensa não esteve lá, a TVM não esteve lá, mas alguém registrou as imagens, aí podemos aproveitar, mas não instituímos essa maneira de trabalhar, não é só por causa até diria que não é pela internet, mas é sobretudo pelo risco que há de nós podermos receber uma informação que pode não ser exatamente nos termos em que aconteceu ou pode ser algo manipulado, forçado, simulado. Há, portanto, esse risco e tentamos nos acautelar dessa situação.

**Tâmela: Quando vocês vão abordar o tema, as notícias com a temática saúde no jornal, quais características vocês utilizam? Utilizam, por exemplo, vamos abordar uma temática de serviço público, como campanhas de vacinação, ou vamos abordar uma temática mais de interesse humano, como um caso de uma doença rara em uma pessoa que procura um determinado tratamento. Quais são as características dos acontecimentos de saúde para virarem notícia no telejornal?**

Holden: Também não temos uma definição ou um critério estanque de que tem que ser necessariamente isto que passa ou que nós fazemos. Acho que um pouco de tudo, um pouco das duas circunstâncias são funcionais.

Normalmente o que nos move é o carácter noticioso do acontecimento. Temos feito

cobertura, por exemplo, das campanhas contra o HIV-C, do acontecimento, mas também temos feito coberturas, falar de dificuldades que há no próprio Sistema Nacional de Saúde, em termos de medicamentos, Lembro-me que no fim de semana passado, no tema de fundo, abordamos, escalando um pouco algumas províncias, que é o problema de falta de gesso nos hospitais públicos, trouxemos este problema, temos falado de pesquisas que estão a acontecer aqui em Moçambique para encontrar uma vacina da Malaria e por aí.

Portanto, não temos um critério definido rígido, não é? Aquilo que se justifica enquanto notícia, enquanto assunto de atualidade, na área de saúde, nós vamos, vamos atrás.

**Tâmela: Pelo que o senhor falou, então, nota-se que geralmente acontecimentos que vão acabar chegando em muitas pessoas, não é?**

Holden: Sim, sim, normalmente é por aí. É por aí, sim.

**Tâmela: A TVM segue, ou o telejornal em específico, segue um conceito, uma compreensão de saúde, por exemplo, da Organização Mundial da Saúde, que é aquela definição de, ah, um completo bem-estar de saúde físico e mental, ou vocês entendem a saúde como algo funcional, digamos assim?**

Holden: Olha, não sei se entendi a sua questão. Tem-se dito que, de facto, saúde não é apenas ausência de doença, não é? Há outros conjuntos que... Há outros fatores que também determinam isso e que é preciso, por exemplo, apostar na prevenção.

Também, quer dizer, as duas circunstâncias são funcionais. Tanto prezamos esse princípio de que saúde não é apenas ausência de doença, que é preciso prevenir, tanto tem havido algumas matérias que nós temos passado que têm a ver com a necessidade, por exemplo, de diminuição do consumo de sal, diminuição do consumo de açúcar, necessidade de realização de exercícios físicos.

Agora, também devo esclarecer que isto não é algo que cabe apenas no telejornal. A TVM tem uma programação, tem outros espaços não informativos, em que também estas temáticas de saúde são privilegiadas. A saúde preventiva, os curativos, os cuidados, tudo isso. Não sei se terei conseguido responder à sua questão.

**Tâmela: Como uma emissora pública: O que o senhor vê de diferente, se consegue me dizer, já que passou tantos anos trabalhando em emissoras públicas, o que consegue observar que torna diferente o jornalismo da emissora pública para as emissoras privadas? Nota alguma diferença?**

Holden: Há muita diferença. Objetivamente falando, eu como editor-chefe, eu estou no dia-a-dia na gestão da agenda corrente, na gestão das demandas que há a nível do executivo, a nível da sociedade, e aquilo que eu podia dizer em poucas palavras, eu sinto que os outros têm um pouco mais de liberdade de fazer as coisas e de abordar os assuntos. é preciso admitir que em algum momento somos condicionados pela nossa natureza de sermos um serviço público, um serviço público hoje.

**Tâmela: E outra coisa que eu gostaria de perguntar também é, por exemplo, o que que pode impedir um evento de virar notícia? em termos tecnológicos. Por exemplo, a dificuldade de chegar até um lugar, a dificuldade de enviar equipes ou necessidade de algum equipamento especial, ou isso ainda não se colocou como questão? Ainda não houve nenhum evento em que a TVM não conseguiu chegar por questões de não ter um equipamento, não ter tempo de locação, essas coisas assim.**

Holden: Não, nós trabalhamos num contexto em que o país tem suas dificuldades e nós não somos uma ilha, também vivemos nesse contexto e os nossos recursos também são de alguma forma limitados, são de alguma forma limitados. Esses problemas sempre há, e não prejudicam apenas o setor da saúde, há outras áreas que acabam também ficando prejudicadas, ou porque o equipamento tem que priorizar uma atividade de natureza política, porque quem está lá se calhar é um presidente, é um ministro, é um governante de alto nível, ou tem de privilegiar o parlamento, não é?

Ou então, hoje, devíamos ir, por exemplo, a uma província, a um local, a um distrito que esteja relativamente um pouco distante daqui, mas a nossa capacidade em termos de locomoção, ou porque a viatura está variada, ou porque não tem combustível para chegar até lá. Portanto, essas dificuldades têm acontecido.

Umás vezes prejudicando a cobertura na área da saúde, outras vezes prejudicando ou área da sociedade, outras vezes prejudicando a área do desporto, porque aqui a política tem primazia. É preciso compreender isso.

Ou até mesmo meios tecnológicos, ou porque a Câmara, uma está variada, só temos uma outra Câmara, ou temos só duas Câmaras, e é preciso também priorizar instituições de soberania e tal. Isso é o nosso pão de cada dia.

**Tâmela: Holden, antes que eu esqueça, onde que o senhor fez a sua licenciatura?**

Holden: A licenciatura fiz cá em Maputo e mestrado também cá em Maputo.

**Tâmela: E a nível de países de língua oficial portuguesa, Há alguma influência ou algum contato, uma troca de conhecimentos, uma troca de notícias, por exemplo, uma parcerias entre emissoras, com a TVM, por exemplo?**

Holden: Sim, esses, existem vários acordos de cooperação. No passado, distante, havia acordos entre a Moçambique e o Brasil, creio que era no contexto da lusofonia, em que, portanto, havia esses cursos de curta duração para capacitar os jornalistas.

Com Portugal, ainda existe, temos tido de tempos em tempos, agora por dificuldades financeiras. Transportar pessoas daqui para Portugal, mas é muito mais fácil trazer alguém de lá que venha cá e depois transmita a sua experiência. Isso tem acontecido.

Em relação à troca de conteúdos, neste momento está a acontecer uma plataforma que a RTP África criou. RTP África, não RTP Internacional, tanto eles têm um canal, RTP África, que é dedicado aos países africanos de expressão portuguesa.

E o que acontece é que diariamente cada uma das televisões de língua portuguesa envia para aquela plataforma duas ou três notícias do país. As outras televisões também enviam e cada um é livre de também poder fazer uso da notícia de um determinado país que lhe convier, que for do seu interesse.

Portanto, temos essa plataforma e já está. a participação não tem sido muito regular, geralmente os países mais ativos ali em termos de participação tem sido a própria RTP África em Portugal, Angola participa, Moçambique tem participado, esses três países participam ativamente.

Os outros países têm sido regulares, caso de Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, nem sempre têm participado nessa, em termos de contribuir com o material.

**Tâmela: Bom, doutor Holden, era isso. Tentei ser o mais breve possível aqui. Agradeço novamente pela sua disponibilidade.**

Entrevista com Marco Rocha, apresentador e editor-chefe do Jornal da Noite, da Televisão de Cabo Verde (TCV), realizada no dia 5 de setembro de 2024, às 8h (horário de Brasília). A conversa foi gravada com apoio do programa Google Meet e transcrita com o uso do site Transkriptor.

**Entrevistadora: TÂMELA GRAFOLIN**

Só para deixar, então, ciente que essa entrevista está sendo gravada, tá bem?

Marco: Sim

**Tâmela: O seu nome completo?**

Marco: Marco Antônio Gama Rocha.

**Tâmela: E qual a sua formação acadêmica?**

Marco: Eu fiz uma licenciatura em Ciências de Comunicação.

**Tâmela: E fez onde? Fez em Cabo Verde mesmo?**

Marco: Não, não, não. Estudei em Portugal.

**Tâmela: Em qual universidade?**

Marco: Eu estive na Lusófona do Porto e depois apareceu-me uma oportunidade para ir trabalhar e estudei e trabalhei na Universidade Lusófona de Lisboa.

**Tâmela: Há quantos anos atua como jornalista?**

Marco: Profissionalmente, desde 1997 até agora. Portanto, 24, 25 anos por aí. Comecei a 11 de novembro de 1997. Mas antes já trabalhava na rádio, já fazia programas de crianças, já trabalhava de televisão, etc.

**Tâmela: O senhor atuou em outros veículos antes de ir para a TV de Cabo Verde?**

Marco: Sim, sim, trabalhei na agência Lusa, trabalhei na RTP em Portugal, eu fui correspondente da Rádio Pública da Holanda para Lisboa e Madrid, portanto Portugal e Espanha, estive na Rádio TSF e fiz uma série de participações em revistas, jornais e por aí fora, mas sempre com foco na lusofonia, nos países da CPLP.

**Tâmela: E na TV de Cabo Verde, o senhor está há quanto tempo?**

Marco: De 97 para agora também, profissionalmente. Mas antes tinha feito também a mesma coisa. Tinha trabalhado com programas infantis, programas de juventude, etc. Mas profissionalmente como jornalista, de 97 para agora. Quando a televisão me contratou, eu estava fora do país. Contrataram-me para ser o correspondente para a União Europeia. Eu estava em Lisboa e regresséi para Cabo Verde em 2016.

**Tâmela: E desde então tem sido o pivô do jornal?**

Marco: Sim, eu fui diretor de informação da estação, estive lá de três anos como o responsável pelo departamento de informação, ao mesmo tempo era o coordenador e o

pivô do jornal e depois quando saí da direção continuei com as funções de pivô e editor do jornal.

**Tâmela: E é como atua até hoje?**

Marco: Sim, sim, sim.

**Tâmela: A equipe que trabalha no jornal, ela é formada por quantos profissionais, sabe me dizer?**

Marco: Por alto, acho que temos cinco jornalistas por turno, por período. Portanto, período de manhã, período da tarde, e depois temos jornalistas nas outras delegações. Portanto, de Santo Antão, São Vicente, nós somos nove ilhas, há delegações de Santo Antão, São Vicente, Fogo e Sal, e as restantes ilhas, nós temos um correspondente.

**Tâmela: E como é o dia-a-dia da redação? Por exemplo, desde a chegada na redação, como são as reuniões de pauta?**

Marco: Aqui em Cabo Verde nós temos uma falha grave. Nós não temos uma reunião de pauta diária. Nós conversamos com os jornalistas e propomos temas que vão ser abordados. E como nós temos uma redação extremamente curta, muito pequena, obriga quem está a fazer o jornal às vezes a seguir uma agenda que é a agenda dos encontros oficiais e ficamos com muito pouca margem de manobra para outro tipo de reportagens.

Portanto, é uma lacuna que os órgãos de comunicação têm, mas têm justamente por sermos um meio pequeno, que não consegue fazer esta gestão, e tendo por uma questão, digamos assim, histórica. Começou por ser assim há 40 anos atrás e nunca ninguém conseguiu mudar isto.

Eu até tenho uma história engraçada que lembro-me. Quando eu vim de Portugal, nós tínhamos reuniões de pauta todos os dias, na parte de manhã e na parte de tarde. E eu quando cheguei, eu pus um papel na parede que havia reunião, chamamos reunião de redação. Havia uma reunião de redação para as duas da tarde. No primeiro dia ninguém apareceu, no segundo dia ninguém apareceu, no terceiro dia eu espalhei o papel por toda a redação, pensando que as pessoas não tinham vindo. No terceiro dia ninguém não veio, no quarto dia ninguém não veio. E eu comecei a perceber uma coisa. É uma prática que não está instituída e as pessoas não aderem a ela. Portanto, então como é que eu faço o meu jornal? Eu chego, eu sei que o Ministério da Saúde, o Ministério da Educação, o Governo e não sei quantos têm uma série de atividades que são para ser cobertas. E então aí eu já alimento o meu jornal e depois esqueço-me daquela outra parte que é fazer o jornalismo à margem das agendas.

E nós tentamos funcionar assim. Por exemplo, no nosso caso, nós temos um jornal que é o Jornal do Domingo, que eu edito também, que é um jornal muito mais alargado. É uma espécie de magazine, por exemplo, a minha perspectiva é ter um igual àquele jornal da Globo que é feito o domingo, já me esqueci o nome. “Fantástico”, algo do género. Mas não com todo aquele floreado do “Fantástico”, mas ter mais informação e mais, porque nós não temos a dimensão que a Globo tem, nós não temos as notícias que o Brasil tem. E é então aí que eu consigo fazer uma gestão de ter uma equipa alocada para determinado tipo de assunto, o jornalista passa três, quatro dias a trabalhar a matéria, aí já tem mais margem de manobra para, quando se fala de um magazine, já tem muito mais margem de manobra do que se for um jornal, o meu jornal normal, diário.

**Tâmela: Como referiu que tem uma equipe de redação mais enxuta,**

**digamos assim. Como que os profissionais saem para fazer as reportagens? Eles saem, por exemplo, é o repórter e o cinegrafista, ou é apenas repórter?**

Marco: Não, não, saímos com o repórter e, portanto, o repórter e o que vocês chamam de cinegrafista. Saímos assim.

**Tâmela: Também referiu que geralmente se sabe mais ou menos os temas que vão ser abordados, não é? De acordo com a agenda política, digamos assim, dos ministérios, enfim. Como que esses temas chegam até a emissora? O governo envia press releases?**

Marco: São notas, são as chamadas notas de imprensa, portanto, por exemplo, a tua instituição tem hoje um encontro com o Flamengo de Tal, com outra instituição, com uma personalidade, e faz uma nota a explicar que a hora X vão-se falar sobre determinado tipo de assuntos, etc. E aí a nota chega e depois o O jornalista responsável pelo jornal faz a triagem nos assuntos que podem ser abordados naquele dia ou nos assuntos que não podem ser abordados naquele dia.

Mas, em relação a esta questão, há um aspecto que é interessante. Quando os órgãos de comunicação social cobrem, dão muita preferência aos, digamos assim, às notas políticas, à agenda política, isto faz parte de países que tiveram regimes digamos assim, autoritários, ditatoriais, que quando foi criado o órgão público de comunicação audiovisual, rádio, televisão, jornal, etc., foi criado como um meio de propaganda.

E aqui em Cabo Verde nós tivemos aquele período de democracia, já estamos hoje em democracia, e há-se que os órgãos de comunicação públicos não souberam fazer aquela separação de águas. Primeiro porque os jornalistas que hoje também estão nos órgãos públicos de comunicação vêm daquele método de prática de jornalística e então nós conseguimos, nós não fizemos aquele corte.

E lembro-me quando eu vim, fiz aquele corte, houve houve diretores de gabinete dos ministros é que levavam a televisão e como é que é possível nós não irmos fazer determinado tipo de coisa? Porque é o ministro, porque eles são pagos por nós.

A mesma coisa acontece em relação à igreja. Aqui nós temos uma... há uma excessiva noticiabilidade, não sei se a palavra no Brasil se aplica. Há uma excessiva noticiabilidade de assuntos da Igreja. Por exemplo, um padre que é ordenado uma missa de Nossa Senhora de uma santa qualquer. Não que eu seja que eu tenha alguma coisa contra a Igreja, não.

Nós somos um Estado laico, mas eu acho que há determinado tipo de notícias que não fazem parte do roteiro, do alinhamento de um jornal. Mas há uma tradição que se nós não cumprimos, a igreja começa a criticar-nos e critica-nos com cartas abertas aos dirigentes.

Portanto, como estou a dizer, esta questão da agenda é uma questão histórica que os jornalistas ainda não conseguiram Cabral, não sei se a nova geração de jornalistas que poderá entrar, porque nós estamos numa fase que os jornalistas já estão quase a chegar ao período de reforma e este é que fizeram parte desta transição. Não sei se os jornalistas é que vão entrar agora, terão um novo mindset, uma nova filosofia. Não sei. Porque também se aproveitarem a herança que deixou-lhes os antigos e se continuarem a fazer o mesmo tipo de coisas, vão continuar a fazer o mesmo tipo de jornalismo.

**Tâmela: E a televisão pública surgiu muito tempo depois.**

Marco: A televisão pública em Cabo Verde é anos 80, 82, 83, 84. Eu não me recordo da data por concreto. As mais antigas eram a TPA, a Televisão Pública de Angola, e a Televisão de Moçambique. As outras são mais recentes.

E todas têm este tipo, este perfil em que o responsável máximo, portanto, o governo, que tenta fazer um jogo de agenda, etc., enquanto nós tentamos fazer alguma coisa diferente. E depois também tu cais... Se tu não fazes uma reunião de pauta, tu não és capaz de depois fazer uma análise. Olha, hoje vamos tratar sobre este assunto, que eu acho que são mais pertinentes para a sociedade civil.

E estes assuntos nós não vamos tratar, ou vamos assim abordar muito ao de leve. Mas se não fizermos isso, nós temos que apanhar toda aquela agenda que os governos nos mandam e fazer a notícia.

Por exemplo, ontem está aqui em Cabo Verde uma missão da União Europeia para financiar a economia nacional. A senhora que veio tem 24 horas para estar em Cabo Verde.

E então ela tinha 10 encontros, onde nos 10 encontros vai assinar acordos de cooperação. Ela é a protagonista nos dez encontros.

O ministro das Finanças que está a lhe acompanhar é protagonista em oito dos encontros. Portanto, se tu fores fazer... Até percebo a senhora, ela veio com a missão de fechar um pacote de financiamento que ela tem 24 horas, e quem é o homólogo dela é o Ministro das Finanças. E eu recebi as 10 notas para cobertura de... Era assinatura de um acordo, era assinatura de outro acordo, era visita a uma instituição assinatura de um acordo... E então eu recebi todas as notas, e eu quando vi para aquelas notas, essa senhora vai estar em 10 sítios.

Portanto, se tu seculares o que é que o governo acha que deve, tu tens que fazer 10 notícias sobre a visita da senhora, a senhora a falar 10 vezes e provavelmente o ministro a falar da mãe dez vezes, estás a ver? E obrigam-te a este tipo de montagem da informação.

E tu tens que fazer um corte. Então o que é que eu fiz? Eu escolhi dois ou três assuntos que eu sei que eram importantes, ou pertinentes, e deixei o resto para depois. E hoje ela continua a visita e vai ter também uma agenda tão intensa, com não sei quantos encontros, e todos são noticiáveis. Só para dar-te uma perspectiva de como é que as coisas podem funcionar. E, portanto, não se deve fazer este tipo de corte.

**Tâmela: Era o que eu ia perguntar a seguir. Mais ou menos, quais eram as características ou os critérios de noticiabilidade, digamos assim, que levam mais em conta? Acabou por dar, assim, uma... uma ideia de que realmente é uma agenda muito mais governamental, não é?**

Marco: Sim, sim. Do grosso da agenda, acima dos 50%, é uma agenda institucional, digamos assim.

Porque depois tu... nós não temos tantos meios, não é?

E então quando o chefe, o primeiro-ministro faz uma iniciativa, uma outra instituição importante faz uma outra iniciativa, portanto tu giras só à volta daquela agenda institucional, principalmente na parte da manhã. Porque na parte de tarde já há uma folga, digamos assim, maior.

Porque o grosso das atividades, as atividades políticas, concentram-se dentro do almoço. Portanto, a equipa de reportagem que está na parte da manhã, obrigatoriamente, por vezes, tem que ir fazer aquele tipo de informação.

**Tâmela: E a parte desse tipo de agenda, que outras características que considera na hora de escolher os temas? Por exemplo, quantidade de pessoas envolvidas, se é novidade, no jornalismo quase sempre é novidade, não é?**

Marco: Depende da pertinência da notícia. Por exemplo, há editores que gostam de pegar por temas polêmicos sociais. Há outros que gostam de pegar por temas polêmicos políticos. Há outros que gostam de pegar por outro tipo de assunto.

Depende da perspectiva de cada um. Por exemplo, eu confesso que gosto mais de trabalhar ou de fazer um jornal mais voltado para as questões económicas, para as questões políticas, não estou a dizer política da agenda, questões políticas ou mesmo questões económicas, porque a partir da economia tu consegues depois traçar vários ramos de abordagem.

No meu jornal eu trabalho muito questões culturais e dou muito atenção à diáspora, porque eu vivi muito tempo fora de Cabo Verde Consegui... eu tenho uma perspectiva do que é a comunidade lá fora e eu consegui também muitos contactos de assuntos que acontecem fora do país e que têm implicação cá dentro.

Portanto, cada editor tem a sua perspectiva. Por exemplo, eu tenho uma editora que gosta de abordar temas relacionados com polémicas sociais, VBG, mais agressões, este tipo de assuntos, a falta de água, não sei, em algum sítio, questões mais sociais, estás a ver?

E há outros, e isto depende também da perspectiva de cada um dos editores. Não há uma linha, digamos assim, que vamos ter que fazer isso e isso e isso, mas depende muito da perspectiva de quem estiver a fazer o jornal. Desde que não estejas naquela parte de manhã, que tu obrigatoriamente, às vezes, 80% tens de cumprir o que está na...

**Tâmela: O que eu dizia era assim, na televisão, por exemplo, agora nós vemos muito o uso de imagens amadoras ou de imagens feitas por telemóveis, quando alguns repórteres não conseguem chegar até o acontecimento, mas eu reparei que em Cabo Verde isso não é tão utilizado. Não é utilizado por questões técnicas ou não é utilizado por uma escolha da televisão mesmo, da emissora?**

Marco: Não, depende dos assuntos. Por exemplo, já houve situações em que nós recorremos a Há pessoas que nos...Olha, ontem, por exemplo, Cabo Verde correu os Paralímpicos de Paris. Quem nos enviou a entrevista da atleta cabo-verdiana foi uma cabo-verdiana que...

Mas pronto, eu a conheço, eu sei quem ela é, eu confio que ela não está a fazer nada de normal. Mas pronto, ela enviou-me uma entrevista da corredora a dizer que a prova tinha corrido bem, enfim, já houve situações em que, por exemplo, na altura da Covid, em que houve o lockdown e havia pessoas a fazer... a tomar banho de mar.

E havia um alerta por parte da Proteção Civil para que isso não acontecesse. E lembro-me, num dos jornais que fiz, uma das peças era um fulano que tinha feito imagens com um telemóvel e que nos mandou informando que as pessoas continuavam a tomar banho, desrespeitando as normas da polícia.

Portanto, isto depende um bocado de... logicamente que não vou apanhar uma imagem de um assunto sei lá, polémico às vezes e vou pôr no ar.

Mas há determinado tipo de imagens que há um critério que eu sigo e que acho que é um critério que possa ser útil. Este fim de semana houve o Dia de Cabo Verde no estádio de Boston Sox, em Boston.

Então houve vários caboverdianos que fizeram fotografias e postaram os vídeos no Facebook e eu baixei os vídeos. Portanto, depende também um bocado da da notícia e da confiabilidade que eu tenho perante a pessoa que fez o vídeo.

**Tâmela: E nos temas que acontecem em Cabo Verde, por exemplo, quando há uma falta de pessoal, por exemplo, não há jornalistas suficientes para cobrir determinado evento, Isso é uma questão que se coloca, por exemplo, não podemos enviar aqui?**

Marco: Claro, constantemente. Quando não temos jornalistas, não conseguimos fazer a reportagem e ponto final, e não temos jornalistas ou por falta de meios, portanto os jornalistas estão todos ocupados, ou porque houve a falta de alguém.

Por exemplo, nós temos um problema sério aqui em Cabo Verde, nos órgãos de comunicação públicos, que é uma grande abstinência por parte dos jornalistas. Fala em abstinência do janto de faltar o trabalho.

E então isso coloca-nos a sérios problemas. Por exemplo, eu já cheguei a ter dias do meu turno, tinha cinco jornalistas, um apareceu no trabalho. Portanto, com um jornalista, eu vou cobrir um evento e, se tiver a possibilidade, vou cobrir um outro evento. Mas pronto, é uma questão também séria nos meios de comunicação social e, logicamente, quando nós não temos, não conseguimos ir e não há justificação a dar.

**Tâmela: E nesses temas, então, nem se coloca a possibilidade de se trabalhar com essas imagens amadoras, por exemplo.**

Marco: Depende de imagens amadoras. Por exemplo, os partidos políticos às vezes fazem conferências de imprensas, nós não conseguimos ir, mandam-nos as imagens. Aí nós não tomamos as imagens. O governo faz iniciativas, nós não vamos, enviam-nos a imagem. Aí nós não tomamos as imagens. Pode ser que haja alguma coisa da sociedade civil, aí pode ser que nós tomemos a imagem.

Agora, atos públicos em que nós não fomos ou declarações partidárias, aí nós não tomamos as imagens. Até por uma questão de nos percaver contra alguma queixa numa autoridade reguladora da comunicação social. Porque é que tomamos deste e não tomamos do outro? Não.

Não sei também se as imagens que nos estão a dar, principalmente das instituições públicas, é o bruto ou é alguma coisa que já foi trabalhada e no bruto está algum aspecto importante que não nos foi facultado. Para evitar esse tipo de situações, nós não tomamos as imagens.

**Tâmela: E declarações assim, por exemplo, em redes sociais, costumam utilizar?**

Marco: Sim, sim, sim.  
Isso sim, isso não há problema.

Sim, desde que seja uma fonte oficial, por exemplo, o Presidente da República, páginas oficiais dos sindicatos, mas nós temos uma prática de... nós preferimos mesmo, às vezes, é que a pessoa fale e que não nos enviem comunicados e nada disso, porque nós corremos o risco de sermos apontados, por exemplo, de sermos nós a dar a notícia ou de deturparmos o que foi escrito naquele comunicado.

E então preferimos que ou o comunicado seja feito pela própria entidade, pela própria

pessoa. Mas citamos constantemente o Presidente da República e as páginas oficiais do Presidente, do Governo e das instituições governamentais.

**Tâmela: Agora, entrando especificamente nos temas sobre saúde, não é? Quando se vai falar de saúde no jornal, o que se entende como saúde? Se toma aquela definição da Organização Mundial da Saúde, não é? De um estado de completo bem-estar. física e mental, ou alguma definição do Ministério da Saúde, ou alguma coisa de senso comum, digamos assim, do que é saúde, saúde como ausência de doença, como temas de prevenção, temas sobre vacinação, de cuidado comentários, o que o senhor entende como saúde e o que o jornal, os jornalistas entendem que são temas de saúde?**

Marco:

O nosso leque é abrangente, desde da cooperação que o Ministério da Saúde de Cabo Verde tem com os outros países, outras organizações, há também a questão das notícias que têm a ver com a prevenção. Por exemplo, aqui em Cabo Verde nós estamos neste momento a viver um surto de dengue.

No Brasil, dengue é dengue, não é? Nós estamos a viver um surto de dengue e neste momento há aquela questão de sensibilização das pessoas, dos órgãos sanitários, da proteção civil, em sensibilizar as pessoas para como evitar a doença.

O que terá o que fazer? Durante a Covid também tínhamos esta mesma perspectiva. Portanto, é um leque abrangente. Eu não te posso dizer que está centrado numa informação única.

Portanto, passa pelas notícias que têm a ver com a cooperação, passa pelas iniciativas que os hospitais fazem, tipo o banco de leite que está a fazer o balanço não sei o quê, a campanha de vacinação que começou num sítio qualquer, consultas, porque nós somos um país de baixa renda, então as consultas gratuitas são promovidas pelas instituições de saúde. É uma forma também de notícia para sensibilizar as pessoas que a próxima consulta vai acontecer não sei onde, para elas poderem estar precavidas. Enfim, há um leque variado de abordagens a nível sanitário.

**Tâmela: E consegue me dizer, assim, se é possível perceber, durante as reportagens, o que a comunidade, o que a sociedade entende sobre saúde, o que é saúde, o que são cuidados de saúde?**

Marco: É uma pergunta que não sei dizer-te claramente. Por exemplo, em relação à dengue, nós estamos a ver que nós ontem, antes de ontem, tínhamos a Proteção Civil e o Ministério da Saúde com uma notícia que nós fizemos e ia lançar um forte apelo para que as pessoas percebam que a dengue é uma doença perigosa. As pessoas, às vezes, nem estão a ligar. Houve esta questão em relação à Covid.

Logo no início, as pessoas nem se preocupavam com isso. Quando na Europa havia não sei quantos casos, no Brasil havia não sei quantos casos, nós tínhamos um número reduzido de Covid.

Porque havia fechado as fronteiras automaticamente e nós somos um país quente, calor, enfim. Acho que o coronavírus tem uma baixa prevalência, mas não deixou de ser um problema sério.

Portanto, as pessoas às vezes nem se Às vezes não estou minimamente preocupados com esse tipo de informação. E até eu digo isso porque eu sinto que, na rádio, por exemplo, uma das campanhas com mais longevidade na rádio.

Todos os dias o nosso noticiário da rádio é o noticiário da uma da tarde e dentro do noticiário da uma da tarde há um microprograma de um minuto e quarenta e cinco. É o programa mais antigo da rádio e fala sobre a prevenção do HIV e SIDA e sobre o alcoolismo.

Nós estamos num país onde há uma alta taxa de alcoolismo que é um problema sério de saúde pública e as pessoas continuam ainda a beber sem nenhum tipo de, digamos assim, de controle ou coisa que se pareça. E então, o programa, pela sua longevidade na rádio, mostra a importância das campanhas de sensibilização.

E até aqui, quando falamos de saúde, a primeira coisa que vem à cabeça dos dirigentes é trabalhar a sensibilização das pessoas. Com cartazes, com campanhas, com notícias nas rádios, nas televisões.

Enfim, eu acho que falta essa percepção da sociedade civil para questões de saúde pública.

**Tâmela: E nesses temas de saúde, então, como referiu, os critérios de noticiabilidade, então, seria necessariamente procurar as pautas de serviço público?**

Marco: Por exemplo, neste momento nós estamos a viver a dengue e a prioridade do nosso noticiário é alguma notícia que tem a ver com a dengue, mas no sentido de sensibilizar as pessoas. E depois há sempre...

O Ministério da Saúde, quando faço alguma iniciativa de cooperação, falo sempre no sentido de, olha, oferecer 3.000 doses de vacina de não sei o quê, ofereceram equipamento para o hospital e como nós temos falta desse tipo de material e é sempre uma forma de nós iremos fazer as notícias, a notícia. Ou o Ministério se deu um acordo com com uma instituição qualquer para investigação, ou se não acordo com o Fiocruz para investigação sobre a vacina, não sei o quê.

Este tipo de notícias são notícias que normalmente o Ministério da Saúde passa, além, como eu disse, das questões de prevenção sanitária. Mas nós sempre damos atenção, nós sempre damos prioridade às notícias que têm a ver com questões de prevenção da saúde.

**Tâmela: Referiu em determinado momento que alguns editores têm uma certa... preferem determinados assuntos, uma certa abordagem, um certo enquadramento, digamos assim. Já os jornalistas, de uma maneira geral, eles têm alguma área que nota-se que tem mais interesse e costumam cobrir menos dessa área?**

Marco: Nós não... nós não temos as redações divididas por secções, não conseguimos fazer isso pelo volume do nosso jornalista, mas eu percebo que há jornalistas que têm mais aptidões ou mais interesse por determinado tipo de áreas e então eu direciono a minha agenda para um jornalista que tem esse tipo de, digamos assim, de pretensão, de interesse.

Esse é o mote da minha agenda.

**Tâmela: Falou da situação de prevenção, não é? Existe algum tipo de tema que possa, que tenha, assim, certa relevância, mas que pode não ser abordado por algum critério ou exclusão por alguma questão ética, alguma coisa assim.**

Marco: Não, não, não. Questões éticas pode, pode sim, mas não.

A única coisa que nós pusemos um limite, que havia uma prática Por exemplo, isto também tinha a ver muito com o editor, que uma mulher era violentada por VBG e ela ia à televisão apresentar uma queixa. E nós, muitas das vezes, não sabíamos qual era o motivo.

Então, nós tivemos uma história que uma senhora foi apresentar uma queixa porque tinha sido batida pelo marido, mas a história era a contrária. Ela que agrediu o marido e o marido chegou num dia, perdeu a cabeça e agrediu-lhe.

Ela chegou maltratada na sessão de televisão e nós fomos levados ao tribunal e nós perdemos a causa, digamos assim, porque a senhora que tinha ao longo de anos violentado o marido, mexido na sua conta, enfim, havia uma série de situações. Então nós pusemos um ponto final, é uma situação grave, mas nós pusemos um ponto final nesse tipo de notícias.

Uma mulher não pode ir à televisão expor-se a dizer que foi agredida e nós às vezes nem vamos ouvir outra parte, isto não existe. Nós deixamos de, por exemplo, havia também uma prática que os malientes iam à prisão e a família vinha com os malientes que foram agredidos pela polícia.

Nós fizemos notícias do género e a polícia mostrou-nos uma vez uma imagem de um que puxou a pistola dentro da prisão e que quis matar um polícia. Eu, quando assumi a direção de televisão, deixei esse tipo de assuntos de parte.

Questões judiciais. Tu vais ao tribunal, tu perdes a causa e usas a televisão pública para, de uma espécie, fazer uma justiça popular.

Nós deixamos de fazer esse tipo de informação. Quanto ao resto, nós damos as notícias, depende do critério do jornalista, independentemente de ser polémico, se não ser polémico, desde que seja uma notícia confiável, confirmada, e que tenhamos ouvido todas as partes que queiram falar, porque às vezes queremos ouvir as partes e uma delas recusa-se a falar, desde que tenhamos obtido a todos os critérios, Não há nenhum tipo de imbecilho.

Até porque os judiciários em Cabo Verde estão protegidos pela Agência Reguladora da Comunicação Social. Nós já estamos em democracia há 31 anos, ou coisa que se pareça.

Portanto, já temos uma certa maturidade, não é? Falta-nos às vezes a tal independência que isto acontece em todo o sítio para termos uma empresa mais livre, mais interventiva, digamos assim.

**Tâmela: Era justamente que eu ia perguntar agora, por exemplo, vocês como emissora pública, se pode, consegue referir alguns aspectos em que nota diferença para as emissoras privadas, digamos assim, para as emissoras ou o patamar é mais ou menos o mesmo, digamos assim, de liberdade, de produção, de...**

Marco: Eu não conheço muito bem a forma como as duas televisões privadas que estão aqui em Cabo Verde trabalham. As duas, não três. Uma delas é a Record, que segue uma linha editorial da Record, que segue tudo o que é que a Record define para as suas televisões de satélites. Não sei como é que a Record funciona.

Duas outras, a Tiver e a TVA, também não sei qual é o critério, como é que gerem a sua

informação. E não estou-lhes a ver com muito folgo financeiro para serem uma televisão independente, a nível financeiro.

Isto quer dizer o quê? Isto quer dizer que terão que fazer determinado tipo de trabalhos, por exemplo, a Tiver transmite cerimónias oficiais do governo. Coisas que a televisão pública não vai fazer. O ministro hoje vai apresentar um relatório, que o governo acha que tem que ser não sei quantos, e contrata a Tiver. A Tiver vai lá e faz do princípio ao fim, tens o sinal do ministro a fazer a apresentação do relatório.

E isto não é de borla, custa dinheiro, não é? Eu acho que o governo paga não sei como, quanto, paga para fazer esse tipo de informação.

A televisão pública já não tem esse tipo de de normas, não tem sentido de regras, porque os jornalistas da televisão pública e a própria televisão pública, o governo tem um tratamento completamente diferente. Nós temos uma maior audiência, os melhores profissionais de Cabo Verde estão na televisão pública, os jornalistas mais interventivos e mediaticamente, os jornalistas mais mediáticos estão na televisão pública e o governo dá um pacote, dá um budget anual de 400 mil contos para que a televisão pública funcione normalmente.

Ao passo que as televisões privadas, elas, nós não temos um mercado publicitário muito grande e como é que elas vivem? Vivem de esse tipo de de percepção de serviços, tu és uma empresa, precisas fazer uma publica reportagem, eles fazem esse tipo de coisas, na publica reportagem na televisão pública custa o dobro, o triplo do preço, enfim, assim que eles conseguem fazer a sua gestão.

Em relação, se me perguntares, por exemplo, em relação à independência, digamos que nós somos muito mais independentes do que eles. Porquê?

Porque nós temos os jornalistas que já estão há mais anos ao serviço.

Eu estava a dizer que a televisão pública tem jornalistas mais experientes, enfim, e as televisões privadas têm jornalistas que saíram há dias da universidade, portanto, até...

Tu vais para uma conferência de imprensa, percebes que, como é dizer, eles são poucos interventivos nas perguntas, são mais acanhados, esperam que o mais velho faça a pergunta para depois...tomarem nota do que foi dito. Portanto, eles têm uma filosofia completamente diferente, que não é a mesma da televisão pública.

Se reparares, se tiveres uma... uma pesquisa junto da Agência Reguladora da Comunicação Social, as queixas que são apresentadas contra os mídia, na televisão pública, tu encontras, são queixas, por exemplo, um partido A que achou que tu não devias ter conta.

Nós temos um caso neste momento em que eu, o nosso Presidente da República, está aqui com um problema que pagou à esposa o salário. Então aquilo foi um escândalo nacional, está a ser um escândalo nacional.

E então eu tinha dois analistas para olharmos para esta questão. E o partido que está no poder, porque o Presidente é de uma outra cor política, o partido que está no poder achou que nós estávamos com duas pessoas que eram próximas do Presidente e que estavam a lavar a imagem do Presidente e que aquilo não podia ser, etc.

Não era nada disso. Mas pronto, obrigou-lhes a fazer...

Eles foram apresentar uma queixa na Agência Reguladora da Comunicação Social.

Portanto, as queixas contra a televisão pública têm mais a ver com isso.

É o partido que não acha, a que acha que não houve pluralidade em determinado tipo de assunto, é o jornalista que eles acham que deveria ter feito, mas não fez tal coisa, e

ao passo que nas televisões públicas as queixas são diferentes. Nós temos uma televisão pública que está a usar inteligência artificial para o off do jornalista.

Portanto, o jornalista escreve, põe o texto em inteligência artificial e inteligência artificial lê. Lê a peça.

Eu acho... não sei como é que eles vão sair desta questão.

Portanto, eles têm mais este tipo de... é misturar publicidade com informação.

São mais erros de palmatória, digamos assim, do que erros que uma televisão pública com muitos anos de experiência dá.

**Tâmela: Marco, muito obrigada. Agradeço pela participação.**

Marco: Obrigadinho pra ti também.

Entrevista com Florbela Godinho, coordenadora de jornalismo do Telejornal, da Rádio e Televisão de Portugal (RTP) realizada no dia 7 de setembro de 2024, às 11h (horário de Brasília). A conversa foi realizada apoio do aplicativo WhatsApp, gravada pelo aplicativo de gravação de áudio do telefone e transcrita com o uso do site Transkriptor.  
**Entrevistadora: TÂMELA GRAFOLIN**

**Tâmela: Dra. Florbella, qual é a sua formação?  
Onde se formou, por favor?**

Florbela: Eu formei-me na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas na Universidade Nova de Lisboa.

**Tâmela: E é formada em Comunicação Social?**

Florbela: Exatamente. Depois passou a Ciências da Comunicação.

**Tâmela: E há quantos anos é jornalista?**

Florbela: Eu sou jornalista desde... Aqui na RTP há 30 anos.  
Basicamente eu entrei logo aqui, portanto pode dizer que há 30 anos. 31.  
32.

**Tâmela: E sempre trabalhou na RTP?**

Florbela: Sim, sempre trabalhei aqui.  
Desde porque eu fiz o estágio, na altura havia um protocolo com a Universidade Nova de Lisboa para estágios, e eu candidatei-me, depois fui selecionada e fiquei cá.

**Tâmela: O seu cargo atualmente?**

Florbela: Eu sou coordenadora de informação.  
Ou seja, a minha função principal é coordenadora do telejornal, mas coordeno também, sempre que necessário, outras operações e outros noticiários.

Nós funcionamos aqui no Telejornal, somos duas coordenadoras principais, fazemos semana sim, semana não. E nas semanas em que não estamos a coordenar o Telejornal, ou estamos de apoio, ou estamos a coordenar noticiários da RPP3, ou estamos a fazer coordenações no exterior, coisas da Assembleia, de debates, o que for necessário.

**Tâmela: E a equipe com quem a senhora trabalha é formada por quantos profissionais? Sabe dizer assim mais ou menos?**

Florbela: Não, porque, como deve calcular, nós aqui trabalhamos, temos as editorias, cada editoria com o seu número de pessoas, temos os correspondentes internacionais com quem também trabalhamos, temos, portanto, na verdade, a equipe do telejornal é toda a equipe de informação da RTP.

Desde os correspondentes, às delegações nacionais, correspondentes nas delegações

internacionais e também nos PALOP, todas as editorias do desporto, cultura, economia internacional, tudo trabalha para o telejornal sempre que há notícia para isso. Somos muitos, não tenho noção de lhe dizer quantos somos de facto.

**Tâmela: Costumam fazer uma reunião de pauta em que período do dia?**

Florbela: Sim, nós fazemos uma reunião de alinhamento todos os dias ao meio-dia. De segunda a sexta, à exceção do fim de semana.  
No fim de semana não há reunião, que é o caso hoje.

**Tâmela: Ah, ok. E esse alinhamento é para o telejornal ou é para todos os...**

Florbela: Não, é sobretudo para o telejornal, embora se fale também dos outros noticiários, porque muitas vezes há coisas que concorrem umas com as outras.

**Tâmela: Eu ia perguntar, como surgem os temas que vão pelo telejornal?**

Florbela: Bom, a atualidade é que define, não é? No fundo, a atualidade é que marca quais são os temas do dia e depois o que nós fazemos é na reunião, cada editor elenca aquilo que tem.

Digamos assim, em termos de atualidade, quais os ângulos que nós podemos abordar depois discutimos entre todos, não é? Porque obviamente uma história pode ter sempre várias maneiras de se pegar nela e a partir daí definimos o que é que é prioritário para entrar no telejornal e ser feito, não é?

Portanto, na verdade, a atualidade dá o mote e nós depois todos ali fazemos a triagem no fundo e definimos a abordagem.

**Tâmela: É possível me dar alguns exemplos de características que levam a aos temas a serem escolhidos, a serem ordenados, mais ou menos. Por exemplo, se é o número de pessoas envolvidas, se é..se fala sobre alguma personalidade que tem reconhecimento a nível nacional. Eu vi que tudo isso são critérios, não é?**

Florbela: Sim, sim. Se tu falas num acidente, o número de pessoas envolvidas pode ser importante, o número de vítimas pode ser importante, a proximidade a Portugal, a relação se existem ou não existem portugueses.

Portanto, os critérios de notícias são iguais a todo lado. Portanto, isso à partida faz-se.

O telejornal tem um tempo, que é 50 minutos úteis, digamos assim, porque depois há o intervalo, enfim, há a volta de 50 e tal minutos. E, portanto, isso o que a gente faz é definir o que é que é, de facto, importante para, por exemplo, ser uma reportagem, ser uma notícia, ser só uma breve, aquilo que nós chamamos de offers.

Obviamente que há depois essa seleção. Também depende da quantidade de coisas que há no próprio dia. Isso obviamente que também pode ter a sua influência. Mas claro que quanto mais pessoas afetam, mais critério de notícia terá.

Seja em termos de afetam o quotidiano das pessoas em Portugal. É uma coisa que Influida, por exemplo, com a vida econômica, com a vida política.

Tudo isso tem, obviamente, o seu valor notícia, mas os valores, à partida, são.

**Tâmela: E como esses temas chegam até os editores, mais ou menos?**

**São pré-releases? São contato com algumas fontes já habituais da sociedade civil, por exemplo?**

Florbela: Chegam de todas as formas, como é óbvio. Chegam através das fontes institucionais, das fontes informais, das fontes oficiais.

Portanto, isso tudo existe. Isso são as notícias que nos são dadas, digamos assim. Se tu pensares em termos de fundos ou de trabalhar coisas que não estão a acontecer. Depois há tudo o resto que acontece. Depois há as coisas de agenda política, social, económica que nós cobrimos.

Portanto, as notícias surgem de diversas formas no dia a dia. Desde os imprevistos, aos contextos naturais, às coisas de agenda, às fontes formais ou informais. Portanto, tudo isso são formas de obter ou de chegar a uma notícia.

**Tâmela: E a televisão, por ser um meio, não é que depende muito da imagem. Existe algum aspecto que pode levar um tema, um acontecimento, a não ser veiculado? Uma dificuldade, seja técnica, seja falta de fonte, que já tenham passado.**

Florbela: Ou seja, apesar de sermos um veículo tudo visível, há notícias que tu podes dar com imagens de arquivo, com grafismos, com mapas, com até o próprio pivô de ser apenas o veículo da informação, se for uma informação de última hora, que surge direto do telejornal, pode ser dada com um título e a informação lida ou dita pelo próprio pivô. Há sempre maneira de dar uma notícia mesmo que não haja imagens, apesar de ser televisão.

Se ela for de facto muito importante para ser dada, se for uma notícia de última hora, ela pode ser dada sem recurso a qualquer tipo de imagem. É depois suportada, digamos assim, pode ser suportada por um título, pode ser suportada por aqueles títulos chamativos de última hora.

Pode ser uma imagem de arquivo, pode ser uma fotografia, pode ser... Até hoje em dia, com os meios que nós temos, pode ser até recorrer a uma fonte da internet, não é? A um suporte da internet. Portanto, tudo isso é possível de ser trabalhado e emitido em televisão. Portanto, dizer que uma notícia não é emitida porque não tem imagem, não é verdade. Se for notícia, pode sempre ser verdade.

**Tâmela: Mas existe algum impeditivo? Em termos técnicos, não. É isso então, não há. Em termos técnicos, não há impeditivo, ok.**

Florbela: Não, não, não. Pode haver em termos editoriais, não é? Nós não queremos imitar, por exemplo, e há coisas que não se imitem, sei lá. Quando foi, por exemplo, com o Saddam Hussein, não se imite a violência das imagens que nos chegam, mas isso é um critério editorial.

Não tem a ver com o impeditivo técnico, tem a ver com critérios editoriais. definidos pela própria Direção de Informação, pelo Comitê Editorial, é que pode levar a isso. Agora, impeditivos técnicos, o único peditivo técnico que te pode levar a não conseguires emitir determinada coisa é que tens previsto um direto. Há uma falha de

rede, por exemplo da internet, que nos põe cá o sinal.

Nesse momento nós não conseguimos fazer aquele direct. Isso pode acontecer.

Mas isso não significa que a notícia que está por trás daquele direct não seja veiculada na mesma. Estabelecer contacto com o fulano A, B ou C ou mostrar não sei o que, mas neste momento não nos é possível. Mas podemos sempre dizer o que é que se está a passar. Onde neste momento está a haver uma manifestação de não sei o que. Ou há confrontos por causa de, não é? Ou seja, passar a informação é sempre possível passar.

**Tâmela: E agora sobre as temáticas de saúde, não é as notícias sobre saúde que é o foco principal da minha pesquisa. O que a editoria entende como notícias de saúde?**

Florabela: Bom, as notícias de saúde são também, ou seja, tudo aquilo que influi na relação diária do cidadão com a sua própria saúde e com a saúde em termos globais da sociedade, são notícias, não é? Nós neste momento, por exemplo, em Portugal, uma das notícias que tem sido praticamente constante é a questão das urgências, não é?

Ou seja, as urgências afetam todo o cidadão, pode necessitar de recorrer às urgências, seja às obstetrícias ou de outra de outra qualquer valência médica e, portanto, isso é óbvio que é uma notícia. Também a notícia de saúde se há, por exemplo, um surto de uma doença qualquer que tem tendência a propagar-se.

Também a notícia de saúde, o acesso à saúde. O acesso, por exemplo, se há falta de médicos.

se há falta de enfermeiros, se há uma greve que afeta as consultas. Ou seja, tudo o que afeta, no fundo, as pessoas é obviamente um critério. Não sei, em termos mais específicos, o que é que estava à espera que eu dissesse.

**Tâmela: Não, é exatamente isso. É uma pergunta aberta, justamente para perceber o que os meios de comunicação veem como saúde, entendem como saúde.**

Florabela: Isto pode ser a patologia mais comum, não é? Estamos a falar de uma patologia como o diabetes, o câncer, etc. Como podemos estar a falar de patologias como saúde mental. Tudo o que seja de saúde, como o próprio nome indica, é possível de ser noticiado.

interesse e impacto no público, ou seja.

**Tâmela: Então, os critérios de noticiabilidade em saúde são os mesmos também aplicados às outras áreas?**

Florabela: Sim, ou seja, não difere do restante, de fato.

**Tâmela: Na redação, doutora Florbella, os jornalistas têm áreas com mais afinidade e são direcionados a cobrir essas áreas porque têm mais afinidade?**

Florabela: Sim, claro. Aliás, desde logo nós temos as editorias. Dividem, digamos, a redação e cada editoria tem jornalistas adestridos. Portanto, os jornalistas que estão na editoria de política têm afinidade para fazer política. E, portanto, isso está, de alguma

forma, coberto desde logo aí.

Mas, por exemplo, vamos supor uma editoria mais abrangente como a de sociedade. Na editoria de sociedade, há pessoas que trabalham, gostam mais, por exemplo, da questão da saúde, trabalham preferencialmente a saúde.

Há pessoas que se dedicam mais à justiça, há pessoas que se dedicam mais à educação. Portanto, dentro de editorias que são mais abrangentes, como a sociedade, pode haver, de facto, jornalistas que são mais especializados, sem serem, na verdade, não quero dizer que façam só aquilo, mas que quando surgem determinadas matérias são os destacados.

**Tâmela: E como uma emissora pública de televisão, ser uma empresa pública, isso de alguma forma vai indicar como há como vai ser a linha editorial da empresa, diferencia das emissoras privadas ou nota que a forma de fazer as notícias, da produção de notícias é praticamente igual.**

Florabela: Obviamente temos de ver que tipo de empresa privada é que se está a falar. As empresas privadas têm um fim comercial que a empresa pública não tem.

E isso obviamente que pode ser um empecilho para a empresa privada e dá à empresa pública mais liberdade no sentido de que não tem de alinhar, não tem de, digamos assim, puxar pelos pelos cordelinhos da notícia para lhe dar, digamos aqui, o que ela não tem. Muitas vezes o que nós vemos numa empresa no meio de comunicação social privada, pode haver esse puxado pela notícia para além do facto, não é?

Dar-lhe um bocadinho mais de sensacionalismo ou, no fundo, pôr a notícia mais gritada. No serviço público, nós regemos pelos critérios do jornalismo puro e duro, não é? Obviamente que é a objetividade, a construção da notícia com base nos factos, nas fontes, no cruzamento de fontes, tudo isso. Mas isso obviamente que deve ser em todos os meios de comunicação social.

Pode, de facto, o valor, digamos assim, o pendor comercial que está subsacente a alguns privados, Ditar outras necessidades da empresa que numa empresa pública não existem. Mas obviamente há uma coisa que eu acho que domina todos os meios de comunicação social.

A notícia tem de ter interesse do público e ser do interesse público. Agora, se é do interesse público ou se nós lhe juntamos alguns ingredientes seja mais, enfim, menos... Eu acho que já percebeu onde é que eu quero chegar, não é?

Pronto. Então, quero dizer, enfim, não sei se é jornalismo ou não, embora haja muitas empresas privadas que gerem, obviamente, os seus noticiários da mesma forma como gerem, com os critérios rigorosos de jornalismo.

**Tâmela: E uma última pergunta, vocês são obrigados a cobrir a agenda política. Isso acontece na RTP ou a RTP tem mais liberdade na sua linha editorial?**

Florabela: Não, nós não temos nenhuma obrigação de cobrir agenda nenhuma. Nós seguimos os critérios editoriais que a direção de informação e cada editoria definem.

Não há, digamos assim, não fazemos agenda política só por fazer agenda política. Fazemos agenda política quando ela tem interesse. E sim, muitas vezes não se faz.

**Tâmela: Agora sim, de fato, a última pergunta. Voltando um bocadinho à questão de saúde... Nas notícias sobre saúde, a linha editorial, existe alguma característica, algum tema?**

Florbela: O que pode... Quando vem um tema, olha esse tema que poderia gerar uma notícia, mas a nossa linha editorial não nos permite porque tem aí alguns aspectos que podem ser sensíveis.

O que que levaria um tema? O que que não levaria um tema?

Não, não, não. Ou seja, os aspectos sensíveis devem ser trabalhados, não é? E há aspectos sensíveis que são muito importantes. Todos, sei lá, suponha, quando começámos a falar da SIDA nos anos 80, é um aspecto sensível, levantou imensas questões a nível de género, a nível, enfim, da saúde sexual das pessoas.

Mas isso nunca invalidou que a questão fosse tratada. Ela tem de ser bem tratada. Tem de ser, obviamente. E há questões, se forem sensíveis, implicam sensibilidade, implicam bom senso, implicam que elas sejam suportadas por especialistas, que se ouçam diversas opiniões sobre determinadas matérias, se elas forem contestadas por um lado e defendidas por outro.

Mesmo a sensibilidade de determinadas, a delicadeza de determinados assuntos em saúde, Pode e deve ser abordada, sem qualquer preconceito.

**Tâmela: Bom, doutora Florbella, era isso. Fechamos em 27 minutos para não tomar mais o seu tempo.**

Florbela: Se precisar de alguma coisa que não tenha ficado bem, tem o meu mail, não tem?

**Tâmela: Tenho, sim. Eu agradeço, eu agradeço. Eu só tive que fazer por telefone mesmo porque é uma normativa agora da universidade.**



## **Anexos II: Notícias analisadas**

## Angola – Telejornal (TPA)

- 1- Candidatos aprovados no concurso público na saúde  
[https://drive.google.com/file/d/11xeJl4tMsbLcGGLeU-UKJAhoOR1haNLV/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/11xeJl4tMsbLcGGLeU-UKJAhoOR1haNLV/view?usp=drive_link)
- 2- Campanha de prevenção H1N1  
[https://drive.google.com/file/d/1q-ICF9q55TM3hAaKtoTRJrn2j-qnPQM3/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1q-ICF9q55TM3hAaKtoTRJrn2j-qnPQM3/view?usp=drive_link)
- 3- Série especial sobre AVC: história de Margarida Fernandes  
[https://drive.google.com/file/d/1\\_vXNwP3tQosMwLW6LJWY7jIktaUQCX-M/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1_vXNwP3tQosMwLW6LJWY7jIktaUQCX-M/view?usp=drive_link)
- 4- Série especial sobre AVC: abandono de pacientes  
[https://drive.google.com/file/d/1NPupC4\\_v5rhNHFKnHogejNd9HVO56bEt/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1NPupC4_v5rhNHFKnHogejNd9HVO56bEt/view?usp=drive_link)
- 5- Série AVC: recuperação  
[https://drive.google.com/file/d/1u8bNMTrOVRbZ8CxWIRP7Rbvvc354V7bo/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1u8bNMTrOVRbZ8CxWIRP7Rbvvc354V7bo/view?usp=drive_link)
- 6- Dia do Enfermeiro  
[https://drive.google.com/file/d/1Rghcph6qWsVhJGBCuoP8eiDlaJHRqHDL/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1Rghcph6qWsVhJGBCuoP8eiDlaJHRqHDL/view?usp=drive_link)
- 7- Conferencia sobre impacto da vacinação  
[https://drive.google.com/file/d/1wxc62nyDnVyVtUYyipo\\_AmtYQL5G-TF/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1wxc62nyDnVyVtUYyipo_AmtYQL5G-TF/view?usp=drive_link)
- 8- Vacinação contra covid-19 em maiores de 12  
[https://drive.google.com/file/d/1tvCe-q1NExXav\\_ZMxLrKmTGkYoDY9Q3\\_/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1tvCe-q1NExXav_ZMxLrKmTGkYoDY9Q3_/view?usp=drive_link)
- 9- Dificuldades enfrentadas pelas pessoas com albinismo  
[https://drive.google.com/file/d/1p7JtICpL4KXBs\\_OMEo6uaC4OGWPTxcBS/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1p7JtICpL4KXBs_OMEo6uaC4OGWPTxcBS/view?usp=drive_link)
- 10- Acordo entre República Tcheca e Angola  
[https://drive.google.com/file/d/1k-z4VZdRzOVVqAwtD4rQrDV-aIaToj3J/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1k-z4VZdRzOVVqAwtD4rQrDV-aIaToj3J/view?usp=drive_link)
- 11- 800 Novos agente de saúde  
[https://drive.google.com/file/d/16PcjaZXjMuDBBvH1z1un-KpoVjrI3Ck1/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/16PcjaZXjMuDBBvH1z1un-KpoVjrI3Ck1/view?usp=drive_link)
- 12- 200 novos agentes na Lunda Norte  
[https://drive.google.com/file/d/1\\_NcKOyzchMZSILZqHtg5esmaZRYG4Fms/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1_NcKOyzchMZSILZqHtg5esmaZRYG4Fms/view?usp=drive_link)
- 13- Dia do Dador de Sangue  
[https://drive.google.com/file/d/1mq26U25x6ums6aleniN2cwuqIqXxs89/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1mq26U25x6ums6aleniN2cwuqIqXxs89/view?usp=drive_link)
- 14- Acesso prioritário para pessoas com albinismo  
[https://drive.google.com/file/d/1Ve4H-8qerR7Qea7tyKr4O3uOJ9Mo62E4/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1Ve4H-8qerR7Qea7tyKr4O3uOJ9Mo62E4/view?usp=drive_link)
- 15- Governo investe 25 milhões em vacinas  
[https://drive.google.com/file/d/1JzXSMChelLkWXQvMniz96dqkFy56yuu/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1JzXSMChelLkWXQvMniz96dqkFy56yuu/view?usp=drive_link)
- 16- Conferencia sobre hipertensão em Angola  
[https://drive.google.com/file/d/1I46veo-zOK\\_yH\\_MO73T4CEoZVQ43BxrV/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1I46veo-zOK_yH_MO73T4CEoZVQ43BxrV/view?usp=drive_link)
- 17- Desvio de medicamentos em Luanda  
[https://drive.google.com/file/d/1ON\\_e5yxE65Aue6O\\_DOjJCCkAJJMOAWPp/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1ON_e5yxE65Aue6O_DOjJCCkAJJMOAWPp/view?usp=drive_link)

- 18- Hábitos saudáveis na terceira idade  
[https://drive.google.com/file/d/14HP\\_2eKF6FVoGsNGy8XnHDoNHqYozD4/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/14HP_2eKF6FVoGsNGy8XnHDoNHqYozD4/view?usp=drive_link)
- 19- Rastreamento de doenças respiratórias em Feira de Saúde  
[https://drive.google.com/file/d/1zwAu8WoZyEZPvOy8cipRgtog5pAp9GQv/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1zwAu8WoZyEZPvOy8cipRgtog5pAp9GQv/view?usp=drive_link)
- 20- Huambo ganha 200 novos técnicos de saúde  
[https://drive.google.com/file/d/1lg7h2ZAImqEeUZoL957y\\_jcX8L3hc6r/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1lg7h2ZAImqEeUZoL957y_jcX8L3hc6r/view?usp=drive_link)
- 21- 45 médicos cubanos no Moxico  
[https://drive.google.com/file/d/1YKiyKNdK46LzgnGdZ3J1-fiNbTJ\\_fCL4/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1YKiyKNdK46LzgnGdZ3J1-fiNbTJ_fCL4/view?usp=drive_link)
- 22- Gêmeas siamesas operadas em Portugal  
[https://drive.google.com/file/d/1nzsPRDBq5jHYI9QvuhSXXKnqvv8PEulOI/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1nzsPRDBq5jHYI9QvuhSXXKnqvv8PEulOI/view?usp=drive_link)
- 23- 900 novos profissionais de saúde formados em Cabinda  
[https://drive.google.com/file/d/1xkuSm7-WEcryjMONGNqagZoFgXsXpU3/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1xkuSm7-WEcryjMONGNqagZoFgXsXpU3/view?usp=drive_link)
- 24- Novo medicamento e tratamentos da anemia falciforme  
[https://drive.google.com/file/d/16GtzYvPiPGIVI-wz1QSSVMGimxP8ZNR/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/16GtzYvPiPGIVI-wz1QSSVMGimxP8ZNR/view?usp=drive_link)
- 25- Governador de Luanda inaugura novos serviços do Centro de Saúde  
[https://drive.google.com/file/d/1Qh8e7i7\\_msmrdYaorUr4FNSAor19KwiO/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1Qh8e7i7_msmrdYaorUr4FNSAor19KwiO/view?usp=drive_link)
- 26- Tratamento do câncer de mama em templos religiosos é investigado  
[https://drive.google.com/file/d/1etlolBHG6rEWNhFIILmi79qvgNwIVV6g/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1etlolBHG6rEWNhFIILmi79qvgNwIVV6g/view?usp=drive_link)
- 27- Angola e Brasil assinam acordo para tratamento e diagnóstico da lepra  
[https://drive.google.com/file/d/1N2fVeg8FpnnP6ecrtlgLkooEWiZ29TjC/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1N2fVeg8FpnnP6ecrtlgLkooEWiZ29TjC/view?usp=drive_link)
- 28- Desenvolvimento do Banco de Leite Humano em parceria com Brasil  
[https://drive.google.com/file/d/1hxXpOtmbj5gXcpfEEq38P9EaPlfuBP19/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1hxXpOtmbj5gXcpfEEq38P9EaPlfuBP19/view?usp=drive_link)
- 29- Cirurgias de lábio leporino e fenda do palato (cirurgias no geral e bucomaxilar)  
[https://drive.google.com/file/d/1xhnQeNzFX-wkM2E7HNxpapYQ6lfNGWHk/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1xhnQeNzFX-wkM2E7HNxpapYQ6lfNGWHk/view?usp=drive_link)



## **Brasil – Repórter Brasil (TV Brasil)**

30- Câncer de cabeça e pescoço

<https://tvbrasil.ebc.com.br/reporter-brasil/2023/05/cancer-de-cabeca-e-pescoco-estao-entre-os-mais-comuns>

31- Programa Brasil Sorridente retomado

<https://tvbrasil.ebc.com.br/reporter-brasil/2023/05/brasil-sorridente-e-relancado-como-uma-das-prioridades-do-sus>

32- Vacina da gripe liberada para todos em São Paulo

<https://tvbrasil.ebc.com.br/reporter-brasil/2023/05/vacina-gripe-sao-paulo-liberados-para-todos-na-segunda-feira>

33- Descoberta pode ajudar no uso de canabidiol

<https://tvbrasil.ebc.com.br/reporter-brasil/2023/06/descoberta-pode-ajudar-no-uso-medicinal-do-canabidiol>

34- Brasil tem 6 registros de morte por febre maculosa em 2023

<https://tvbrasil.ebc.com.br/reporter-brasil/2023/06/brasil-tem-6-registros-de-morte-por-febre-maculosa-em-2023>

35- Prefeitura do RJ decreta fim da emergencia por covid-19

<https://tvbrasil.ebc.com.br/reporter-brasil/2023/06/covid-19-prefeitura-do-rio-anuncia-fim-da-situacao-de-emergencia>

36- Junho Laranja conscientização sobre queimaduras

<https://tvbrasil.ebc.com.br/reporter-brasil/2023/06/junho-laranja-e-o-mes-de-prevencao-queimaduras>

37- Número de mortes por febre maculosa aumenta

<https://tvbrasil.ebc.com.br/reporter-brasil/2023/06/febre-maculosa-numero-de-mortes-aumenta-para-quatro>

38- Nova vacina contra leishmaniose em desenvolvimento

<https://tvbrasil.ebc.com.br/reporter-brasil/2023/06/vacina-contraleishmaniose-unica-vacina-e-suspensa-por-desvios>

39- Pelo menos seis pessoas já morreram de febre maculosa

<https://tvbrasil.ebc.com.br/reporter-brasil/2023/06/pelo-menos-seis-pessoas-ja-morreram-de-febre-maculosa>

40- Endometriose diagnóstico difícil pode levar a infertilidade

<https://tvbrasil.ebc.com.br/reporter-brasil/2023/07/endometriose-diagnostico-dificil-pode-levar-infertilidade>

41- Cobertura vacinal de crianças aumenta em 2022

<https://tvbrasil.ebc.com.br/reporter-brasil/2023/07/cobertura-vacinal-de-criancas-aumenta-em-2022>

42- Projeto de inclusão para crianças com paralisia e autismo

<https://tvbrasil.ebc.com.br/reporter-brasil/2023/07/projeto-de-inclusao-esporte-para-criancas-paralisia-e-autismo>

43- Governo pretende eliminar hepatites até 2030

<https://tvbrasil.ebc.com.br/reporter-brasil/2023/07/governo-pretende-eliminar-hepatites-ate-2030>

44- Você sabe o que é disfagia

<https://tvbrasil.ebc.com.br/reporter-brasil/2023/07/voce-sabe-o-que-e-disfagia-saiba-como-prevenir-e-tratar>

45- Jovens da geração Z sofrem mais com ansiedade e depressão

<https://tvbrasil.ebc.com.br/reporter-brasil/2023/07/jovens-da-geracao-z-sofrem-mais-com-ansiedade-e-depressao>

46- Mapa autismo brasileiro

<https://tvbrasil.ebc.com.br/reporter-brasil/2023/07/mapa-autismo-brasileiro-fara-levantamento-sobre-essa-populacao>

- 47- Saúde ocular no Brasil  
<https://tvbrasil.ebc.com.br/reporter-brasil/2023/07/saude-ocular-35-milhoes-de-pessoas-tem-problema-de-visao>
- 48- Risco de queda em idosos  
<https://tvbrasil.ebc.com.br/reporter-brasil/2023/07/envelhecimento-atividade-fisica-diminui-risco-de-queda-entre-idosos>
- 49- Entrevista sobre fila de transplante de órgãos  
<https://tvbrasil.ebc.com.br/reporter-brasil/2023/08/entrevista-o-sus-e-os-transplantes-de-coracao-no-brasil>
- 50- Doação de órgãos: fila para coração  
<https://tvbrasil.ebc.com.br/reporter-brasil/2023/08/doacao-de-orgaos-fila-para-receber-coracao-tem-386-pessoas>
- 51- Entidades do setor temem atraso no repasse do piso da enfermagem  
<https://tvbrasil.ebc.com.br/reporter-brasil/2023/08/entidades-do-setor-temem-atraso-nos-repasses-para-piso-da-enfermagem>
- 52- Pessoas entre 15 e 24 anos estão mais expostas a ISTs  
<https://tvbrasil.ebc.com.br/reporter-brasil/2023/08/pessoas-entre-15-e-24-anos-estao-mais-expostas-ists>
- 53- Distúrbios na infância  
<https://tvbrasil.ebc.com.br/reporter-brasil/2023/08/dia-da-infancia-alerta-para-os-cuidados-com-saude-das-criancas>
- 54- Farmácias públicas serão obrigadas a divulgar estoque  
<https://tvbrasil.ebc.com.br/reporter-brasil/2023/08/farmacias-publicas-serao-obrigadas-divulgar-estoques-na-internet>



## Cabo Verde – Jornal da Noite (TCV)

- 55- População exige maior participação do INPS médico-medicamentosa  
<https://www.rtc.cv/tcv/video-details/populacao-exige-maior-comparticipacao-e-assistencia-medico-medicamentosa-por-parte-do-inps-34752>
- 56- Greve dos enfermeiros cancelada  
<https://www.rtc.cv/tcv/video-details/enfermeiros-com-salarios-em-atraso-desde-abril-de-2022-cancelam-manifestacao-apos-acordo-com-ministerio-da-saude-34777>
- 57- CV volta a registrar óbito por Covid 19  
<https://www.rtc.cv/tcv/video-details/cabo-verde-regista-um-obito-devido-a-covid-19-o-obito-ocorreu-no-concelho-de-santa-catarina-do-fogo-34810>
- 58- Fim da emergencia sanitária Covid-19  
<https://www.rtc.cv/tcv/video-details/covid-19-ja-nao-e-mais-considerada-emergencia-internacional-mas-a-doenca-continua-relembra-o-governo-34811>
- 59- Evacuações de pacientes para Portugal  
<https://www.rtc.cv/tcv/video-details/custo-com-evacuacoes-medicas-de-cabo-verde-para-portugal-cresceu-mais-de-14-em-2022-34812>
- 60- CV registrou 17 novos casos de Covid-19  
<https://www.rtc.cv/tcv/video-details/cabo-verde-regista-17-novos-casos-positivos-da-covid-19-de-183-amstras-analisadas-34840>
- 61- Grupo de trabalhadores da saúde suspende atendimento  
<https://www.rtc.cv/tcv/video-details/um-grupo-de-profissionais-da-saude-suspende-trabalho-em-protesto-por-salarios-em-atraso-34835>
- 62- CV registrou 27 novos casos de Covid-19  
<https://www.rtc.cv/tcv/video-details/cv-registou-hoje-27-novos-casos-em-93-amstras-analisadas-ha-15-recuperados-e-o-pais-fica-com-106-casos-ativos-34861>
- 63- Conferência Nossos Enfermeiros Nosso Futuro  
<https://www.rtc.cv/tcv/video-details/conferencia-quot-nossos-enfermeiros-nosso-futuro-quot-assinalou-o-dia-internacional-dos-enfermeiros-na-cidade-da-praia-34859>
- 64- Dieta Alimentar infantil reforçada  
<https://www.rtc.cv/tcv/video-details/dieta-de-mais-de-6700-criancas-reforcada-no-ambito-do-programa-nacional-de-alimentacao-e-saude-escolar-34858>
- 65- Feira da Saúde com médicos chineses
- 66- Delegacia de Saúde SV recebe materiais
- 67- Rotary Club realiza Feira da Saúde  
<https://www.youtube.com/watch?v=tbvPd3DvM-c>
- 68- Atrasos no pagamento de salários de trabalhadores de saúde
- 69- Associação de Luta contra o cancro faz doações  
<https://www.rtc.cv/tcv/video-details/accc-preocupada-com-o-aumento-de-numeros-de-kits-de-tratamento-para-doentes-oncologicos-solicitados-pelo-huan-35542>
- 70- Dia do Dador de Sangue: dificuldades enfrentadas pelos bancos  
<https://www.rtc.cv/tcv/video-details/dia-mundial-do-doador-de-sangue-desafios-do-programa-nacional-de-seguranca-transfusional-do-ministerio-da-saude-35556>
- 71- Secretário da Saúde responde falas do presidente sobre morte de bebés  
<https://www.rtc.cv/tcv/video-details/governo-vai-continuar-a-investigacao-da-morte-de-bebes-no-hospital-batista-de-sousa-35559>
- 72- Prevenção ao suicídio  
<https://www.rtc.cv/tcv/video-details/sociologo-e-psicologa-apelam-a-populacao-a-agir-na-prevencao-e-procurar-ajuda-profissional-35574>
- 73- Investigação sobre a morte de bebés  
<https://www.rtc.cv/tcv/video-details/eris-tem-todas-as-condicoes-tecnicas-e-materiais-para-conduzir-qualquer-investigacao-secretario-do-estado-da-saude-35575>
- 74- Pré-aviso de greve de trabalhadores da saúde  
<https://www.rtc.cv/tcv/video-details/profissionais-do-hospital-regional-do-sal-ameacam-com-greve-caso-a-ministra-nao-se-reuna-com-os-sindicatos-35576>

- 75- Ação Formativa Capacitar para Melhor Cuidar  
<https://www.rtc.cv/tcv/video-details/fundacao-sima-julia-promove-acao-de-formacao-quot-capacitar-para-melhor-cuidar-quot-35573>
- 76- Feira de Saúde para despiste de doenças crônicas  
<https://www.rtc.cv/tcv/video-details/regiao-sanitaria-fogo-brava-realiza-feira-de-saude-para-despistes-de-doencas-cronicas-nao-transmissiveis-35577>
- 77- Visita de peritos da OMS  
<https://www.rtc.cv/tcv/video-details/equipa-de-supervisao-da-oms-considera-que-sao-vicente-e-um-exemplo-no-combate-ao-paludismo-35583>
- 78- Associação de Luta contra o cancro ginecologia e urologia  
<https://www.rtc.cv/tcv/video-details/feira-de-saude-em-sao-miguel-com-consultas-de-ginecologia-e-urologia-35608>
- 79- Feira da Saúde no Dia da Criança Africana  
<https://www.rtc.cv/tcv/video-details/criancas-do-tarrafal-participam-em-feira-de-saude-organizada-pela-rede-de-protecao-contr-violencia-infantil-35609>
- 80- Conscientização sobre uso de álcool e outras drogas  
<https://www.rtc.cv/tcv/video-details/igreja-adventista-promove-feira-de-saude-visando-estimular-e-prevenir-estilo-de-vida-saudavel-36097>
- 81- Anúncio de Construção de Centro de Saúde em São Salvador do Mundo  
<https://www.rtc.cv/tcv/video-details/primeiro-ministro-anuncia-a-construcao-do-centro-de-saude-de-achada-igreja-com-o-financiamento-do-banco-mundial-36181>
- 82- Saúde necessita de mais eficiência  
<https://www.rtc.cv/tcv/video-details/ucid-considera-que-o-estado-da-saude-no-pais-e-preocupante-e-pede-respostas-mais-celeres-por-parte-do-governo-36192>
- 83- Campanha de pulverização contra mosquitos  
<https://www.rtc.cv/tcv/video-details/delegacia-de-saude-de-sao-vicente-leva-a-cabo-campanha-de-combate-ao-mosquito-adulto-em-diversas-zonas-da-ilha-e-pede-a-colaboracao-da-populacao-36196>
- 84- Níveis de estoque de sangue  
<https://www.rtc.cv/tcv/video-details/emigracao-condiciona-nivel-de-stock-de-sangue-em-santiago-norte-36874>



## **Moçambique – Telejornal (TVM)**

85- Redução dos casos de Malária em distrito

[https://drive.google.com/file/d/1YvPDQZR-ZNFPCuRyn7pjlDscTVnVXDj4/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1YvPDQZR-ZNFPCuRyn7pjlDscTVnVXDj4/view?usp=drive_link)

86- Promulgação de Lei da Saúde Humana

[https://drive.google.com/file/d/1udKIH-M8cJntSVIhD4cgfs5OZK4VVuZr/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1udKIH-M8cJntSVIhD4cgfs5OZK4VVuZr/view?usp=drive_link)

87-17 Conferencia Internacional sobre HIV

[https://drive.google.com/file/d/1ax-iSYoIJtPBckP6BH5a8k14JK8-Oeo-/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1ax-iSYoIJtPBckP6BH5a8k14JK8-Oeo-/view?usp=drive_link)

88-Entrevista com a Delegada do INS sobre HIV na África

[https://drive.google.com/file/d/1mnRSIRoijnC1mya7Re22Fi\\_BNInRpjh4j/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1mnRSIRoijnC1mya7Re22Fi_BNInRpjh4j/view?usp=drive_link)

89-Executivo reafirma abertura de hospitais em todos os distritos

[https://drive.google.com/file/d/1oJH4SyRBoos-V-aCQsqOK9iMziOx6wYt/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1oJH4SyRBoos-V-aCQsqOK9iMziOx6wYt/view?usp=drive_link)

90-Tanzania tem primeira unidade de transplante de medula óssea

[https://drive.google.com/file/d/1J46UexZppglHy4IwIXZUAzOrRKat8ou5/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1J46UexZppglHy4IwIXZUAzOrRKat8ou5/view?usp=drive_link)

91-Número de enfermeiros por habitante está abaixo do estipulado pela OMS

[https://drive.google.com/file/d/1Q6O53y1LXzcIwwThrLSvOoZbvRw6UE79/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1Q6O53y1LXzcIwwThrLSvOoZbvRw6UE79/view?usp=drive_link)

92-Combate ao uso de drogas e álcool em Maputo com ajuda de igreja

[https://drive.google.com/file/d/155WBmZJE2D43\\_Pyk\\_aq929nVOQ17Hiy4/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/155WBmZJE2D43_Pyk_aq929nVOQ17Hiy4/view?usp=drive_link)

93-Em Breve entrada em funcionamento de Hospital Geral de Nampula

[https://drive.google.com/file/d/14xiZYwMBSb7K6FSbHxZxXsAM\\_ubPn3xo/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/14xiZYwMBSb7K6FSbHxZxXsAM_ubPn3xo/view?usp=drive_link)

94-Instituto do Coração realiza missões de cirurgias gratuitas

[https://drive.google.com/file/d/16\\_WQA2rxC5p9iFmQYAwU74Bv4REtbmk/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/16_WQA2rxC5p9iFmQYAwU74Bv4REtbmk/view?usp=drive_link)

95-Doze crianças operadas ao coração gratuitamente

[https://drive.google.com/file/d/1j5OH6G4l4ptbqfuIbkzRDITa6Q4UVdK5/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1j5OH6G4l4ptbqfuIbkzRDITa6Q4UVdK5/view?usp=drive_link)

96-Surto de doença desconhecida no Quênia

[https://drive.google.com/file/d/18nNucCeOYVOamHYYoSvZzP6hoySoevvl/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/18nNucCeOYVOamHYYoSvZzP6hoySoevvl/view?usp=drive_link)

97-Doação de sangue no Dia do Enfermeiro

[https://drive.google.com/file/d/1i8UtcsezRfFmO4-A4l\\_BK6SG\\_BK9cUdd/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1i8UtcsezRfFmO4-A4l_BK6SG_BK9cUdd/view?usp=drive_link)

98-Feira de ginásio pela saúde

[https://drive.google.com/file/d/10aAcBhoz-47g3ROsuhFXvfvEjD3QHQv6/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/10aAcBhoz-47g3ROsuhFXvfvEjD3QHQv6/view?usp=drive_link)

99-Japão doa 28 ambulâncias para Moçambique

[https://drive.google.com/file/d/122OUHUwRGsr3bqK81Z12YseN9lEgr4OP/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/122OUHUwRGsr3bqK81Z12YseN9lEgr4OP/view?usp=drive_link)

100-Ronda de Vacinação contra a polio em todo o país

[https://drive.google.com/file/d/1A1frQKKMzz0CuoJk\\_4cDRiMl1x8QK\\_83/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1A1frQKKMzz0CuoJk_4cDRiMl1x8QK_83/view?usp=drive_link)

101-Organização pede anulação de taxas de usuários em unidades de saúde

[https://drive.google.com/file/d/1vQIj8ZiWowkqc7q4U4CUY1zk5hqSCEql/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1vQIj8ZiWowkqc7q4U4CUY1zk5hqSCEql/view?usp=drive_link)

102-Combate a SIDA em Moçambique

[https://drive.google.com/file/d/1dgINQnL2MVAV2uKuaPUQPCniAnHYAcy-/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1dgINQnL2MVAV2uKuaPUQPCniAnHYAcy-/view?usp=drive_link)

103-Constrangimentos em investigações científicas na saúde  
[https://drive.google.com/file/d/1wjiO3NflorAT83MfL3iT2OoFFVKHvGc3/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1wjiO3NflorAT83MfL3iT2OoFFVKHvGc3/view?usp=drive_link)

104-Obras de hospitais distritais paralisadas  
[https://drive.google.com/file/d/1iUJX8y1S3KBJKrGcP44Ak\\_xBwsAl4zDr/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1iUJX8y1S3KBJKrGcP44Ak_xBwsAl4zDr/view?usp=drive_link)

105-Novos equipamentos cirúrgicos na MACIA  
[https://drive.google.com/file/d/16qQETIPXK1W2uJabDJI9zbMxIhW8mut4/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/16qQETIPXK1W2uJabDJI9zbMxIhW8mut4/view?usp=drive_link)

106-Combate a poliomielite, sarampo e tétano  
[https://drive.google.com/file/d/1WQcl5U4JjWXlNJoS278q83dU7pNTJoMr/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1WQcl5U4JjWXlNJoS278q83dU7pNTJoMr/view?usp=drive_link)

107-Greve dos médicos  
[https://drive.google.com/file/d/1QMWXaHTfjcO9XOy7Js-rhTsrZtmiFVfk/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1QMWXaHTfjcO9XOy7Js-rhTsrZtmiFVfk/view?usp=drive_link)

108- Entrega de ambulâncias  
[https://drive.google.com/file/d/19oVxOQmIpuPrf1ySfBR1II7jEWJZVVCo/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/19oVxOQmIpuPrf1ySfBR1II7jEWJZVVCo/view?usp=drive_link)

109-Ministro da Saúde diz que país deve planificar melhor para prontidão  
[https://drive.google.com/file/d/1OGo4youZqpk7m\\_Vnk7\\_DKnY8fJTTANDD/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1OGo4youZqpk7m_Vnk7_DKnY8fJTTANDD/view?usp=drive_link)

110-Uso de medicamentos sem prescrição médica  
[https://drive.google.com/file/d/13W5czGgbNW\\_w2hIbW6uUpZG8OxOk4Mfi/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/13W5czGgbNW_w2hIbW6uUpZG8OxOk4Mfi/view?usp=drive_link)

111-Entrevista em estúdio com Diretora de Inspeção e Licenciamento de Entidades  
[https://drive.google.com/file/d/15XxfRW2mos7nbDMAVICY5TYMaLB4uOYr/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/15XxfRW2mos7nbDMAVICY5TYMaLB4uOYr/view?usp=drive_link)

112- Hospitais e Centros de Saúde com ausência de profissionais  
[https://drive.google.com/file/d/1sPO5OYjquJiM3ygOQGATIHt4GdxL8RWH/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1sPO5OYjquJiM3ygOQGATIHt4GdxL8RWH/view?usp=drive_link)

113-Comunicado do Ministério da Saúde acerca da greve dos médicos  
[https://drive.google.com/file/d/1ZwIt7wxwyZyQFR7-xC2\\_h9oicPHNd1y5/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1ZwIt7wxwyZyQFR7-xC2_h9oicPHNd1y5/view?usp=drive_link)

114-HCM diz ter ainda capacidade de resposta apesar da greve dos médicos  
[https://drive.google.com/file/d/1M2K8LPEMoCJD1Had3z6X17qcR2\\_6h\\_u1/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1M2K8LPEMoCJD1Had3z6X17qcR2_6h_u1/view?usp=drive_link)

115-Maputo pedalando: mobilidade, saúde e desporto  
[https://drive.google.com/file/d/1qkXpcYLM-QAYd9RLqr8r76fIKCbrBiH4/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1qkXpcYLM-QAYd9RLqr8r76fIKCbrBiH4/view?usp=drive_link)

116-Greve dos Médicos: executivo quer prosseguir diálogo  
[https://drive.google.com/file/d/12FrWGW7W48gZe9obfw4P7hEuSkQqk8m/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/12FrWGW7W48gZe9obfw4P7hEuSkQqk8m/view?usp=drive_link)

117-Setor de Oftalmologia atingido pela Greve dos Médicos  
[https://drive.google.com/file/d/1LQoVIyNDkgAxR7RJTGfyY3tFuqulEiV/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1LQoVIyNDkgAxR7RJTGfyY3tFuqulEiV/view?usp=drive_link)

118-Em Inhambane 130 médicos voltam a trabalhar  
[https://drive.google.com/file/d/1H-YZdIpD1w5htxvDZ2Gl8s48rgefLo-/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1H-YZdIpD1w5htxvDZ2Gl8s48rgefLo-/view?usp=drive_link)

119-Hospital Central de Nampula mantém atendimentos apesar da greve  
[https://drive.google.com/file/d/1hPBFk\\_vS9sj6FVgw54la9umy-QXZJpmT/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1hPBFk_vS9sj6FVgw54la9umy-QXZJpmT/view?usp=drive_link)

120-Crise no Sistema de saúde com greve dos médicos  
[https://drive.google.com/file/d/12Lsk4ryN2dB8qK\\_HLrO6HWch2ZPlj\\_yE/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/12Lsk4ryN2dB8qK_HLrO6HWch2ZPlj_yE/view?usp=drive_link)

- 121-Médicos suspendem greve após pedido do PR  
[https://drive.google.com/file/d/135YfYWwiDezCZoF1i\\_EGu6ggEO6OV1-3A/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/135YfYWwiDezCZoF1i_EGu6ggEO6OV1-3A/view?usp=drive_link)
- 122-Intervenção cirúrgica após ingestão de 250g de pregos  
[https://drive.google.com/file/d/1V4wmp65S9Sx\\_9ftFXgrRnBwAD3YoAVYK/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1V4wmp65S9Sx_9ftFXgrRnBwAD3YoAVYK/view?usp=drive_link)
- 123-Regresso dos médicos em Nampula  
[https://drive.google.com/file/d/1Ljxr5pEs4qbqpJpn8JO-M58LfmotyG9p/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1Ljxr5pEs4qbqpJpn8JO-M58LfmotyG9p/view?usp=drive_link)
- 124-Atendimento dos hospitais retorna gradualmente  
[https://drive.google.com/file/d/1t7sp3pXrFWo7lf9wLCOjLR1ciB8hyTyQ/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1t7sp3pXrFWo7lf9wLCOjLR1ciB8hyTyQ/view?usp=drive_link)
- 125-Suspensão da greve dos médicos alivia pressão no Hospital Central de Maputo  
[https://drive.google.com/file/d/1rQVoeR5j1ffgL3prT\\_uuw5JY5PfksCsb/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1rQVoeR5j1ffgL3prT_uuw5JY5PfksCsb/view?usp=drive_link)
- 126-No Hospital da Beira, médicos voltam ao trabalho  
[https://drive.google.com/file/d/1ZcFb9XAx\\_6ZPJQLVR-iklc7aeRtONrdJ/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1ZcFb9XAx_6ZPJQLVR-iklc7aeRtONrdJ/view?usp=drive_link)
- 127-31 mil crianças carecem de tratamento de desnutrição no Sudão  
[https://drive.google.com/file/d/1cVoH3eaa8oSbyfCEHHeMHmDW2XLEREmD/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1cVoH3eaa8oSbyfCEHHeMHmDW2XLEREmD/view?usp=drive_link)
- 128-Hospital José Macambo volta a normalidade após greve dos médicos  
[https://drive.google.com/file/d/1k4b37RefrcA-N-w06FoZIfg-3Mz02EoS/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1k4b37RefrcA-N-w06FoZIfg-3Mz02EoS/view?usp=drive_link)
- 129-Suicídios em Moçambique  
[https://drive.google.com/file/d/1P-6DoFLiRDxLDOh1Biv3Y6YRyoI2D8UO/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1P-6DoFLiRDxLDOh1Biv3Y6YRyoI2D8UO/view?usp=drive_link)
- 130-Entrevista em estúdio com psicólogo  
[https://drive.google.com/file/d/1\\_R2riBZ7FB6G5mvqqUlpFrwNVfJ4NWFU/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1_R2riBZ7FB6G5mvqqUlpFrwNVfJ4NWFU/view?usp=drive_link)



## Portugal – Telejornal (RTP1)

131- Sindicato dos enfermeiros vai avançar para greve

[https://drive.google.com/file/d/1acNxNq6pP5jopltbH2-S6S6KXyAS6Z6/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1acNxNq6pP5jopltbH2-S6S6KXyAS6Z6/view?usp=drive_link)

132- Alterações na venda de tabaco

[https://drive.google.com/file/d/18CiQiCx-XlrB2xujZgFoKImA2YVPt\\_hR/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/18CiQiCx-XlrB2xujZgFoKImA2YVPt_hR/view?usp=drive_link)

133- Parlamento deve aprovar Morte medicamente assistida

[https://drive.google.com/file/d/1P9uYGz5UggBmROd1pWM55J9\\_rFomDUFt/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1P9uYGz5UggBmROd1pWM55J9_rFomDUFt/view?usp=drive_link)

134- Nova proposta de Lei do Tabaco

[https://drive.google.com/file/d/1111WioyFRodkGMaMFBv1RBNGrFDUMoDO/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1111WioyFRodkGMaMFBv1RBNGrFDUMoDO/view?usp=drive_link)

135- Assembleia aprova eutanásia

[https://drive.google.com/file/d/1v2HBw-hyv5scQWLylt8WD10KkuuFzEwr/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1v2HBw-hyv5scQWLylt8WD10KkuuFzEwr/view?usp=drive_link)

136- Partos de baixo risco passam a ser feitos por enfermeiros especialistas

[https://drive.google.com/file/d/1kRbCIwerpasejqzF631asY\\_U2ByHorRY/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1kRbCIwerpasejqzF631asY_U2ByHorRY/view?usp=drive_link)

137- Greve dos enfermeiros

[https://drive.google.com/file/d/1-QHKqNFuTFvG5JcC8ZjYlKP2ZgwOjOwY/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1-QHKqNFuTFvG5JcC8ZjYlKP2ZgwOjOwY/view?usp=drive_link)

138- DGS diz que Ordem dos Médicos acompanhou as novas normas dos partos

[https://drive.google.com/file/d/1mRsLELDQTKv9jE-L9k9BPB565DbJrYIB/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1mRsLELDQTKv9jE-L9k9BPB565DbJrYIB/view?usp=drive_link)

139- Constrangimentos nos serviços de obstetrícia em hospital

[https://drive.google.com/file/d/1iqSikia25tCmPX7fsN8rEsF-NqDg5btC/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1iqSikia25tCmPX7fsN8rEsF-NqDg5btC/view?usp=drive_link)

140- PSD quer alterar o estatuto dos cuidadores informais

[https://drive.google.com/file/d/1YwEPEhqbdLZaXbo4-CJ5jf2LOEUCMCO/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1YwEPEhqbdLZaXbo4-CJ5jf2LOEUCMCO/view?usp=drive_link)

141- Criado embrião humano sintético

[https://drive.google.com/file/d/1U8Oci4lhTcxqkBT0X4sVwZnts6Gp31gJ/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1U8Oci4lhTcxqkBT0X4sVwZnts6Gp31gJ/view?usp=drive_link)

142- Urgências de pediatria sofrem alterações no verão

[https://drive.google.com/file/d/1bHttCcxTnLqv63kHS6J\\_igYmUA6hOyQ/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1bHttCcxTnLqv63kHS6J_igYmUA6hOyQ/view?usp=drive_link)

143- Hospital de Santa Maria define plano para internação do Papa caso necessário

[https://drive.google.com/file/d/1Pfff9vsa\\_YdnZIkB5Yibcubhvd8hA9qp/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1Pfff9vsa_YdnZIkB5Yibcubhvd8hA9qp/view?usp=drive_link)

144- Ministro da Saúde no debate do Estado da Nação

[https://drive.google.com/file/d/1G-MLOq3CYMxmtMKAKs3d7Ovf1we8bYID/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1G-MLOq3CYMxmtMKAKs3d7Ovf1we8bYID/view?usp=drive_link)

145- Nova Lei de Saúde Mental

[https://drive.google.com/file/d/15ydfJcM3V7Qg-ZWM5\\_z5AiwMGkzjdQjF/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/15ydfJcM3V7Qg-ZWM5_z5AiwMGkzjdQjF/view?usp=drive_link)

146- Greve dos Médicos mantidas para julho e agosto

[https://drive.google.com/file/d/1zFp4ugGulyytou8a3XkHQUhhkBI5cVoc/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1zFp4ugGulyytou8a3XkHQUhhkBI5cVoc/view?usp=drive_link)

147- Homem morre no corredor de urgência de hospital

[https://drive.google.com/file/d/19vf9pepWbITJozheipV--k2i4mlX7UN/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/19vf9pepWbITJozheipV--k2i4mlX7UN/view?usp=drive_link)

148- Hospital vai abrir inquérito sobre morte de idoso

[https://drive.google.com/file/d/1qjSqsC4noiIQN9xP-M-hOMN-fAMkGjmV/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1qjSqsC4noiIQN9xP-M-hOMN-fAMkGjmV/view?usp=drive_link)

149- Contrato de Médicos Cubanos

[https://drive.google.com/file/d/1QpMHg8IoyromTnpy8\\_lpnSZCp\\_N3wFFF/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1QpMHg8IoyromTnpy8_lpnSZCp_N3wFFF/view?usp=drive_link)

150- Médicos Internos do SNS fazem greve

[https://drive.google.com/file/d/19Ca3FeI\\_IC8zZvAEjFj\\_w7I9fHIR4vcP/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/19Ca3FeI_IC8zZvAEjFj_w7I9fHIR4vcP/view?usp=drive_link)

151- Lar para idosos encerrado por ilegalidade e surto de sarna

[https://drive.google.com/file/d/1IWNcZAg81T7Dxgpnw5dNb6\\_3AmB9J6LJ/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1IWNcZAg81T7Dxgpnw5dNb6_3AmB9J6LJ/view?usp=drive_link)

152- Novos indicadores remuneratórios para médicos de unidades de saúde

[https://drive.google.com/file/d/1SeCQZUIRUEVj6xCYs7HwqMKFYvsN6WOU/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1SeCQZUIRUEVj6xCYs7HwqMKFYvsN6WOU/view?usp=drive_link)

153- Segundo dia de greve dos Médicos Internos do SNS

[https://drive.google.com/file/d/1etKauo\\_DexO2PUP2vUaKc2xHCkIh2lNW/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1etKauo_DexO2PUP2vUaKc2xHCkIh2lNW/view?usp=drive_link)

Portugal		ID	País	Tema	Form	Enquad	Oficial	Oficiosa	Não Gov	Indivi	Test	Doc	Espec	Biblio	Territ	Ampil	Novi	Reliev	Imprev	Conti	Proem	Conflic	Conhec	Person	Entret	Polém	Rard	Praxi	Trag	Gov	Justiça	Outro	Imag	Imag	Imag	Entrev	Entrev	Comunic	Info	Outro				
		131	5	11	2	3	0	0	1	0	0	1	0	0	1	1	1	1	1	0	1	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		132	5	8	4	3	1	0	1	0	0	1	1	0	1	0	1	1	1	0	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	
		133	5	8	4	2	1	0	0	0	0	1	0	0	1	1	1	1	0	1	1	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		134	5	11	6	3	1	0	0	0	0	1	0	0	1	1	1	1	0	1	1	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		135	5	8	4	3	1	1	0	0	0	1	0	0	1	0	1	1	1	0	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		136	5	8	4	2	1	1	1	0	0	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		137	5	11	4	2	1	0	1	1	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		138	5	8	4	2	1	1	0	0	0	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		139	5	9	2	2	1	0	0	0	0	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		140	5	8	2	3	1	0	0	0	0	1	0	0	1	1	1	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		141	5	6	4	1	0	0	0	0	0	1	1	0	3	0	1	1	1	1	0	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		142	5	9	4	3	1	0	1	0	0	1	0	1	0	1	1	1	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		143	5	9	4	3	0	1	0	0	0	1	1	0	2	0	1	1	1	1	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		144	5	8	4	3	1	0	0	0	0	1	0	0	1	1	1	1	1	0	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		145	5	8	4	3	1	1	1	0	0	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		146	5	11	4	2	1	0	1	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		147	5	9	7	2	0	1	0	0	1	0	0	0	2	0	1	1	1	1	0	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		148	5	9	4	2	1	1	0	1	0	1	0	0	2	0	1	1	1	1	1	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		149	5	11	4	2	1	0	1	1	0	1	0	0	3	1	1	1	1	1	1	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		150	5	11	4	2	0	1	1	1	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		151	5	9	4	2	1	0	0	1	0	1	1	1	2	1	1	1	1	1	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		152	5	8	4	3	1	1	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		153	5	11	2	3	0	0	1	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

## São Tomé e Príncipe – Telejornal (TVS)

154- Cobertura vacinal baixou

[https://drive.google.com/file/d/1VWRvWPdskrxsvSNoleml46QFlsDYKcFu/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1VWRvWPdskrxsvSNoleml46QFlsDYKcFu/view?usp=drive_link)

155- Governo engajado no atendimento geral às crianças

[https://drive.google.com/file/d/1Jf1IcLnFhbKongCESIO3RwYN2e7oqK7b/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1Jf1IcLnFhbKongCESIO3RwYN2e7oqK7b/view?usp=drive_link)

156- Sinalização de crianças com deficiência

[https://drive.google.com/file/d/1MPh2npQrrWeHTcfoJlv5mFCXmGFNnIe\\_/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1MPh2npQrrWeHTcfoJlv5mFCXmGFNnIe_/view?usp=drive_link)

157- Marcha para a saúde

[https://drive.google.com/file/d/13ulteLtcBBko\\_TrqTOoV6vQrkcAxXfny/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/13ulteLtcBBko_TrqTOoV6vQrkcAxXfny/view?usp=drive_link)

158- Programa contra SIDA, tuberculose

[https://drive.google.com/file/d/1R9FNgKuICRRBRBzupeXiMKWIEQ8vNSXi/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1R9FNgKuICRRBRBzupeXiMKWIEQ8vNSXi/view?usp=drive_link)

159- Marcha Inclusiva para Saúde

[https://drive.google.com/file/d/1LykCYqfhaAH6GmBskwzCqpqnDmuhfZib/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1LykCYqfhaAH6GmBskwzCqpqnDmuhfZib/view?usp=drive_link)

160- Ato pelo Dia do Enfermeiro

[https://drive.google.com/file/d/1k38\\_TakGornVuZMrY1MGq7tAwY4i2q7Z/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1k38_TakGornVuZMrY1MGq7tAwY4i2q7Z/view?usp=drive_link)

161- Cirurgia Geral precisa de mais profissionais

[https://drive.google.com/file/d/1oGIrOiEVuIfXteSoDcVDu7DMbo-QQ1f\\_/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1oGIrOiEVuIfXteSoDcVDu7DMbo-QQ1f_/view?usp=drive_link)

162- Unidade de Cardiologia foi reabilitado

[https://drive.google.com/file/d/1j5KkCU-zU9plNAXURLJRmpKVykNACcWZ/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1j5KkCU-zU9plNAXURLJRmpKVykNACcWZ/view?usp=drive_link)

163- Cuba quer reforçar colaboração com São Tomé na área da saúde

[https://drive.google.com/file/d/1X-yWdP55kj2IT3pJSMfssS1RAVwy2gNK/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1X-yWdP55kj2IT3pJSMfssS1RAVwy2gNK/view?usp=drive_link)

164- Dia do Dador de Sangue

[https://drive.google.com/file/d/1aEr6oivmPIHL1Qf1zFFLMnzFwU7s5Pev/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1aEr6oivmPIHL1Qf1zFFLMnzFwU7s5Pev/view?usp=drive_link)

165- Campanha Junho Vermelho para doação de sangue

[https://drive.google.com/file/d/1Mww6K\\_ezFOWoBobkMo2-hjuQhegdUfEl/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1Mww6K_ezFOWoBobkMo2-hjuQhegdUfEl/view?usp=drive_link)

166- OMS lança nova estratégia de cooperação com STP

[https://drive.google.com/file/d/1lJ5skEi87yMmy2GPuaf5Jqm5ouXoKZYW/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1lJ5skEi87yMmy2GPuaf5Jqm5ouXoKZYW/view?usp=drive_link)

167- Plano Estratégico em parceria com a OMS (fala da OMS)

[https://drive.google.com/file/d/1I59obC51yIWuNoRxxNyOoEnoJnk2euBQ/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1I59obC51yIWuNoRxxNyOoEnoJnk2euBQ/view?usp=drive_link)

168- ONG Alisei capacita sobre comer bem e saúde

[https://drive.google.com/file/d/1TULkOLWcveINOWa1uKAwr5m2C\\_jpwfv7/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1TULkOLWcveINOWa1uKAwr5m2C_jpwfv7/view?usp=drive_link)

169- Cruz Vermelha capacita sobre Primeiros Socorros

[https://drive.google.com/file/d/12BbQE3jWW\\_MWuTQ1g6iZ9Vq2Pg6s9Db8/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/12BbQE3jWW_MWuTQ1g6iZ9Vq2Pg6s9Db8/view?usp=drive_link)

170- Saúde para todos

[https://drive.google.com/file/d/1bB9ANmZYhvlcaXQeUxrmp5qpZ1w\\_8-S1/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1bB9ANmZYhvlcaXQeUxrmp5qpZ1w_8-S1/view?usp=drive_link)

171- Programa Alargado de Vacinação

[https://drive.google.com/file/d/1fO187i9sBqDxeqz\\_h6ouVx3kQac1gKto/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1fO187i9sBqDxeqz_h6ouVx3kQac1gKto/view?usp=drive_link)

172- Acordos entre Portugal e STP na saúde

[https://drive.google.com/file/d/1WejbstK\\_93W6oc7WXjlp\\_7Zm2MOiCYT/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1WejbstK_93W6oc7WXjlp_7Zm2MOiCYT/view?usp=drive_link)

173- Associação tem presença do Ministro da Saúde

[https://drive.google.com/file/d/1vM75torw1e-5EuLvd2Iq3UT-xdlMsu-D/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1vM75torw1e-5EuLvd2Iq3UT-xdlMsu-D/view?usp=drive_link)

**São Tomé e Príncipe**

ID	País	Tema	Form	Enquad	Oficial	Oficiosa	Não Gov	Indivi	Test	Doc	Espec	Biblio	Territ	Ampli	Novi	Relev	Imprev	Conti	Proem	Conflito	Conhec	Person	Entret	Polém	Rarid	Proxi	Trag	Gov	Justica	Outro	Imag pro	Imag amad	Imag internet	Entrev app	estudio	Audio	Comuni cado	Info animação	Outro					
154	6	8	6	2	1	0	1	0	0	0	1	0	1	1	1	1	1	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
155	6	8	6	1	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	0	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
156	6	6	4	3	1	0	1	0	0	1	0	0	2	1	1	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
157	6	12	4	3	1	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	1	0	0	1	0	0	1	1	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
158	6	7	4	3	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1	0	1	1	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
159	6	12	4	1	1	0	1	0	0	0	0	0	2	0	1	1	0	0	1	0	1	0	1	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
160	6	14	4	1	1	0	1	1	0	0	0	0	2	0	1	1	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
161	6	15	4	3	0	0	1	0	0	1	0	1	2	1	1	1	0	1	1	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
162	6	15	4	1	0	0	1	0	0	0	0	1	0	2	0	1	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
163	6	10	4	1	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
164	6	15	4	1	0	0	1	1	0	0	0	0	2	1	1	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
165	6	8	6	1	1	0	1	1	0	0	0	0	2	1	1	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
166	6	8	4	1	0	0	1	0	0	1	0	0	1	0	1	1	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
167	6	10	6	3	1	0	1	0	0	0	0	0	1	0	1	1	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
168	6	12	4	1	0	0	1	1	1	0	0	0	2	0	2	0	1	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
169	6	15	4	3	1	0	1	0	0	0	0	1	0	1	1	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
170	6	7	4	1	0	0	1	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
171	6	8	4	1	1	0	0	0	0	0	0	0	2	1	0	1	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
172	6	10	4	1	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
173	6	10	6	1	1	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0